

Boletim do Portal

História da Psicologia 4



Organizadores

André Elias Morelli Ribeiro

Júlia Lombardi Carneiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Marcus Vinícius do Amaral

Gama Santos



Organização

André Elias Morelli Ribeiro

Júlia Lombardi Carneiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Boletim do Portal
História da Psicologia 4

Editora do Portal História da Psicologia

Rio das Ostras/RJ

2025

Editora do Portal História da Psicologia

A editora do Portal História da Psicologia é parte integrante do Portal História da Psicologia

COORDENAÇÃO

André Elias Morelli Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

André Elias Morelli Ribeiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

© 2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

Equipe de realização

Editor Responsável: André Elias Morelli Ribeiro

Revisão final: André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi Carneiro

Capa: André Elias Morelli Ribeiro, com imagens geradas por inteligência artificial (Gemini 3 Pro)

Projeto gráfico e diagramação: Thaís Souza dos Santos

Ficha catalográfica elaborada por Camila Aparecida Rodrigues -
Bibliotecária CRB SP-010133/O

Boletim do portal história da psicologia 4 [livro eletrônico] / organização André Elias Morelli Ribeiro ... [et al.]. -- Rio das Ostras, RJ : Portal História da Psicologia, 2025. -- (Boletim do Portal ; 4)

PDF

Outros organizadores: Júlia Lombardi Carneiro, Arthur Arruda Leal Ferreira, Marcus Vinicius do Amaral Gama Santos.

Vários autores.

Bibliografia.

DOI 10.5281/zenodo.18098476

ISBN 978-65-997325-8-4

1. Artigos - Coletâneas 2. Psicologia
3. Psicologia - História 4. Psicologia - Pesquisa
5. Publicações científicas I. Ribeiro, André Elias Morelli. II. Carneiro, Júlia Lombardi III. Ferreira, Arthur Arruda Leal IV. Santos, Marcus Vinicius do Amaral Gama V. Série.

Sumário

Traduções

- Racismo Científico e a Psicologia Norte-Americana.....14**
Andrew S. Winston
- A Psicologia e o Mercado.....89**
Hugo Münsterberg
- Dúvidas sobre a Filosofia dos Valores.....109**
Émile Bréhier

Relato

- Relato sobre o IX Congresso Brasileiro de História da
Psicologia.....132**
Carolina Silva Bandeira de Melo

Verbetes

- Síndrome de Estocolmo.....137**
Ana Carolina Carvalho dos Santos, Laís de Melo Santos, Lara
Guimarães Santana, Maria Eduarda de Souza Sampaio, Mariana
Dumard Carracena Candido, Júlia Lombardi Carneiro
- Aaron Beck.....158**
Leonam Ker dos Santos, Luiz Fernando Mendonça Carvalho,
Pietra Cardoso de Souza Sobrinho, Thamily Braz Lucena, Júlia
Lombardi Carneiro

O Experimento do Pequeno Albert.....	177
Bruna Airosa Aguiar, Kauany Marques Bento, Jéssika Christina de Oliveira Mello, Heitor Marques de Oliveira, Lídia Siqueira Coelho, Evellim do Nascimento Luz	
O Homem dos Ratos.....	198
Julia Ramalho de Sousa, Letícia Fabrício Ribeiro, Kauan de Assis Padua, Beatriz Ruegger Cortes Neves, Júlia de Souza Perrud	
Paul Ekman.....	220
Lívia Marchi, Beatriz Moraes Azevedo, Samara Moreno Alexandre Monteiro, Maria Fernanda Caspary Freitas Bairral, Heitor Souza de Moura	
Neokantismo no século XIX e o início da Psicologia Científica.....	240
Gabriel Siqueira Alves	
Portal História da Psicologia.....	280
André Elias Morelli Ribeiro, Júlia Lombardi Carneiro	

Apresentação

Iniciado em 2022, o Boletim do Portal História da Psicologia chega à sua 4ª edição comemorando o desenvolvimento e o sucesso não apenas dos Boletins como também do projeto Portal História da Psicologia. O *website* do projeto, a Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP), o Canal História da Psicologia TV (HPTV), o Sistema de Referências em História da Psicologia (Sirehp) e as redes sociais do Portal, todos tiveram um crescimento consistente e totalmente orgânico, tanto em quantidade de acessos quanto em interesse e na disponibilidade de materiais e serviços. Isto mostra o resultado da confiança crescente por parte da sociedade e da comunidade de especialistas. O Portal História da Psicologia se consolida progressivamente como um espaço de integração entre ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica.

Neste cenário, em 2025, o projeto destaque do Portal é a Editora do Portal História da Psicologia, casa que publica este volume. O ano iniciou com a obra *Introspecção*, de Eric Schwitzgebel, um texto de imensa complexidade e qualidade, com potencial para ser referência na área. O próximo livro de 2025 foi o *WikiHP: definições, orientações e estilo*, a segunda edição da obra de referência da enciclopédia que dá título à obra e que contou com autoria de André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi Carneiro. Foi também em 2025 que ocorreu a primeira publicação não diretamente relacionada à história da psicologia por parte da Editora, o *Manual de Método Clínico para Contextos*

de Ensino de Psicologia, também de André Elias Morelli Ribeiro e que se destina a um público e finalidade específicos. O ciclo de publicações de 2025 se encerra com este quarto Boletim. A Editora do Portal encerra o ano com quatro novas obras, todas distribuídas de forma gratuita na forma de e-book, e que contempla diferentes aspectos e interesses do próprio Portal História da Psicologia e do seu público.

Publicar é importante, mas a visibilidade é também uma peça fundamental no processo e empreendimento científico. Considerando isso, o repositório principal da Editora do Portal, o Zenodo, passou a ter a comunidade Editora do Portal História da Psicologia. Desta forma, todos os livros e capítulos de livro agora podem ser facilmente localizados e organizados em um único local. Isso facilita a indexação online do conteúdo, a conexão com o público e o diálogo com os autores colaboradores. Ademais, todo o material também está disponível no ResearchGate, uma rede social de pesquisadores bastante ativa e que conta com mecanismos próprios de indexação e distribuição.

Para além das novidades do Portal, este quarto volume do Boletim traz onde capítulos, sendo três traduções, um relato de evento e sete verbetes. O texto que abre o Boletim 4 é o **Racismo Científico e a Psicologia Norte-Americana**, de autoria de Andrew S. Winston, tradução de Lívia dos Santos Martinelli e revisão e notas de André Elias Morelli Ribeiro. Trata-se de um texto publicado originalmente na Enciclopédia Oxford de História da Psicologia. O professor Winston nos apresenta um trabalho de peso. Seu texto traz grande variedade de fontes e de referências, mostrando as muitas nuances e complexidades sobre

como a questão racial e o racismo estrutural e institucional dos EUA estiveram presentes na construção da psicologia daquele país. A leitura do material levanta muitas questões sobre a conexão entre a psicologia, suas práticas e até sua epistemologia com a política e a sociedade, além de trazer reflexões sobre como o mesmo processo ocorre na psicologia brasileira. Visando melhorar a compreensão do texto, André Elias Morelli Ribeiro inseriu 61 notas explicativas, que trazem elementos importantes sobre os muitos atores dos EUA mencionados por Winston, o que pode melhorar bastante a compreensão do leitor acerca do que é apresentado.

O segundo capítulo é outra tradução, **A Psicologia e o Mercado**, do célebre psicólogo polonês Hugo Münsterberg e tradução de Marcio Luiz Miotto, professor da Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Trata-se de um texto de deleitosa leitura, que apresenta a mente afiada de Münsterberg preservada pela tradução de alta qualidade do prof. Miotto. Ali, o autor articula a vida cotidiana do norte-americano médio de sua época, com questões históricas e culturais então circulantes, com a reflexão sobre o que é e para que pode servir a psicologia, além de uma defesa da psicologia científica como um empreendimento importante e necessário.

Ainda neste volume, Miotto nos brinda com uma segunda tradução, **Dúvidas sobre a Filosofia dos Valores**, da pena de Émile Bréhier. Conforme o nome anuncia, trata-se de uma reflexão sobre o conceito de valor para além de um mote dicionaresco, incorporando séculos de filosofia e uma discussão variada. Ao final, Bréhier defende que a filosofia dos valores não

pode ser autônoma, que evocam aspirações humanas e são determinadas por elas.

Abrindo a seção de relatos, tem-se a contribuição de Carolina Silva Bandeira de Melo, com o seu **Relato Sobre o IX Congresso Brasileiro de História da Psicologia**, que aconteceu em 2025 na cidade de Campo Grande. Melo traz em seu texto as nuances afetivas e de memória que outras fontes históricas não são capazes de retomar. Seu texto é colorido e interessante, funcionando como um registro histórico do evento e permitindo uma compreensão mais aprofundada do que ocorreu.

A última seção do Boletim do Portal 4 traz os tradicionais verbetes, desta vez em número de sete. O primeiro, produzido em contexto de ensino de história da psicologia, traz um assunto polêmico e controverso, **Síndrome de Estocolmo**, de autoria de Ana Carolina Carvalho dos Santos, Laís de Melo Santos, Lara Guimarães Santana, Maria Eduarda de Souza Sampaio, Mariana Dumard Carracena Candido e Júlia Lombardi Carneiro. As autoras apresentam um relato detalhado dos acontecimentos que levaram à formulação da noção desta síndrome, seus problemas conceituais e técnicos e de como ele foi discutido, apropriado e circulou tanto entre especialistas quanto no público em geral, tornando-se parte da cultura.

Outro verbete criado em contexto de ensino de graduação veiculado neste Boletim 4 é sobre o psicólogo norte-americano **Aaron Beck**, de autoria de Leonam Ker dos Santos, Luiz Fernando Mendonça Carvalho, Pietra Cardoso de Souza Sobrinho, Thamily Braz Lucena e Júlia Lombardi Carneiro. Conhecido como o pai da Terapia Cognitiva, Beck é um dos mais

influentes psicólogos do século XX e XXI e ganha neste volume uma descrição detalhada de sua vida e obra. O capítulo inclui uma lista com seus livros e uma seleção interessante de artigos publicados por ele.

Com mais um verbete criado em contexto de graduação, temos **O Experimento do Pequeno Albert**, de autoria de Bruna Airoso Aguiar, Kauany Marques Bento, Jéssika Christina de Oliveira Mello, Heitor Marques de Oliveira, Lídia Siqueira Coelho e Evellim do Nascimento Luz. Neste capítulo, que já segue as novas orientações para verbetes do gênero emanadas do novo manual de referência da Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia, detalhes importantes do experimento são apresentados e serve tanto como uma referência para o assunto quanto como material complementar de ensino de história do behaviorismo.

Indo em direção a uma linha bastante diferente, temos o capítulo **O Homem dos Ratos**, sobre o célebre caso de Sigmund Freud. O texto ultrapassa a narrativa psicanalítica e insere aspectos culturais e políticos, o que torna a tonalidade historiográfica mais variada e oferece uma perspectiva diferente do assunto. O capítulo contou com a autoria de Julia Ramalho de Sousa, Letícia Fabrício Ribeiro, Kauan de Assis Padua, Beatriz Ruegger Cortes Neves e Júlia de Souza Perrud.

O último dos verbetes deste volume escrito em contexto de ensino de graduação é sobre o polêmico e famoso psicólogo norte-americano **Paul Ekman**, que ganhou fama com suas muitas aparições na mídia e sua teoria controversa das microexpressões faciais. O texto não se furta de apresentar tanto os méritos quanto

as críticas feitas ao professor e suas ideias, trazendo diferentes perspectivas sobre o assunto. O material é assinado por Livia Marchi, Beatriz Moraes Azevedo, Samara Moreno Alexandre Monteiro, Maria Fernanda Caspary Freitas Bairral e Heitor Souza de Moura.

Os dois últimos capítulos do livro são verbetes escritos a convite dos organizadores do Boletim 4, visando, cada um, o atendimento de propósitos específicos. O primeiro foi encomendado a Gabriel Siqueira Alves, proeminente aluno de psicologia e profundamente interessado também em filosofia. Seu texto denomina-se **O Neokantismo e o Surgimento da Psicologia Experimental: uma introdução didática**. O subtítulo não é por acaso. A proposta é apresentar para um público de estudantes de graduação o neokantismo do século XIX e suas conexões com diferentes personagens e ideias importantes para a consolidação da psicologia científica na época. O objetivo é utilizar o material de forma complementar no ensino da relevância da fisiologia na composição dos primeiros projetos psicológicos considerados científicos, de um modo que as ciências naturais não se distanciassem muito da filosofia, de modo que a separação histórica, bastante explorada nos primeiros livros de história da psicologia, ficasse suavizada.

Neste ponto, o autor fez um ótimo trabalho, mostrando as nuances do que seria a retomada às ideias de Kant no século XIX e mostrando sua relevância para as ideias e experimentos propostos por personagens como Helmholtz e Fechner, ultrapassando assim o mero ensino dos experimentos e conectando-os de forma indissociável à filosofia. A proposta é

que este texto sirva de início para uma nova forma de ensinar este período da história da psicologia.

O último texto, encomendado à Júlia Lombardi Carneiro e escrito em coautoria com André Elias Morelli Ribeiro é sobre a história do próprio **Portal História da Psicologia**. Apesar de disponível de forma dispersa em introduções e apresentações de livros editados pela Editora do Portal, além de verbetes disponíveis na própria WikiHP sobre partes do projeto, faltava uma narrativa coerente e coesa sobre a história do próprio Portal. Espera-se que este capítulo contemple esta importante lacuna, trazendo não somente as origens e as transformações do projeto como os nomes dos envolvidos ao longo do tempo, patrocínios, instituições e polêmicas em que o Portal se envolveu. A esta versão na forma de capítulo de livro se adiciona uma outra, digital, disponível na WikiHP, que conta com informações adicionais tais quais nomes de colaboradores, links, entre outros.

Cada capítulo aqui reunido reflete não apenas o esforço coletivo de pesquisadores, tradutores e autores, mas também a missão maior do Portal: construir pontes entre passado e presente, entre teoria e prática, entre história e futuro da psicologia, de uma forma mais dinâmica e conectada com as transformações sociais proporcionadas pela expansão do digital. O contemporâneo traz novos públicos e novas formas de apropriação do conhecimento, e as iniciativas do Portal, incluindo este Boletim, buscam contemplar este novo cenário.

O percurso iniciado em 2022 mostra-se cada vez mais sólido, e 2025 marca um ponto de maturidade em que a Editora do Portal consolida sua função como espaço de difusão científica

e cultural. A diversidade de textos e formatos presentes neste volume, incluindo traduções, relatos e verbetes, reafirma o compromisso com a pluralidade de vozes e perspectivas, enriquecendo o diálogo acadêmico e social.

Mais do que registrar fatos ou conceitos, este Boletim convida à reflexão crítica e ao engajamento ativo com os temas que moldam a psicologia e sua história. Ao disponibilizar gratuitamente suas obras, o Portal reafirma sua vocação pública e democrática, ampliando o acesso ao conhecimento e fortalecendo a comunidade que o sustenta.

Que este volume seja, portanto, não apenas um marco editorial, mas também um convite à continuidade à leitura atenta, ao debate fecundo e à participação ativa na construção de uma psicologia cada vez mais consciente de sua história e de seu papel na sociedade.

Os editores
Rio de Janeiro, Rio das Ostras e Genebra
Dezembro de 2025

Traduções

Racismo Científico e a Psicologia Norte-Americana

Andrew S. Winston

Tradução de Livia dos Santos Martinelli, revisão de Livia dos Santos Martinelli e André Elias Morelli Ribeiro, notas de André Elias Morelli Ribeiro

Publicado originalmente em: Winston, A. (2020). *Scientific Racism and North American Psychology*. *Oxford Research Encyclopedia of Psychology*. Disponível em: <https://oxfordre.com/psychology/view/10.1093/acrefore/9780190236557.001.0001/acrefore-9780190236557-e-516>.

Resumo

O uso de conceitos e dados da psicologia para favorecer ideias de uma hierarquia racial persistente data do final do século XIX e perdura até o presente. A história do racismo científico na psicologia está interligada a debates mais amplos, ansiedades e problemas políticos na sociedade americana. Com a ascensão da testagem de inteligência junto a ideias de progresso eugenista e reprodução disgênica, os conceitos e dados da psicologia vieram a ter um papel importante em naturalizar a desigualdade racial. Apesar de comparações raciais não terem sido a preocupação primária da maioria dos primeiros testes mentais, os resultados foram utilizados para justificar crenças em relação a

“educabilidade” de negros e os perigos da imigração de pessoas vindas do Sul e do Leste Europeu. A psicologia convencional americana se tornou, cada vez mais, liberal e antirracista no fim dos anos 1930 e depois da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o racismo científico não desapareceu e passou por renovação durante o período dos Direitos Civis e, novamente, nos anos de 1970 e 1990, escores de testes de inteligência foram a arma principal nas tentativas de preservar as escolas segregadas e, posteriormente, justificar a desigualdade econômica. Nos casos de Henry Garrett, Arthur Jensen e Philippe Rushton, seus trabalhos incluíram promoção ativa e pública das suas opiniões de diferenças raciais persistentes e o envolvimento com publicações e com grupos sob controle de extremistas raciais e neonazistas. Apesar de 100 anos de fortes críticas ao racismo científico, um pequeno, mas ativo, grupo de psicólogos ajudou a reviver alegações violentas do século XIX em relação a inteligência, tamanho do cérebro, moralidade, criminalidade e sexualidade de negros apresentadas como fatos científicos imparciais. Estas novas alegações foram usadas em campanhas populares que visavam eliminar programas governamentais, promover separação racial e aumentar restrições para imigração. Esta história inquietante levanta importantes questões éticas para a disciplina.

Introdução

Desde os anos de 1930, psicólogos americanos tiveram um papel importante na exploração da natureza do preconceito e na luta contra injustiças raciais (p.e., Pettigrew, 2011). Entretanto,

psicólogos também tiveram grande papel na promoção do “racismo científico”, definido aqui como o uso de conceitos e dados científicos para criar e justificar ideias, baseadas na biologia, de uma hierarquia social. Esta prática se tornou parte da psicologia americana do início do século XX e tem persistido até o presente. O termo “racismo científico” é problemático, dado que o termo “racismo” só se tornou de uso comum nos anos de 1930 e termos mais antigos, como “racialismo”, tem significados coincidentes, mas não idênticos. Apesar de a palavra “racismo”¹ permanecer um termo em debate, seu uso não é mais limitado aos sentimentos e vieses de indivíduos. Acadêmicos contemporâneos agora enfatizam a manifestação do racismo em práticas discursivas, organizações institucionais e inequidades de poder (p.e., Salter e Adams, 2010; Reisigl e Wodak, 2001). Iniciando nos anos de 1990, historiadores forneceram um entendimento de como a ciência psicológica poderia incorporar, consagrar e promover o racismo (p.e., Guthrie, 1998; Jackson, 2001b, 2005; Mehler, 1997; Richards, 2012; Tucker, 1994, 2002, 2008; Winston, 2004). Este trabalho tem mostrado as formas em que o discurso científico na psicologia tem sido usado para apoiar a discriminação racial, enquanto mantém aparência de neutralidade política e ideológica.

Duas questões tornam mais complexas o lugar da psicologia nesta história. Primeira, a criação do racismo científico sempre

¹ [N. do R.] No Brasil, a palavra “racismo” provavelmente apareceu no início do século XX, como tradução da palavra francesa “*racisme*” e da palavra inglesa “*racism*”, porém só passou a ser amplamente utilizada a partir dos anos 1950.

foi um projeto multidisciplinar, envolvendo, primeiro, filósofos e anatomistas, e depois médicos, estatísticos, antropólogos, cientistas políticos, psicólogos e geneticistas (Mark, 2008). Separar o papel dos psicólogos das outras disciplinas, além de desafiador, é potencialmente um equívoco. Segunda, o racismo científico tem assumido formas e trajetórias diferentes na Alemanha, Grã-Bretanha, França, África do Sul e Américas do Sul e do Norte, geralmente conectado com a história complexa e variada da eugenia (Bashford e Levine, 2010). Entretanto, atores de diferentes nações forneceram apoio e colaboração, como a influência de cientistas americanos em políticas nazistas e eugenistas (Kühl, 1994). Apesar dos consideráveis perigos de uma abordagem “centrada nos EUA”, o exame do racismo científico e psicologia fora da América do Norte está além do alcance deste ensaio. O curso do racismo científico no século XX na psicologia norte-americana estava relacionado intimamente ao desenvolvimento e implementação da testagem da inteligência. Historicamente, comparações raciais de escores dos testes de inteligência não têm sido tão proeminentes nas comunidades psicológicas de outros países (Richards, 2004).

A trajetória do racismo científico na psicologia está ligada com debates mais amplos, ansiedades e problemas políticos da sociedade americana. Os “debates sobre educação de negros” do início do século XX, sobre imigração dos anos de 1920, a resistência ao Movimento dos Direitos Civis dos anos de 1950 e 1960, os debates sobre pobreza e educação primária dos anos de 1970 e 1980 e o medo decorrente da criminalidade urbana e da

deterioração social forneceram o contexto para a implementação de comparações raciais feitas por psicólogos americanos.

Pré-história do racismo científico na psicologia

Anterior ao desenvolvimento da psicologia acadêmica na América, um “racismo proto-científico” já era uma característica importante da anatomia, medicina e etnologia. Teorias raciais no período do final do século XVIII ao meio dos anos de 1880 eram altamente variadas e intimamente ligadas as posições políticas e teológicas de seus tempos, especialmente os debates do século XIX sobre a origem monogenista ou poligenista da humanidade², salvação universal, a reversibilidade da cor da pele sob variados climas e a abolição da escravidão (Dain, 2002). Usando as tipologias raciais de Linnaeus e Blumenbach, do período iluminista, as categorias de caucasianos, mongóis, americanos nativos e africanos eram por vezes organizados em uma “escala de natureza”, geralmente, mas nem sempre, identificados com supostas diferenças morais e intelectuais. No meio do século XIX, a “Escola Americana” de etnologia, desenvolvida pelo médico

² [N. do R.] Conforme a teoria monogenista, a humanidade se originou de um único ancestral, de modo que as diferenças físicas entre os povos seriam resultado de adaptações ao ambiente, como clima e alimentação. Estas teorias foram utilizadas por grupos religiosos e humanistas como argumento contrário à discriminação. Já a teoria poligenista propõe que os diferentes grupos humanos têm origens distintas, ou seja, não descendem de um único tronco ancestral. Esta teoria foi usada para justificar hierarquias raciais e práticas discriminatórias.

Samuel Morton³ e pelo cirurgião Josiah Nott⁴, produziu um conjunto cada vez mais rígido de categorias raciais, com uma hierarquia explícita e uma crença em raças como atos separados de criação (Jackson e Weidman, 2004). A afirmação de Morton de que os africanos tinham menor volume craniano quando comparados a crânios de caucasianos, baseado no enchimento dos crânios de sua coleção com sementes de pimenta e, posteriormente, chumbo, incentivou a crença de que a capacidade craniana estava fortemente associada com a capacidade intelectual e com a habilidade de criar uma “civilização avançada”, tema que seria revivido na psicologia dos anos de 1980. O trabalho de Morton ainda era objeto de críticas e defesas 150 anos depois (Gould, 1981; Weisberg e Paul, 2016). Sua craniometria emergiu nos anos fundamentais da *American Statistical Society*, quando dados fraudulentos do censo de 1840 sobre supostos níveis de insanidade entre escravos e negros livres foram usados para argumentar que a escravidão era benéfica para

³ [N. do R.] Samuel George Morton foi um médico e escritor nascido em 26 de janeiro de 1799, na Filadélfia, EUA, onde também faleceu em 15 de maio de 1851. Formou-se pela Universidade da Pensilvânia em 1820 e obteve grau avançado na Universidade de Edimburgo, na Escócia. Retornando à Filadélfia, iniciou sua prática médica em 1824 e lecionou anatomia na Universidade da Pensilvânia entre 1839 e 1843. Defensor do poligenismo, tentou fundamentar essa teoria por meio de medições cranianas, sendo possuidor de uma das maiores coleções de crânios da época.

⁴ [N. do R.] Josiah Clark Nott foi um médico que nasceu em 31 de março de 1804, em Columbia, Carolina do Sul, Estados Unidos, e faleceu em 31 de março de 1873, em Mobile, Alabama, EUA. Nott especializou-se em doenças tropicais e foi pioneiro ao sugerir que a febre amarela poderia ser transmitida por mosquitos. Influenciado por Samuel Morton, Nott defendia o poligenismo, alegando que as raças humanas tinham origens distintas.

sua saúde, afirmação que resultou em intensos debates (Deutsch, 1944).

A maioria dos americanos brancos não precisavam de evidências para a inferioridade dos africanos; a conclusão parecia evidente em si mesma, como foi para o zoólogo Louis Agassiz⁵ ao relatar sua repulsa em encontrar americanos negros em 1846 (Gould, 1981). Apesar de ideias científicas e pseudocientíficas como a “drapetomania” (a vontade patológica dos escravos de fugir da “proteção” do dono) terem sido utilizados na justificativa da escravidão, geralmente os cientistas se opunham à escravidão, mas mantinham uma hierarquia racial rígida ou apoiavam “repatriação” de americanos negros à África⁶ (Jackson e Winston, 2009).

No final do século XIX, o racismo científico na Europa e na América tomou novas dimensões, tornadas possíveis pela recorrência do pensamento evolucionista. O nome de Darwin

⁵ [N. do R.] Louis Agassiz nasceu em 28 de maio de 1807, em Môtier, no cantão de Friburgo, Suíça, e faleceu em 14 de dezembro de 1873, em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos. Naturalista, geólogo e zoólogo, Agassiz foi uma figura central na ciência do século XIX, conhecido por seus estudos sobre glaciações e por sua oposição à teoria da evolução de Darwin.

⁶ [N. do R.] A ideia de enviar pessoas escravizadas ou afro-americanos de volta para a África surgiu nos Estados Unidos no início do século XIX e foi promovida principalmente pela *American Colonization Society* (ACS), entidade fundada em 1816 por um grupo de políticos, religiosos e intelectuais brancos, dentre eles racistas e até antiescravistas, que acreditavam que os afro-americanos não poderiam viver em igualdade nos EUA. A proposta era repatriar afro-americanos livres para a África, especialmente para uma colônia criada para esse fim, a Libéria, um país fundado em 1822. Sua capital, Moróvia, recebeu esse nome em homenagem ao presidente James Monroe, um dos apoiadores da iniciativa.

seria usado, apesar de suas declarações conflitantes, embora, para sua época, matizadas, sobre raça. (Shields e Bhatia, 2009). A versão de evolução de Herbert Spencer⁷, com uma trajetória ascendente, suas noções de que raças “selvagens” e mulheres que representavam estágios primitivos da evolução, era mais adequada para justificar uma hierarquia racial, estrutura social patriarcal e a continuação da subjugação colonial. As ideias raciais místicas de Arthur de Gobineau⁸ e outros, apesar de fora do discurso científico contemporâneo, forneceram uma fundação para a superioridade da raça ariana imaginária, posteriormente concebida como a raça teutônica ou nórdica. Estas ideias se

⁷ [N. do R.] Herbert Spencer nasceu em 27 de abril de 1820, em Derby, Inglaterra, e faleceu em 8 de dezembro de 1903, em Brighton. Filósofo, sociólogo e pensador influente da era vitoriana, Spencer é conhecido por aplicar conceitos da biologia à sociedade, cunhando o termo “sobrevivência do mais apto” após a publicação de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin. Spencer defendia o individualismo extremo e acreditava que a sociedade evoluía naturalmente, sem necessidade de intervenção estatal, ideias que influenciaram o liberalismo clássico e o darwinismo social. As ideias psicológicas de Spencer foram amplamente utilizadas por psicólogos dos séculos XIX e XX e sua influência no campo é ampla e vasta.

⁸ [N. do R.] Arthur de Gobineau nasceu em 14 de julho de 1816, em Ville-d'Avray, França, e faleceu em 13 de outubro de 1882, em Turim, Itália. Diplomata, escritor e pensador francês, Gobineau é mais conhecido por sua obra *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas), publicada entre 1853 e 1855, que teve grande influência no desenvolvimento do racismo científico na Europa. Sua teoria racial defendia que a “raça ariana” era superior às demais e que a miscigenação levaria à decadência das civilizações. Embora suas ideias não tenham tido grande impacto imediato, elas foram posteriormente retomadas e distorcidas por ideologias racistas e nacionalistas no século XX.

enraizaram na América quando o economista William Z. Ripley⁹ (1899) estabeleceu o argumento de três raças europeias: teutônicos, alpinos e mediterrâneos, usando a craniometria e o índice cefálico do formato do crânio.

As categorias raciais de Ripley foram tomadas pelo advogado e eugenista Madison Grant¹⁰ (1916) em *The Passing of the Great Race* (O Desaparecimento da Grande Raça, em tradução livre). Grant organizou a oposição à imigração de pessoas oriundas do leste e do sul da Europa, especialmente de

⁹ [N. do R.] William Zebina Ripley nasceu em 13 de outubro de 1867, em Medford, Massachusetts, EUA, e faleceu em 16 de agosto de 1941, em Boothbay, Maine, também nos EUA. Economista e antropólogo, Ripley foi professor no *Massachusetts Institute of Technology*, na Universidade de Columbia e na Universidade Harvard, além de atuar como administrador de padrões trabalhistas durante a Primeira Guerra Mundial. Ele propôs sua teoria racial na obra *The Races of Europe* (As Raças da Europa, em tradução livre), publicada em 1899, onde dividiu os europeus em três grandes grupos. Estes grupos seriam os teutônicos, com crânio longo, altos, de olhos e cabelos claros, predominantes no norte da Europa e que seriam mais vigorosos e líderes; os alpinos, com crânio curto, de estatura média e traços intermediários, comuns na Europa Central e que seriam pacíficos e trabalhadores; e os mediterrâneos, com crânio médio, baixos, de olhos e cabelos escuros, típicos do sul da Europa e com mais sensibilidade artística.

¹⁰ [N. do R.] Madison Grant nasceu em Nova York em 19 de novembro de 1865 e faleceu na mesma cidade em 30 de maio de 1937. Advogado de formação, Grant se destacou como eugenista, conservacionista e teórico racial. Formado por Yale e Columbia, ele teve papel ativo na formulação de políticas de imigração restritiva e leis anti-miscigenação nos Estados Unidos, influenciado por ideias de supremacia branca e hierarquias raciais. Sua obra mais conhecida é *The Passing of the Great Race* (A Desaparecimento da Grande Raça, em tradução livre), de 1916, na qual defende a superioridade da “raça nórdica” e alerta para o “declínio” racial causado pela miscigenação e imigração. O livro teve grande impacto político e cultural, sendo citado por figuras como Theodore Roosevelt e, mais tarde, por ideólogos nazistas.

italianos e judeus. Ele acreditava que o contínuo influxo destes grupos para os Estados Unidos resultaria em miscigenação e superação genética da “grande” raça nórdica. O desafio por eles enfrentados nos invernos frios teria eliminado os defeituosos e criou os nórdicos, com indústria superior, energia, premeditação e virilidade superiores, de acordo com Grant (Spiro, 2009). A ideia dos “invernos frios” e da seleção natural como fontes da superioridade Branca Europeia forneceu uma nova versão das ideias do século XVIII que o clima afetava diretamente “carácter nacional” através de anatomia, como descrito em “Do Espírito das Leis de Montesquieu” (1750). A versão de Grant seria revivida por Philippe Rushton¹¹ nos anos 1990. Apesar de psicólogos estarem sendo atraídos para seu círculo, Grant não precisou de dados de psicólogos, já que a história e conquistas culturais dos nórdicos eram evidência suficiente. Grandes conquistas culturais por italianos renascentistas ou pelos antigos egípcios eram evidências de que eles deviam ter tido sangue nórdico.

Testagem mental, educabilidade, eugenia e imigração

Antes de *The Passing of the Great Race* e da publicação dos testes Binet-Simon, o estudo quantitativo das habilidades mentais já estava em andamento nos anos de 1890. O psicólogo americano James McKeen Cattell, inspirado por seu contato com

¹¹[N. do R.] John Philippe Rushton nasceu em 3 de dezembro de 1943, em Bournemouth, Inglaterra, e faleceu em 2 de outubro de 2012, em Londres. Psicólogo e professor na Universidade de Western Ontario, no Canadá, Rushton ficou conhecido por suas teorias que relacionavam raça a características como inteligência, criminalidade e estratégias reprodutivas, ideias amplamente criticadas por cientistas e consideradas racistas.

Francis Galton, usou o tempo de reação, a acuidade sensorial e a memória como “testes mentais”. No *Psychological Review*, R. Meade Bache (1895) argumentou, a partir do trabalho de Herbert Spencer, que tempos de reação mais rápidos ou “movimentos automáticos” deveriam categorizar as “raças mais baixas”. Apesar de Bache não ser psicólogo, ele usou dados obtidos pelo psicólogo Lightner Witmer, para comparar “brancos”, “africanos” e “índios” no primeiro artigo empírico sobre diferenças raciais em um periódico de psicologia. Bache alegou que brancos eram realmente mais lentos e explicou os tempos de reação mais rápidos de nativos americanos comparados a africanos como devido à mistura de “sangue branco” no dos “negros”. Apesar da afirmação de Bache, o estudante de Witmer, Albert Lewis não observou nenhuma diferença racial nas mesmas mensurações, possivelmente do mesmo conjunto de dados (McReynolds, 1997). O tempo de reação se provaria como fonte de discussão altamente flexível; tempos mais rápidos poderiam ser interpretados como sinal de desenvolvimento racial “primitivo” ou “avançado”. Como Richards (2012) mostrou, nem todas as comparações raciais iniciais visavam estabelecer uma hierarquia racial. Por exemplo, o psicólogo chefe da Universidade Columbia, Robert S. Woodworth e seu assistente Frank Bruner coletaram dados na Exposição Universal de St. Louis¹² de 1904

¹² [N. do R.] A Exposição Universal de St. Louis, oficialmente chamada de *Louisiana Purchase Exposition*, foi realizada em St. Louis, Missouri, Estados Unidos, entre 30 de abril e 1º de dezembro de 1904. A exposição reuniu avanços tecnológicos, culturais e científicos de dezenas de países, com destaque para a apresentação de novos produtos como o cone de sorvete e o raio-X. Também sediou os Jogos Olímpicos de Verão de 1904, os primeiros

sobre os Ainus do Japão, “pigmeus” do Congo e uma variedade de grupos nativos americanos que estavam em exibição na feira. Woodworth comparou estes grupos com visitantes brancos em relação à força muscular, velocidade, precisão, visão e audição, assim como a performance no *Seguin Form Board*¹³. Mas Woodworth (1910) percebeu posteriormente que comparações entre peso do cérebro de “negros” e “brancos” “tem algo de lúdico” (p. 172) e criticou a noção popular que diferenças inatas entre grupos poderiam ser inferidas por diferenças culturais ou conquistas.

Os estudos da “psicologia das raças” de 1910 aos anos de 1930 eram orientados e inspirados por três preocupações. Primeiro, os “debates da educação dos negros”, que se iniciaram no final da Guerra Civil, deram aos cientistas um possível papel na justificativa das restrições brutais das oportunidades educacionais. Estas restrições se intensificaram e endureceram sob as leis de segregação Jim Crow¹⁴ e a decisão da Suprema

realizados nos Estados Unidos. Contudo, a feira também refletiu os valores raciais e coloniais da época. Exibições etnográficas, como os chamados “vilarejos nativos”, mostravam povos indígenas e colonizados em condições estereotipadas e degradantes, reforçando ideias de superioridade europeia e norte-americana.

¹³ [N. do R.] O *Seguin Form Board* é um instrumento psicológico desenvolvido por Édouard Séguin, médico francês nascido em 1812. O *Form Board* foi criado como uma ferramenta para avaliar habilidades motoras, percepção visual e capacidade de resolução de problemas em crianças com dificuldades cognitivas. Durante o século XX, o *Seguin Form Board* foi amplamente utilizado em instituições psiquiátricas e escolas especiais, sendo considerado um dos primeiros testes psicométricos aplicados sistematicamente.

¹⁴ [N. do R.] As leis de segregação Jim Crow foram um conjunto de normas estaduais e locais que vigoraram principalmente no sul dos Estados Unidos

Corte no caso Plessy vs. Ferguson¹⁵, “separados, mas iguais”, em 1896. Com liderança de G. Stanley Hall, psicólogos brancos tomaram parte na questão dos supostos limites da “educabilidade” negra¹⁶. Segundo, o crescimento do movimento

entre o final do século XIX e meados do século XX. Criadas após a Reconstrução (período imediatamente posterior Guerra Civil Americana, durando aproximadamente de 1865 a 1877), essas leis institucionalizaram a segregação racial, separando brancos e negros em espaços públicos como escolas, transportes, restaurantes e banheiros. A doutrina “separados, mas iguais”, estabelecida pela Suprema Corte no caso Plessy v. Ferguson (1896), legitimou essa discriminação, embora na prática os serviços destinados à população negra fossem sistematicamente inferiores. Essas leis reforçavam a hierarquia racial e negavam direitos civis básicos aos afro-americanos, como o voto, por meio de testes de alfabetização, taxas e cláusulas de avô. A segregação também era mantida por violência e intimidação, com grupos como a Ku Klux Klan atuando para preservar a chamada “supremacia branca”.

¹⁵ [N. do R.] O caso Plessy v. Ferguson foi decidido pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1896 e considerado um marco na história da segregação racial. Ele teve origem quando Homer Plessy, um homem mestiço, foi preso por se recusar a sair de um vagão de trem exclusivo para brancos na Louisiana, desafiando a Lei de Carros Separados do estado. Plessy argumentou que a segregação violava a 14ª Emenda da Constituição, que garante igualdade de proteção sob a lei. No entanto, a Suprema Corte decidiu contra ele, estabelecendo a doutrina do “separados, mas iguais”. Segundo essa lógica, a segregação era constitucional desde que os serviços oferecidos aos brancos e aos negros fossem “iguais”, embora, na prática, fossem profundamente desiguais.

¹⁶ [N. do R.] Debate empreendido por intelectuais brancos, influenciados por teorias pseudocientíficas, que questionava se os afro-americanos possuíam uma capacidade intelectual equivalente à dos brancos, justificando assim o acesso igualitário à educação. As escolas para negros, especialmente no sul segregado, eram sistematicamente subfinanciadas, mal equipadas e com currículos limitados. A educação oferecida era voltada para o trabalho manual e agrícola. A decisão da Suprema Corte em *Brown v. Board of Education*, declarada em 1954, determinou que a segregação escolar era inconstitucional e foi um marco na superação dessa visão limitante da educabilidade negra.

eugenista nos Estados Unidos pelos esforços do biólogo Charles B. Davenport¹⁷, fundador da *Eugenics Record Office*¹⁸ em Cold Spring Harbor e promotor incansável da eugenia na América, fez da avaliação da qualidade de diversas “linhagens” raciais uma questão vital para muitos, mas certamente não todos, os eugenistas. Terceiro, temas eugenistas se uniram à crescente preocupação com a imigração trazida por Grant, pela *Galton*

17 [N. do R.] Charles Benedict Davenport foi um biólogo e zoólogo norte-americano, nascido em 1º de junho de 1866, em Stamford, Connecticut, e falecido em 18 de fevereiro de 1944, em Cold Spring Harbor, Nova York. Formado pela Universidade de Harvard, onde obteve seu doutorado em zoologia em 1892, Davenport tornou-se uma figura central no desenvolvimento da genética nos Estados Unidos. Davenport acreditava que características físicas e comportamentais eram hereditárias e defendeu políticas como a proibição de casamentos interracialis e restrições à imigração, com base em ideias de “pureza racial”. Seu trabalho influenciou políticas públicas nos EUA e teve ligações com instituições eugênicas da Alemanha nazista.

18 [N. do R.] O *Eugenics Record Office* (ERO) foi uma instituição fundada em 1910 em Cold Spring Harbor, Nova York, por Charles B. Davenport, com financiamento de filantropos como Mary Harriman. Seu objetivo era coletar e analisar dados genéticos e hereditários da população americana, promovendo a ideia de que características humanas, tais como a inteligência, a criminalidade e a pobreza, eram hereditárias e que poderiam ser controladas por meio da eugenia.

Society que ele fundou e a *Immigration Restriction League*¹⁹, do proeminente advogado Prescott F. Hall²⁰.

Até o início do século XX, o uso do tempo de reação para avaliar a inteligência ou fazer comparações raciais não funcionou bem e a crítica à craniometria feita pelo antropólogo Franz Boas foi particularmente efetiva (Baker, 1998). Na França, Alfred Binet também havia abandonado a craniometria e seus novos testes não visavam comparações raciais nem confirmar a posição hereditária de Galton. Com a tradução e modificação do teste Binet-Simon por Henry Goddard, da Escola Vineland, e Lewis

¹⁹ [N. do R.] A *Immigration Restriction League* (IRL) foi uma organização fundada em 1894 em Boston por três graduados da Universidade Harvard: Prescott F. Hall, Robert DeCourcy Ward e Charles Warren. Seu objetivo era limitar a imigração nos Estados Unidos, especialmente de grupos considerados "racialmente inferiores" ou "culturalmente incompatíveis", como os imigrantes do sul e do leste da Europa.

A IRL promovia a ideia de que a imigração em massa ameaçava a homogeneidade cultural e racial da sociedade americana. Defendia políticas como testes de alfabetização para imigrantes, restrições baseadas na origem nacional e cotas rigorosas. A organização teve influência significativa nas discussões políticas da época e contribuiu para a aprovação de leis restritivas de imigração, como o *Immigration Act* de 1924, que estabeleceu cotas baseadas na origem étnica para favorecer imigrantes do norte da Europa.

²⁰ [N. do R.] Prescott Farnsworth Hall foi um advogado, autor e ativista político norte-americano, nascido em 27 de setembro de 1868, em Boston, Massachusetts, e falecido em 28 de maio de 1921. Formado pela Universidade de Harvard, obteve seu bacharelado em 1889 e o diploma em Direito em 1892. Hall é mais conhecido por seu papel como fundador e primeiro secretário da *Immigration Restriction League*, criada em 1894. Essa organização foi o primeiro *think tank* anti-imigração dos Estados Unidos, promovendo políticas restritivas baseadas em ideias de eugenia e nativismo, uma ideologia política e social que propõe o favorecimento dos interesses dos habitantes nativos ou estabelecidos de um país em detrimento dos interesses dos imigrantes.

Terman, da Universidade de Stanford, a psicologia e a sociedade americanas entraram em uma nova era para a “medida de mérito” em uma ampla gama de contextos (Carson, 2007). Justificar uma hierarquia racial não era o objetivo principal da maioria das testagens mentais iniciais, mas para aqueles que esperavam que a superioridade branca ainda poderia ser baseada na ciência, os testes foram uma ferramenta poderosa pela qual concepções de inferioridade negra dos séculos XVIII e XIX poderiam ser tornadas “objetivas” de uma nova forma. Diferente das versões do século XIX, nas quais todos os africanos eram vistos como inerentemente inferiores aos europeus brancos, um novo racismo científico baseado em testagem mental permitiu discussões sobre distribuição e sobreposição, na forma proposta por Galton (1869). Em *Hereditary Genius* (Gênio Hereditário, em tradução livre), Galton discutiu “o valor comparativo de diferentes raças” e concluiu, de seu histórico de “conquistas” (conforme a avaliação dos autores brancos) e de suas próprias viagens, que a distribuição de faculdades mentais em negros se sobrepunha à da raça anglo-saxã, mas que a média da raça negra era dois níveis inferior, uma afirmação feita sem nenhuma medida de inteligência. Na América, o uso de distribuições sobrepostas, ao invés de categorias raciais rígidas, fez a ideologia implícita menos óbvia e seria, posteriormente, usada para negar acusações de racismo afirmando, como fez Vernon (1979), que o racismo só era cabível se todos os membros de uma raça são inferiores à outra.

A questão de inteligência e “educabilidade” negras foi tomada por Mayo (1913), Strong (1913) e Ferguson (1916). Estas comparações entre crianças negras e brancas americanas,

geralmente de escolas segregadas, forneceu a aparência da racionalidade distante e cuidadosa sobre raça. Explicações ambientais para escores diferentes foram rejeitadas e as escolas eram magicamente tratadas como iguais em seu valor educacional no estudo de Strong (1913), apesar do fato que o gasto por aluno naquele ano, na Carolina do Sul, foi de US\$14,79 para brancos e US\$1,68 para negros. Professores brancos eram pagos muito mais do que seus colegas negros; a proporção de alunos para funcionários era muito mais baixa e crianças brancas tinham períodos escolares substancialmente mais longos (Richards, 2012). Estes estudos iniciais ilustram as características do racismo científico posterior na psicologia: uso de dados extensivos e a consideração de possíveis explicações alternativas, com a hereditariedade sendo, no final, aceita, ainda que por vezes de forma relutante, como a melhor explicação da maioria das diferenças raciais. Como muitos destes autores não possuíam as visões altamente políticas e hostis de Madison Grant e dos nordicistas²¹, alguns historiadores (p.e., Richards, 2012) preferem ver este tipo trabalho como “racialista” do que como “racismo científico”. A posição tomada aqui é a de que o discurso desconectado da política criou uma forma mais efetiva de racismo científico, na qual os papéis de cientista e as opiniões políticas estão separados, permitindo que cientistas afirmem neutralidade

²¹ [N. do R.] Os nordicistas foram pensadores, cientistas e ideólogos que, entre o final do século XIX e meados do século XX, promoveram a ideia de que os povos do norte da Europa, especialmente escandinavos, germânicos e anglo-saxões, pertenciam a uma “raça nórdica” superior em termos de inteligência, moralidade e capacidade civilizatória.

e, portanto, maior autoridade. As comparações entre crianças escolares negras e brancas continuou através dos anos de 1920, mas decaiu na psicologia americana nos anos de 1930.

Henry Goddard não estava preocupado com raça, mas em explicar como deficiência mental era hereditária e como o pauperismo, a criminalidade e a imoralidade resultam em falta de visão retrospectiva e de planejamento naqueles de baixa inteligência. Seu contato com Charles B. Davenport forneceu incentivo considerável para buscar a solução na eugenia (Zenderland, 1998). A tentativa de Goddard (1917) de identificar deficiência mental entre imigrantes da Ilha Ellis levou a sua conclusão de que, possivelmente por razões ambientais ou diferenças de classes sociais, europeus do leste e do sul demonstraram altos níveis de deficiência mental. Seus resultados foram então usados por outros para promover explicações hereditárias e a necessidade de restrição da imigração por raça para evitar deterioração social (Tucker, 1994). Lewis Terman também enfatizou inteligência como pré-requisito para moralidade sexual (Hegarty, 2013). Como Galton, Terman focou no lado “dotado” da distribuição, mas dados de variados grupos o levou a concluir que a inteligência limítrofe “é muito, muito comum entre famílias indígenas, espanholas e mexicanas do sudoeste e, também, entre negros. Sua estupidez parece ser racial ou, pelo menos, herdada das características das famílias das quais eles vêm.” Ele previu que pesquisas mais aprofundadas revelariam “diferenças raciais grandemente significativas em inteligência geral” que não poderiam ser eliminadas pela cultura (Terman, 1916, p.91-92). Turmas especiais, segregadas eram

necessárias para estas crianças, enfatizando o concreto e prático ao invés do aprendizado abstrato, para que eles possam ser transformados em trabalhadores eficientes. Como outros apoiadores da eugenia do início do século XX, Terman acreditava que, por causa da sua falta de visão retrospectiva e de restrição sexual, indivíduos e grupos com inteligência mais baixa estavam “reproduzindo excessivamente” enquanto aqueles com altos níveis de inteligência não conseguiam se reproduzir adequadamente. Pela década de 1920, estas ideias estavam interligadas com discussões públicas sobre moralidade, gênero, educação de mulheres, vida doméstica e familiar. Os problemas dos dotados, a moralidade, o crime, a sexualidade e as diferenças raciais eram, na visão progressista de Terman, relacionados à melhora social através da testagem de inteligência e de programas eugenistas (Hegarty, 2013; Winston, 2018).

Em 1917, o presidente da Associação Americana de Psicologia, Robert Yerkes, pediu que psicólogos proeminentes contribuíssem com o esforço de guerra e organizou uma testagem de inteligência em massa, de aproximadamente 1,7 milhões de recrutas do exército. Os objetivos eram identificar aqueles que eram “incompetentes mentais” para o serviço e auxiliar na classificação e organização do trabalho. As condições de testagem altamente problemáticas para massas de recrutas com pouca ou nenhuma educação e inglês mínimo foram descritas por Gould (1981) e Tucker (1994). Em seu relatório inicial, Yoakum e Yerkes (1920, p.193) perceberam que “os dados do exército sobre diferenças raciais eram escassas” e os escores menores dos negros foram mencionados apenas uma vez. O relatório de 890

páginas publicado no ano seguinte (Yerkes, 1921) dedicou um capítulo inteiro a “A Inteligência do Negro” e descreveu a “inferioridade marcante em inteligência dos recrutas de cor” (p. 707). Entre recrutas nascidos no exterior, aqueles de países eslavos e latinos mostraram escores significativamente menores do que europeus do norte, mas a hereditariedade não foi claramente usada para explicar estas diferenças. Não obstante, Carl Brigham (1923), totalmente comprometido com a classificação de Ripley de raças nórdicas, alpinas e mediterrâneas, analisou os dados do exército usando a nacionalidade original como análogo à raça. Ele concluiu que quanto mais sangue nórdico (i.e., quanto mais nórdico o país de nascimento), maiores os escores, e que esse mecanismo simples explicava o porquê de os recrutas nascidos na Inglaterra, Holanda, Escócia, Alemanha, e Dinamarca tinham escores superiores àqueles da Turquia, Grécia, Rússia, Itália e Polônia que, por sua vez, tinham escores maiores do que os negros. Ele afirmou (mas silenciosamente repudiou suas conclusões sete anos depois, conforme se vê em Brigham, 1930) que a inteligência dos imigrantes americanos estava diminuindo devido tanto ao grande influxo de raças inferiores quanto à presença dos representantes mais pobres destas raças. O intercruzamento iria produzir uma diminuição da raça superior, como predito por Madison Grant. A imigração precisava ser “restritiva e altamente seletiva”, mas eliminar a imigração ainda não resolveria o problema das “estirpes defeituosas” e da diminuição geral da inteligência. (Brigham, 1923, p.210). Os psicólogos Robert M. Yerkes, Lewis Terman, Henry Goddard, Edward Thorndike, Clark Wissler, William

McDougall, Carl Seashore e Carl Brigham eram todos membros da Sociedade Americana de Eugenia e acreditavam que testagem mental tinha um papel crucial em programas eugenistas. Mas somente Brigham contribuiu diretamente para a pesquisa racial, e suas visões sobre diferenças raciais eram variadas, abrangendo desde a hierarquia racial explícita e apoio à segregação racial estrita de McDougall (1921) até o desinteresse de Goddard pela raça. O livro de Brigham, apesar de promovido por Yerkes, esteve sob forte crítica de muitos de seus colegas brancos (Stout e Stuart, 1991), assim como de acadêmicos negros, como Horace Mann Bond (Guthrie, 1998; Jackson, 2004).

A Lei de Imigração de 1924, conhecida também como Lei Reed-Johnson²², estendeu o sistema de contingência da Lei de Imigração de 1917. O resultado foi a restrição severa da imigração de europeus do leste e sul, incluindo judeus da Rússia, que foram acusados de uma ampla gama de defeitos morais, assim como de bolchevismo. Os resultados da testagem do exército tiveram papel limitado nos debates sobre a Lei de Imigração de

²²[N. do R.] A Lei Reed-Johnson, oficialmente conhecida como *Immigration Act of 1924*, foi uma legislação norte-americana que estabeleceu cotas rigorosas para a imigração, com base na origem nacional dos imigrantes. Promulgada em 26 de maio de 1924, a lei foi patrocinada por Albert Johnson, presidente do Comitê de Imigração da Câmara, e pelo senador David Reed. Ela refletia fortemente os ideais nativistas e eugenistas da época, buscando preservar a “composição racial” dos Estados Unidos.

A lei limitava a entrada de imigrantes a 2% do número de pessoas de cada nacionalidade que já viviam nos EUA em 1890, um critério que favorecia europeus do norte e oeste, e excluía drasticamente os do sul e leste europeu, além dos de origem asiática. Ela também proibiu completamente a imigração de pessoas do Japão, gerando tensões diplomáticas com aquele país.

1924, apesar de o papel de dados psicológicos era substancialmente mais importante do que o que foi defendido por Snyderman e Herrnstein (1983). Nenhum dos psicólogos testemunhou²³, mas o trabalho de Brigham era bem conhecido pelo deputado Albert Johnson, autor da Lei de 1924, amigo próximo de Madison Grant e, em 1923, fora presidente da Associação de Pesquisa Eugenista. O testemunho que ajudou a garantir a aprovação da Lei veio, principalmente, do eugenista Harry Laughlin que, durante várias apresentações à Comissão de Imigração da Câmara, apresentou dados extensivos sobre doenças, condições degenerativas e a inferioridade mental e física de imigrantes recentes. Como descrito por Gelb, Allen, Futterman e Mehler (1986), Laughlin apresentou seis páginas de testemunho sobre a habilidade mental hereditária de imigrantes, como mostrados pelos testes do exército. Uma exibição sobre a herdabilidade de traços mentais, morais e físicos do Segundo Congresso Internacional de Eugenia foi exibido no prédio do Capitólio por três anos. Terman (1924) declarou que, através da testagem mental, a psicologia “tem se tornado um farol de luz do movimento eugenista” e “é usada por congressistas na reformulação da política nacional de imigração” (p.106). Há pouca dúvida de que a Lei de 1924 teria passado sem o uso de nenhum dado dos testes psicológicos (Samelson, 1979), mas também não há dúvida de que o trabalho dos psicólogos teve um papel importante.

²³ [N. do R.] Para a provação de leis, é comum que casas legislativas chamem especialistas para falarem.

O Recuo Parcial do Racismo Científico

Durante os anos de 1930, o racismo científico estava sob ataque crescente na antropologia (Baker, 1998; Barkan, 1992) e, em menor escala, na psicologia. Ideias da superioridade nórdica sobre outras etnias europeias e ideias dos judeus como uma raça perderam valor por causa de associações com a ideologia nazista, os efeitos da Grande Depressão sobre as explicações hereditárias para pobreza e o interesse crescente, entre psicólogos, por atitudes e preconceitos em vez de diferenças raciais. Samelson (1978) sugeriu que o influxo de acadêmicos judeus refugiados pode ter tido um papel nesta mudança, apesar de os judeus constituírem um número muito pequeno de psicólogos na década de 1930 (Winston, 1996). Algumas críticas científicas eram particularmente efetivas, como quando Otto Klineberg (1935) virou os testes do exército da Primeira Guerra Mundial de ponta cabeça. Negros da Pensilvânia, Nova York, Illinois e Ohio tiveram scores ligeiramente mais altos do que os brancos “nórdicos” do Mississippi, Kentucky, Arkansas e Georgia, efeito que não poderia ser explicado pela “migração seletiva”. Alguns pesquisadores, como Thomas Garth, que haviam começado seus estudos de nativos americanos com uma crença firme nas diferenças raciais, se tornaram céticos e críticos. Mas o declínio do interesse em estudos raciais não foi universal. Raymond B. Cattell elogiou os esforços alemães de colocar princípios eugenistas em prática e continuou a alertar sobre os perigos da mistura racial, assim como fez o líder eugenista Charles B. Davenport (Richards, 2012; Tucker, 2008). Stanley Porteus, que

se mudou da Escola Vineland para a Universidade do Havaí em 1922, continuou a estudar as diferenças raciais na inteligência e outros traços na década de 1940 até sua morte em 1972. Sua crença de que seu teste labirinto era “livre de cultura” e que demonstrava a inferioridade de africanos era inabalável, apesar das mudanças no clima social e científico (p.e., Porteus, 1965).

Apesar das críticas de Otto Klineberg (1935), Ashley Montagu (1942), Ruth Benedict (1940) e outros alunos de Franz Boas serem efetivas, psicólogos não abandonaram o conceito de raça, que já estava sob ataque nos anos de 1930, nem a possibilidade de negros serem intelectualmente inferiores a brancos. O uso da categoria “nórdico” continuou em discussões de livros didáticos sobre raça nos anos de 1930 e 1940, mas, posteriormente, desapareceram amplamente (Winston, Butzer e Ferris, 2004). Psicologia introdutória em livros didáticos gradualmente começaram a tratar do problema das diferenças de inteligência entre brancos e negros como “incerto” devido à pobreza dos dados, mas não rejeitavam a legitimidade da questão. Richards (2012) demonstrou o declínio de comparações raciais na psicologia americana. Entretanto, o interesse na questão “natureza *versus* cultura” como originalmente formulada por Galton permaneceu em alta. Galton (1883) havia sugerido que o estudo de gêmeos forneceria a chave, mas não tinha formas de analisar a zigosidade. Vários estudos com gêmeos idênticos *versus* gêmeos fraternos foram publicados durante os anos de 1930 e 1940, incluindo gêmeos separados após nascimento (p.e., Newman, Freeman e Holzinger, 1937; ver também Woodworth, 1941). Estudante e colaboradora de Terman, Barbara Burks

(1928), comparou as semelhanças de escores de testes de inteligência de um grupo de crianças adotadas e seus pais adotivos com a semelhança de um grupo de crianças e seus pais biológicos, o primeiro de diversos estudos esperando avaliar natureza *versus* cultura. Apesar de estes estudos não se referirem à raça e oferecerem evidência do efeito do ambiente assim como da hereditariedade, estudos de adoção e de gêmeos se tornariam, posteriormente, uma ferramenta importante para reviver as interpretações hereditárias de diferenças raciais em escores de testes.

Os debates dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 sobre raça e escores de testes de inteligência ocorreram quase inteiramente entre acadêmicos brancos. Com poucas exceções, americanos de origem africana permaneceram excluídos dos principais programas de pós-graduação em psicologia e de praticamente todas as posições acadêmicas, exceto das escolas negras²⁴ (ver Guthrie, 1998; Pickren, 2009). Depois de Francis Sumner se tornar o primeiro psicólogo negro a obter um PhD,

²⁴ [N. do R.] As universidades e escolas negras nos Estados Unidos, conhecidas como HBCUs (*Historically Black Colleges and Universities*, ou Escolas e Universidades Historicamente Negras, em tradução livre), desempenharam um papel fundamental na educação da população afro-americana desde o século XIX. Criadas em resposta à exclusão racial das instituições brancas, essas escolas surgiram para oferecer acesso à formação acadêmica e profissional a pessoas negras, especialmente após a abolição da escravidão. A primeira HBCU foi a *Cheyney University*, fundada na Pensilvânia em 1837. Outras instituições notáveis incluem *Howard University*, *Morehouse College*, *Spelman College* e *Tuskegee University*. Além de ensino superior, muitas escolas primárias e secundárias negras foram estabelecidas por igrejas, associações comunitárias e por filantropos como parte de um esforço coletivo para combater o analfabetismo e promover a mobilidade social.

com G. Stanley Hall na Universidade Clark e após Sumner estabelecer um programa de pós-graduação em psicologia altamente bem-sucedido na Universidade Howard, uma comunidade de psicólogos negros começou a emergir. Apesar das críticas iniciais ao racismo científico vir de W.E.B. Du Bois (1920) e Horace Mann Bond, como apontado em *Mental Testing, Educability, Eugenics, and Immigration* (Testagem mental, educabilidade, eugenia e imigração, em tradução livre), eles tendiam a aparecer em periódicos da NAACP²⁵, *The Crisis* ou no *Journal of Negro Education*, publicado na Universidade Howard e poderiam ser facilmente ignorados por leitores e editores brancos de periódicos de psicologia tradicionais.

Racismo Científico e o Movimento dos Direitos Civis

Henry Garrett (1894-1973), presidente da APA em 1946 e diretor executivo do departamento de psicologia da Universidade de Columbia de 1941 a 1955, teve importante papel na organização da oposição científica ao crescente Movimento dos Direitos Civis nos anos do pós-Guerra. Usando suas credenciais e expertise como psicólogo, Garrett trabalhou com e apoiou grupos extremistas raciais e neonazistas nestes objetivos (Tucker, 1994, 2002; Winston, 1998). Como jovem membro do

²⁵ [N. do R.] *National Association for the Advancement of Colored People*, ou Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor, em tradução livre, é uma das mais antigas e influentes organizações de direitos civis dos Estados Unidos. Fundada em 1909, em resposta ao aumento da violência racial e à discriminação contra afro-americanos, seu objetivo principal é garantir a igualdade política, educacional, social e econômica para todas as pessoas, especialmente aquelas marginalizadas por causa da raça.

corpo docente da Universidade de Columbia, onde havia recebido seu PhD, Garrett tinha interesse inicial em diferenças raciais e étnicas, mas sua posição hereditária era apresentada geralmente de forma moderada, e ele esteve disposto a supervisionar a tese de doutorado de uma aluna negra de pós-graduação, Mamie Phips Clark, que havia estudado com Sumner na Howard. Em 1945, Garrett começou a atacar argumentos de Ashley Montagu e Irving Lorge de que diferenças raciais em escores de testes de QI poderiam ter uma interpretação ambiental ou que educação e ambiente poderiam aumentar o QI. Usando uma estratégia que se tornaria fundamental, ele argumentou que a posição de Montagu era baseada em ideologia e “emoções pessoais”, referência velada ao contexto judeu de Montagu, enquanto a própria conclusão de Garrett de indiscutíveis diferenças raciais era apresentada como pensamento científico imparcial. Garrett testemunhou no caso *Davis v. County School Board*²⁶ de 1952, caso que precedeu o *Brown v. Board of Education*, e se posicionou a favor não somente que as escolas separadas “iguais” não causariam danos,

²⁶ [N. do R.] O caso *Davis v. County School Board of Prince Edward County* (1952) foi uma das cinco ações judiciais que culminaram na histórica decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em *Brown v. Board of Education* (1954), que declarou a segregação escolar inconstitucional. O processo teve início quando estudantes negros da *Robert Russa Moton High School*, na Virgínia, protestaram contra as condições precárias da escola, que era destinada exclusivamente a afro-americanos e carecia de recursos básicos, como aquecimento e laboratórios adequados. Liderados por Barbara Johns, uma estudante de 16 anos, os alunos organizaram uma greve e, com apoio da NAACP, entraram com uma ação judicial exigindo igualdade educacional. Ao contrário de outras ações que pediam melhorias nas escolas segregadas, *Davis v. County School Board* exigia o fim da segregação em si.

mas também que negros precisavam de suas próprias escolas para desenvolver o que Garrett alegou serem seus “talentos especiais” em música e atletismo, uma referência a estereótipos e preconceitos amplamente mantidos.

A decisão do caso *Brown v. Board of Education*, de 1954 galvanizou Garrett e outros ativistas raciais: eles acreditavam que a integração escolar inevitavelmente levaria à miscigenação e declínio da raça branca. Eles viam as declarações da UNESCO (1951) sobre raça como um sinal do perigo do pensamento “igualitário”. Se aposentando da Columbia em 1955, Garrett retornou a seu estado natal, a Virginia, e dedicou os últimos 18 anos de sua vida a promover a segregação racial com justificativa científica, como parte de “resistência massiva”. Estes esforços foram apoiados por dinheiro da *Pioneer Fund*²⁷, criada pelo herdeiro de maquinário têxtil Wickliffe Draper²⁸, que havia começado a financiar pesquisas sobre raça, eugenia, repatriação de negros e os danos da miscigenação desde o final dos anos de 1930 (Kenny, 2002; Lombardo, 2003; Tucker, 2002). Apesar de

²⁷ [N. do R.] A *Pioneer Fund* foi uma instituição dedicada originalmente à promoção da eugenia e da “melhoria genética” da população americana. O fundo financiou estudos que buscavam provar diferenças raciais em inteligência e comportamento, muitos dos quais foram amplamente criticados por sua falta de rigor científico e por promover ideias racistas. Entre os beneficiários estavam acadêmicos como Arthur Jensen e J. Philippe Rushton, cujos trabalhos geraram intenso debate público.

²⁸ [N. do R.] Wickliffe Preston Draper foi um empresário e filantropo norte-americano, nascido em 24 de agosto de 1891, em Hopedale, Massachusetts, e falecido em 26 de outubro de 1972, em Boston, Massachusetts. Herdeiro de uma fortuna familiar ligada à indústria têxtil, Draper é mais conhecido por seu papel controverso como financiador de pesquisas e organizações ligadas à eugenia e ao racismo científico nos Estados Unidos.

os subsequentes presidentes da *Pioneer Fund* terem insistentemente negado, o fato é que o dinheiro da fundação foi direcionado para os Conselhos de Cidadãos Brancos e usado para fins explicitamente políticos, isto é, resistir à integração, reverter a decisão *Brown*, lutar contra novas legislações de direitos civis e preservar uma sociedade segregada. Para reviver a ciência da raça, Garrett forneceu o dinheiro da Draper à sua antiga aluna, Audrey Shuey, para uma revisão de comparações raciais. *The Testing of Negro Intelligence* (A Testagem da Inteligência do Negro, em tradução livre) (Shuey, 1958) virou um texto padrão para a justificativa da segregação e foi citado em trabalhos posteriores, como o de Jensen (1969), apesar de exclusão muito óbvia de Shuey de resultados que não apoiavam uma interpretação hereditária (Pettigrew, 1964). Muitos psicólogos, como os da Sociedade para o Estudo Psicológico de Problemas Sociais (SPSSI)²⁹, fizeram fortes objeções ao trabalho de Garrett e seu círculo, mas seus esforços para combater a literatura e as atividades da Associação Internacional para o Avanço de

²⁹ [N. do R.] A *Society for the Psychological Study of Social Issues* (SPSSI) é uma organização científica fundada em 1936 com o objetivo de aplicar a psicologia ao entendimento e à solução de problemas sociais. Criada por psicólogos progressistas como Kurt Lewin, a SPSSI surgiu em um contexto de crescente preocupação com temas como racismo, desigualdade, guerra e justiça social. A sociedade promove pesquisas interdisciplinares que abordam questões como discriminação, direitos humanos, pobreza, violência, imigração e políticas públicas. Seus membros incluem acadêmicos, profissionais e estudantes comprometidos com o uso da ciência psicológica para promover mudanças sociais positivas.

Etnologia e Eugenia (IAAEE)³⁰ foram limitadas pela falta de recursos e por preocupações relativas à ideia de que tentativas de acabar com o racismo científico violaria a ideia mitológica de neutralidade de valores e, portanto, ameaçar a legitimidade científica da psicologia (Winston, 2011). A crítica excepcional de Pettigrew (1964) sobre a ciência da raça foi amplamente citada, mas não deteve Garrett e seus colegas.

Em 1959, Garrett havia formado a IAAEE com a ajuda do biólogo Robert Kuttner³¹, o cientista político A. James Gregor³²,

³⁰ [N. do R.] A *International Association for the Advancement of Ethnology and Eugenics* (IAAEE) foi uma organização fundada em 1959, nos Estados Unidos, com o objetivo de promover ideias ligadas à eugenia, ao racismo científico e à supremacia branca. Embora se apresentasse como uma entidade acadêmica voltada para estudos de etnologia e genética humana, sua atuação esteve fortemente associada à defesa da segregação racial e à oposição ao movimento dos direitos civis. A IAAEE financiou publicações e pesquisas que buscavam justificar desigualdades raciais com base em supostas diferenças genéticas, muitas vezes sem respaldo científico. A organização também apoiou campanhas contra a integração escolar e contra leis antidiscriminatórias, especialmente durante os anos 1960 e 1970. Seus membros incluíam acadêmicos e ativistas que rejeitavam a igualdade racial e defendiam políticas de imigração restritivas.

³¹ [N. do R.] Robert E. Kuttner foi um biólogo norte-americano nascido em 10 de março de 1927, em Queens, Nova York, e falecido em 19 de fevereiro de 1987. Doutor em zoologia pela Universidade de Connecticut, além de fundador e diretor da IAAEE, foi editor da coletânea *Race and Modern Science* (1967), publicada como uma resposta às declarações da UNESCO sobre a igualdade racial. Kuttner se autodefinia como defensor do “racismo científico” e era conhecido por suas posições extremas sobre raça, defendendo ideias de supremacia branca e inferioridade racial. Ele também colaborou com publicações como *Mankind Quarterly* e *Northern World*, e foi descrito por estudiosos como um propagador de ideologias neonazistas.

³² [N. do R.] A. James Gregor foi um cientista político norte-americano, nascido em 2 de abril de 1929, em San Francisco, Califórnia, e falecido em 30

o estudante de graduação em economia Donald Swan³³, o psicólogo Frank McGurk³⁴, entre outros. Este grupo logo se expandiu internacionalmente para incluir o geneticista e eugenista R. Ruggles Gates³⁵, o historiador Charles Tansill³⁶ e o

de agosto de 2019, na mesma cidade. Professor da Universidade da Califórnia em Berkeley, Gregor se destacou por seus estudos sobre ideologias políticas, especialmente fascismo, marxismo e segurança nacional.

³³ [N. do R.] Donald A. Swan foi um economista e antropólogo norte-americano nascido em 28 de março de 1935, em Nova York, e falecido em junho de 1981. Formou-se no *Queens College* e iniciou estudos de pós-graduação em economia na Universidade Columbia, mas foi expulso por roubo de livros da biblioteca. Swan teve uma trajetória marcada por sua atuação em movimentos de extrema-direita e pela defesa da eugenia e da segregação racial.

³⁴ [N. do R.] Frank C. J. McGurk foi um psicólogo norte-americano nascido em 1910 e falecido em 1995. Atuou como professor em diversas instituições, incluindo *Lehigh University*, *Villanova University*, *West Point* e *Alabama College*. Sua carreira acadêmica ficou marcada por estudos controversos sobre raça e inteligência, conduzindo pesquisas comparativas entre estudantes negros e brancos, focando em testes de inteligência. McGurk alegava que negros tinham menor capacidade educacional que brancos, o que provocou forte reação da comunidade científica.

³⁵ [N. do R.] Reginald Ruggles Gates foi um geneticista, botânico e antropólogo canadense, nascido em 1º de maio de 1882, em Middleton, Nova Escócia, Canadá, e falecido em 12 de agosto de 1962, em Londres, Inglaterra. Formado pela *Mount Allison University* e posteriormente pela *McGill University*, Gates obteve seu doutorado na Universidade de Chicago em 1908, com estudos sobre a genética da planta *Oenothera lata* (primula), que influenciaram teorias sobre mutações. Contudo, sua reputação acadêmica foi marcada por controvérsias: defensor da eugenia, manteve posições racistas mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando tais ideias já eram amplamente rejeitadas. Gates acreditava na existência de “raças humanas distintas” com capacidades diferentes, o que o colocou em desacordo com a comunidade científica contemporânea.

³⁶ [N. do R.] Charles Callan Tansill foi um historiador norte-americano nascido em 9 de dezembro de 1890, em Fredericksburg, Texas, e falecido em 12 de novembro de 1964, em Washington. Formou-se pela *Catholic University of*

antropólogo Robert Gayre³⁷, que se tornou o primeiro editor de seu periódico, *The Mankind Quarterly*³⁸. Logo, outros psicólogos foram adicionados à comissão editorial: R. Travis Osborne, Stanley Porteus, Herbert Sanborn e Audrey Shuey. Alguns membros da comissão estavam interessados principalmente na mistura de raças na América; alguns, como Kuttner e Swan, estavam abertamente envolvidos em grupos neonazistas, e alguns haviam contribuído com a literatura científica nazista sobre raça

America, onde obteve seu bacharelado e mestrado, doutorando-se em história na *Johns Hopkins University* em 1918. Especializou-se em história diplomática dos Estados Unidos, tornando-se uma das principais vozes do revisionismo histórico no século XX.

³⁷ [N. do R.] O antropólogo escocês (George) Robert Gayre (originalmente Gair) nasceu em Dublin, Irlanda, em 6 de agosto de 1907, e faleceu no Castelo Minard, Argyll, Escócia, em 10 de fevereiro de 1996.

Gayre é mais conhecido por ter fundado a revista acadêmica *Mankind Quarterly*. Além de sua controversa carreira em antropologia, ele foi uma autoridade em heráldica, fundando a publicação *The Armorial* e escrevendo diversos livros sobre o assunto. Serviu no Exército Britânico e, após a Segunda Guerra Mundial, atuou em funções educacionais junto ao Governo Militar Aliado na Itália.

³⁸ [N. do R.] A *Mankind Quarterly* é uma revista acadêmica fundada em 1960, originalmente publicada em Edimburgo, Escócia, sob a direção do antropólogo Robert Gayre. Desde sua criação, o periódico tem sido associado a teorias no mínimo controversas sobre raça e hereditariedade, sendo considerado por muitos estudiosos como um veículo para a promoção de ideias eugênicas e de extrema-direita no pós-Segunda Guerra Mundial. A revista surgiu em um contexto de resistência à crescente rejeição científica e ética da eugenia, buscando manter viva a discussão sobre diferenças raciais e culturais sob uma perspectiva pseudocientífica. Seus colaboradores incluíram figuras ligadas ao pensamento supremacista branco, antisemitismo, anticomunismo e outras ideologias radicais. A *Mankind Quarterly* procurou legitimar essas ideias por meio de uma linguagem acadêmica e da publicação de estudos que questionavam o igualitarismo racial e cultural.

dos anos 1930. Estes acadêmicos de uma ampla gama de disciplinas foram reunidos pela visão de que a civilização europeia havia se desenvolvido somente devido às qualidades do conjunto genético do norte europeu e à crença de que estas qualidades e civilizações desapareceriam sem a proteção contra intercruzamento racial (Winston, 1998).

O *Mankind Quarterly* publicou um fluxo estável de artigos sobre as diferenças raciais em inteligência, o papel da raça no declínio das civilizações, uma defesa implícita ao *apartheid*, as consequências negativas da integração escolar e sobre a naturalidade e inevitabilidade da desarmonia racial, além de discussões gerais sobre civilizações antigas e grupos étnicos. O proeminente geneticista nazista Otmar von Verschuer, orientador de Josef Mengele, foi listado como membro do comitê de assessoria do periódico de 1966 até muito após sua morte. Os fundadores da IAAEE aproximaram-se do público com artigos de McGurk (1956) e Garrett (1961) sobre diferenças raciais hereditárias na inteligência, aparecendo no *U.S. News and World Report*³⁹. Com a ajuda do dinheiro da *Pioneer Fund*, Garrett deu palestras públicas aos Conselhos de Cidadãos Brancos⁴⁰. Ele e

³⁹ [N. do R.] *U.S. News & World Report* é uma revista norte-americana fundada em 1933, conhecida por seus rankings e análises em áreas como educação, saúde, finanças e política. Originalmente voltada ao jornalismo político e econômico, a publicação passou a se destacar por suas listas anuais, como o ranking das melhores universidades, hospitais, escolas e carros. Esses rankings influenciam decisões de estudantes, famílias, profissionais da saúde e consumidores nos Estados Unidos e internacionalmente.

⁴⁰ [N. do R.] Os Conselhos de Cidadãos Brancos foram organizações segregacionistas fundadas nos EUA a partir de 1954 para resistir à integração racial após a decisão da Suprema Corte no caso *Brown v. Board of Education*.

outros diretores da IAEEE deram testemunhos de especialistas sobre os efeitos danosos da imigração no caso *Stell vs. Savannah Education Board*, que desafiaram a decisão do caso *Brown*. O juiz Frank Scarlett fez uso explícito de seus trabalhos ao decidir a favor dos pais brancos, decisão anulada num recurso judicial. Em uma série de panfletos distribuídos para centenas de milhares de professores, Garrett alertava como a integração escolar destruiria a civilização branca através do cruzamento, que diminuiria o QI da população branca. Em outras publicações, Garrett usava uma narrativa originalmente desenvolvida pelo senador do Mississippi Theodoro Bilbo⁴¹ (1947) e pelo ativista racial Carleton Putnam⁴²

Interessados em preservar “civilização sulista”, reuniam empresários, políticos e líderes comunitários brancos que se opunham à igualdade racial. Ao contrário do Ku Klux Klan, evitavam violência explícita, mas usavam pressão econômica, campanhas de medo e influência política para impedir o avanço dos direitos civis dos afro-americanos, como sua atuação contra o registro de eleitores negros, o acesso igualitário à educação e aos serviços públicos. Em seu auge, chegaram a ter cerca de 60 mil membros nos EUA.

⁴¹ [N. do R.] Theodore Gilmore Bilbo foi um político norte-americano que nasceu em 13 de outubro de 1877, no Condado de Pearl River, Mississippi, e faleceu em 21 de agosto de 1947, em New Orleans, Louisiana. Membro do Partido Democrata, ficou conhecido por sua atuação controversa e fortemente racista. Bilbo ocupou cargos importantes no estado do Mississippi: foi duas vezes governador (1916–1920 e 1928–1932) e senador federal de 1935 até sua morte.

⁴² [N. do R.] Carleton Putnam foi um empresário, escritor e ativista dos EUA. Nasceu em 19 de dezembro de 1901, em New York, e faleceu em 5 de março de 1998, em Charlottesville, Virgínia, aos 96 anos. Formado em *Princeton* (1924) e em Direito pela *Columbia Law School* (1932), Putnam fundou a *Chicago & Southern Airlines* em 1933, que mais tarde se fundiu com a *Delta Air Lines*, onde atuou como CEO e permaneceu no conselho até sua morte. Em 1961, ele publicou *Race and Reason: A Yankee View*, obra que defendia a inferioridade racial dos negros e criticava a dessegregação escolar. O livro foi

(ver Jackson, 2001a) de que a igualdade racial em inteligência e a capacidade para civilização era um “mito igualitário”, uma fraude massiva perpetrada por Franz Boas e seus alunos judeus para fomentar a mistura racial.

O quadro de membros do “círculo *Mankind Quarterly*” se sobrepunha a outros grupos de extrema direita e neonazistas, particularmente o *Liberty Lobby*⁴³, criado pelo publicador e distribuidor de literatura negacionista do holocausto e antisemita mais importante dos EUA, Willis Carto⁴⁴ (1926-2015). Usando o discurso do anticomunismo e patriotismo durante os anos de 1950, Carto foi capaz de reunir apoio de uma ampla gama de figuras civis e políticas, e nem todas estavam cientes da devoção de Carto a teorias da conspiração sobre judeus e ideologia racial nazista. Henry Garrett e outros diretores da IAAEE participaram

adotado por Conselhos de Cidadãos Brancos e distribuído em escolas do sul dos EUA como resposta à decisão da Suprema Corte no caso *Brown v. Board of Education*

⁴³ [N. do R.] O *Liberty Lobby* foi uma organização política conservadora dos Estados Unidos, ativa entre 1955 e 2001, conhecida por promover ideias nacionalistas e antisemitas. A organização atuava como um grupo de pressão (lobby), publicando materiais, financiando campanhas e influenciando políticas públicas. Embora se apresentasse como patriótico e conservador, suas ações frequentemente promoviam teorias da conspiração, revisionismo histórico e racismo institucional.

⁴⁴ [N. do R.] Willis Carto foi um advogado e ativista político norte-americano nasceu em 17 de julho de 1926, em Fort Wayne, Indiana, e faleceu em 26 de outubro de 2015, na Virgínia, aos 89 anos. Conhecido por sua atuação na extrema-direita dos Estados Unidos, fundou o *Liberty Lobby* em 1955 e dedicou sua vida à promoção de ideias nacionalistas, antisemitas e revisionistas. Influenciado por Francis Parker Yockey, autor do livro *Imperium*, Carto abraçou uma visão conspiratória da história, negando o Holocausto e defendendo teorias raciais.

do comitê de diversas publicações de Carto. O *Liberty Lobby* providenciou para que Garrett desse um testemunho de especialista contra novas legislações de direitos civis em 1967. Estes esforços cruzaram com os de outro grupo, a *Northern League*⁴⁵, fundada por Peter Huxley-Blythe⁴⁶ e o antropólogo Roger Pearson⁴⁷ nos anos de 1950. Criada para “salvar a raça

⁴⁵ [N. do R.] A *Northern League* foi uma organização ultradireitista fundada nos anos 1950 com o objetivo declarado de preservar a “raça nórdica” e combater o que chamavam de “mongolização” da civilização europeia. Inspirada por ideologias racistas e eugenistas, a *Northern League* reunia acadêmicos, ativistas e ex-membros de grupos fascistas e nazistas. Entre seus colaboradores estavam nomes como Hans F. K. Günther, teórico racial do Terceiro Reich, e Earnest Sevier Cox, defensor da segregação racial nos EUA. A organização promovia o conceito de supremacia branca, alegando que os povos do norte da Europa eram os “mais puros” descendentes dos indo-europeus.

⁴⁶ [N. do R.] Peter Huxley-Blythe foi um autor britânico e ativista político de extrema-direita nasceu em 16 de novembro de 1925, em Mansfield, Nottinghamshire, Inglaterra, e faleceu em 18 de agosto de 2013, em Chester, Cheshire, Reino Unido. Durante a juventude, foi atraído pelo movimento fascista liderado por Oswald Mosley e, após servir na Marinha Real durante a Segunda Guerra Mundial e na Guerra da Coreia, aprofundou sua atuação em círculos neofascistas. Além de suas atividades políticas, escreveu diversos livros sobre história militar, política internacional e teorias raciais. Era considerado um dos principais propagadores do antissemitismo e do revisionismo histórico no pós-guerra europeu.

⁴⁷ [N. do R.] Roger Pearson é um antropólogo que nasceu em 21 de agosto de 1927, em Londres, Inglaterra, sendo conhecido por sua atuação na extrema-direita e por promover ideias eugenistas e supremacistas brancas. Apesar de sua atuação política radical, Pearson teve carreira acadêmica: lecionou antropologia na *University of Southern Mississippi* e na *Montana Tech*, chegando a ocupar cargos de chefia. Fundou o *Institute for the Study of Man* e editou revistas científicas que misturavam antropologia com ideologia racial. Sua obra é amplamente rejeitada pela comunidade científica contemporânea,

nórdica da ‘aniquilação da nossa gente’ por ‘forças que mongolizariam nossa raça e nação’” (Pearson, 1959, p. 2), os membros da *League* incluíam Hans Günther⁴⁸, um dos mais notórios cientistas de raça do regime nazista, o ex-agente da Waffen SS, Arthur Erhardt⁴⁹ e o americano E. S. Cox⁵⁰, que fez

sendo considerada pseudocientífica e perigosa por promover hierarquias raciais e políticas eugênicas.

⁴⁸ [N. do R.] Hans F. K. Günther foi um escritor, antropólogo e teórico racial alemão, conhecido por sua influência no pensamento racial do Terceiro Reich. Ele nasceu em 16 de fevereiro de 1891 e morreu em 25 de setembro de 1968, ambos em Friburgo, Alemanha. Depois de servir na Primeira Guerra Mundial, passou a se dedicar à escrita, tornando-se notório por obras como *Rassenkunde des Deutschen Volkes* (Estudos Raciais do Povo Alemão, em tradução livre), publicado em 1922, onde promovia o conceito de raça nórdica. Após a Segunda Guerra Mundial, foi internado por três anos, mas não considerado responsável direto pelos crimes do regime. Mesmo assim, nunca renunciou às suas ideias racistas, negando o Holocausto até sua morte.

⁴⁹ [N. do R.] Arthur Ehrhardt foi um militar alemão que nasceu em 21 de março de 1896 em Mengersgereuth-Hämmern, Alemanha, e morreu em 16 de maio de 1971. Especialista em guerra de guerrilha e figura influente no pós-guerra entre movimentos de extrema-direita europeus, apesar de ter saído do partido nazista. Tornou-se um dos fundadores da revista *Nation Europa*, veículo central da nova direita europeia, e apoiou a ideia de uma “Europa-Nação” promovida por Oswald Mosley.

⁵⁰ [N. do R.] Earnest Sevier Cox nasceu em 24 de janeiro de 1880, no condado de Blount, Tennessee, e faleceu em 26 de abril de 1966, em Richmond, Virgínia. Cox foi um pregador metodista, sociólogo autodidata e ativista político conhecido por sua campanha pela “repatriação” de afro-americanos para a África. Após estudar teologia no *Moody Bible Institute* e na Universidade Vanderbilt, e sociologia na Universidade de Chicago, viajou extensivamente pela África entre 1910 e 1914, observando regimes coloniais e desenvolvendo ideias racistas sobre a separação racial. Em 1923, publicou *White America*, obra em que defendia a superioridade branca e a impossibilidade de convivência pacífica entre raças. Cox acreditava que a única solução era o retorno dos negros americanos ao continente africano. Curiosamente, colaborou com líderes negros separatistas como Marcus Garvey

campanha para o retorno de todos os negros para a África. Depois de se mudar para os Estados Unidos, Pearson uniu forças com Carto para promover os perigos dos “distorcedores de cultura” (i.e., os judeus), que destruiriam a raça nórdica se pudessem capturar as mentes das crianças nórdicas. Garrett e Herbert Sanborn⁵¹, que havia sido professor das cadeiras de filosofia e psicologia da Universidade Vanderbilt de 1911 a 1942, serviu como editor de *Western Destiny*, publicado por Carto e editado por Pearson. Como editor do *Mankind Quarterly* a partir de 1978, Pearson focou em publicar e republicar materiais sobre raça. Ele foi capaz de construir novas relações com acadêmicos, incluindo notáveis psicólogos Raymond B. Cattell e Hans J. Eysenck, que serviram no comitê de assessoria e contribuíram com artigos ao *Mankind Quarterly*. Eysenck aparentemente não sabia que Pearson era um promotor de teorias de conspiração sobre judeus, que eram agora apenas insinuadas nas discussões de Pearson sobre Boas e seus alunos (Tucker, 2002; Winston, 1998).

Apesar do grupo do *Mankind Quarterly* ter conseguido um efeito mínimo no progresso do Movimento de Direitos Civis,

e Mittie Maude Lena Gordon, unindo forças em campanhas legislativas para promover a emigração voluntária para países como Libéria e Serra Leoa.

⁵¹ [N. do R.] Herbert Charles Sanborn foi um filósofo, psicólogo e professor universitário norte-americano que nasceu em 18 de fevereiro de 1873, em Winchester, Massachusetts, e faleceu em 6 de julho de 1967, no condado de Williamson, Tennessee. Graduou-se em Filosofia pela *Boston University* em 1896, obteve o mestrado pela *Tufts College* em 1897 e concluiu o doutorado *magna cum laude* na Universidade de Munique em 1908, com tese sobre William James. Além de sua produção acadêmica, publicou panfletos antisemitas e se opôs ao Movimento dos Direitos Civis, o que marcou negativamente sua reputação.

seu trabalho continuou como uma fonte importante de justificação retórica e encorajamento para ativistas raciais. O físico William Shockley⁵² pôde recorrer à sua literatura para afirmar que diferenças entre negros e brancos em testes de QI e sucesso econômico era em grande parte devidos à hereditariedade e recebeu dinheiro da *Pioneer Fund* para ajudar na promoção desta visão, junto de seus planos para a implementação de fortes medidas eugenistas (Tucker, 1994). Este renascimento de antigas ideias recebeu mais atenção na arena pública do que na literatura psicológica.

⁵² [N. do R.] William Bradford Shockley foi um físico e inventor norte-americano, nascido em Londres, Inglaterra, em 13 de fevereiro de 1910. Embora tenha nascido no Reino Unido, foi criado nos Estados Unidos, onde desenvolveu sua carreira científica. Shockley é mais conhecido por sua contribuição fundamental à invenção do transistor, ao lado de John Bardeen e Walter Brattain, enquanto trabalhava nos Laboratórios Bell. Essa descoberta, que rendeu um prêmio Nobel, revolucionou a eletrônica e abriu caminho para a era da computação moderna. Apesar de suas realizações científicas, sua reputação foi manchada por suas opiniões controversas sobre raça e inteligência, que geraram críticas e o afastaram da comunidade acadêmica.

Jensen, Pobreza e Educação Primária

O famoso artigo de Arthur Jensen (1969) no *Harvard Education Review* marcou um novo desenvolvimento no racismo científico. O texto de Jensen era moderado e ele gozava de amplo respeito entre seus colegas. Apesar de as iniciativas de educação primária serem recentes, a primeira frase de Jensen foi que a “educação compensatória já foi tentada e aparentemente falhou” (p.2). O trabalho apareceu no contexto da Lei dos Direitos Civis de 1964⁵³, da guerra do presidente Johnson contra a pobreza, da campanha da *Great Society* e do programa *Head Start*⁵⁴, entre

⁵³ [N. do R.] A Lei dos Direitos Civis de 1964 foi promulgada em 2 de julho de 1964, durante o governo do presidente Lyndon B. Johnson, em que se proibia a segregação racial em locais públicos e escolas, além de tornar ilegal a discriminação com base em raça, cor, religião, sexo ou origem nacional em empregos e acomodações públicas. Ela enfrentou forte resistência no Congresso, especialmente de parlamentares do sul, mas foi aprovada após intensos debates e mobilizações populares. A lei autorizou o governo federal a intervir em estados que não cumprissem suas disposições, fortalecendo o papel do Departamento de Justiça na defesa dos direitos civis. Também criou a Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego (EEOC), encarregada de fiscalizar práticas trabalhistas.

⁵⁴ [N. do R.] A "guerra contra a pobreza" foi uma iniciativa central do presidente Lyndon B. Johnson, lançada em 1964 como parte de seu programa político conhecido como "*Great Society*" (Grande Sociedade, em tradução livre). Motivado pelo desejo de reduzir as desigualdades sociais nos Estados Unidos, Johnson declarou que a pobreza era um inimigo nacional e que deveria ser combatida com políticas públicas abrangentes. Entre as principais medidas estavam a criação de programas como Medicare e Medicaid, que garantiram acesso à saúde para idosos e pessoas de baixa renda, e a expansão da seguridade social. A Lei da Educação Elementar e Secundária de 1965 destinou recursos federais às escolas em áreas pobres, buscando igualdade educacional. O programa *Head Start* foi criado para oferecer educação pré-escolar a crianças de famílias desfavorecidas.

debates políticos intensos sobre o governo, as cidades, as minorias e a desigualdade. Enquanto isso foi permitindo no ambiente público, Jensen reviveu argumentos do início do século XX de que as diferenças em pobreza e *status* socioeconômico, assim como diferenças raciais em escores de testes de QI, eram parcialmente devido à hereditariedade, e que suas conclusões iniciais de que as severas desvantagens socioeconômicas explicavam tal diferença estava incorreta. Não somente alegou que as crianças negras tinham QI menor, como também elas supostamente teriam outro tipo de inteligência: sua deficiência seria, supostamente, em pensamento abstrato, não em memorização. Assim, elas necessitavam de uma forma diferente de experiência educacional para realizar este potencial limitado, e, logo, teriam menos chances de serem bem-sucedidas em carreiras profissionais que exigem mais formação. Jensen reviveu medos eugenistas do início do século XX ao afirmar que os índices de nascimento mais altos daqueles que eram pobres e/ou negros apresentava uma séria ameaça disgenista⁵⁵ à América. Entrevistado pelo *New York Times* logo após a publicação do artigo, Jensen foi ainda mais comunicativo em suas explicações

⁵⁵ [N. do R.] Disgenismo é um conceito da biologia e da sociologia que se refere ao processo pelo qual características genéticas consideradas desfavoráveis se tornam mais prevalentes em uma população ao longo do tempo. Em contraste com o eugenismo, que busca promover a reprodução de indivíduos com características consideradas "superiores", o disgenismo sugere um declínio genético devido à reprodução diferencial, ou seja, quando pessoas com traços considerados "menos desejáveis" têm mais filhos do que aquelas com traços "mais desejáveis". Essas ideias são amplamente criticadas por cientistas e filósofos por sua base ética questionável, falta de rigor empírico e por promover visões discriminatórias.

de diferenças raciais. Ele declarou, sem evidências, que “há genes de inteligência, que são encontrados na população em proporções diferentes, em partes como a distribuição de tipos sanguíneos. O número de genes de inteligência parece ser menor, em geral, na população negra do que na branca” (citado em Edson, 1969). O artigo da *The Harvard Educational Review* produziu um enorme corpo crítico e de defesa, incluindo um conjunto de comentários publicados juntos do artigo original.

Jensen continuou a publicar estas mesmas conclusões até sua morte em 2012, evitando qualquer aprovação à segregação racial e à repulsa explícita da mistura racial do círculo de Garrett. Com forte apoio financeiro da *Pioneer Fund* (Tucker, 2002), Jensen foi capaz de publicar e falar abertamente, apesar da importunação e ameaças, principalmente de grupos estudantis. Em seus trabalhos seguintes (p.e., Jensen, 1980) ele foi capaz de convencer muitos psicólogos de que testes de QI não eram enviesados contra americanos negros, conclusão em que chegou através de uma análise altamente técnica da dificuldade dos itens, correlações dos critérios do teste e cargas g de análise fatorial. Jensen usou sua dificuldade em encontrar medidas estatísticas enviesadas para apoiar seus argumentos contra a explicação cultural e a favor da explicação parcialmente hereditária para diferenças raciais nos escores de testes. Os muitos de seus críticos, incluindo geneticistas (p.e., Lewontin, 1970), que notaram que hereditariedade intragrupo não tinha influência na hereditariedade entre grupos, tiveram pouco efeito sobre Jensen e seus apoiadores. Nem as evidências acumuladas sobre o efeito da cultura e da escolarização em escores de testes padronizados (p.e.,

Nisbett, 2009) o detiveram. Jensen recebeu apoio substancial de seu antigo supervisor de pós-doutorado, Hans J. Eysenck, que tinha entrado nas “guerras do QI”⁵⁶ através de inúmeros livros, artigos e discussões (p.e., Eysenck, 1917). Eysenck, Jensen e seus apoiadores rejeitaram todas as acusações de racismo, argumentando que eles só estavam apresentando fatos científicos, enquanto seus críticos, como Leon Kamin (1974) e Stephen J. Gould (1981), eram referidos como sendo motivados ideologicamente, possivelmente pelo marxismo. As “guerras do QI” dos anos de 1970 e 1980 eram caracterizadas por acusações e negações de “viés ideológico” de ambos os lados. Apesar da alegação de distanciamento científico, o trabalho de Jensen e Eysenck foi abraçado entusiasmadamente por grupos de direita e neonazistas, especialmente na Grã-Bretanha. O líder da Frente Nacional fez referência específica a Jensen (1969) como inspirador de uma ascensão e reafirmação da crença do grupo na superioridade branca (Billing, 1979, p.9). Ambos, Jensen e Eysenck, deram entrevistas para publicações de direita e

⁵⁶ [N. do R.] As “guerras do QI” referem-se a debates intensos sobre inteligência, genética e desigualdade social, especialmente nos Estados Unidos, desde meados do século XX. O termo ganhou força com a publicação de *The Bell Curve* (1994), de Richard Herrnstein e Charles Murray, que argumentava que o QI (quociente de inteligência) era um forte preditor de sucesso socioeconômico e que diferenças raciais médias de QI tinham implicações políticas. A obra foi amplamente criticada por cientistas sociais, psicólogos e geneticistas, que apontaram falhas metodológicas, viés racial e uso indevido de estatísticas. A controvérsia também toca em questões éticas, como o uso de testes de QI em políticas públicas, seleção educacional e imigração. Pesquisadores como Stephen Jay Gould, Richard Lewontin e James Flynn contestaram interpretações simplistas do QI, destacando sua complexidade e variabilidade histórica.

neonazistas, e ambos apareceram como contribuintes ou apoiadores da irmã europeia das publicações do *Mankind Quarterly*, *Nouvelle École*, na França, e *Neue Anthropologie*, na Alemanha, que era vinculada a neonazistas proeminentes da Alemanha. O significado dessa participação tem sido tema de debates (Buchanan, 2010; Winston, 1998), particularmente devido à visão de Eysenck de si mesmo como firmemente antinazista, mas estas atividades não podem ser vistas como neutras politicamente. Jensen (1969) não se intimidou em encorajar conclusões políticas ao fazer a pergunta retórica: “Há o perigo de que as atuais políticas de bem-estar, sem a ajuda de previsões eugenistas, podem levar à escravização genética de um segmento substancial de nossa população?” (p.95). Ele deu testemunho no Congresso sobre políticas de educação e argumentou que as ações afirmativas eram baseadas em uma ideia cientificamente provada errada e deveria ser rejeitada (Tucker, 1994). O caso de Jensen ilustra como não é significativo ou útil questionar se estes acadêmicos eram eles mesmos “racistas”, como alguns críticos acusaram, mas, ao invés disso, questionar como seu trabalho auxiliou e apoiou o racismo.

Apesar de Jensen ser muito público em suas visões, Raymond B. Cattell, um dos fundadores da pesquisa da personalidade multivariada, conduziu uma campanha muito mais privada para seu programa eugenista durante os anos de 1970 e 1980. Começando nos anos de 1930, Cattell desenvolveu uma abordagem eugenista da ciência e da moralidade, que ele chamava de “*Beyondism*”, no qual escolhas morais seriam guiadas por princípios eugenistas ao invés de considerações religiosas

(Mehler, 1997; Tucker, 2008). Apesar de ter parado de elogiar a eugenia nazista, como havia feito nos anos de 1930, no pós-guerra até os anos 1980, os escritos eugenistas de Cattell continuaram a afirmar que o “cruzamento” racial resultaria em proles com inteligência “no meio do caminho entre os dois grupos” (Cattell, 1987, p. 203). Ele sustentou que humanos deveriam se dividir em raças que não se entrecruzassem, pois podem eventualmente perder a habilidade de entrecruzar e se tornarem espécies diferentes. Ele enfatizou diferenças herdadas em traços de personalidade, assim como na inteligência, e argumentou que o sucesso e as falhas econômicas de grupos sociais e nações dependiam fortemente destas diferenças.

O *Beyondism* de Cattell (1987) se baseava em seus trabalhos tradicionais sobre personalidade e inteligência, e não é possível dividir claramente seu trabalho entre “científico” e “político”. Ele publicou nove artigos no *Mankind Quarterly* e trabalhou em seu comitê de assessoria de 1980 até sua morte, em 1998. A *Scott Townsend Publishers*, criada pelo antropólogo Roger Pearson, publicou dois dos livros de Cattell sobre eugenia e diferenças no QI nacional e reconheceu a ajuda de Pearson e outros extremistas raciais. O trabalho eugenista de Cattell era relativamente desconhecido dos psicólogos até que a Fundação Americana de Psicologia (APF), um braço da Associação Americana de Psicologia (APA), decidiu presentear Cattell com um *Lifetime Achievement Award* em 1997. Três acadêmicos (incluindo o presente autor), que estavam familiarizados com os escritos de Cattell sobre raça e eugenia, escreveram para a APF para pedir que suas “conquistas” em eugenia fossem

cuidadosamente consideradas, dada a forte posição antirracista da APA. A controvérsia, que eclodiu após a suspensão deste prêmio, foi descrita em detalhes por Tucker (2008).

As discussões ao redor de Jensen, inteligência, pobreza e raça perdeu força durante os anos de 1980 quando as políticas da era Regan de redução dos programas de bem-estar social e eliminação de ações afirmativas pode ter tornado desnecessária uma justificativa científica para essas mudanças políticas usando escores de QI. O famoso caso de Larry P. contra Riles, no qual a corte percebeu que o uso de testes de QI resultavam na representação excessiva de crianças negras em classes de educação especial, levou ao banimento de testes de QI para posicionamento⁵⁷ na Califórnia durante os anos de 1980. Muita discussão pública e profissional acerca do viés destes testes surgiu deste caso (Frisby e Henry, 2016). A teoria triádica de inteligência de Robert Sternberg (1985) e as múltiplas inteligências de Howard Gardner (1983) forneceram alternativas à abordagem tradicional do “fator g” da inteligência, na qual o trabalho de Jensen se baseava. Entretanto, o interesse público em raça e inteligência foi revivido nos anos de 1990 pela publicação de *The Bell Curve* (A Curva Normal, em tradução livre), de Herrnstein e Murray (1994), e o trabalho do psicólogo canadense J. Philippe Rushton.

⁵⁷ [N. do R.] Neste caso, posicionamento é usado no sentido de posicionar crianças em classes e turmas especiais.

O Renascimento do Racismo Científico nos anos de 1990

O livro *The Bell Curve* foi descrito por seus promotores como preocupado principalmente com classe social e estratificação, mas a raça ocupava um capítulo inteiro e problemas de diferenças sociais aparecem várias vezes ao longo do livro. Com uma bibliografia que se baseava no trabalho de Jensen e no *Mankind Quarterly*, Herrnstein e Murray (1994) afirmaram que a desigualdade racial e econômica, assim como o crime, o divórcio, as “crianças fora do casamento” e outros males sociais eram grandemente, mas não somente, o resultado de diferenças hereditárias e quase inalteráveis na inteligência. Eles argumentaram que os supostos níveis mais altos de reprodução em grupos de QI mais baixo e imigrantes ofereciam grande ameaça à América, apesar de evidências substanciais do “Efeito Fynn” de que a inteligência geral estava aumentando, e não caindo. Como historiadora Leila Zenderland (1997) notou:

É uma experiência rara ler um livro do final do século XX que invoca tantos dos conceitos do início do século XX de forma tão fiel, e que pode assim alertar americanos contemporâneos tão descaradamente sobre os perigos a suas sociedades das “pressões disgênicas” de diferenciais de fertilidade de mulheres de diferentes classes, ou da imigração a costas americanas de populações inferiores (p. 136).

Para Herrnstein e Murray, estas antigas preocupações tinham novos significados e importância no final do século XX. Eles argumentaram que a revolução sexual tornou mais difícil do

que foi nos anos de 1950 para aqueles com baixa inteligência “seguir um compasso moral” (p.544), casar e evitar a “ilegitimidade”. A crença de que o controle sexual e conformidade às normas sexuais estavam intimamente relacionados com inteligência havia sobrevivido, passando de Terman para Herrnstein e Murray (ver Hegarty, 2013).

The Bell Curve se deparou com severas críticas sobre o uso de fontes suspeitas e a distorção das noções de hereditariedade e herdabilidade, desconsideração ou minimização do racismo e a promoção de políticas sociais libertárias sob pretexto pseudocientífico (p.e., Fisher et al., 1996). O furor público permitiu que Murray (Herrnstein morreu antes da publicação), Jensen e outros reivindicassem um *status* heroico por quebrar um “tabu” na discussão sobre raça, alegação desmentida pelo acesso de pesquisadores raciais a uma variedade de jornais e publicações, a ampla distribuição do livro e a frequente cobertura de diferenças raciais em livros didáticos (Winston, Butzer e Ferris, 2004). A Associação Americana de Psicologia respondeu à controvérsia pública formando uma força tarefa para reportar sobre o estado do conhecimento sobre inteligência, hereditariedade e diferenças raciais. Seu relatório (Neisser et al., 1996) concluiu que a evidência disponível não apoiava uma interpretação hereditária das diferenças raciais em escores de testes de inteligência. Por implicação, o comitê da APA deixou a questão em aberto como algo que pode ser respondido empiricamente e não questionou a importância científica de categorias raciais.

The Bell Curve também se baseou no trabalho do psicólogo canadense J. Philippe Rushton (1943-2012). Inicialmente

envolvido em pesquisa sobre altruísmo, Rushton mudou seu interesse para hereditariedade e explicações evolucionistas para diferenças individuais depois do trabalho de pós-doutorado de Arthur Jensen e Hans Eysenck no início dos anos de 1980 (Nyborg, 2013). A partir de meados dos anos de 1980, ele descreveu diferenças evoluídas nas raças “negroide”, “mongoloide” e “caucasoide”, categorias raciais que remontavam aquelas de Samuel Morton. Rushton (1995) posteriormente mudou os nomes de seus grupos raciais para “negro”, “oriental” e “branco” sem explicações. Para publicar seus trabalhos, ele tinha acesso frequente ao periódico fundado e editado por Eysenck, *Personality and Individual Differences*, assim como outros periódicos tradicionais, apesar de repetidamente dizer que discussões sobre raça eram tabus. Sua visão sobre a evolução das diferenças raciais não era amplamente conhecida até um artigo publicado na reunião da Associação Americana para o Progresso da Ciência de 1989. Ali e em mais de 100 artigos e livros até sua morte em 2012, Rushton apresentou seu sumário de antigos dados sobre raça, incluindo estudos do início do século XX. Ele afirmou que, quando comparados a brancos, negros tinham cérebros menores, menos neurônios corticais, menor QI, menos “conquistas culturais”, maior agressividade, menos cautela, maior impulsividade, menos “cumprimento de leis”, menos saúde mental, menor “capacidade administrativa”, maiores níveis hormonais (especificamente testosterona), maiores genitais, maior frequência de relações sexuais, atitudes (sexuais) mais permissivas e maiores índices de doenças sexualmente transmissíveis (p.e., Rushton, 1995, p.5). “Orientais” foram

listados como superiores a brancos nestas variáveis, apesar das diferenças muito menores em tamanho do cérebro e QI, e estas diferenças receberam muito menos atenção no trabalho de Rushton do que as supostas diferenças entre negros e brancos.

Com base no trabalho de Richard Lynn, irlandês beneficiado pela *Pioneer Fund*, determinou-se que supostamente o QI médio na África Subsaariana é de 75. A teoria evolucionista de Rushton alegava que europeus brancos tinham encarado os invernos frios e desafiadores que os selecionaram para ter cérebros maiores e mais inteligência. O QI de afro-americanos era supostamente de 85 por causa de sua mistura racial, uma visão que era popular no início do século XX e posteriormente usada por Garrett e Cattell. Rushton argumentou que as diferenças em comportamento social eram baseadas em diferenças envolvendo estratégias reprodutivas chamadas de r/k ⁵⁸, que implica que,

⁵⁸ [N. do R.] As estratégias reprodutivas r e K são conceitos da ecologia evolutiva que descrevem diferentes modos de reprodução e sobrevivência entre espécies. Derivadas da equação logística de crescimento populacional, essas estratégias refletem adaptações ao ambiente. Espécies de estratégia r tendem a viver em ambientes instáveis ou imprevisíveis. Elas produzem grande número de descendentes, investem pouco em cada um e têm alta taxa de mortalidade juvenil. Exemplos incluem insetos, peixes e bactérias. A ideia é maximizar a reprodução rápida para aproveitar recursos temporários. Já as espécies de estratégia K habitam ambientes mais estáveis, próximos da capacidade de suporte (K). Elas geram poucos descendentes, mas investem intensamente em cuidado parental e sobrevivência. Mamíferos como elefantes e humanos são exemplos típicos. A ênfase está na qualidade e não na quantidade da prole. Essas estratégias não são absolutas: muitas espécies apresentam características intermediárias ou contextualmente variáveis. O modelo r/K foi influente na biologia dos anos 1970, mas hoje é visto como simplificado. Ecólogos modernos preferem abordagens mais flexíveis, como o espectro de história de vida, que considera múltiplos fatores ecológicos e evolutivos.

comparados a brancos, os negros evoluíram para ter um maior número de crianças, mas cuidam deles de forma precária. Estas alegações ressoariam como medos de brancos sobre questões criminais e de bem-estar, e a crença de que o Estado de bem-estar social promoveria a deterioração social (Winston, 2018). Rushton e Bogaert (1989) falaram abertamente em seu resumo: “populações de ancestralidade africana estão inclinadas à maior frequência de transtornos desinibidos com estupro e gravidez indesejada e a mais doenças sexualmente transmissíveis incluindo a AIDS” (p.1221). Em contraste com a ênfase de Terman na inteligência como a base primária para moralidade, Rushton colocou em primeiro plano questões infundadas sobre os perigos da sexualidade negra. A imagem do negro estuprador, que alimentou o racismo americano e inspirou milhares de linchamentos desde o século XIX - uma imagem popularizada nas telas no filme de 1915 com O Nascimento de uma Nação e em 1988 nas propagandas de televisão da campanha presidencial de Willie Horton - foi então recolocada num formato científico moderno.

O trabalho de Rushton foi altamente criticado por psicólogos, biólogos evolucionistas, antropólogos e geneticista por inadequações científicas severas, erros fundamentais, conceituação inapropriada de raça, comparações estatísticas inapropriadas, mal uso de fontes e sérios erros lógicos e falhas (p.e., Cain e Vanderwolf, 1990; Fish, 2002; Gabor e Roberts, 1990; Lieberman, 1991; Peters, 1993; Weizmann, Weiner, Wiesenthal, e Ziegler, 1990; Zuckerman e Brody, 1988). Permitiu-se que Rushton respondesse em quase todos os

periódicos. Com quase US\$1 milhão da Pioneer Fund (Rushton serviu como presidente do fundo de 2002 até 2012), ele seguiu com novos estudos de personalidade e inteligência, geralmente usando conjuntos de dados já existentes.

Críticas e protestos estudantis na Universidade de Western não detiveram Rushton de apresentar seu trabalho para uma ampla audiência e aparecer na televisão e no rádio. Com financiamento da *Pioneer Fund*, ele foi capaz de enviar milhares de cópias não solicitadas de uma versão resumida de seu livro de 1995, *Race, Evolution, and Behavior* (Raça, Evolução e Comportamento, em tradução livre) para acadêmicos pela América do Norte (Tucker, 2002). Durante os anos de 1990, a versão resumida também foi apresentada e vendida em websites de extremistas raciais e neonazistas, como a *National Alliance* e a *National Vanguard*, apesar destes grupos serem, por vezes, descontentes pela aparente afirmação da superioridade asiática.

Uma preocupação específica foi a participação de Rushton e outros psicólogos nas reuniões da *American Renaissance*, um grupo dedicado a restabelecer uma América segregada (Tucker, 2002). Como notado por Cronshaw, Hamilton, Onyura e Winston (2006), Rushton foi apresentado como orador nas conferências bienais da *American Renaissance* em 1996, 1998, 2000 e 2002, onde ele apresentou sua análise de diferenças raciais em crime e inteligência e sua teoria de base biológica para o nacionalismo e o etnocentrismo. Na reunião de 1996, Rushton finalizou sua fala ao afirmar “qualquer país com grande população negra terá grandes problemas” e recebeu aplausos de pé (Brown, 1996, p. 8). No website da *American Renaissance*, o trabalho de Rushton,

Jensen e Lynn foi discutido e admirado. Os arquivos online da *American Renaissance* continham dezenas de artigos sobre os perigos dos crimes negros, o estupro de mulheres brancas por homens negros, a negação dos direitos de pessoas brancas, os perigos da imigração de não-brancos, a afirmação de que escravizados pensavam que tinham uma vida melhor sob a escravidão e a realidade das diferenças raciais imutáveis. De acordo com alguns dos autores da *American Renaissance*, a solução é clara: separação forçada das raças na América do Norte, pela divisão do país ou pela remoção de não-brancos. Rushton continuou a apresentar seu trabalho nas conferências da *American Renaissance* em 2006 e 2008, assim como o psicólogo Glayde Whitney em 1998 e Richard Lynn em 2000, 2002 e 2012. O dinheiro da *Pioneer Fund* também tem sido usado para apoiar a *American Renaissance* e seu fundador, Jared Taylor⁵⁹ (Tucker, 2002).

Tal participação pode ser difícil de interpretar, já que os oradores de uma única conferência podem não estar totalmente conscientes dos compromissos de seus anfitriões. Neste caso, o

⁵⁹ [N. do R.] Samuel Jared Taylor é um escritor e ativista político norte-americano que nasceu em 15 de setembro de 1951, em Kobe, Japão, sendo conhecido por suas ideias nacionalistas brancas. Taylor é fundador e editor da *American Renaissance*, revista online criada em 1990 que promove ideias associadas ao nacionalismo branco e ao chamado “realismo racial”. Ele também preside a *New Century Foundation*, organização que administra a revista e publica seus livros. Taylor defende a segregação racial voluntária e é crítico das políticas de imigração e diversidade nos Estados Unidos. Embora rejeite rótulos como “supremacista branco”, suas ideias são amplamente criticadas por grupos de direitos civis, acadêmicos e veículos de imprensa, que o associam ao racismo científico.

envolvimento de Rushton com a *American Renaissance* foi tão longo quanto extenso, e seria razoável assumir que ele conhecia seus objetivos. De forma similar, o envolvimento de psicólogos com o mais notório ativista racial e neonazista da América, David Duke⁶⁰, não pode ser tratado como um caso de ingenuidade. Em sua autobiografia, David Duke atribuiu seu “despertar” racial ao trabalho de psicólogos como Jensen. Ele reconheceu a ajuda científica explícita dos psicólogos Philippe Rushton e Glayde Whitney:

O professor J. Philippe Rushton dedicou uma grande parte de seu tempo me ajudando a fazer umas edições finais e revisando as partes científicas do meu livro *My Awakening*. O professor Glayde Whitney, o antigo presidente da *Behavior Genetics Association*, que também já se foi, ficou impressionado o suficiente com meu livro para escrever uma brilhante e corajosa introdução. Ele pagou um preço alto por escrevê-la, mas ele aguentou a tempestade e me

⁶⁰ [N. do R.] David Duke é um político e ativista norte-americano nasceu em 1º de julho de 1950, em Tulsa, Oklahoma, Estados Unidos, sendo conhecido por seu envolvimento com o supremacismo branco. David Ernest Duke ganhou notoriedade como líder do Ku Klux Klan, onde atuou como Grand Wizard nos anos 1970. Posteriormente, tentou reformular sua imagem pública, entrando na política convencional. Foi eleito para a Câmara dos Representantes da Louisiana, exercendo mandato de 1989 a 1992 pelo Partido Republicano. Ao longo de sua carreira, Duke promoveu ideias racistas e antisemitas, incluindo teorias da conspiração sobre o controle judaico de instituições sociais e o negacionismo do Holocausto. Apesar de alegar ter abandonado o racismo, continuou a publicar textos e participar de eventos ligados à extrema-direita, inclusive internacionalmente.

disse que continuar era uma das coisas das quais ele mais se orgulhava em sua vida. (Duke, 2013).

Estas alegações de que Rushton só estava agindo como um cientista não são críveis, dado este contexto. A visão de que este trabalho científico só estava preocupado com “diferença” e não “inferioridade” é igualmente inaceitável. A ajuda explícita àqueles dedicados a violar os direitos civis e a espalhar ódio representa um sério problema ético para as universidades, para a psicologia como disciplina e para a Associação Americana de Psicologia.

Conclusões

Apesar de cuidadoso criticismo acadêmico em todas as eras desde o início do século XX, o racismo científico na psicologia tem se provado notavelmente resiliente. Apesar de Arthur Jensen e Philippe Rushton terem ambos morrido em 2012, uma pequena, mas muito ativa comunidade de pesquisadores continua a analisar a questão racial e suas relações com a inteligência, o tamanho do cérebro, o crime, a sexualidade, a reprodução e disgenia, com novos trabalhos aparecendo em *Personality and Individual Differences*, *Intelligence* e outros periódicos. Esta comunidade internacional é liderada por Richard Lynn, que por vários anos trabalhou simultaneamente nos comitês editoriais da *Intelligence* e *Mankind Quarterly* e como presidente da *Pioneer Fund*. Seu recente livro (Lynn, 2015), comparando a inteligência de nações, foi publicado pela *Washington Summit Publishers*, o braço de publicação da organização nacionalista branca *The National Policy Institute*. O material de Lynn é usado para estimular novos

medos na imigração e sobre as mudanças demográficas da América. O entrelaçamento da psicologia científica com políticas raciais tem agora durado mais de 100 anos. A comunidade de cientistas da raça teve financiamento suficiente, acesso a periódicos, dedicação e entendimento mútuo para seguir com um projeto que muitos psicólogos haviam considerado moribundo pelos anos de 1960. Como fazem todas as comunidades acadêmicas, os cientistas raciais revisaram e elogiaram o trabalho uns dos outros. O fato de que eles estavam sujeitos a protestos e, por vezes, ameaças de violência, criou uma forte impressão de vitimização e que sua ideia de ter uma missão pode ter contribuído para sua resiliência.

Explicações da persistência do racismo científico são complexas e elusivas. Como preocupações sociais mudaram da imigração para os direitos civis, para a educação primária, para o bem-estar social e para a deterioração urbana, o racismo científico poderia prometer tanto uma explicação quanto uma solução para os problemas sociais urgentes, uma vez que não culpava pessoas brancas, o racismo ou a necessidade da redistribuição da renda. Para os psicólogos, as afirmações de que as diferenças raciais em inteligência estavam incorporadas aos debates maiores na psicologia sobre hereditariedade e ambiente, assim como o conceito de “inteligência”. Uma revisão da vasta historiografia nestes debates está além do alcance desta discussão (ver Carson, 2007; Cravens, 1978; Degler, 1991). Com o rápido crescimento da genética do comportamento e da psicologia evolucionista nos anos de 1990, fontes genéticas de explicação das diferenças humanas estavam sob renovada discussão, assim como uma nova

crítica. Um racismo científico revivido foi capaz de se juntar a estas novas preocupações, auxiliado pelo desejo de muitos psicólogos de parecerem totalmente empiristas e abertos a qualquer questão.

Na antropologia, 50 anos de críticas por boasianos e, depois, por antropólogos físicos culminou na rejeição de “raça” como um termo científico biológico ou geneticamente significativo (*American Association of Physical Anthropologists*, 1996; ver também Brace, 2005; Graves, 2003). Para a grande maioria dos antropólogos, a variação humana ocorreria ao longo de clinas, gradações contínuas por uma distribuição geográfica de uma espécie, e não de raças. Categorias de raça culturalmente definidas eram historicamente situadas em taxonomias populares que variam amplamente conforme tempo e lugar, e a especulação sobre as diferenças hereditárias de grupos não poderia ser cientificamente significativa. Mas esta crítica fundamental teve pouco efeito na psicologia. Richards (2004, 2012) argumentou que os debates sobre QI tinham se tornado “estéreis” pelos anos de 1970, com ambos os lados reciclando os mesmos argumentos, uma história que não favorece as esperanças de progresso científico. Que o tamanho dos cérebros de afro-americanos ainda esteja em debate no século XXI é desencorajante para a disciplina, mas realmente alarmante para as pessoas de cor⁶¹. Para

⁶¹ [N. do R.] Apesar de esta expressão ser hoje considerada racista em português, em inglês ela possui uma conotação diferente. Considerando que esta mesma expressão foi usada pelo autor em uma citação direta e que aparece como nota sobre uma associação civil, ambos parte do contexto no verbete, preferiu-se manter como no original.

os psicólogos, a admirável defesa da liberdade acadêmica tem geralmente tido precedência sobre o dano feito pelo racismo científico. Este dano, que vai da construção do “outro” inferior (Teo, 2008) ao incentivo a violações dos direitos humanos ainda não foi abordado pela comunidade mais ampla de psicólogos.

Referências

American Association of Physical Anthropologists. (1996). AAPA statement on biological aspects of race. *American Journal of Physical Anthropology*, 101, 569–570.

Bache, R. M. (1895). Reaction time with reference to race. *Psychological Review*, 2(5), 475–486.

Baker, L. D. (1998). *From savage to Negro: Anthropology and the construction of race: 1886–1954*. Berkeley: University of California Press.

Barkan, E. (1992). *The retreat of scientific racism: Changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars*. New York, NY: Cambridge University Press.

Bashford, A., & Levine, P. (2010). *The Oxford handbook of the history of eugenics*. New York, NY: Oxford University Press.

Benedict, R. (1940). *Race: Science and politics*. New York, NY: Modern Age.

Bilbo, T. (1947). *Take your choice: Separation or mongrelization*. Poplarville, MS: Dream House.

Billig, M. (1979). *Psychology, racism, and fascism*. Birmingham, AL: A. F. & R./Searchlight.

Brace, C. L. (2005). "Race" is a four-letter word. New York, NY: Oxford University Press.

Brigham, C. (1923). *A study of American intelligence*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Brigham, C. (1930). Intelligence tests of immigrant groups. *Psychological Review*, 37(2), 158–165.

Brown, C. (1996). Behind the closed doors and the closed minds of the American Renaissance conference. *Louisville Eccentric Observer*, 6, 8–11.

Buchanan, R. (2010). *Playing with fire: The controversial career of Hans J. Eysenck*. New York, NY: Oxford University Press.

Burks, B. S. (1928). The relative influence of nature and nurture upon mental development; a comparative study of foster parent-foster child resemblance and true parent-true child resemblance. *Yearbook of the National Society for the Study of Education*, Pt. I, 219–316.

Cain, D. P., & Vanderwolf, C. H. (1990). A critique of Rushton on race, brain size, and intelligence. *Personality and Individual Differences*, 11(8), 777–784.

Carson, J. (2007). *The measure of merit: Talents, intelligence, and inequality in the French and American republics, 1750–1940*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Cattell, R. B. (1987). *Beyondism: Religion from science*. New York, NY: Praeger.

Cravens, H. (1978). *The triumph of evolution: The heredity-environment controversy, 1900–1941*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Cronshaw, S. F., Hamilton, L. K., Onyura, B. R., & Winston, A. S. (2006). Case for non-biased intelligence testing against black Africans has not been made: A comment on Rushton, Skuy, and Bons (2004). *International Journal of Selection and Assessment*, 14(3), 278–287.

Dain, B. (2002). *A hideous monster of the mind: American race theory in the early republic*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Degler, C. (1991). *In search of human nature: The decline and revival of Darwinism in American social thought*. New York, NY: Oxford University Press.

Deutsch, A. (1944). The first U.S. census of the insane (1840) and its use as a pro-slavery propaganda. *Journal of the History of Medicine*, 15(5), 469–482.

Du Bois, W. E. B. (1920). Race intelligence <<https://modjournal.org/issue/bdr513102/#>>. *The Crisis*, 20(3), 119–120.

Duke, D. (2013, March 25). An open letter to my friends attending the American Renaissance Conference <<http://davidduke.com/an-open-letter-to-my-friends-attending-the-american-renaissance-conference/>>. David Duke.com.

Edson, L. (1969, August 31). Jensenism. *The New York Times*, p. 43.

Eysenck, H. J. (1971). *Race, intelligence, and education*. London, U.K.: Maurice Temple Smith.

Ferguson, G. O. (1916). *The psychology of the Negro*. *Archives of psychology* (No. 36). New York, NY: The Science Press.

Fischer, C. S., Hout, M., Jankowski, M. S., Lucas, S. R., Swidler, A., & Voss, K. (1996). *Inequality by design: Cracking the bell curve myth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Fish, J. M. (2002). *Race and intelligence: Separating science from myth*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Frisby, C. L., & Henry, B. (2016). Science, politics, and best practice: 35 years after Larry P. *Contemporary School Psychology*, 20(1), 46–62.

Gabor, T. M., & Roberts, J. V. (1990). Rushton on race and crime: The evidence remains unconvincing. *Canadian Journal of Criminology*, 32(2), 335–343.

Galton, F. (1869). *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. London, U.K.: Macmillan.

Galton, F. (1883). *Inquiries into human faculty and its development*. London, U.K.: Macmillan.

Gardner, H. (1983). *Frames of mind: The theory of multiple intelligences*. New York, NY: Basic Books.

Garrett, H. E. (1961, August 14). One psychologist's view of the "equality of the races." *U.S. News & World Report*, pp.72–73.

Gelb, S. S., Allen, G. E., Futterman, A., & Mehler, B. (1986). Rewriting mental testing history: The view from the American Psychologist. *Sage Race Relations Abstracts*, 11, 18–31.

Goddard, H. H. (1917). Mental tests and the immigrant. *Journal of Delinquency*, 2(5), 243–277.

Gould, S. J. (1981). *The mismeasure of man*. New York, NY: Norton.

Grant, M. (1916). *The passing of the great race or the racial basis of European history*. New York, NY: Charles Scribner's Sons.

Graves, J. L. (2003). *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. Rutgers, NJ: Rutgers University Press.

Guthrie, R. V. (1998). *Even the rat was white: An historical view of psychology* (2nd ed.). New York, NY: Allyn & Bacon.

Hegarty, P. (2013). *A gentlemen's disagreement: Alfred Kinsey, Lewis Terman, and the sexual politics of smart men*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Herrnstein, R. J., & Murray, C. (1994). *The Bell Curve: Intelligence and class structure in American life*. New York, NY: Free Press.

Jackson, J. (2001a). "In ways unacademical": The reception of Carleton Coon's *The origin of races*, *Journal for the History of Biology*, 34(2), 247–285.

Jackson, J. (2001b). *Social Scientists for social justice: Making the case against segregation*. New York, NY: New York University Press.

Jackson, J. (2004). “Racially stuffed shirts and other enemies of mankind”: Horace Mann Bond’s parody of segregationist psychology in the 1950s. In A. S. Winston (Ed.), *Defining difference: Race and racism in the history of psychology* (pp. 261–283). Washington, DC: American Psychological Association.

Jackson, J. (2005). *Science for segregation*. New York, NY: NYU Press.

Jackson, J., & Weidman, N. (2004). *Race, racism, and science: Social impact and interaction*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Jackson, J., & Winston, A. S. (2009). The last repatriationist: The career of Earnest Sevier Cox. In H. Cravens, & P. Farber (Eds.), *Race and science: Scientific challenges to racism in modern America* (pp. 58–80). Corvallis, OR: Oregon State University Press.

Jensen, A. R. (1969). How much can we boost IQ and scholastic achievement? *The Harvard Educational Review*, 39(1), 1–123.

Jensen, A. R. (1980). *Bias in mental testing*. New York, NY: The Free Press.

Kamin, L. (1974). *The science and politics of IQ*. Potomac, MD: Erlbaum.

Kenny, M. (2002). Toward a racial abyss: Eugenics, Wickliffe Draper, and the origins of the Pioneer Fund. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 38, 259–282.

Klineberg, O. (1935). *Race differences*. New York, NY: Harper & Brothers.

Kühl, S. (1994). *Eugenics, American racism, and German National Socialism*. New York, NY: Oxford University Press.

Lewontin, R. C. (1970). Race and intelligence. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 26(3), 2–8.

Lieberman, L. (1991). How Caucasoids got such big crania and how they shrank. *Current Anthropology*, 42(1), 69–94.

Lombardo, P. (2003). Pioneer's big lie. *Albany Law Review*, 66, 1125–1143.

Lynn, R. (2015). *Race differences: An evolutionary analysis* (2nd ed.). Arlington, VA: Washington Summit.

Marks, J. (2008). Scientific racism. *Encyclopedia of race and racism* (2nd ed., Vol. 3, pp. 445–460). New York, NY: Gale Cengage.

Mayo, M. J. (1913). The mental capacity of the American Negro. *Archives of Psychology*, 4(28), 70 pp.

McDougall, W. (1921). *Is America safe for democracy?* New York, NY: Charles Scribner's Sons.

McGurk, F. (1956, September 21). A scientist's report on race differences. *U.S. News & World Report*, pp. 92–96.

McReynolds, P. (1997). *Lightner Witmer: His life and times*. Washington, DC: American Psychological Association.

Mehler, B. (1997). Beyondism: Raymond B. Cattell and the new eugenics. *Genetica*, 99(2–3), 153–163.

Montagu, A. (1942). *Man's most dangerous myth: The fallacy of race*. New York, NY: Columbia University Press.

Montesquieu, C. (1752). *The spirit of laws* (Vol. 1). (T. Nugent, trans.). London, U.K.: J. Nourse.

Neisser, U., Boodoo, G., Bouchard, T. J., Jr., Boykin, A. W., Brody, N., Ceci, S. J., . . . & Urbina, S. (1996). Intelligence: Knowns and unknowns. *American Psychologist*, 15, 77–101.

Newman, H. H., Freeman, F. N., & Holzinger, K. J. (1937). *Twins: a study of heredity and environment*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Nisbett, R. (2009). *Intelligence and how to get it: Why schools and cultures count*. New York: Norton.

Nyborg, H. (2013). In conversation with J. Philippe Rushton. *Personality and Individual Differences*, 55(3), 205–211.

Pearson, R. (1959). Editorial: Our third birthday. *Northern World*, 4, 1–4.

Peters, M. (1993). Still no convincing evidence of a relation between brain size and intelligence in humans. *Canadian Journal of Experimental Psychology*, 47(4), 751–756.

Pettigrew, T. F. (1964). *A profile of the American Negro*. Princeton, NJ: D. Van Nostrand.

Pettigrew, T. F. (2011). SPSSI and racial research. *Journal of Social Issues*, 67(1), 137–149.

Pickren, W. E. (2009). Liberating history: The context of the challenge of psychologists of color to American psychology. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 15(4), 425–433.

Porteus, S. D. (1965). *Porteus maze tests: Fifty years' application*. Oxford, U.K.: Pacific Books. Reisigl, M., & Wodak, R. (2001). *Discourse and discrimination: Rhetorics of racism and antisemitism*. New York, NY: Routledge.

Richards, G. (2004). "It's an American thing": The "race" and intelligence controversy from a British perspective. In A. S. Winston (Ed.), *Defining difference: Race and racism in the history of psychology* (pp. 137–169). Washington, DC: American Psychological Association.

Richards, G. (2012). *"Race," racism and psychology: Toward a reflexive history* (2nd. ed.). New York, NY: Routledge.

Ripley, W. Z. (1899). *The races of Europe: A sociological study*. New York, NY: D. Appleton.

Rushton, J. P. (1985). Differential K Theory: The sociobiology of individual and group differences. *Personality and Individual Differences*, 6(4), 441–452.

Rushton, J. P. (1995). *Race, evolution and behavior: A life history perspective*. New Brunswick, NJ: Transaction.

Rushton, J. P., & Bogaert, A. F. (1989). Population differences in susceptibility to AIDS: An evolutionary analysis. *Social Science & Medicine*, 28(12), 1211–1220.

Salter, P., & Adams, G. (2010). Racism. In P. L. Mason (Ed.), *Encyclopedia of race and racism* (2nd ed., Vol. 3, pp. 413–417). New York, NY: Gale Cengage.

Samelson, F. (1978). From “race psychology” to “studies in prejudice”: Some observations on the thematic reversal in social psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 14(3), 265–278.

Samelson, F. (1979). Putting psychology on the map: Ideology and intelligence testing. In A. R. Buss (Ed.), *Psychology in social context* (pp. 103–168). New York, NY: Irvington.

Shields, S., & Bhatia, S. (2009). Darwin on race, gender, and culture. *American Psychologist*, 64(2), 111–119.

Shuey, A. (1958). *The testing of Negro intelligence*. Lynchburg, VA: J. P. Bell.

Snyderman, M., & Herrnstein, R. J. (1983). Intelligence tests and the Immigration Act of 1924. *American Psychologist*, 38(9), 986–995.

Spiro, J. P. (2009). *Defending the master race: Conservation, eugenics, and the legacy of Madison Grant*. Burlington: University of Vermont Press.

Sternberg, R. J. (1985). *Beyond IQ: A triarchic theory of intelligence*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

Stout, D., & Stuart, S. (1991). E. G. Boring's review of Brigham: A case study in the politics of reviews. *Social Studies of Science*, 21(1), 133–142.

Strong, A. C. (1913). Three hundred and fifty white and colored children measured by the Binet-Simon measuring scale. *Pedagogical Seminary*, 20(4), 485–512.

Teo, T. (2008). From speculation to epistemological violence in psychology: A critical-hermeneutic reconstruction. *Theory & Psychology*, 18(1), 47–67.

Terman, L. (1916). *The measurement of intelligence*. New York, NY: Houghton Mifflin.

Terman, L. (1924). The mental test as a psychological method. *Psychological Review*, 31(2), 93–117.

Tucker, W. H. (1994). *The science and politics of racial research*. Urbana: University of Illinois Press.

Tucker, W. H. (2002). *The funding of scientific racism: Wickliffe Draper and the Pioneer Fund*. Urbana: University of Illinois Press.

Tucker, W. H. (2008). *The Cattell controversy*. Urbana: University of Illinois Press.

UNESCO. (1969). Statement on the nature of race and race differences. In J. Hiernaux & M. Banon (Eds.), *Four statements on the race question* (pp. 36–41). Paris, France: UNESCO.

Vernon, P. E. (1979). *Intelligence: Heredity and environment*. San Francisco, CA: W. H. Freeman.

Weisberg, M., & Paul, D. (2016, April 19). Morton, Gould, and bias: A comment on “The mismeasure of science” <<https://dx.doi.org/10.1371/journal.pbio.1002444>>. *PLoS Biology*, 14(4).

Weizmann, F., Wiener, N., Wiesenthal, D., & Ziegler, M. (1990). Differential K-Theory and racial hierarchies. *Canadian Psychology*, 31(1), 1–13.

Winston, A. S. (1996). “As his name indicates”: R. S. Woodworth’s letters of reference and employment for Jewish psychologists in the 1930s. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 32(1), 30–43.

Winston, A. S. (1998). Science in the service of the far right: Henry E. Garrett, the IAAEE and the Liberty Lobby. *Journal of Social Issues*, 54(1), 179–209.

Winston, A. S. (Ed.). (2004). *Defining difference: Race and racism in the history of psychology*. Washington, DC: American Psychological Association.

Winston, A. S. (2011). Value neutrality and SPSSI: The quest for policy, purity, and legitimacy. *Journal of Social Issues*, 67(1), 59–72.

Winston, A. S. (2018). Neoliberalism and IQ: Naturalizing economic and racial inequality. *Theory & Psychology*, 28(5), 600–618.

Winston, A. S., Butzer, B., & Ferris, M. (2004). Constructing difference: Intelligence, heredity, and race in textbooks, 1930–1970. In A. S. Winston (Ed.), *Defining difference: Race and racism in the history of psychology* (pp. 199–230).

Washington, DC: American Psychological Association.

Woodworth, R. S. (1910). Racial differences in mental traits. *Science*, 31(78), 171–186.

Woodworth, R. S. (1941). *Heredity and environment: A critical survey of recently published material on twins and foster children*. New York, NY: Social Science Research Council Bulletin.

Yerkes, R. M. (Ed.). (1921). Psychological examining in the United States Army. *Memoirs of the National Academy of Sciences*, 15. Washington: Government Printing Office.

Yoakum, C. S., & Yerkes, R. M. (Eds.). (1920). *Army mental tests*. New York, NY: Henry Holt.

Zenderland, L. (1997). The Bell Curve and the shape of history. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 33(2), 135–139.

Zenderland, L. (1998). *Measuring minds: Henry Herbert Goddard and the origins of American intelligence testing*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Zuckerman, M., & Brody, N. (1988). Oysters, rabbits, and people. A critique of race differences in behavior by J. P. Rushton. *Personality and individual differences*, 9(6), 1025–1033.

A Psicologia e o Mercado

Hugo Münsterberg

Tradução de Marcio Luiz Miotto

Publicado originalmente em: MUNSTERBERG, Hugo. *Psychology and the Market*. *McClure's Magazine*, p. 87–93, 1909.

[p. 87] Há muito tempo, antes de Nova Iorque e Chicago serem descobertas, vivia um alquimista que vendia uma prescrição infalível para fazer ouro com base em ovos. Ele a vendia por um preço bem alto, num contrato no qual ele precisaria ressarcir o sol inteiro caso a aplicação da prescrição não gerasse o resultado prometido. Ele disse que jamais quebrou o contrato e ainda se tornou um homem muito rico. Sua receita era: aquele que buscava o ouro deveria segurar uma frigideira sobre o fogo com as gemas de dez ovos e agitá-las por meia hora sem sequer pensar na palavra hipopótamo. Milhares de pessoas tentaram, mas ninguém foi bem-sucedido. A palavra fatal, que eventualmente eles jamais haviam pensado antes, se precipitava sempre infelizmente em suas mentes, e quanto mais quisessem suprimi-la, mais ela se fazia presente. Aquele bom homem era justamente um psicólogo. Ele sabia algo sobre as leis da mente, e embora fosse incapaz de transformar ovos em ouro, ele de fato sabia como transformar psicologia em ouro. A Psicologia fez rápido progresso desde aqueles tempos nos quais o alquimista conseguiu enredar o mercado, mas nossas indústrias e comércio modernos aproveitaram pouco desse avanço. Bens são manufaturados e

distribuídos, comprados e vendidos; e em quaisquer dessas etapas a mente humana está a trabalhar, pois as mentes humanas são os trabalhadores, os homens de venda e os compradores; mas até agora ninguém consulta o conhecimento exato da ciência que lida com as leis e características da mente humana.

O quão curiosamente essa situação contrasta com nossa aplicação prática da ciência física! Dificilmente conseguimos imaginar um estado no qual permitiríamos ao físico acadêmico manter máquinas a vapor e telégrafos em suas salas de laboratório, sem o esforço de dispor essas invenções para o uso prático no mundo da indústria e do comércio. Mas essa é bem a situação no mundo dos fatos mentais. Florescem os laboratórios para o estudo da vida interna, faz-se experimentos, invenções são testadas, novas visões abertas; mas a vida prática segue sem que se faça uso dessas descobertas psicológicas. De fato, ocorre como se a máquina de vapor se mantivesse confinada na mesa do laboratório enquanto no mundo prático o trabalho ainda se fizesse grosseiramente pelos braços dos escravos.

Os únicos campos nos quais o experimento psíquico foi de algum modo traduzido em uso prático são os da educação e da medicina. O especialista em educação lentamente começou a entender que a atenção e o interesse pela criança escolar, suas imitações e brincadeiras, suas memórias e fadigas merecem estudo psicológico cuidadoso. Os estudos meticulosos de laboratório mostraram como o velho professor, a despeito do senso comum dirigido a ele, trabalhou frequentemente com métodos destrutivos. Os planos escolares tiveram que ser inteiramente revisados, a higiene mental das salas da escola

precisou ser mudada, preconceitos educacionais precisaram ser varridos.

De um modo similar, o conhecimento psicológico também gradualmente se infiltrou no mundo médico. O poder da sugestão, com todos os seus tons, desde a ligeira influência terapêutica até o controle hipnótico mais profundo, tem se tornado pouco a pouco um instrumento para o médico. Chegou o tempo em que não é mais perdoável que nossos estudantes de medicina devam entrar na vida profissional sem algum conhecimento de psicologia científica. Eles não merecem simpatia caso permaneçam inertes enquanto curandeiros e místicos são bem-sucedidos onde suas tentativas de curar falharam. Pode-se prever que uma reforma nesse campo está próxima, e deve se admitir que mesmo aqueles cavaleiros errantes da cura ajudaram a dirigir o interesse do público à imensa importância da psicologia em medicina. Para a educação e a medicina, de forma semelhante, parece justificada a esperança de que o trabalho de laboratório do psicólogo para as necessidades práticas dos homens não será em vão.

Estamos muito mais distantes dessa meta no campo da lei. Certamente o psicólogo sabe melhor que ninguém que ele não possui nem uma prescrição sobre como remover o crime do mundo, nem um instrumento para enxergar a base da mente do réu ou fazer com que a testemunha fale apenas a verdade. Não obstante, ele sabe de muitos fatos assegurados [p. 88] por métodos experimentais que podem ser úteis para a prevenção do crime, a triagem de evidências e para assegurar uma confissão confiável. Cada palavra da testemunha depende de sua memória, de sua capacidade de percepção, de sua sugestibilidade e de sua

emoção; e ainda nenhum *expert* em psicologia fora convidado para fazer uso de suas realizações psicológicas nessa esfera. Mas mesmo aqui há signos de progresso, pois o interesse pelos problemas envolvidos parece bem desperto.

É surpreendentemente diferente com o campo inteiro da atividade econômica. A imensa importância dos estudos psicológicos para a vida da oficina e do moinho, da loja e do domínio doméstico ainda não atraiu a atenção pública. Em termos gerais, comércio e indústria bem parecem tomar conta de si mesmos, e parece haver pouca atmosfera para filosofar ou buscar conselhos com um psicólogo especialista. Aqui e ali eles tomaram um pouco do conhecimento do laboratório e lucraram com isso, sem perceber que dificilmente um mergulho acidental na psicologia é algo suficiente. Por exemplo, nenhuma companhia ferroviária ou de navio a vapor empregaria um homem que precisa se orientar por sinais até que ele receba um exame de daltonismo. As variações no sentido da cor nos homens são descobertas típicas em experimentação psicológica. Mas mesmo aqui o *expert* sabe que os testes práticos de hoje representam, em termos gerais, um estado ainda prematuro de conhecimento, sem progresso paralelo ao do estudo laboratorial do daltonismo. Além disso, as companhias de transporte não devem limitar seus testes à aplicação ao sentido da cor. É talvez não menos importante que o homem trabalhando na máquina deva ser testado quanto à velocidade de suas reações, ou a acurácia de suas percepções, ou a velocidade de suas decisões. Para o exame de cada uma dessas capacidades mentais o laboratório psicológico fornece métodos exatos. Mais ainda, as companhias de transporte não devem ter

menos interesse em estudar com experimentos psicológicos a questão de que tipo de sinais pode ser mais apropriado. Por exemplo, psicólogos levantaram a importante questão sobre se é recomendável haver sinais ferroviários diversos de dia e de noite. A segurança do serviço requer que o correto manuseio seja feito automaticamente, e isso será tão mais facilmente assegurado quanto mais uniformes serem as condições externas. Apenas o experimento pode determinar a influência de tais variações.

Mesmo esse pequeno agrupamento psicológico, o do uso de sinais para as companhias de transporte, não se resume às impressões visíveis. Esforços abundantes se concentram hoje em dia nos sinais de nevoeiro dos navios, mas ninguém dá atenção às condições psicológicas pelas quais se discrimina a direção da qual um som provém. Em nossos laboratórios psicológicos, experimentos amplamente diferentes têm sido feitos sobre a percepção dos sons em relação à direção e à distância. Sabemos, por exemplo, que algumas ilusões entram constantemente nesse campo, e que as condições da orelha, e mesmo de sua concha, podem produzir modificações importantes. Mas ninguém pensa em estudar, com todos os meios psicológicos disponíveis, as capacidades auditivas de um oficial de navio. Uma diferença entre os dois ouvidos do capitão pode ser não menos desastrosa que a inabilidade [do daltônico] em distinguir entre o vermelho e o verde.

Outro campo no qual uma pequena tendência se estabeleceu para consultar o psicólogo é o da publicidade [*advertising*]. Centenas de milhões são provavelmente perdidos a cada ano com publicidades malsucedidas porque não apelam à mente do leitor.

Elas podem ser incapazes de dirigir sua atenção ou de impressionar o essencial em suas memórias, ou sobretudo, não chegam a fornecer a sugestão necessária. O leitor as entreolha sem se impressionar pelas qualidades desejadas das mercadorias oferecidas.

A necessidade evidente de direção psicológica [*psychological guidance*] efetuou, nesse campo, certo contato entre a psicologia empírica e os negócios. O atual produtor profissional de anúncios [*advertisement writer*] dirige o olhar para a psicologia da sugestão e da atenção, da associação de ideias e da apercepção e tira proveito dos interessantes livros que cobrem a teoria da publicidade. Cada linha dos posters de outdoor oferece pleno material para que se estudem os pecados contra o espírito da psicologia. Eventualmente aparece sentado ali, em tamanho real, o convidado à mesa do restaurante, que claramente rejeita a garrafa errada que o garçom está vindo trazer. Com isso o publicitário pretende sugerir a cada pessoa que vê o anúncio que ela deveria se encher de nojo pela marca [de bebida] errada, sendo a única marca desejável aquela que fica impressa em letras enormes mais acima. Mas o que vai acontecer [na realidade] é que o nome [do produto] anunciado se associará com aquele movimento simulado de rejeição, a partir do que apenas a empresa rival poderá tirar proveito do poster não-psicológico.

Mas, de qualquer modo, a aplicação da psicologia em geral ao problema da publicidade pode estar apenas no início. Algo necessário é a introdução de experimentos sistemáticos que cobrirão o fundo inteiro do que for exposto, não só nas imagens e nos textos, mas também nas vitrines e nas lojas. O experimento

pode [primeiramente] se referir ao próprio material. Antes que um anúncio seja impresso, o arranjo das palavras, o tipo de datilografia, o cenário inteiro do conteúdo, deve ser [p. 89] experimentalmente testado. O cronoscópio elétrico do laboratório psicológico pode facilmente mostrar quantos milésimos de segundo o leitor médio precisa para ler um ou outro tipo, e outros experimentos podem demonstrar o quanto se percebe durante uma curta exposição e o quanto fica na memória, e que tipo de resposta emocional involuntária e reação muscular é desencadeado por cada tipo de arranjo. Os jornais de comércio não raramente mostram espécies de esquemas de anúncios habilidosos, mas desajeitados, mas tudo isso permanecerá dogmático até que o experimento explicita os pontos sensíveis.

Mas muito mais importante do que experimentar com o material concreto é o estudo experimental dos princípios envolvidos. Essa é, ao fim, a força do método experimental em todos os campos, onde os fatos complexos da vida são transformados em esquemas limpos e simples nos quais deixa-se de lado tudo o que não é o fator decisivo. Se o joalheiro quer mostrar seus anéis e relógios na vitrine de modo a produzir efeito ao maior número [de pessoas] possível, não é necessário que isso seja experimentado com relógios caros e joias. Por exemplo, podemos colocar 20 pequenos quadrados de papel numa caixa preta de papelão, e em outra colocar entre 16 e 24. Em pequenas exposições pedimos a nossos sujeitos para dizerem em quais caixas há mais quadrados. Se os quadrados em ambas as caixas forem arranjados de um mesmo modo, o observador verá num relance que 18 são menos que 20 ou 22 mais que 20. Mas ao tentar

várias diferentes combinações e estudar o efeito de agrupamentos diferentes, podemos descobrir a seguir que com certos arranjos o 20 pode parecer apenas 17 ou, com melhores arranjos, parecer 22 ou 23. Do mesmo modo podemos estudar o efeito caso misturemos quadrados e círculos, ou quadrados de vários tipos, ou alguns de cores uniformes e outros de diferentes. Em resumo: sob a mais simples forma de experimento podemos encontrar princípios que controlam a impressão do transeunte quanto à quantidade maior ou menor daquilo que ele acreditaria ver.

O esforço para atrair o consumidor começa, é claro, não com o lojista ou o vendedor, mas com o fabricante. Também ele deve conhecer psicologia para tornar seu artigo o mais persuasivo possível. Desde que comecei a dedicar minha atenção à aplicação da psicologia ao comércio e ao trabalho, coletei um grande número de embrulhos e embalagens nos quais os vários estabelecimentos industriais vendem seus bens, e recebi muitas informações confidenciais quanto ao sucesso ou falha dos vários rótulos e imagens. Muitos deles podem ser testados de forma bem exata, uma vez que o próprio produto permanece o mesmo enquanto sua maquiagem para a revenda é alterada. A mesma qualidade e tipo de sabonete de banheiro, ou chocolate, ou comida de café da manhã, ou papel para escrever, que numa embalagem permanecem como peso morto nas prateleiras das lojas, n'outra embalagem encontram rápida venda.

Muito depende dos hábitos e tradições e do desenvolvimento do gosto entre os consumidores de um grupo especial. Mas me inclino a pensar que se o material for analisado com cuidado, o laboratório psicológico poderá prever de antemão

e com certa segurança o fracasso ou o sucesso. Naturalmente, tais fatores não podem ser reduzidos a simples equações. Não há uma combinação especial de cor que seja adequada para chocolates, sabonetes ou gomas de mascar, e a mesma combinação de cor não combina no verão ou no inverno. E menos ainda a cabeça de uma mulher pode receber a mesma publicidade de pentes laterais, medicina patenteada ou *ketchup*. Mas esse fator associativo é igualmente aberto ao experimento científico.

Mesmo assim, depois de tudo, a maquiagem de um artigo e sua embalagem são menos importantes do que a qualidade e a construção dos produtos propriamente ditos. Com frequência, o fabricante esquece com facilidade que seu produto serve para ser utilizado por mentes humanas, e que uma perfeição real de sua produção jamais se obtém a menos que se assegure o mais sutil ajustamento possível às funções mentais. Isso é verdadeiro desde a coisa mais trivial até a mais complexa que pode satisfazer os interesses humanos. Basta, para isso, que o vendedor simplesmente olhe um manual de psicologia e seus pequenos efeitos. Ele pode facilmente ser enganado. O psicólogo pode mostrar que um quadrado preenchido com linhas horizontais pareça comprido e outro preenchido com linhas verticais pareça largo, mas aí do estabelecimento de alfaiataria que vestisse suas clientes de acordo com essa prescrição psicológica. Se a costureira que vestisse a mulher corpulenta - desejosa de parecer mais alta - com roupas de listras horizontais, e a magra - desejosa de parecer mais cheia - com um vestido de listras verticais, o efeito seria o oposto do desejado. Não porque a psicologia está errada, mas porque a aplicação do princípio está fora de ordem.

Jamais olhamos para uma mulher como olhamos para um quadrado, comparando a altura com a largura. As linhas verticais no vestido forçam nossos globos oculares a mover para cima e para baixo e reforçam por isso nossa percepção de altura, enquanto as listras horizontais simplesmente nos sugerem a ideia de largura. Ou, para mencionar outra aplicação incorreta similar: Havia um pintor que aprendeu com os psicólogos que vemos isoladamente apenas aquelas coisas [p. 90] às quais focamos, enquanto tudo no plano de fundo é visto pelos dois olhos numa imagem dupla. Por isso ele pensou que poderia atingir um efeito mais natural caso desenhasse linhas duplas para as coisas no plano de fundo de suas pinturas. O efeito foi absurdo, pois sua figura dupla podia agora ser vista com cada um dos dois olhos, enquanto na realidade temos uma imagem dupla porque desenvolvemos uma em cada olho.

A psicologia mal fundamentada certamente não nos ajuda, mas o fato de que mal-entendidos possam ocorrer em cada recanto da psicologia não é um argumento contra seu uso. Podemos não gostar de comer a carne preparada por um cozinheiro a partir de pontos de conhecimento químico retirado de um manual de fisiologia. O especialista melhor treinado deve sempre ser intermediário entre a ciência e as necessidades da vida prática. Mas se laboratórios especiais de psicologia aplicada pudessem examinar as demandas de mercado sob o estudo cuidadoso de todos os princípios envolvidos, o ganho para a vida prática seria certo.

Para analisar o caso um pouco mais completamente, vou me referir a um produto de nossas fábricas que é indispensável para

nossa vida moderna – a máquina de escrever. Ela pode servir de ilustração tanto quanto centenas de outros artigos industriais, mas tem a vantagem de que as variedades de máquinas são popularmente bem conhecidas. Todo mundo sabe que há máquinas com ou sem escrita visível, máquinas com teclados ideais e universais, com teclado duplo e simples no qual as letras maiúsculas demandam a pressão de uma tecla *shift* para mudar a posição da carenagem. Os psicólogos atuais começaram a examinar com cuidado as pretensões de cada sistema, e os resultados diferem muito do que pressupõe o homem cotidiano. Permanecemos assim ante um conflito curioso. O fabricante deve moldar seu artigo de um modo que ele atraia o cliente, mas enquanto isso permanece sem restrições em termos de forma externa e visual e embalagem e nome, tudo pode interferir na utilidade geral do produto e na vantagem real oferecida ao comprador. Mas em última análise, a vantagem oferecida aos homens que utilizam o artigo precisa ser a propaganda mais forte, e assim pode ser bem possível que o interesse do fabricante seja mais o de trazer ao mercado um produto que agrade menos à primeira vista na superfície e aparência, mas agrade mais a longo prazo.

A visibilidade da escrita da máquina de escrever é um caso em questão. Quem não está acostumado a datilografar e quer começar vai naturalmente preferir datilografar visualizando as letras [que aparecem no papel a cada vez que se tecla]. Ele pensa a partir da escrita ordinária à mão; ele sabe o quão essencial é seguir a ponta da caneta com seus olhos. Ele esquece que na datilografia em letra visível a letra que ele se põe a escrever está

invisível naquele momento, e o toque da tecla já produz perfeitamente a letra completa. O efeito real é, portanto, que ele vê as letras que ele não está ainda escrevendo. O caso é assim fundamentalmente diferente daquele da escrita à mão. E por outro lado, a quantidade de atenção que é dada para olhar as palavras que ficam visíveis é retirada do único campo que é essencial, aquele que está no teclado ou na cópia [a partir da qual se datilografa]. A máquina visível pode parecer mais atrativa àquele que não tem conhecimentos, mas menos efetiva por iniciar hábitos ruins e de distração. Ainda, mais uma vez, isso pode conter exceções em psicologia. No caso daqueles indivíduos que são absolutamente visualizadores, a datilografia sob modo visível pode ser uma ajuda quando estão escrevendo, não a partir de uma cópia, mas de um ditado ou de seus próprios pensamentos. Nesse caso, a visualização das letras precedentes poderia ajudar na organização dos impulsos motores necessários para pressionar as teclas da próxima sílaba. Mas seria preciso demandar uma análise experimental cuidadosa para determinar as pessoas que tirariam proveito ou sofreriam com a visibilidade da escrita. O sentimento instintivo jamais poderia decidir isso.

Mas essa diferença na disposição individual não tem a menor importância com referência às outras qualidades dos vários tipos de máquinas. O teclado duplo requer uma distribuição da atenção em um campo bem mais largo. O laboratório psicológico pode facilmente demonstrar que existem indivíduos cuja atenção é concentrada e não pode alongar-se para muito além do foco, e outros cuja atenção é ampla e se move facilmente. E por outro lado, a tecla *shift* não é apenas uma dentre várias teclas, mas

requer um tipo de esforço inteiramente diferente, o qual interrompe a cadência fluida e suave dos movimentos dos dedos. O experimento psicofísico demonstra o quão mais lentamente e quanto mais de esforço o movimento da tecla *shift* deve ser performado. Mais uma vez, a análise do laboratório mostra que há indivíduos que podem facilmente interromper seus hábitos de movimento regulares por impulsos de vontade de um tipo completamente diferente, enquanto outros perdem muito de sua energia psicológica por mudanças tão repentinas. Para esses, a quebra do processo pela tecla *shift* significa uma perturbação no ajustamento mental e assim uma grande perda em sua efetividade. Consequentemente a máquina, que é excelente para um, não é desejável para outro, e o mercado poderia se sair melhor se isso tudo não fosse deixado ao acaso.

Do mesmo modo que com o teclado, também parece que [p. 91] princípios psicológicos são envolvidos em relação às tendências individuais. Para alguns, é melhor se as letras que frequentemente ocorrem na linguagem ficarem bem próximas no teclado; para outras mentes, esse tipo de arranjo é o menos desejável. Os que escrevem assim misturam os impulsos motores que pertencem a ideias similares e correlatas, e se saem melhor se as letras intimamente associadas demandam um movimento numa direção inteiramente diferente, com o maior contraste psicológico possível.

Difícilmente há algum instrumento no mercado para o qual uma análise similar do desempenho das energias mentais não possa ser empreendida. E aliás, podemos nos voltar a outro aspecto, o do trabalho na própria fábrica. Estou seguro de que virá

o tempo em que o especialista em psicologia se tornará o mais útil agente nessa esfera da vida industrial. Os fazendeiros prepararam o campo por milhares de anos sem química científica, mas sabemos o quão é necessário hoje o auxílio do químico ao agricultor. Por meio do *expert* científico, um novo período da agricultura se iniciou. Um serviço similar para o trabalho e a indústria pode ser oferecido pelo psicólogo experimental. Seria até concebível que os governos devessem organizar sua ajuda de forma parecida com aquela que asseguram laboratórios agrícolas nas fazendas do país. O *Department of Agriculture* em Washington tem estações experimentais em todo o território, e não poucas dentre as grandes colheitas se devem a sua eficácia. O *Department of Commerce and Labor*, num tempo futuro, pode estabelecer estações experimentais que trarão ajuda semelhante às usinas e fábricas e mesmo aos artesãos de qualquer lugar. Não há estabelecimento que produza sem fazer uso dos cérebros e mentes humanos. O dono de uma usina pode aprender como utilizar as energias mentais de seus trabalhadores do mesmo modo como o fazendeiro sabe usar as propriedades do solo. E tal auxílio não é apenas para o interesse econômico do produtor; ele talvez possa ser mais ainda do interesse do trabalhador e de seu preço de mercado.

A primeira coisa aí a se pensar pode ser sobre a segurança do trabalhador, o qual de fato é dependente de várias condições psicológicas. Por exemplo, não se espera que o dono de usina saiba quais fatores mentais determinam a correta percepção da distância, e mesmo é evidente que um trabalhador está em constante perigo caso não estime corretamente sua distância de

uma máquina em movimento. Ele pode ser capaz de ver corretamente com um olho todas as partes da máquina, mas se o outro olho tem algum defeito e sem que o trabalhador o perceba, sua interpretação das impressões será insuficiente. Ele constantemente ficará em perigo ao colocar suas mãos entre as engrenagens que operam. Apenas a consideração cuidadosa desses elementos psicológicos, tais como a construção da ideia de distância, e testes exatos sobre os sentidos dos trabalhadores, podem eliminar tais perigos sempre presentes.

O supervisor [*captain*] da indústria pode sentir-se muito interessado em continuar ressaltando a maior eficiência possível de seu trabalhador; mas ainda, mais uma vez, nada indica que ele queira acrescentar exatidão científica em favor da questão psicológica dominante. Em contrapartida, um teste experimental, sozinho, pode decidir sob que condições a melhor continuidade de trabalho efetivo pode ser assegurada e sob quais condições mentais o indivíduo pode fazer seu melhor. Métodos para estudar a curva de fadiga no trabalhador individual, ou as condições para o trabalho mais apurado de seus músculos, e uma centena de dispositivos semelhantes, já estão hoje à disposição do ateliê mental [*mental workshop*]; mas provavelmente ainda será por longo tempo que o supervisor [*foreman*] pensará que sabe mais que o especialista [*expert*].

Além disso, é evidente que tão logo esse contato entre a usina e o laboratório experimental psicológico for aprimorado, novas questões surgirão correspondendo às necessidades especiais da atividade industrial. As condições técnicas de qualquer indústria do país podem ser facilmente imitadas no

laboratório com meios simples. Por muito tempo não temos a menor investigação realmente científica dos efeitos psicológicos da especialização, da divisão do trabalho, da influência das mudanças nas máquinas, da complexidade das máquinas, dos efeitos da temperatura, alimento, luz, cor, ruído, odor, da disciplina, recompensa, imitação, trabalho parcelado, da repetição, da distribuição da atenção, da emoção e de centenas de outros fatores mentais que entram na vida do homem de trabalho. É simplesmente falso dizer que essas coisas regulam a si próprias. Pelo contrário, são as tendências superficiais ou de tradição, a economia de vista curta e a indiferença o que por mil vezes estabeleceram métodos que foram do interesse de ninguém. Tanto o empregador quanto o empregado sofreram com elas.

Podemos ter uma ideia do auxílio que pode ser obtido se, por exemplo, pensarmos nos métodos de aprendizagem no manuseamento das máquinas. Há muitas atividades industriais que demandam as técnicas mais complicadas, e a aprendizagem ainda é deixada aos métodos mais desordenados. Até aqui não sabemos praticamente nada sobre os métodos mais proveitosos de aprender essas atividades industriais. Mas basta compararmos essa situação com o excelente trabalho que [p. 92] a psicologia experimental realizou nos campos da caligrafia [*handwriting*], da datilografia, da telegrafia, do manejo do piano e do desenho. Em cada um desses campos os experimentos mais cuidadosos foram efetuados por meses sob as condições mais sutis. Com instrumentos complexos a expansão e o desenvolvimento do processo foram analisados, e as influências que retardaram o

progresso e dificultaram a aprendizagem mais eficiente foram delineadas.

Mais uma vez podemos aprender com o caso do trabalho em datilografia. Todo mundo que escreve com os dois dedos indicadores pode alcançar certa rapidez no manuseio da máquina. Mas ninguém a domina tendo aprendido de uma forma sistemática que em última instância tenha sido determinada pelos experimentos dos psicólogos experimentais. Tais análises experimentais dos processos de aprendizado com a máquina de escrever foram empreendidas sob o maior cuidado e demonstraram que o estudante percorre um número de diferentes estágios. Não se trata dele apenas estar fazendo a coisa mais e mais rapidamente: o fator essencial reside no desenvolvimento de hábitos – hábitos de manipulação, hábitos de atitude de sentir, hábitos de atenção, hábitos de associação, hábitos de decisões de dificuldades que aparecem; e todo insight nessa formação de conexões mentais oferece direção para um treinamento proficiente. Os experimentos indicam as condições psicológicas para um impulso no esforço, para flutuações na eficiência, para os ganhos restantes em velocidade e acurácia, para suas relações para com as atividades motoras e do coração. Em miúdos, agora sabemos cientificamente os processos psicológicos pelos quais a maior economia possível na datilografia pode ser assegurada. Não há em nossas fábricas e usinas máquina industrial na qual estudos similares foram realizados; mas cada direção nesse esforço aumentaria a efetividade do trabalhador e o lucro do empregador.

Nossos educadores em psicologia atualmente estudaram com todos os métodos de laboratório os efeitos das pausas durante

o turno escolar. Sabemos como algumas pausas funcionam como uma recreação efetiva na qual se restituem as energias exauridas, bem como aqueles outros tipos de pausa que agem como interrupções perturbadoras nas quais os ajustamentos adquiridos ao trabalho se perdem. Seria preciso investigações mais apuradas com meios mais sutis do laboratório psicológico para determinar para cada indústria especial que ritmo de trabalho e de recesso, que rapidez e método de recreação assegurariam o máximo efeito. O mero sentimento subjetivo do próprio trabalhador ou o juízo de senso comum do observador podem ser inteiramente enganosos.

Não sabe qualquer um que a sensação de força do trabalhador decai no caso dele usar álcool? Mas sua garrafa dotalhe um sentimento ilusório de energia, enquanto o experimento cuidadoso demonstra que sua eficácia sofre sob a influência imediata do whisky. [Como se vê], em cada um dos casos a indagação científica deve substituir a impressão superficial. Além disso, um estudo sistemático poderia não apenas perguntar sobre como o trabalhador aprende o uso mais eficiente das máquinas existentes, mas como as próprias máquinas podem se ajustar aos resultados do experimento psicológico. O experimento poderia determinar quais músculos poderiam produzir o efeito requerido com maior acurácia, velocidade e perseverança, e também os manuseios, alavancas e chaves a serem distribuídos de acordo com isso. Mesmo o construtor do carro a motor se baseia no tipo de julgamento mais superficial e de senso comum quando ele arranja as alavancas do modo como parecem mais práticas para o rápido manuseio. Também aqui o laboratório psicológico, capaz de estudar em milésimos de segundo os movimentos do condutor

em carros variados, pode detectar a muito fácil ocorrência de ilusões. A indústria já deveria ter superado o estágio de suas decisões não-científicas, e não há desculpas se a física e a química são consideradas as únicas ciências em questão e a psicologia experimental é ignorada, quando cada simples negócio, cada roda a ser girada e cada alavanca a ser movida são dependentes de fatos psíquicos de atenção e memória, de vontade e sentimento, de percepção e juízo.

Seria provavelmente mais difícil de ajudar na venda real dos produtos comerciais por métodos científicos exatos, exceto no que diz respeito aos anúncios e exposições. E também é evidente que todo homem atrás do balcão e toda vendedora que quer influenciar o consumidor trabalha com agenciamentos [*agencies*] psicológicos. O estudo da psicologia da atenção e da sugestão, da associação de ideias e da emoção pode dar assistência sistemática à transação comercial. O processo tem certamente dois lados, mas caso pensemos apenas no interesse do vendedor, podemos dizer que ele precisa hipnotizar sua vítima. Ele tem que jogar habilmente com a atenção do consumidor em seu estabelecimento, ele deve inibir vagarosamente na mente dela o desejo de qualquer coisa que a loja não ofereça, ele deve habilmente fixar as emoções numa escolha particular, e finalmente ele deve implantar a convicção de que a vida não vale a pena ser vivida sem essa blusa. O quanto as lojas poderiam lucrar se cada empregado aprendesse sobre a evitação cuidadosa de sugestões contrárias! Caso as vendedoras de uma loja de departamentos sejam orientadas a [p. 93] perguntar depois de cada venda “você quer levar isso para casa?” ou instruídas a

perguntar primeiro “você quer que enviemos isso à sua casa?”, isso não faz diferença no sentimento dos consumidores. Eles são as vítimas inconscientes da sugestão, mas para a loja isso pode significar uma diferença calculada em milhares quanto ao serviço de entregas. O garoto que vende jornais na entrada do metrô que apenas pergunta “Jornal, senhor?” é pego de surpresa pelo sucesso de seu rival, o qual, com forte sugestão, pergunta: “Qual jornal?”

O estudo experimental da questão comercial pode finalmente trazer nova clareza nas relações de comércio e lei. Para dar uma ilustração dentre muitas, menciono o caso da imitação no comércio. Todo mundo que estuda os casos judiciais no comércio fica impressionado com a frouxidão e o caráter vago das ideias legais envolvidas. Parece não haver padrão definido em lugar algum. Ao comprar seu artigo favorito, por vezes [a corte] parece esperar do comprador que ele preste a maior atenção para não se frustrar com uma imitação. Em outros casos, o tribunal parece considerar o comprador como a pessoa mais estúpida e descuidada, que pode ser enganada com qualquer similaridade superficial. A evidência de uma testemunha do comércio é um fator inteiramente arbitrário e não-confiável. O assim chamado comprador ordinário muda suas qualidades mentais diante de cada juiz, e parece impossível antever se uma marca será construída como uma imitação não permitida ou como uma marca similar, mas independente.

Sob o interesse da psicologia aplicada ao comércio e ao trabalho, coletei em meu laboratório um grande número de espécimens que mostram todos os graus possíveis de imitação.

Em cada caso é evidente que a similaridade de forma, cor, nome ou embalagem é usada de forma consciente para lucrar com a reputação de outro artigo que ganhou popularidade por qualidade ou publicidade. Tenho uma garrafa de Moxie [um refrigerante cuja fábrica foi depois comprada pela Coca-Cola] junto a uma dezena de imitações, com nomes similares, em garrafas de forma similar e com bebidas de cor similar à tão bem anunciada Moxie. Ketchup's de tomate e latas de sardinha, carteiras de cigarro e potes de talco, balas de hortelã e maços de fumo, marcas de luva e cartazes de *vaudeville* [pequenas apresentações teatrais populares nos EUA], medicamentos registrados e gelatinas, aparecem em formas gêmeas e triplas interessantes. As carteiras de cigarro *Egyptian Deities* são acompanhadas pelas *Egyptian Prettiest* e as *Egyptian Daintiest*; Rupena é exposta ao lado de Peruna; e o *Pain Expeller* é embalado e envidrado como o *Pain Killer*.

Não são poucos os espécimens do meu museu de imitação que manteriam os advogados ocupados. Mas tudo isso é evidentemente, a princípio, um caso para o psicólogo. O problema inteiro se situa na psicologia do reconhecimento. Lá não haveria dificuldade em produzir condições de laboratório sob as quais os princípios mentais envolvidos poderiam ser postos sob observação exata e repetidos. Haveria muitos obstáculos a superar, mas certamente o experimento poderia determinar o grau de dificuldade ou facilidade pela qual o reconhecimento de certa impressão pode ser assegurado. Tão logo uma escala de graus de atenção fosse obtida, poderíamos ter um objetivo padrão e determinar se uma grande quantidade de atenção é ou não

necessária para distinguir uma imitação do original. Então poderíamos encontrar por métodos objetivos se é a farmácia da cidade ou a nossa própria falta de atenção o que deveríamos culpar quando, ao estarmos ansiosos por um copo de Moxie, o funcionário ao invés disso nos dá o líquido marrom amargo de uma garrafa de Noxie, Hoxie, Non-Tox, Modox, Nox-All, Noxemall, Noxie-Cola, Moxine, ou Sod-Ox, todas as quais ostentadas tentadoramente no meu pequeno museu de psicologia aplicada.

Dúvidas sobre a Filosofia dos Valores

Émile Bréhier⁶²

Tradução de Marcio Luiz Miotto

Publicado originalmente em: BRÉHIER, Émile. Doutes *sur la Philosophie des Valeurs*. *Revue de Métaphysique et de Morale*, T. 46, No. 3, julho de 1939

O *Institut International de Collaboration philosophique*, conforme disse M. Robin, é uma emanção do *Congrès Descartes*. Eu também poderia dizer, de forma bastante próxima, bastante sobre esse congresso. Certamente eu não faria isso se não houvesse esses volumes muito preciosos que são os tomos X, XI e XII dos Trabalhos do *Congrès Descartes*, nos quais acredito que estejam representados todos os pontos de vista atualmente existentes sobre o problema dos valores⁶³: problema extremamente complexo, que deu lugar a publicações cujo número cresce há 30 anos. Em 1930, o M. Heyde já contava em

⁶² [N. do A.] Esse artigo é a primeira das conferências organizadas em 1939 pelo *Institut International de Collaboration Philosophique*, em sua sede social em Paris (Sorbonne). A *Société Française de Philosophie* se uniu ao Instituto para enviar convites para essa conferência.

⁶³ [N. do A.] *Travaux du IX Congrès international de Philosophie*, Paris, Hermann et Cie, 1937. Os trabalhos sobre os valores são repartidos como o seguinte: Tome X: I. *Généralités*; II. *Valeur et réalité*; III. *Connaissance, action et valeur*. - Tome XI: IV. *Valeur et cosmologie* V. Normes logiques; VI. *Normes morales et sociales*. - Tome XII: VII. *Normes juridiques*; VIII. *Normes esthétiques*.

sua revista 764 publicações em alemão e 423 no estrangeiro⁶⁴. Desde então apareceram outras obras importantes. Citarei notavelmente a obra de M. Alfred Stern, sobre a *Philosophie des Valeurs*⁶⁵, a de M. Le Senne, *Obstacle et Valeur*⁶⁶; a comunicação de [p. 400] M. Dupréel à *Société de Philosophie*⁶⁷; o curto volume de M. Bénézé⁶⁸; o livro recém saído de M. Parodi⁶⁹; acrescento a esses duas histórias bastante preciosas das teorias do valor: primeiro o livro de Oscar Kraus, *Histoire et critique des Théories des Valeurs*⁷⁰; e a obra de F. -J von Rintelen, o qual fez a história completa da teoria dos valores, mas cujo primeiro volume lançado até agora se reporta à Antiguidade e à Idade Média⁷¹.

⁶⁴ [N. do A.] *Literarische Berichte aus dem Gebiet der Philosophie*, Heft 15-18, Erfurt, 1928, et Nachtragsheft, 1930.

⁶⁵ [N. do A.] *La Philosophie des valeurs. Regard sur ses tendances en Allemagne*, 2 vol., Paris, Hermann, 1936. (Contém uma sequência de estudos sobre as teses de Müller-Freienfels, Scheler, N. Hartmann, Heyde, Ostwald, Vierkandt, W. Stern, T. Lessing, A. Stern.

⁶⁶[N. do A.] Paris, F. Aubier, 1934

⁶⁷ [N. do A.] *La morale et les valeurs. Consistance et précarité* (seção de 29 de fevereiro de 1936), *Bulletin de la Société française de Philosophie*, 36e année, n° 2. M. Dupréel publicará em breve um livro na Alcan sobre o mesmo assunto. Além disso, ele fez no *Institut International de Collaboration Philosophique*, no dia 13 de maio de 1939, uma comunicação intitulada *Valeur et Être*.

⁶⁸ [N. do A.] *Valeur :Essai d'une théorie générale*, Pans, Vrin, 1936

⁶⁹ [N. do A.] *La Conduite humaine et les Valeurs idéales*, Paris, Alcan, 1939

⁷⁰ [N. do A.] *Die Werttheorien, Geschichte und Kritik*, M. Rohrer, Brunn e Leipzig, 1937. O autor, professor da Universidade de Praga, é um aluno de Brentano e prática ensinamentos particularmente interessantes sobre o movimento das idéias retorados da doutrina de seu mestre.

⁷¹ [N. do A.] *Der Wertgedanke in der europäischen Geistesentwicklung*, Teil I, Altertum und Mittelalter, Niemeyer, Halle, 1932. M. von Rintelen também

Há uma maneira muito antiga de colocar a questão do ser e do valor, e eu apenas a indico inicialmente para me distanciar dela; todos a conhecem sob o nome de teodiceia.

Há valores, ou sobretudo realidades que possuem para o homem um valor. Consideremos o que a geografia humana chama de esfera do pensamento sobre o globo terrestre, isto é, essa camada extremamente fina entre o céu e as profundezas da terra, sobre a qual o homem construiu cidades, cultivou os campos e, em geral, transformou a paisagem terrestre, a paisagem cósmica em paisagem humana. Essa paisagem humana, com suas culturas, seus monumentos religiosos ou artísticos, é a expressão mesma de nossos valores. Quão exíguas, quão precárias, quão ameaçadas são todas essas coisas humanas, face às forças gigantescas que pressionam por todas as partes e as destruirão certamente um dia! Não está aí posta a oposição do valor e do ser, a oposição da cidade e do tremor de terra que a destruirá, como se não houvesse na natureza (é o tema do *Désastre de Lisbonne* de Voltaire) nada além [p. 401] da indiferença ou hostilidade a respeito dos valores humanos? É o mesmo espetáculo caso se considere a história: os valores humanos se manifestam aqui por civilizações altamente diferenciadas, das quais nenhuma se mantém; o curso mesmo da história pelas guerras, pelos retornos à barbárie, pelas corrupções da intimidade, carrega consigo todos os valores morais e intelectuais que a própria história introduziu.

escreveu, na *Philosophia Perennis* (Bd. II, Regensburg, 1930, p. 927-972), um artigo substancial: *Die Bedeutung des philosophischen Wertproblems*.

O que se poderia chamar em geral de teodiceia foi inventado para dar equilíbrio ao sentimento pessimista. Trata-se de criar uma perspectiva sob a qual o mal - a destruição dos valores - cessa de significar a hostilidade terrestre do ser ao valor humano: todas as teodiceias tem o mesmo plano e a mesma tônica; elas fazem ver no acontecimento que passa, na singularidade que perece, no mal que destrói, as condições da existência ou do advento do Bem, dos valores universais, que por assim dizer redimem aquela falência incessante de nossas esperanças, dando a estas um sentido positivo. Aos olhos do sábio esses valores universais não estão presentes no escoamento do tempo e no próprio interior do devir que se desvanece? Verdade e beleza são, em si mesmas, indiferentes ao tempo e à destruição desse organismo, o mesmo organismo que carrega o espírito que as concebeu.

Entretanto, por razões cuja pesquisa seria mais longa, essa forma de colocar o problema dos valores desapareceu; Renouvier é sem dúvida o último filósofo que escreveu uma teodiceia. A teodiceia se ligava às noções de universo e de história universal, duas noções as quais, desde a crítica kantiana de um lado, e de outro o alargamento quase indefinido dos dados da história, perderam sentido para o filósofo. Mas há mais: a teodiceia era uma solução teórica ou, melhor dizendo, espetacular da questão do ser e do valor; ela consistia numa mudança de perspectiva, sem dúvida injustificada: por meio dela nós queremos ser o olho do mundo, ao invés de sermos atores; nós nos ludibriamos por um erro análogo àquele que a teoria da relatividade denunciou em física: acreditamos chegar a uma perspectiva que seria a única

verdadeira. Além disso, o desmoronamento da teodiceia no século XVIII conduziu a um ceticismo e um pessimismo que deixaram o problema do ser e do valor não resolvido.

[p. 402] O problema, em toda sua generalidade, apenas foi posto em sua forma nova há aproximadamente quarenta anos; mas é desde o kantismo que, contra o ceticismo de Hume, se pergunta sobre como o valor do conhecimento e o valor da moral são possíveis: o valor é assim ligado ao ser pelas considerações críticas. Mas antes de entrar nesse debate, devo lembrar essa circunstância singular de que a teoria do valor, objeto de tantos trabalhos nos países germânicos e anglo-saxões, tem sido - ao menos em aparência - pouco estudada na França. Apenas podemos citar um pequeno número de trabalhos, de primeiro plano é verdade, mas menos sobre o valor e o ser que sobre os julgamentos [*jugements*] de valor. Eles são célebres: é o artigo de Durkheim, *Jugements de réalité et Jugements de valeur*, e as *Leçons de Sociologie sur l'Évolution des valeurs*, de M. Bouglé, nos quais um e outro, sob pontos de vista diferentes, buscam o ser do valor na sociedade; é a *Logique des Jugements de valeur*, onde Edmond Goblot se preocupa com a condição de demonstração desses juízos. Acredito que essa relativa raridade deriva de uma dificuldade de ordem linguística. É um caso no qual a língua acabou pré-formando, se não a filosofia [inteira], ao menos as dificuldades encontradas pelo pensamento filosófico.

No que se chama correntemente de teoria dos valores, nós empregamos a palavra *valor* [*valeur*] em um sentido que ela não tem ordinariamente em francês, o que cria diversas dificuldades e ambiguidades. Na linguagem corrente, a palavra *valor* significa o

resultado de uma avaliação [*évaluation* - traduziremos este termo por “avaliação” e “valoração”, por razões que o próprio texto a seguir explica]. Na “teoria do valor”, ele designa o princípio de avaliação [*évaluation*]. Dir-se-á, por exemplo: esse produto vale 3 francos. Eis um valor. Ou ainda: esse quadro não vale nada. Eis um não-valor. O valor em linguagem ordinária é o que os alemães chamam de *Geltung*. É aquilo que vale alguma coisa. Ora, mas a “teoria do valor” não traduz *Theorie der Geltung*, mas *Theorie der Werte*. O que então quer dizer *Wert*?

Se esse produto tem valor no sentido de *Geltung*, se esse quadro não vale nada ou vale algo, é em virtude de um certo princípio que faz com que o valoremos [*évaluons*] como tal. É esse princípio [p. 403] que não chamamos de valor o qual, a bem dizer, não tem um nome comum para todos os casos em francês. Ora ele será o belo, ora o bem, ora a utilidade; é essa coisa, que é o princípio da valoração [*évaluation*], que os alemães tomam pela palavra *Wert* e que é o verdadeiro sujeito da “teoria dos valores”. A teoria dos valores é o estudo dos princípios de valoração [*évaluation*] e não de juízos de avaliação [*évaluation*]; o *Wert* é o que torna possível a *Geltung*.

Isso deve nos ajudar a evitar uma confusão cometida com frequência e lamentável para a teoria do valor, aquela que se faz entre *Wert* e o que os alemães chamam *Wertträger*, que sou forçado a traduzir como “o portador de valor”. O portador de valor é um ser diferente do valor. Quando, por exemplo, Marco Aurélio diz “Tudo o que me convém te convém, ó Mundo, nada do que é propósito de lei não me é fora de propósito...”, diremos que o sentimento religioso expresso por Marco Aurélio e o valor

religioso que ele descobre são os mesmos que os da recitação evangélica *Fiat voluntas tua*. O que mudou foi o portador do valor, que ao invés do mundo tornou-se um Deus transcendental ao mundo.

Quando Spinoza escreveu “A Ordem e o Bem são considerados erroneamente pelos homens como atributos essenciais das coisas e não pertencem às coisas...”, ele não suprime os valores de ordem e bem; ele nega apenas que eles se encontrem no mundo dado aos sentidos, ao conhecimento mutilado e confuso; mas, caso se siga à leitura da *Ética*, ver-se-á que a ordem é para Spinoza tanto valor quanto o bem; mas a ordem é a ordem racional das essências, e o bem é o conhecimento adequado de nós mesmos enquanto dependemos racionalmente de Deus. O valor não foi suprimido, ele foi deslocado.

Esses deslocamentos de valor são contínuos, e eles causam erros de apreciação quando se crê haver uma mudança nos princípios da valoração [*évaluation*]. Não se pode confundir a reviravolta [*renversement*] dos valores (*Umsturz der Werte*) com o deslocamento dos valores. A reviravolta dos valores, tal como a concebeu Nietzsche, é a passagem do valor positivo ao valor negativo e inversamente; ele consiste não em derrubar [*renverser*], mas [p. 404] em inverter [*inverser*] os princípios de valoração [*évaluation*]: os portadores de valor permanecem os mesmos, mas o valor mudou de sinal, conforme a vitalidade é ascendente ou decadente; e o valor pode, ao contrário, guardar o mesmo sinal e permanecer essencialmente o mesmo, mesmo que ele seja comportado por uma realidade distinta.

É preciso assim distinguir dois problemas. Em primeiro lugar, o que é o valor (*Wert*) em si mesmo, o Belo, o Bem? Em segundo lugar, como o valor (*Wert*) passa a valer, fazendo “valer” no sentido de “*gelten*”? Como o valor é princípio de apreciação? Por um lado, o que é o valor? Por outro lado, como um objeto é avaliado como belo, bom, nutritivo etc.?

Alguns dirão sem dúvida que o primeiro problema, o da essência do valor, apenas tem sentido pelo segundo. Com efeito: o que seria um valor que não valesse efetivamente [*actuellement*]? O que seria um Bem que não fosse desejado ou objeto de vontade, uma comida que não apaziguasse a fome? De tal modo que fica nítido que o primeiro problema apenas tem sentido em relação ao segundo.

Aceitemos provisoriamente esse princípio e tentemos então tratar do segundo problema: não “o que é um valor”, mas “como o valor vale?” Como ele é fundamento de apreciação?

A resposta mais geral que se pode fazer à questão é a seguinte: o valor vale porque ele é, no objeto, o que é capaz de satisfazer uma necessidade ou desejo. Se, por exemplo, há um valor nutritivo no alimento, é porque há nesse alimento algo capaz de satisfazer a necessidade da fome. A resposta a essa questão “como o valor vale?” está estreitamente ligada às reflexões feitas há um século e meio em torno do papel essencial da sensibilidade no homem. De um modo mais geral ainda, se poderia dizer com M. Laird, comentado por S. Alexander: “o valor sob sua forma elementar é uma *eleição natural*, o fato de que tal coisa tenha uma relação mais estreita com tal outra, no sentido em que se diz que alguns átomos satisfazem outros átomos [p. 405] que lhes têm

valência adequada”⁷². Essa definição, que parece estender a noção de valor para além do domínio psicológico e vital até a realidade inorgânica, põe bem em evidência o caráter dinâmico do valor enquanto objeto de apreciação por nós.

A sensibilidade, tal como o Eros platônico em busca do Belo, é então o detector (não o criador ou o construtor) do valor. Seja porque o papel da sensibilidade é desconhecido, seja porque faz-se dela apenas o eco de uma disposição orgânica ou de um conhecimento confuso, é difícil ou mesmo impossível de descobrir o que, no homem, é capaz de apreciar ou de fazer valer (*gelten*) o valor; pois ou a sensibilidade apenas nos liga a nada mais que nós mesmos, e então ela depende do acaso das impressões, ou então se ela é conhecimento, ela não nos conecta de modo algum e o valor não vem a preencher nenhuma necessidade. Isso porque o racionalismo do século XVII teve muita dificuldade de fundar, na natureza humana, a apreciação dos valores superiores. Em La Rochefoucauld o amor-próprio, sempre convertido em direção de si mesmo, apenas pode ser fonte de confusão e de erro sobre a estima verdadeira da virtude; por isso é preciso, para nos fazer amar e assim estimar o Bem a seu valor, de uma graça, de uma impulsão, que não vem de nossa natureza, mas de algo como uma *vis a tergo* provinda do próprio Valor supremo.

O mesmo papel que Malebranche atribui à graça, J. -J. Rousseau o concede à sensibilidade posta em nós pelo autor da

⁷² [N. do A.] Travaux du XIe Congrès international de Philosophie, tome X, p. 29

natureza⁷³, e desde então a sensibilidade não cessou de ser considerada como o fundamento da apreciação dos valores. Kant, em 1763, dava plenamente razão a Rousseau quando escrevia: “Começou-se a ver bem em nossos dias que a faculdade de representar o verdadeiro é o conhecimento, e a de sentir o bem, o sentimento (*das Gefühl*), e que não se deve confundir uma com a outra⁷⁴. É de Brentano (que como se sabe era hostil a Kant) que emprestamos essa citação, sobre a qual ele próprio apoia sua teoria da apreciação dos valores.

É em 1874 que Franz Brentano publica sua *Psychologie vom empirischen Standpunkt* [p. 406], que expõe a teoria pela qual ele se tornou o precursor de um dos movimentos mais importantes em matéria de teoria do valor. Nessa obra ele distingue enfaticamente duas ordens de fenômenos: na primeira ele situa a sensibilidade e a vontade, e na segunda, a representação e o juízo. Brentano também assinala que cada uma das duas ordens de faculdades, em contato com os objetos, se exprime por uma dualidade de atitudes, da qual uma se opõe à outra: a sensibilidade (e a vontade) se exprime por essas duas atitudes, de amar e odiar, e o juízo pela oposição de afirmar e negar. Entre esses dois casais de opostos há não identidade, mas por vezes correspondência perfeita: “com a mesma necessidade que se atribui necessariamente a verdade ao objeto de um juízo afirmativo ou negativo em consequência desse juízo, quando se

⁷³ [N. do A.] Cf. nosso artigo “*Les lectures malebranchistes de J.-J. Rousseau*”, na *Revue Internationale de Philosophie*, t. I, 1939.

⁷⁴ [N. do A.] *Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und Moral.*

exerce uma atividade da classe do sentimento atribui-se a seu objeto, em consequência dessa atividade, valor positivo ou negativo (*Wert oder Unwert*)”⁷⁵. O desejo e a vontade tem portanto o papel de sensibilizar, de algum modo, os valores positivos ou negativos que estão nos objetos. Sem dúvida isso não dissimula, em face das correspondências, as dificuldades encontradas entre os dois pares de opostos: no valor há uma intensidade, um mais e um menos que não há no verdadeiro e no falso; além disso, há a questão de distinguir o que é valor para nós do que é valor para outro⁷⁶. Mas o princípio permanece: a sensibilidade é um detector do valor, como a representação é um detector do verdadeiro.

Assim se resolve o segundo dos problemas que havíamos colocado: como um valor vale? Ele vale porque sua presença num objeto é experienciada como satisfação de uma necessidade [*un besoin*].

Mas a solução do segundo problema não nos ofereceria ao mesmo tempo, sem que o esperássemos, a solução do primeiro problema? O que é o valor? - perguntava-se. E muitos respondem a isso: “o valor é aquilo que é capaz de satisfazer [p. 407] um desejo ou uma necessidade”. Por conseguinte, a definição de valor e a maneira pela qual esse valor vale são equivalentes. Uma e outra se referem, e unicamente, à sensibilidade. Não apenas é preciso dizer, com M. Lalande, que “não haveria valor se não

⁷⁵ [N. do A.] *Die Psychologie vom empirischen Standpunkt*, t. II, p. 94, editora Oskar Kraus, Leipzig, Meiner, 1925.

⁷⁶ [N. do A.] *Ibid*, II, 155

houvesse preferências e tendências”⁷⁷, pois cabe acrescentar que o todo do valor está nessa referência à sensibilidade: assim pensava, conforme havíamos visto, M. Laird; assim pensa A. Döring, para quem “um bem é o objeto que suscita o prazer, um mal o objeto que provoca a pena”; e Christian von Ehrenfels disse, de um modo um pouco mais complicado: “o valor é a relação que existe entre um objeto e um sujeito, e que nos faz compreender que o sujeito deseja efetivamente o objeto, ou ainda que ele poderia desejá-lo, caso não esteja convencido da existência deste último”.

Essa teoria tem o mérito de dar uma definição positiva e constatável do valor; ela resolve também, de modo simples, o problema “ser e valor”, bem como o da possibilidade dos valores. É evidente que o valor não tem um ser em si, e que sua realidade é apenas a de uma relação; está claro também que o espírito, percebendo os valores, “não tem então, para empregar uma expressão de Spinoza, ideia adequada, nem de si mesmo, nem de seu corpo, nem dos corpos externos”; pois o espírito apenas conhece a si próprio, tanto quanto conhece os corpos externos, pela afecção do corpo.

Essa perspectiva encontra grandes dificuldades, as quais foram ponto de partida para os desenvolvimentos mais importantes. Com efeito, a definição dada acima não responde à natureza dos valores ditos superiores ou ideais, como o Belo e o Bem. Ela se adapta perfeitamente bem a outras categorias de valores, tais como o valor nutritivo. O valor nutritivo é o poder

⁷⁷ [N. do A.] Citado por T. Vianu, *Travaux du Congrès Descartes*, t. X, p. 17

que possui um alimento de satisfazer a necessidade de reparação do organismo. Mas um valor como o do Belo apresenta características precisamente opostas. Se, na comida, trata-se de um [p. 408] ser que assimila um objeto que é o alimento, no Belo se trata de um valor que, inversamente, pretende assimilar um ser - caso seja verdadeiro, conforme Platão o disse, que não se pode sentir o Belo sem querer ser semelhante a ele. Portanto a assimilação, o desejo, a tendência à assimilação, parte do próprio valor e não do sujeito que o aprecia. O apelo da comida vem do fundo do organismo que quer se conservar; quanto à necessidade da beleza, ela não é tão premente; é a presença do Belo que a evoca e a faz nascer, enquanto a fome é sentida como dor e ausência do alimento. É o Belo que provoca o desejo, e ainda sob certas condições de disponibilidade do espírito. Quantas vezes ocorre de não sentirmos como bela uma coisa que sabemos e julgamos ser bela! Quantas vezes a consigna do dever e o mecanismo da ação substituem o desejo do bem moral e da virtude! É nesse sentido que se deve dizer, com M. Dupréel, que os valores superiores são precários.

Talvez não seja ao valor que essa última expressão deveria se aplicar: dizer que esses valores são precários não significa dizer nada sobre os valores mesmos, mas significa dizer que, para que esses valores sejam sentidos como tais, é preciso, entre o objeto que possui o valor e a natureza ou as necessidades humanas, que haja uma harmonia, uma adaptação, e aparentemente é dessa correspondência entre nossa sensibilidade e esses valores que se pode dizer que essa harmonia é precária: sensibilidade inteiramente instável para um valor inteiramente estável. Está

claro assim que toda educação moral ou estética tem a finalidade de criar, na nossa sensibilidade, condições nas quais a estabilidade se aproxima da estabilidade dos valores que se quer ensinar a sentir; longe de nossos sentimentos serem os responsáveis por determiná-los, são eles que servirão de medida para definir a sensibilidade estética ou a delicadeza moral. Por tal razão deve-se dizer que esses valores são sem cessar ameaçados, não enquanto valores em si mesmos, mas enquanto podem ser sentidos e experimentados [*éprouvés*] por nós.

O vínculo existente entre as necessidades e o valor é, por conseguinte, um vínculo sintético; o valor implica que o desejo deva existir, mas não implica que ele existe. É por isso que Meinong, querendo definir o valor de uma forma mais completa que Brentano, disse que o bem e o belo, ou o valor [p. 409] de um modo geral, não é apenas aquilo que é, mas o que pode ser e o que deve ser objeto de um desejo⁷⁸.

O reconhecimento desse vínculo sintético nos conduz ao verdadeiro problema dos valores: não haveria problema se os valores se fundassem nas necessidades; mas contrariamente, o vínculo sintético supõe que o valor não deriva de condições reais e efetivas de existência e, por conseguinte, que o ser é distinto do valor.

A maior parte das teorias do valor tem o objetivo de reconduzir, por um desvio, esse segundo caso - o dos valores ideais nos quais o valor não é relativo a uma necessidade sentida em termos de realidade - ao primeiro caso, cujo exemplo típico é

⁷⁸ [N. do A.] O. Kraus, *Die Werttheorien*, p. 231.

o valor nutritivo, e em geral aos casos simples nos quais essa relação se mostra com evidência; essas teorias pretendem, de um modo ou de outro, encontrar uma necessidade correspondente ao valor. Não encontraríamos então o valor em nossa experiência interna, imediata, efetiva: talvez ele se situe numa experiência passada e esquecida, da qual nosso juízo atual de valor é o resultado permanente. Se o juízo de valor, dizem alguns, é com frequência independente do desejo e da necessidade atuais; se, por exemplo, sob certas disposições físicas ou mentais chegamos a ficar aborrecidos por uma sinfonia de Beethoven que sabíamos e dizíamos ser bela, é em virtude de uma espécie de esquecimento, de deficiência momentânea dos desejos que a fazem ser bela.

Mas esse aspecto não resolve de forma alguma a questão. Ele implica, com efeito, um juízo de valor sobre os estados da sensibilidade que, em teoria, não deveriam ser um objeto, mas um princípio de valoração; ele supõe que consideremos superior o estado de sensibilidade que nos faz apreciar a beleza ao estado que nos impede de apreciá-la; haveria aí um sentimento normal, aquele que deveríamos experimentar diante de uma coisa que é verdadeiramente bela. Mas a norma, manifestamente, não deriva do próprio sentimento, e sim de um princípio estrangeiro ao sentimento e que, apenas ele, pode qualificá-lo. Aqui, o sentimento “normal” não tem nada do sentimento imediato; é sobretudo o sentimento dos *experts*, que possuem uma particular experiência e refinamento.

A sensibilidade, portanto, não é uma norma, mas ela [p. 410] tem uma norma; ela tenta se justificar por essa norma, mais que justificá-la. A questão, com isso, permanece aberta.

Malgrado essas aparências, para salvaguardar a relação do valor para com uma sensibilidade, pode-se ainda considerar a origem e o fundamento social dos valores ideais; a teoria sociológica dos valores, que não pretendemos aqui nem examinar e nem criticar profundamente, tem para nós o grande interesse de deixar descoberta uma região na qual se manteria uma relação constante entre a sensibilidade e o valor, região esta que é a sociedade considerada como um todo; pois os valores ideais essenciais, que são os valores religiosos, respondem à necessidade, coletivamente experimentada, da conservação social; todos os outros valores superiores, morais, jurídicos, estéticos, emanam desses valores primeiros. Assim se explicaria o paradoxo pelo qual os juízos de valor podem persistir no indivíduo sem que os valores sejam efetivamente [*actuellement*] sentidos; pois nós participamos, como se vê pelo caráter imperativo que esses juízos têm para nós, da consciência coletiva, sem nos identificarmos a ela e sem sentir como em eco todas as necessidades.

Mas há aí um fato de interpretação difícil: um grande número de teóricos dos valores notou que, quando um juízo de valor não nos é pessoal, quando ele é partilhado por outrem e por um grande número de outros, parece que o sentimento de valor aumenta, que o valor se torna maior. O ser isolado apoia seu juízo sobre os juízos dos outros. O *consensus omnium* é, talvez, um argumento logicamente absurdo, mas é uma segurança. Não haveria em geral valor senão por esse *consensus omnium*. Mas, longe de se ver nisso um fato em favor da teoria sociológica dos valores, eu veria aí uma razão para não o admitir de forma

alguma, pois ele prova que há um certo valor, a saber o valor social, ou valor do consentimento, cujo caráter de valor (*Wert*) está bem evidente, pois caso seja adicionado aos outros, ele os aumenta. Mas esse valor social é um valor para nós e é preciso que a teoria sociológica mesma o explique. É então a sociedade que o explicará? De forma alguma. Isso seria um círculo: a sociedade não explica por que a própria sociedade tem um valor para nós; é preciso que isso seja experimentado [*éprouvé*] de um modo pessoal. A pressão da sociedade não explica por que atribuímos valor a essa pressão. Acrescentemos que, se o [p. 411] consentimento do outro aumenta nossos valores ideais, isso não é uma prova de que eles tenham sua origem na sociedade, e aqui convém separar em seu domínio, com Tarde, a invenção - que pode ser pessoal - da imitação - que pode ser coletiva.

Inteiramente análoga à tese sociológica, em seu modo de buscar uma ligação entre o valor e o sentimento, é o que se poderia chamar de teoria teológica dos valores. Nós somos insensíveis aos valores que reconhecemos como tais, entretanto não podemos reconhecê-los senão por seu vínculo com a sensibilidade. De onde vem esse enigma? J. -J. Rousseau o respondeu por essa espécie de mito contado pela *Profissão de fé do Vicário de Sabóia*: há de um lado a ordem que está no universo e, de outro lado, a consciência moral, que é o amor a essa ordem; a ordem vem do mesmo Deus todo-poderoso que criou a consciência no homem para fazê-lo amar essa ordem. Afirma-se, portanto, a existência legítima de uma disposição natural da sensibilidade, de uma verdadeira necessidade [*besoin*], a consciência, que põe nossa individualidade em relação com o

valor universal, graças à origem comum da necessidade e do valor. Mas essa consciência é apagada, essa sensibilidade é embotada. Se “há poucas dessas almas cadavéricas” que não guardam o menor traço da centelha divina, o egoísmo e os vícios contraídos nas relações sociais frequentemente nos impedem de escutar claramente a voz da consciência; a reforma moral, tal como a prega o Vigário, reavivará em seu discípulo essa sensibilidade obtusa, e assim se restabelecerão as relações normais, provisoriamente apagadas, entre a sensibilidade e o valor.

Não obstante, não poderíamos, com custos mais baixos, colocar os valores em relação direta com nossa sensibilidade?

Com efeito, nossa sensibilidade depende de nosso nível vital, e as apreciações que fazemos das coisas também dependem desse nível: essa é a tese que Schopenhauer sustentou de saída e que foi retomada por Nietzsche, não mudando nada nessa questão as ideias de seu mestre. O egoísmo, segundo Schopenhauer, corresponde à vontade de viver; a justiça, a piedade, a caridade, a uma diminuição dessa vontade de viver. Há então entre nosso estado moral, nossos valores e o nível de nossa vitalidade, um vínculo extremamente estreito. Nietzsche, quando emprestou de Schopenhauer essa doutrina, não fez outra coisa senão, como ele mesmo o disse, [p. 412] revirar [*renverser*], ou sobretudo inverter [*inverser*] os valores; ele fez do “*Wert*”, “*Unwert*” e do “*Unwert*”, “*Wert*”; o egoísmo e a potência são os valores positivos; a justiça e a piedade são o contrário desse valor. E tudo isso é um argumento contra a teoria mesma que é comum a Nietzsche e Schopenhauer: pois, se o nível da vitalidade, segundo o que é

mais alto ou mais baixo, determina uma mudança de valor, e se, por outro lado, Nietzsche considera o que está do lado da vitalidade mais baixa como sendo de valor mais baixo e Schopenhauer de valor mais alto, é evidente que o que está sendo apreciado aqui não é nem a caridade nem a piedade, mas a própria vida, e ela é apreciada de uma maneira inteiramente diferente por um e por outro. Quanto aos valores eles mesmos, eles são mais negados do que apreciados; e tem-se aqui um caso para empregar uma fórmula de M. Xirau: “Explicar os valores é negá-los”.

Todas essas teorias que (a despeito de todas as dificuldades) tentam encontrar na raiz dos valores ideais a necessidade [*besoin*] e o desejo, parecem difíceis de se concordar. A síntese entre valor e sensibilidade não é jamais feita e permanece sempre um hiato; essas teorias não conseguem me reconectar, seja pela necessidade, seja pelo desejo, aos valores; toda sorte de meio artificial é empregada para fazer lembrar, para fazer reviver, para transpor estados de sensibilidade que não são verdadeiramente meus.

Mas e então, não se é forçado a admitir que o valor persiste em sua transcendência, de um modo inteiramente independente da necessidade [*besoin*] e do sujeito sensível? Há valores absolutos, valores (*Werte*) que valem (*gelten*), independentemente da natureza humana, independentemente da necessidade. Das duas questões que colocamos anteriormente, “o que é o valor?” e “como o valor vale?”, seria preciso que nos resignemos a tratar antes a primeira, tendo feito a abstração da segunda. Como vale o valor, isso depende de circunstâncias acidentais, históricas, que deixam intacta a essência do valor, o

que quer que se passe. É esse modo de colocar o problema que caracteriza algumas teorias alemãs recentes, sobretudo as de Max Scheler e do M. Nikolai Hartmann. [p. 413]

Mas essa doutrina do valor absoluto, à qual somos necessariamente conduzidos, é difícil de expor. Seria preciso considerar um valor que não vale para nós, diante do qual somos tão estranhos quanto se possa sê-lo. E o que é um valor que não é de todo um valor para nós?

Plotino propôs a questão seguinte, a qual me parece iluminar a dificuldade presente: o bem é o bem porque o desejamos, ou nós o desejamos porque ele é o bem? Plotino resolveu essa questão da segunda maneira: desejamos o bem porque ele é o bem. Ele é o bem, e em seguida o desejamos. Ele parece então dar inteiramente razão a nossos autores, e de fato tanto Max Scheler quanto Nikolai Hartmann foram com frequência aproximados dos platônicos.

Mas não acredito que eles possam adotar a solução de Plotino e eis o porquê: os valores absolutos, tais como eles os concebem, são isolados uns dos outros e não sistematizados; eles aparecem e depois desaparecem; eles valem (*gelten*) e então não valem mais; cada época, cada movimento social talvez se defina pela descoberta (tomando essa palavra em sentido absoluto) de um valor novo: Roma descobriu o valor direito, como o cristianismo descobriu a caridade; N. Hartmann sugere além disso que essa descoberta seria impossível sem um profeta ou um messias. Isso significa dizer que o caráter absoluto dos valores tem por contrapartida um certo caráter arbitrário e uma espécie de

violência feita ao homem na maneira como os valores se introduzem; eles não respondem a um apelo.

O princípio da dificuldade que se tem em fazer valer os valores parece ser que esses platônicos modernos não conhecem realidade mais elevada que o próprio valor. Ora, esse não é o platonismo, ao menos tal como foi compreendido por Plotino. Para Plotino, e aqui apenas encontramos o sentido profundo da questão que ele colocava sobre o Bem, a fonte do valor não é ela própria um valor; essa fonte nós a chamamos o Bem; mas ela apenas carrega esse nome na relação para conosco, pois em si mesma essa fonte não tem nome, ela não tem mesmo essência. Não digamos sequer que ela seja o Uno - o que seria opô-la ao múltiplo e rebaixá-la ao nível de uma oposição - nem o Primeiro, que seria fazê-la o termo de uma série. A realidade suprema é, em Plotino como em Nietzsche, para além do Bem e do Mal; ela tem toda a inocência [p. 414] que tem, no filósofo alemão, o Devir: o Devir não tem sentido, se bem que ele confere a toda coisa sua significação. E se é assim, não se pode falar de valor absoluto, pois a expressão mesma é contraditória; o absoluto é o não-avaliável e não é sequer um valor; ele permanece em sua transcendência. Um deus “que devém”, o deus dos românticos e de Renan, não é o absoluto, nem mesmo um deus; ele é a expressão da vontade humana de realizar os valores. Ora, o espírito tem, a respeito do absoluto e do valor, duas atitudes distintas: o valor, enquanto vale, é para o homem uma orientação e um princípio de conduta; e todo mundo concorda, tanto os místicos quanto os agnósticos ou os críticos, a considerar o absoluto como um termo no qual serão engolidos ou regenerados

todo conhecimento e toda atividade. Gostaríamos de demarcar que há nesse ponto não uma distinção artificial inventada pelos filósofos, mas duas atitudes bastante reais e que, mesmo se forem distintas, se completam. Por que o homem não acredita, no fundo, que os valores se realizarão? Por que ele reenvia ao domínio da utopia a cidade perfeitamente justa, o conhecimento perfeitamente exato, a obra de arte detentora de todas as belezas? Seria por uma espécie de desencorajamento e pela consciência de uma imperfeição radical? Não há também o sentimento de que uma realização perfeita teria um aspecto definitivo, mecânico, que lhe tiraria todo o preço e que relaxaria as molas da vontade e da ação? Pois se é assim é porque há, presente no valor, um absoluto que não é ele mesmo valor, mas que impede de tomar algum valor como sendo suficiente para si mesmo. A filosofia dos valores não pode então ser autônoma: o fato de que os valores evocam aspirações humanas, a maneira atravessada e imprevisível pela qual aspiramos os valores e então os valores se determinam nessa aspiração, essas maneiras são inexplicáveis desde que se situem os valores em absolutos.

Relato

Relato sobre o IX Congresso Brasileiro de História da Psicologia

Carolina Silva Bandeira de Melo

Há encontros que ultrapassam o calendário acadêmico: tornam-se experiências de partilha, reflexão e mudança. O IX Congresso Brasileiro de História da Psicologia, realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi precisamente isso: um espaço de reencontros, de afirmação coletiva de um campo que se expande sem perder sua coesão e que segue capaz de transformar aqueles que dele participam. Organizado pela Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP), em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), o evento reuniu pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do país e do exterior.

Logo na abertura, o presidente da SBHP, Filipe Degani Carneiro, lembrou que a escolha de Campo Grande foi política e afetiva. Ao deslocar o eixo dos centros tradicionais, o congresso assumiu a potência das margens como espaço de produção qualificada e inovadora, num gesto de descentralização e abertura ao encontro, que não apenas amplia a circulação de saberes, mas também transforma a própria comunidade da história da psicologia ao incorporar vozes e experiências nascidas das margens. Destaco também a presença de docentes e estudantes de Corumbá e de Dourados, ampliando a representatividade e demonstrando a força dos polos fora dos grandes centros.

A realização do congresso coincidiu com a comemoração dos 50 anos do curso de Psicologia da UCDB. As atividades em torno dessa celebração reforçaram o papel histórico da universidade na formação de psicólogos e na difusão de uma psicologia comprometida com realidades locais, além de lembrar, o quanto a própria História da Psicologia é fundamental para compreender, analisar e atualizar criticamente esse percurso institucional e social ao longo de meio século.

A SBHP expressou também o reconhecimento da relevância do grupo coordenado por Rodrigo Lopes Miranda, na consolidação da área, assim como sua atuação ativa na SBHP, que hoje se mostra sólida, articulada e em permanente expansão. A organização do evento revelou cuidado e excelência em todos os detalhes: da programação diversificada à hospitalidade local. A programação foi intensa e plural, combinando conferências, mesas-redondas, sessões coordenadas e entrevistas.

Faço um destaque particular nas mesas sobre decolonização e epistemologias do Sul, pela força dos debates e potencial transformador da área, reafirmando o compromisso do grupo com uma psicologia situada, crítica e sensível às dinâmicas históricas e sociais latino-americanas. De toda forma, cada trabalho, em sua especificidade, contribuiu para a percepção de um campo maduro, criativo, comprometido socialmente e, em diálogo com outras áreas das ciências humanas.

O ambiente de trabalho foi marcado pela acolhida e pela cooperação, uma marca já reconhecida dos encontros organizados pela SBHP. A vitalidade do grupo se faz sentir não apenas na produção científica, mas também na qualidade das trocas, na

escuta mútua e no prazer visível em estar junto. Novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores vêm se somando aos fundadores, ampliando e renovando as perguntas, os métodos e os horizontes da história da psicologia no Brasil. Ao mesmo tempo em que a participação de pioneiros como Ana Maria Jacó-Vilela e Sérgio Cirino, lembrava do grupo de pioneiras e pioneiros que abriram caminho para as expansões atuais.

A nova diretoria eleita da SBHP foi calorosamente saudada, simbolizando a continuidade de um projeto coletivo que se renova a cada encontro. O congresso mostrou, uma vez mais, que o grupo é acolhedor, coeso e colaborativo, e que sua força reside tanto na produção científica quanto na qualidade das relações humanas que o sustentam.

Essa potência tem sido reconhecida também no exterior. Em eventos internacionais dos quais participei recentemente, foi notável a visibilidade e o prestígio que o Brasil tem conquistado no campo da história da psicologia, tanto pela consistência teórica quanto pela organização e amplitude das atividades promovidas por esse grupo.

Pouco depois do evento, ao participar como banca de um concurso para docente de psicologia, percebi ainda com mais nitidez, o quanto o conhecimento histórico é essencial à formação e à prática de qualquer área da psicologia. Aqueles que compreendem a historicidade dos conceitos, teorias e práticas revelam uma visão mais profunda e crítica da disciplina. A história da psicologia, mais do que um capítulo introdutório, é o eixo que sustenta a reflexão sobre o que somos e sobre o que a psicologia pode vir a ser.

Saí de Campo Grande com a sensação de que este é um grupo que trabalha com afinco, colabora com generosidade e acolhe com alegria. Cada congresso é uma reafirmação da potência dessa rede e uma renovação do desejo de participar de todos os encontros que ainda virão, certos de que neles a história da psicologia continuará sendo escrita a muitas mãos, entre o rigor da pesquisa e a delicadeza dos laços que nos unem. E foi justamente essa força transformadora que me acompanhou na volta: mesmo não atuando diretamente na formação de psicólogos, decidi que queria ministrar uma disciplina de História da Psicologia, movida pela vontade de compartilhar com outros aquilo que, ali, também me transformou. Porque a história não apenas ilumina o passado; ela desloca, amplia e muda quem a encontra.

Verbetes

Síndrome de Estocolmo

Ana Carolina Carvalho dos Santos

Laís de Melo Santos

Lara Guimarães Santana

Maria Eduarda de Souza Sampaio

Mariana Dumard Carracena Candido

Júlia Lombardi Carneiro

A Síndrome de Estocolmo é uma teoria criada pelo psiquiatra sueco Nils Bejerot em 1973, após o caso do assalto ao banco de Kreditbanken, em Estocolmo, na Suécia, onde foram feitos 4 reféns, durante 6 dias. A teoria foi criada com o intuito de justificar o afeiçoamento das vítimas, em especial por Kristin Enmark, pelos criminosos Jan-Erik Olsson e Clark Olofsson. A vítima se tornaria a primeira pessoa a ser diagnosticada pela teoria. A Síndrome de Estocolmo ficou conhecida mundialmente pela sua constante presença na mídia e utilização em casos judiciais, porém nunca foi oficialmente reconhecida pela comunidade científica internacional, apesar do grande debate científico acerca da legitimidade da teoria, tendo diversos profissionais contra e a favor do reconhecimento. As principais críticas são sua falta de critérios científicos claros, generalização dos casos e culpabilização das vítimas.

História

Contexto histórico

Nas décadas de 60 e 70 surgiram mudanças significativas sociais e políticas, principalmente na Europa Ocidental. Nessa época, houve o aumento de movimentos contraculturais que lutavam pelos direitos civis e promoviam o movimento hippie, além disso, houve também o crescimento do sentimento de desconfiança da sociedade em relação às autoridades como a polícia e os governos. Esse cenário foi influenciado pela cobertura midiática da Guerra do Vietnã durante a Guerra Fria, uma vez que expôs os horrores da guerra impactando diretamente a visão da sociedade sobre a violência

É nesse contexto que a repercussão do caso de Estocolmo e, conseqüentemente, a criação da chamada “Síndrome de Estocolmo” ganha significado. Os acontecimentos culturais, políticos e sociais daquela época não só influenciaram a forma como o caso foi interpretado internacionalmente, mas também moldaram a investigação sobre o assunto, ampliaram seu alcance e contribuíram para sua consolidação na cultura popular (filmes, livros, séries)

O caso de Norrmalmstorg

No dia 23 agosto do ano de 1973 ocorreu uma tentativa de roubo ao banco Kreditbanken, um dos maiores de Norrmalmstorg, Estocolmo, Suécia. Jan-Erik Olsson entrou no banco com uma submetralhadora em uma das mãos e uma lona contendo munição reserva, explosivos, detonadores, um rádio

transmissor, espoletas de segurança, pedaços de corda, uma faca e dois walkie-talkies.

Ele disparou um tiro para o alto e gritou em inglês “A festa acaba de começar”. Um dos funcionários apertou o botão de emergência assim que o viu, e pouco tempo depois a polícia já estava no local. Uma autoridade entrou no banco para negociar com o criminoso, que exigiu que seu antigo companheiro de cela, Clark Olofsson, fosse levado ao local, duas pistolas, três milhões de coroas suecas e um carro de fuga, no qual escaparia com os reféns, todos usando capacetes e coletes à prova de bala fornecido pela polícia. Em uma entrevista, ele afirmou que não tinha dúvidas de que seus pedidos seriam atendidos, visto que a Suécia tinha aversão à violência e que estava em período de campanha eleitoral.

Apesar de Olofsson ter sido preso diversas vezes por roubos e ser um criminoso perigoso, os policiais consentiram que ele entrasse para que ajudasse a proteger os reféns e para mediar a comunicação de Olsson com a polícia, prometeram que sua pena seria reduzida em alguns anos se ele cooperasse. E no meio da tarde, Clark Olofsson é levado ao banco, algemado, pelas autoridades. Com sua chegada, os reféns relataram que Jan se acalmou, parou de gritar e ficou menos agressivo.

Primeiro dia

No primeiro dia de cerco, quando os assaltantes colocaram as vítimas dentro de um dos cofres, Elizabeth, uma das funcionárias do banco, afirmou que estava se sentindo claustrofóbica. Olsson amarrou uma corda com cerca de 9 metros

em seu pescoço para que ela pudesse se locomover em uma pequena área. Em uma entrevista, ela afirmou: “Eu não conseguia ir longe e estava presa na coleira que ele segurava, mas me sentia livre. Lembro-me de achar que ele foi muito gentil em me deixar sair do cofre.” (Lang, 1974, n.p., tradução nossa)⁷⁹

Mais tarde, naquele mesmo dia, o criminoso permitiu que um grupo fosse ao banheiro sem supervisão. Ao retornarem, viram policiais escondidos no andar onde os prisioneiros estavam. Os reféns relataram que entraram em conflito, uma vez que poderiam sair com os policiais e encerrar aquele momento de medo, mas isso colocaria em risco a vida dos seus colegas que ainda estavam sob a coação dos assaltantes. Por isso continuaram com os assaltantes ao invés de ir com as autoridades. Olsson também permitiu que as mulheres ligassem para suas famílias para que ficassem mais calmas e dar notícias a eles. Contudo, algumas horas depois, amarra dinamite em volta dos pés de Elisabeth para usá-la de escudo humano, caso a polícia tentasse invadir o cofre onde iam passar a noite.

Segundo dia

No segundo dia de cerco, as autoridades pediram para verificar a saúde dos reféns, enviando um comissário para observar cada uma das vítimas no andar onde elas estavam e ele relatou aos repórteres a maneira como eles tratavam Clark de forma descontraída, e não como alguém que ameaçava suas vidas. Em uma ligação com o primeiro-ministro, Olof Palme, Kristin

⁷⁹ “*I couldn’t go far and I was on a leash that he held, but I felt free. I remember thinking he was very kind to allow me to leave the vault.*”

afirmou confiar plenamente em Clark e no ladrão, mas tinha medo do que a polícia fizesse algo que machucasse ela e seus colegas.

Ela também pediu que o ministro deixasse que fossem embora com os criminosos, que planejavam sair do banco com os reféns e com um carro que a polícia tinha fornecido, pois acreditava que, dessa forma, tudo correria bem e ninguém sairia machucado. Nessa mesma ligação, confronta Olof, afirmando que a polícia já havia mentido diversas vezes, por exemplo quando disseram que não enviaram policiais ao térreo do banco, local onde os assaltantes estavam instalados, e Clark ao caminhar encontrava alguns guardas pelo andar.

Birgitta, uma das reféns, revelou que, em conversas com Olsson, ele confessou que tinha dois filhos, mas não os via há dois anos por conta de sua vida criminosa. Ele disse entender como ela estava se sentindo naquela situação. Durante a entrevista, Brigitta afirmou que, no momento, pensou e ainda pensa que, se ele soubesse que ela também era mãe, talvez não a tivesse feito refém.

Sven, um solucionador de problemas do banco, que foi achado escondido, contou que, em certo momento, Olsson o chamou e disse que atiraria em sua perna, não para matá-lo, mas para desesperar a polícia, aumentando as chances de fuga. Então eles combinaram que, ao sinal do sequestrador, Sven se posicionaria de forma que pudesse ser visto pelas autoridades externas e levaria o tiro, mas o sinal nunca chegou. Após o assalto, conversando com um jornalista, disse achar “gentil” da parte do assaltante atirar apenas na perna dele, quando poderia

matá-lo, mas precisava se lembrar constantemente de que sua vida havia sido ameaçada.

Terceiro dia

No terceiro dia, os reféns e os assaltantes dormiam dentro do cofre à prova de som. Quando a polícia tentou invadir o banco e chegar ao cofre, encontraram Elisabeth ainda com explosivos amarrados aos pés, o que impediu o avanço dos policiais.

"Desde o momento em que Jan me fez refém, tive medo de que ele me matasse de repente, mas agora era da polícia que eu tinha medo — ainda mais do que quando falei com o Primeiro-Ministro. Eu me sentia sem esperança. Que diferença fazia, eu me perguntava, qual deles me mataria?" (Land, 1974, n.p., tradução nossa)⁸⁰, relatou Kristin a um jornalista.

Nesse momento, se torna claro a confusão emocional gerada pelo sequestro, que pode ser interpretada como uma reação humana normal diante a situações de estresse extremo e não necessariamente representam um distúrbio mental.

Após essa tentativa, os sequestradores se trancaram no cofre, começaram a fazer suas necessidades ali mesmo e passaram a recorrer uns aos outros para suportar a solidão. Kristin conta que tinha pesadelos durante a noite e acordava com Clark tentando acalmá-la. Disse também que, às vezes, dava as mãos ao

⁸⁰ *“From the moment Jan made me his hostage, I was afraid he would suddenly kill me, but now it was the police I was afraid of—even more so than when I had talked with the Prime Minister. I felt hopeless. What difference did it make, I asked myself, which one of them did away with me?”*

criminoso pois isso a fazia se sentir menos sozinha, mas deixou claro que nunca houve um relacionamento entre eles.

No mesmo dia, houve uma ligação entre os negociadores e os assaltantes. Eles pediram algumas coisas, dentre elas que as meninas fizessem uma ligação para seus parentes, já que as linhas telefônicas para fora do banco estavam bloqueadas. Esse pedido foi negado, e as vítimas começaram a temer que a polícia iria matar todos que estavam dentro do cofre e colocaria a culpa nos assaltantes.

Quarto dia

Durante o quarto dia de sequestro, há um aumento nas tensões entre os reféns e as autoridades. A convivência tensa entre os reféns e os sequestradores começou a virar parte da rotina deles dentro do cofre. Kristin e Elisabeth chegaram a contar que Olsson e Clark conversavam com elas sobre suas famílias. Ocorreu também momentos em que Clark, por exemplo, chegou a consolar uma das mulheres, quando ela teve uma crise emocional. A partir disso, fica claro que essas pequenas atitudes evidenciam como o clima oscilava entre medo e cumplicidade.

Neste dia, a polícia iniciou uma nova estratégia: começaram a perfuração de buracos no teto do cofre. O objetivo era acompanhar exatamente o que estava acontecendo dentro do cofre sem precisar abrir a porta. Cada buraco demorava cerca de horas para ser feito e o ruído da perfuração gerava desconforto e medo entre os reféns. Kristin chegou a admitir que não sabia o que viria dali, e que esse sentimento de não saber o que esperar a deixava em pânico.

Quinto dia

No quinto dia as coisas começam a mudar. Segundo os relatos dos próprios reféns, a cada buraco novo feito no teto do cofre, o medo e a insegurança só aumentam, porém não em relação aos assaltantes, era da polícia que os reféns tinham mais medo agora.

No decorrer do dia as autoridades seguiam com as perfurações e se preparavam para intervir diretamente, com o objetivo de jogar gás lacrimogêneo e liberar os reféns

Sexto dia

Foi no sexto dia que ocorreu o desfecho do sequestro. A polícia sem aviso prévio liberou o gás lacrimogêneo por todos os sete buracos feitos no teto do cofre dias antes. O gás se espalhou rapidamente, reféns e sequestradores começaram a tossir e sufocar. Kristin afirmou que naquele momento não sabia quem representava maior perigo.

Minutos depois, com o cofre tomado pelo gás, Olsson gritou que estava se rendendo. A porta do cofre foi aberta e os policiais ordenaram que os reféns saíssem primeiro. No entanto, para surpresa das autoridades, os reféns se recusaram a sair antes, alegando que temia que a polícia atirasse nos sequestradores. Assim, diante da resistência dos reféns, os policiais permitiram que os sequestradores saíssem na frente. Após a libertação, reféns e sequestradores trocaram abraços. Juntos, eles deixam o cofre, com Olsson e Clark na frente, cena que chocou tanto a mídia quanto as próprias autoridades.

A criação do termo “Síndrome de Estocolmo”

Foi nesse contexto que Nils Bejerot, criminologista e psiquiatra sueco, foi convidado pelo FBI para acompanhar o assalto, para auxiliar as negociações e observar o comportamento dos reféns durante os 6 dias de cerco. Ele utilizou o termo “Síndrome de Estocolmo” para descrever o comportamento peculiar em que as vítimas demonstravam sentimentos de empatia e solidariedade pelo seu captor. Bejerot interpretou esse comportamento como uma forma de sobrevivência inconsciente. Em situações como essas, as vítimas seriam induzidas a um medo extremo e a um estado de terror, que as faz se sentir indefesa, impotentes e totalmente submissas. De acordo com o psiquiatra, as vítimas não conseguem ver um meio de fuga e temem por suas vidas, conseqüentemente, qualquer atitude bondosa ou até mesmo a ausência de abuso e espancamento por parte do captor é vista de forma positiva pela vítima.

No entanto, é importante evidenciar que, apesar de Bejerot ser um especialista, a “síndrome” nunca sequer foi oficialmente reconhecida como um diagnóstico clínico válido pelo DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) ou pela CID (Classificação Internacional de Doenças). Na verdade, a ideia se popularizou muito mais por meio da repercussão midiática e do público, que atraiu o olhar internacional, do que pela comunidade acadêmica da psicologia ou da psiquiatria.

Desde sua criação, esse conceito tem sido utilizado para além dos casos com reféns, como em outras situações que não é possível reconhecer imediatamente as características descritas

por Bejerot. Os grupos que são relacionados à síndrome: mulheres que sofrem violência física ou sexual, crianças abusadas, prisioneiros de guerra ou território político, membros de cultos, prisioneiros de campos de concentração e escravos. Com isso, é necessário compreender que o uso desse termo para descrever esses casos se deu mais por efeito da repercussão na mídia do que pelos próprios especialistas. Esse tipo de relação é frequentemente utilizado de forma generalizante.

Patty Hearst

Um exemplo problemático dessa relação é o caso que mais repercutiu na mídia e deu destaque mundial a Síndrome de Estocolmo foi o sequestro de Patty Hearst, neta do magnata da imprensa William Randolph Hearst, ocorrido em 1974, pelo “Exército de Libertação simbiones”. Logo após o sequestro, um vídeo de Patty condenando sua família, noivo e as autoridades veio a público.

Ainda naquele ano, Patty foi fotografada segurando um rifle enquanto roubava, junto aos membros da SLA, um banco em São Francisco. A herdeira foi presa, em 1975 e, durante o julgamento, seu advogado argumentou que sua cliente sofreu uma lavagem cerebral, alegando que ela sofria também da chamada “Síndrome de Estocolmo”. A defesa não teve sucesso, e em 1976 Patty foi condenada a sete anos de prisão. Porém cumpriu apenas 22 meses, pois teve sua sentença comutada pelo presidente Jimmy Carter, que foi convencido de que Patty teria agido por coação.

Esse caso, evidencia como a expressão “Síndrome de Estocolmo” foi utilizada fora do seu contexto original, como uma

tentativa de explicar e justificar o comportamento considerado rebelde de uma mulher jovem, rica e branca da elite norte-americana. Isso mostra como o termo foi e continua sendo difundido de forma vaga e simplista pela mídia e pela cultura popular, mais do que por especialistas e estudos da área da psicologia e da psiquiatria.

Repercussões do caso

Nils Bejerot

O psiquiatra sueco Nils Bejerot, que atuou como consultor da polícia no assalto ao banco de Norrmalmstorg, em 1973, cunhou o termo “Síndrome de Norrmalmstorg”, que posteriormente passaria a ser conhecido como “Síndrome de Estocolmo”. Ele definiu o conceito como um vínculo afetivo desenvolvido entre o sequestrador e a vítima, a partir de uma suposta “lavagem cerebral” sofrida pelas vítimas.

Embora tenha sido consultor da polícia no momento da negociação com os reféns no assalto ao banco de Norrmalmstorg, Bejerot não entrevistou nem analisou nenhuma das vítimas — fato que posteriormente se tornaria alvo de críticas por parte de alguns estudiosos.

Daniel Lang

O jornalista estadunidense Daniel Lang, em seu artigo “*The Bank Drama*” (O Drama do Banco), publicado na revista *The New Yorker*, foi o primeiro a registrar de forma detalhada os acontecimentos que culminaram na formulação da “Síndrome de Estocolmo” como diagnóstico psiquiátrico. O jornalista, que

entrevistou os participantes do evento um ano após sua ocorrência, em 1974, afirma que os reféns buscavam preservar sua sobrevivência obedecendo aos comandos dos assaltantes e, ao mesmo tempo, sentiam medo da violência e do descaso por parte da polícia.

Além disso, Lang relata que, paradoxalmente, o medo da polícia — despreparada para lidar com situações de negociação de reféns — era maior do que o medo dos próprios captores.

Frederick Hacker

Em 1976, o psiquiatra e psicanalista Frederick Hacker popularizou a ideia da Síndrome de Estocolmo como patologia nos meios acadêmico e policial, embora o termo tenha sido cunhado por Nils Bejerot. Sua teoria baseia-se na formação de um vínculo entre a vítima e o agressor como um mecanismo inconsciente de defesa.

No entanto, apesar de destacar a síndrome como uma estratégia de sobrevivência, sua hipótese não descarta a afirmação de que a vítima desenvolveu uma disfunção e adquiriu uma patologia — alinhando-se, assim, às interpretações anteriores de Bejerot e Lang.

Thomas Strentz

O psicólogo estadunidense do FBI Thomas Strentz publicou, em 1980, o artigo “*The Stockholm Syndrome: Law Enforcement Policy and Ego Defenses of the Hostage*” [A Síndrome de Estocolmo: Política Policial e Mecanismos de Defesa do Ego do Refém]. Nele, Strentz busca demonstrar que a

Síndrome de Estocolmo constitui uma forma de proteção inconsciente do ego, com base nos conceitos de “identificação com o agressor” e de “regressão”, elaborados por Sigmund Freud e Anna Freud.

Segundo o autor, a identificação com o agressor caracteriza-se pela internalização das características do sequestrador, enquanto a regressão consiste no retorno a um estágio anterior do desenvolvimento psíquico, o que protegeria o ego do colapso diante do trauma causado pela situação de sequestro. Seu artigo recebeu amplo reconhecimento na comunidade acadêmica e influenciou a maioria das teorias posteriores sobre o que viria a ser chamado de “Síndrome de Estocolmo”.

Apesar de a tentativa de associar o conceito da “síndrome” a mecanismos inconscientes de defesa ter sido iniciada por Frederick Hacker, foi Strentz quem popularizou essa abordagem.

Celia Jameson

A relação estabelecida por Strentz é questionada pela autora Celia Jameson em seu artigo “*The ‘Short Step’ from Love to Hypnosis: A Reconsideration of the Stockholm Syndrome*” [O Pequeno Passo do Amor à Hipnose: Uma Reconsideração da Síndrome de Estocolmo], publicado em 2010. Jameson reafirma a teoria da identificação com o agressor, mas ressalta que essa identificação exige a imitação de comportamentos agressivos como forma de proteger o ego contra futuras agressões. No entanto, segundo ela, esse processo não assegura a sobrevivência física da vítima e, portanto, não faz sentido em um contexto de

sequestro, no qual a preservação da vida é o foco central da vítima.

Martin Symonds

O psicólogo clínico estadunidense Martin Symonds, especializado no atendimento a vítimas de crimes violentos, relaciona o comportamento típico da Síndrome de Estocolmo ao conceito freudiano de regressão, entendido como o retorno inconsciente a um estágio anterior do desenvolvimento psíquico.

Esse estágio se assemelha ao comportamento de uma criança que depende de um adulto para a realização de funções básicas de sobrevivência, como se alimentar ou ir ao banheiro — funções que, no contexto do cativo, passam a ser mediadas pelo captor.

Diferentemente dos autores que viam esse comportamento como patológico — como Bejerot, Lang, Hacker, Strentz e Jameson —, Symonds o interpreta como uma resposta estratégica de sobrevivência frente a uma situação de terror extremo.

Dee L. R. Graham, Edna I. Rawlings e Roberta K. Rigsby

As psicólogas Dee L. R. Graham, Edna I. Rawlings e Roberta K. Rigsby são autoras do livro *“Loving to Survive: Sexual Terror, Men’s Violence and Women’s Lives”* [Amar para Sobreviver: Terror Sexual, a Violência dos Homens e a Vida das Mulheres], publicado em 1994. A obra busca desconstruir a noção da “síndrome de Estocolmo” como um desvio psicológico,

originado de forma equivocada e sem metodologia científica por Nils Bejerot.

As autoras defendem que o comportamento associado à síndrome é, na verdade, uma reação adaptativa, uma forma de proteção presente em muitas mulheres que se relacionam com homens abusivos. Para elas, o fenômeno deve ser analisado sob uma perspectiva social e estrutural, e não individual ou patológica.

G. Dwayne Fuselier

O agente do FBI G. Dwayne Fuselier, especialista em negociação de reféns, publicou o artigo “*Placing the Stockholm Syndrome in Perspective*” [Colocando a Síndrome de Estocolmo em Perspectiva], em 1999.

Fuselier argumenta que é necessário compreender a situação de sequestro com uma visão realista. Ele destaca que a mídia frequentemente exagera e patologiza o comportamento das vítimas, o que alimenta um sensacionalismo baseado na ideia de uma “síndrome”.

De acordo com seus estudos, apenas uma minoria dos casos de sequestro apresenta comportamentos compatíveis com a chamada síndrome de Estocolmo. Assim, ela deve ser compreendida como uma exceção, e não uma regra.

M. Namnyak

Os autores M. Namnyak, Elizabeth Sampson, Nicola Tufton, R. Szekely, Michael Toal e Stephen Worboys são responsáveis pela revisão sistemática “*Stockholm Syndrome*:

Psychiatric Diagnosis or Urban Myth?” [Síndrome de Estocolmo: Diagnóstico Psiquiátrico ou Mito Urbano?]. O artigo apresenta críticas à noção de síndrome de Estocolmo como uma patologia psiquiátrica. Os autores argumentam que o conjunto de comportamentos associados à “síndrome” é, na verdade, uma construção da mídia, e não um conceito clínico validado com critérios diagnósticos objetivos. Segundo eles, as vítimas não devem ser vistas como “doentes”, mas sim como pessoas emocionalmente afetadas por traumas intensos.

Por se tratar de uma revisão sistemática, que contempla diferentes perspectivas e estudos, o artigo teve grande influência na defesa de uma visão não patologizante das vítimas.

Críticas

Falta de bases científicas

A Síndrome de Estocolmo é um fenômeno baseado no caso do assalto ao banco de Norrmalmstorg em 1973 e observações isoladas, ao invés de estudos psicológicos em ambientes controlados. Observa-se também dificuldade de encontrar semelhanças e padrões em seus casos, o que dificulta a criação de características e faz com que diversos psicólogos e psiquiatras não cheguem a um consenso sobre a veracidade dos diagnósticos da síndrome e inclusive sobre a sua existência.

O primeiro caso noticiado foi baseado em relatos policiais e midiáticos e não em dados científicos e Kristin Ehnmark, que se tornaria a primeira pessoa diagnosticada, nunca sequer foi entrevistada por Nils Bejerot, criminologista e psiquiatra sueco, responsável pelo diagnóstico e criação da síndrome.

Vale ressaltar que, embora seja amplamente conhecida e mencionada em diferentes contextos, a Síndrome de Estocolmo não possui reconhecimento oficial tanto no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) quanto no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) por falta de consenso científico, da natureza multifatorial dos sintomas e da dificuldade em definir critérios diagnósticos claros.

Generalização

Segundo os autores M. C. Astin, K. J. Lawrence, David W. Foy, a síndrome pode ser uma forma de "pensamento ilusório" como estratégia de enfrentamento. A Síndrome de Estocolmo, generaliza e simplifica relações mais complexas, não dando atenção a situações de abusos sistemáticos, coerção, manipulação e relações de dependência complexas entre vítimas e abusadores. Muitos profissionais acreditam que a síndrome se encaixaria melhor como uma variação do Transtorno de Estresse Pós-Traumático e não como sua própria síndrome.

A Síndrome de Estocolmo ignora cenários mais complexos de vínculos traumáticos ou estresses pós-traumáticos, que melhor explicam a inclinação fraternal criada pelas vítimas sob condições de abuso, ignorando uma motivação estratégica de sobrevivência ou mecanismos de defesa naturais da mente e do corpo. O reconhecimento da síndrome implica que há uma maneira certa de responder a situações de cativo, traumas e/ou abuso, ideia que não é apoiada pela comunidade científica.

Culpabilização do gênero

A jornalista australiana Jess Hill, apresenta em seu livro “*See What You Made Me Do: Power, Control and Domestic Abuse*”, a síndrome de Estocolmo como uma "patologia duvidosa sem critérios diagnósticos" e a descreve como "repleta de misoginia e fundamentada em uma mentira". Ela observa que, em muitos casos, os diagnósticos de síndrome de Estocolmo são feitos pela mídia e não por psicólogos ou psiquiatras, o que mostra mais uma vez a natureza problemática da Síndrome de Estocolmo.

Autoras como Kersti Yllo e Michelle Bograd discutem como a síndrome de Estocolmo tem sido usada para patologizar as respostas das mulheres ao abuso, sugerindo que suas reações são resultado de uma condição psicológica, em vez de uma resposta compreensível a situações de abuso por elas vivenciadas.

O psicoterapeuta, Allan Wade, também tece críticas à criação da Síndrome de Estocolmo como uma invenção para desacreditar nas vítimas de violência, especialmente mulheres, ao invés de reconhecer suas experiências reais de abuso e coerção.

Kristin Enmark, a primeira pessoa a ser diagnosticada com Síndrome de Estocolmo, em sua entrevista ao podcast Memory Motel (2016), disse ter se sentido culpada e invalidada e relatou que viu seu como diagnóstico uma censura e culpabilização da vítima e acredita que o seu gênero trouxe uma saída fácil para situação, sendo mais simples desacreditar uma mulher, ao reconhecer a falha qualitativa do serviço de segurança local.

Diagnósticos midiáticos e aplicações legais

O diagnóstico de Síndrome de Estocolmo é frequentemente utilizado na mídia e em processos judiciais. Sendo articulado para sugerir uma irracionalidade e/ou cumplicidade por parte das vítimas, justificar atos criminosos (transformando os acusados em vítimas), diminuir o sofrimento baseando-se no gênero ou generalizar uma situação pós-traumática.

Mesmo não sendo reconhecido pela comunidade científica, o uso do diagnóstico de maneira ampla traz forças à teoria, difundindo-a midiaticamente no imaginário internacional. A credibilidade que ganhou essa teoria, contribui para a perpetuação da patologização de comportamentos, emoções e situações, que são erroneamente categorizados.

Referências

ADORJAN, M.; CHRISTENSEN, T.; KELLY, B.; PAWLUCH, D. Stockholm Syndrome as Vernacular Resource. *The Sociological Quarterly*, v. 53, n. 3, p. 454–474, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2012.01241.x>.

FABRIQUE, N.; ROMANO, S. J.; VECCHI, G. M.; VAN HASSELT, V. B. Understanding Stockholm Syndrome. *FBI Law Enforcement Bulletin*, v. 76, n. 7, p. 10–15, 2007.

FUSELIER, G. D. Placing the Stockholm Syndrome in Perspective. *FBI Law Enforcement Bulletin*, v. 68, n. 7, p. 22–25, jul. 1999.

GRAHAM, D. L. R.; RAWLINGS, E. I.; RIGSBY, R. K. *Loving to Survive: Sexual Terror, Men's Violence, and Women's Lives*. Nova Iorque: NYU Press, 1994. 346 p.

HERR, M. *Dispatches*. Nova Iorque: Knopf, 1977. 272 p.

JAMESON, C. The "Short Step" from Love to Hypnosis: A Reconsideration of the Stockholm Syndrome. *Journal for Cultural Research*, v. 14, n. 4, p. 337–355, out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/14797581003765309>.

LAWRENCE, M. A. *The Vietnam War: A Concise International History*. Oxford: Oxford University Press, 2008. 224 p.

LIMEIRA, E. M.; ROCHA NETO, A. S.. A síndrome de Estocolmo nos casos de violência doméstica contra a mulher. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)*, Santa Cruz do Irupe, v. 10, n. 11, p. 2937–2961, nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.16685>. Acesso em: 04 jun. 2025.

NAMNYAK, M. et al. 'Stockholm syndrome': psychiatric diagnosis or urban myth? *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 117, n. 1, p. 4–11, jan. 2008.

PSICOPSI. *Psicopatologia del síndrome de Estocolmo*. Disponível em: <https://www.psicopsi.com/psicopatologia-del-sindrome-de-estocolmo/>. Acesso em: 07 maio 2025.

RICHARDSON, C. *The Myth of Stockholm Syndrome: Dr. Allan Wade*. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0D968d7CRAY>. Acesso em: 08 jun. 2025.

ROSZAK, T. *The Making of a Counter Culture: Reflections on the Technocratic Society and Its Youthful Opposition*. Berkeley: University of California Press; Nova Iorque: Doubleday & Co., 1969. 346 p.

STRENTZ, T. Law Enforcement Policies and Ego Defenses of the Hostage. *FBI Law Enforcement Bulletin*, v. 48, n. 4, p. 1–12, 1979.

SYMONDS, M. Victim Responses to Terror. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 347, p. 129–136, 1980.

Aaron Beck

Leonam Ker dos Santos

Luiz Fernando Mendonça Carvalho

Pietra Cardoso de Souza Sobrinho

Thamily Braz Lucena

Júlia Lombardi Carneiro

Aaron Temkin Beck nasceu no dia 18 de julho de 1921, na capital de Rhode Island, nos Estados Unidos, e faleceu pacificamente, em casa, aos 100 anos de idade, rodeado de seus familiares, no dia 1º de novembro de 2021, na Filadélfia. Ele atuou profissionalmente como psiquiatra e educador emérito no Departamento de Psiquiatria da Universidade da Pensilvânia. Ficou conhecido como o pai da Terapia Cognitiva (TC), após apresentar ao mundo uma nova forma empírica e fundamentada de psicoterapia. Suas contribuições conceituais, psicoterápicas e experimentais, estão entre as maiores da história da psiquiatria e da psicologia, sendo nomeado um dos cinco psicoterapeutas mais influentes de todos os tempos pela revista científica *The American Psychologist*, em julho de 1989. Além disso, Beck foi um dos fundadores do *Beck Institute for Cognitive Behavior Therapy*, centro dedicado ao desenvolvimento de estudos e à capacitação de profissionais da TC.

Biografia

Vida familiar

Beck nasceu em 1921, na cidade de Providence, capital do estado de Rhode Island, nos Estados Unidos. Seus pais, Elizabeth Temkin e Harry Beck, eram imigrantes judeus ashkenazi (judeus de origem europeia central e oriental) vindos da Ucrânia, e tiveram quatro filhos ao todo, sendo Aaron o mais novo. O início de sua vida foi conturbado, marcado por dificuldades e perdas, entre elas a de dois de seus irmãos, que faleceram durante a infância. Após essas tragédias, sua mãe foi diagnosticada com depressão crônica, o que provavelmente influenciou na escolha de sua futura profissão como psiquiatra.

Formação acadêmica

Após concluir o colegial, Beck frequentou a Universidade Brown, onde se formou em Língua Inglesa e Ciência Política, em 1942. Quatro anos depois, Aaron adquiriu um diploma médico pela *University School of Medicine*, e começou sua residência em neurologia no *Hospital Cushing Veterans Administration*, em Massachusetts. Beck se tornou um entusiasta da psicanálise após trabalhar durante o período de seis meses em uma ala psiquiátrica, o que mudou drasticamente sua trajetória profissional e pensamento. Em 1950, concluiu seus estágios e residências médicas, tornando-se, no mesmo ano, bolsista em psiquiatria no Centro de Austen Riggs, até 1952. Posteriormente, Beck deu seguimento aos seus estudos psiquiátricos na Sociedade Psicoanalítica da Filadélfia, além de completar seu serviço militar

como chefe assistente em neuropsiquiatria, no Hospital Valley Forge Army. Beck se tornou um membro do corpo docente do Departamento de Psiquiatria na Universidade da Pensilvânia. Ao mesmo tempo em que mesclava pesquisa com assistência clínica, Beck iniciou seu treinamento psicanalítico no Instituto Psicanalítico da Filadélfia, onde completou sua pós-graduação como psicanalista em 1956.

Jornada profissional

Aos 35 anos Beck tornou-se psicanalista e, nesse mesmo período, começou sua carreira como professor iniciante na área de psiquiatria, na Universidade da Pensilvânia, tornando-se, futuramente, professor assistente da mesma área no final dos anos 1950. Em 1992, dois anos após se aposentar como docente, Aaron fundou, juntamente com sua filha, o *Beck Institute for Cognitive Behavior Therapy*, um instituto sem fins lucrativos que visava a transformação de vidas por meio da excelência na prática da terapia cognitivo-comportamental em escala global.

Ao longo de sua vida, Aaron T. Beck contribuiu amplamente para o avanço da psicoterapia cognitiva com sua vasta publicação de livros e artigos científicos. Ele também desenvolveu o Inventário de Depressão de Beck, que se tratava de um instrumento de mensuração da depressão, que se tornou uma das métricas mais utilizadas até os dias de hoje. Como seus trabalhos profissionais possuíam muita qualidade e profundidade sobre temas psicológicos, Aaron foi premiado de forma prestigiosa inúmeras vezes. Após anos de atuação na carreira psicanalítica, Beck previu seu fim após a publicação de um estudo

no final da década de 1950 (Beck e Hurvich, 1959), pontuando assim, o fim de sua era psicanalítica e o início da Terapia Cognitiva (TC). A história da TC teve início na década de 1950, quando Aaron, que atuava como psicanalista na época, buscou validar empiricamente os princípios da psicanálise em seus estudos sobre depressão. Os resultados da pesquisa, no entanto, apontaram inconsistências com o que era previsto pelo modelo psicanalítico, o que levou Beck a propor uma alternativa: o modelo cognitivo da depressão. O novo modelo tinha como ênfase a estrutura e o funcionamento dos pensamentos conscientes dos pacientes. Com isso, Aaron Beck deu início a um novo modelo de psicoterapia baseado na identificação e modificação consciente dessas estruturas consideradas disfuncionais: a Terapia Cognitiva. O desenvolvimento da TC ocorreu em paralelo ao movimento conhecido como “revolução cognitiva”, que teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970, influenciando não só os estudos de Beck como também a psicologia comportamental. Entre os principais nomes do movimento estão Albert Ellis, Albert Bandura e Donald Meichenbaum.

Contribuições

Aaron T. Beck foi autor/coautor de 25 livros, 157 capítulos de livros e publicou mais de 600 artigos durante toda sua vida. A maior colaboração de Aaron para a Psicologia foi a criação de uma teoria prática que objetivava os processos cognitivos como essenciais à existência de transtornos emocionais, a Terapia Cognitiva. A princípio, vale ressaltar que, apesar da semelhança,

os termos “terapia cognitiva” e “terapia cognitivo-comportamental” (TCC) não são sinônimos, sendo o último um termo mais abrangente, abrigando não apenas o modelo de Beck, mas também outras técnicas cognitivas associadas a processos comportamentais.

A abordagem da Terapia Cognitiva trouxe uma nova forma à prática clínica e alavancou o movimento da psicoterapia baseada em evidências. Em seus estudos, Beck propôs que pensamentos negativos automáticos, distorções cognitivas e crenças disfuncionais desempenham papel central na origem e manutenção de quadros como depressão, ansiedade e outros transtornos psicológicos. Ou seja, o inconsciente e a hostilidade interna não seriam o foco clínico, mas sim os pensamentos disfuncionais relacionados a sentimentos de perda e rejeição, indo contra às práticas psicanalíticas popularizadas na época.

Apesar de ter sido voltada inicialmente para uma compreensão cognitiva da depressão, a TC tem ampliado cada vez mais sua área de atuação. A abordagem tem se mostrado eficaz, seja como intervenção principal ou secundária, no tratamento de transtornos como ansiedade, síndrome do pânico, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ideação suicida, entre outros. Além disso, quando comparados, a terapia cognitiva e a terapia cognitivo-comportamental têm apresentado vantagens em relação ao uso de fármacos no que diz respeito à durabilidade de seus efeitos, principalmente no tratamento da depressão e da síndrome do pânico (50% a menos de recorrência dos sintomas). Como apontado por Knapp e Beck (2008), 16 metanálises envolvendo a

revisão de 330 artigos sobre o uso do modelo TC/TCC no tratamento de mais 9000 pacientes asseguram a eficácia da abordagem como umas das mais validadas empiricamente na atualidade.

Contribuições em instituições

Aaron Beck ocupou o cargo de Professor Emérito de Psiquiatria na Universidade da Pensilvânia, o que colaborou para o desenvolvimento e teste de suas teorias. Beck esteve envolvido com pesquisas na universidade e conduzia conferências, a cada duas semanas, para psiquiatras residentes, alunos e profissionais da área de saúde mental.

Ele fundou, posteriormente, o *Beck Institute for Cognitive Behavior Therapy* (Instituto Beck de Terapia Cognitivo-Comportamental), em 1994. Além disso, dirigiu o *Aaron T. Beck Psychopathology Research Center* (Centro de Pesquisa em Psicopatologia Aaron T. Beck) e o *Center for the Treatment and Prevention of Suicide* (Centro de Tratamento e Prevenção do Suicídio), que, atualmente, é conhecido como o *Penn Center for the Prevention of Suicide* (Centro Penn para a Prevenção do Suicídio).

Instituto Beck de terapia cognitiva comportamental

O *Beck Institute for Cognitive Behavior Therapy* (Instituto Beck de Terapia Cognitivo-Comportamental) é uma organização sem fins lucrativos localizada na cidade de Bala Cynwyd, no estado da Pensilvânia, Estados Unidos. Foi fundada em 1994 por Aaron Beck e sua filha, a Dra. Judith S. Beck, com foco em

treinamento, pesquisa, recursos e atendimento clínico na área. Na época, Beck havia percebido que a quantidade de terapeutas cognitivos bem treinados ao redor do mundo não correspondia à demanda gerada pelo crescente interesse pela TCC, fato que o motivou a fundar a organização. Desde então, mais de 28.000 profissionais de saúde e saúde mental foram treinados pelo instituto, incluindo clínicos, estudantes, educadores e pesquisadores, mantendo o legado de Beck presente na psicologia contemporânea.

Teoria

A estrutura do modelo da Teoria Cognitiva de Beck parte da premissa de que as cognições, isto é, pensamentos, crenças e interpretações, influenciam diretamente as emoções e comportamentos dos humanos. Nessa lógica, o que causa sofrimento ao indivíduo não são os acontecimentos em si, mas a lente pela qual são interpretados. A interpretação desses eventos é mediada por estruturas cognitivas que, quando disfuncionais, originam psicopatologias.

Assim, um dos pilares da TC é a chamada Tríade Cognitiva, constituída por uma visão negativa do indivíduo em relação ao self (si mesmo), ao ambiente (experiência atual) e ao futuro (sem expectativa de melhora). Os pensamentos relacionados a essa tríade ocorrem de modo espontâneo, rápido e involuntário, sendo também chamados de Pensamentos Automáticos. Desse modo, por mais que pareçam possíveis de acontecer, esses automatismos são carregados de distorções, tendo em vista que não

acompanham, pelo menos não de imediato, uma análise crítica do indivíduo.

As distorções cognitivas que caracterizam os pensamentos automáticos apresentam padrões sistemáticos (disfuncionais) de erro no processamento das informações. Entre as mais evidenciadas entre transtornos emocionais estão a catastrofização (esperar sempre o pior cenário), a polarização (tudo ou nada), a leitura mental (tentativa de prever o que o outro pensa) e a abstração seletiva (focar somente nos pontos negativos). Ou seja, as distorções cognitivas são sintomas de uma disfunção presente no cerne do funcionamento psíquico: os esquemas cognitivos (termo constantemente utilizado como sinônimo de crenças nucleares).

Para Beck, esses esquemas cognitivos são estruturas internas enraizadas, desenvolvidas por meio das experiências pessoais do indivíduo e que são utilizadas para organizar a simbologia em torno dos eventos percebidos (Knapp; Beck, 2008, p. 57). Desse modo, quando disfuncionais, esses esquemas “filtram” os fenômenos vividos de modo distorcido, gerando os pensamentos automáticos e perpetuando o sofrimento do indivíduo. Além disso, Beck apontou para as chamadas crenças condicionais, que funcionam como regras condicionantes (“se eu demonstrar fraqueza, então serei rejeitado”) e que funcionam em conjunto com as crenças nucleares.

Logo, a ação terapêutica da TC consiste em uma reestruturação cognitiva por meio de um processo de identificação, questionamento e modificação consciente dessas crenças disfuncionais. Assim, diferentemente da abordagem

psicanalítica, cujo foco está nos reflexos inconscientes de traumas do passado, a ênfase da TC está em analisar os sofrimentos psicológicos acessíveis do presente. O objetivo é acessar os níveis mais profundos da estruturação disfuncional para promover mudanças no modo como o sujeito percebe a si mesmo e o mundo. Um dos diferenciais clínicos da TC está na participação ativa do paciente nesse processo de reestruturação, o que o permite ser o próprio terapeuta.

Obras

As obras de Aaron T. Beck têm como principal conteúdo a abordagem de diversos transtornos mentais e as suas sistematizações, oferecendo alternativas empiricamente evidenciadas para solucioná-los. Sua obra é considerada um marco na psicoterapia moderna por promover uma revolução no campo clínico e acadêmico da psicologia, afirmando Aaron como um grande pensador da área. Ele fundou os pilares da TCC, estudando a espontaneidade dos pensamentos e a distorção das interpretações humanas, além de expor suas descobertas por meio de livros e artigos. Além disso, construiu testes e inventários dos quais seus conhecimentos poderiam ser utilizados na prática para colaborar com o tratamento de seus pacientes.

Inventários de Beck

A maior criação instrumentária de Beck foram os inventários para o tratamento de doenças como a depressão, a ansiedade e a ideação suicida. Ainda nos anos 40, Beck passou a observar a depressão de forma diferente, e desenvolveu um novo

instrumento para medi-la: o *Beck Depression Inventory* (BDI), traduzido como Inventário de Depressão de Beck.

Ao longo do tempo, essa simples escala de medição tornou-se uma das mensurações mais utilizadas para a depressão, sendo atualizada em 1996, quando passou a ser chamada de Inventário de Depressão de Beck II. O BDI não só captava mudanças no humor, mas também as variações na motivação e no funcionamento físico, bem como as características cognitivas da depressão.

Os inventários mais conhecidos de Beck são: *Beck Depression Inventory* (BDI), *Beck Anxiety Inventory* (BAI) e *Clark-Beck Obsessive-Compulsive Inventory* (CBOCI), sendo este último fruto de uma parceria com David A. Clark. Em português, são conhecidos, respectivamente, como Inventário Beck de Depressão, Inventário Beck de Ansiedade e Inventário Clark-Beck de Obsessão-Compulsiva. Todos eles têm a proposta de serem autorrelatos, pelos quais se é possível mensurar a gravidade dos sintomas das questões analisadas.

Beck também colaborou com a psicóloga Maria Kovacs no desenvolvimento do *Children's Depression Inventory* (CDI), publicado em 1979, uma adaptação do modelo BDI para uso com crianças.

Relações com outros personagens

As pesquisas de Aaron Beck tiveram grande importância durante as “revoluções cognitivas” da década de 1960. O rompimento com o modelo psicanalítico e as pesquisas empíricas de Beck foram fundamentais para o movimento ganhar força,

contando também com os estudos de pesquisadores como Albert Ellis, criador da Terapia Racional Emotiva Comportamental (TREC).

Entretanto, apesar de romper com a abordagem psicanalítica, a teoria de Beck carrega algumas heranças do modelo proposto por Sigmund Freud, entre elas a de que os pensamentos automáticos refletem crenças enraizadas na construção simbólica do indivíduo. A distinção freudiana entre processo primário (fantasioso e inconsciente) e o secundário (mais realista, consciente) serviu como fundamento teórico para que Beck formulasse a existência de uma hierarquia na estrutura da cognição.

Entre os principais influenciados pela Terapia Cognitiva está Jeffrey Young e sua Terapia de Esquemas. Young percebeu algumas falhas da TC no tratamento de transtornos de personalidade. Embora combine elementos de abordagens como a gestalt e até mesmo a psicanálise, a teoria de Young foi inspirada no modo como os esquemas estruturais cognitivos da TC analisam aspectos importantes da formação da personalidade humana. Além disso, pesquisadores como Marsha Linehan (Terapia Comportamental Dialética) e Leslie Greenberg (Terapia Focada na Emoção) também utilizaram elementos da TC para o desenvolvimento de suas teorias.

No entanto, entre os principais discípulos da TC está Judith Beck, filha de Aaron Beck. Além de ter atuado como pesquisadora junto ao pai, Judith desenvolveu ferramentas como o Diagrama de Conceitualização Cognitiva, utilizado para planejar intervenções terapêuticas, e o Registro de Pensamento

Disfuncional, aplicado na identificação de pensamentos negativos. Ambas são ferramentas fundamentais para a aplicação clínica da TC. Ademais, Judith Beck é a autora do livro *Cognitive Therapy: Basics and Beyond* (Terapia de Comportamento Cognitivo: Noções básicas e mais além), um manual referência na formação de terapeutas cognitivos.

Obras de Aaron Beck

Livros

Beck, A. T. (1967). *The diagnosis and management of depression*. University of Pennsylvania Press.

Beck, A. T. (1970). *Depression: Causes and treatment*. University of Pennsylvania Press. (Original work published 1967)

Beck, A. T., & Greenberg, R. L. (1974). *Coping with depression* [Brochure]. Institute for Rational Living.

Beck, A. T., Resnik, H. L. P., & Lettieri, D. J. (Eds.). (1974). *The prediction of suicide*. Charles Press.

Beck, A. T. (1976). *Cognitive therapy and the emotional disorders*. Meridian.

Weissmn, A. N., & Beck, A. T. (1978). *Development and validation of the dysfunctional attitude scale: A preliminary investigation*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Educational Research Association, Toronto, Canada.

- Beck, A. T. (1979). *Cognitive therapy and the emotional disorders*. International Universities Press.
- Beck, A. T., & Emery, G. (1979). *Cognitive therapy of anxiety and phobic disorders*. Center for Cognitive Therapy.
- Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F., & Emery, G. (1979). *Cognitive therapy of depression*. Guilford Press.
- Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F., & Emery, G. (1980). *Cognitive therapy of depression*. John Wiley & Sons, Ltd.
- Beck, A. T., & Emery, G. (with Greenberg, R.L.). (1985). *Anxiety disorders and phobias: A cognitive perspective*. Basic Books.
- Beck, A. T. (1988). *Cognitive therapy of depression: A personal reflection (Malcolm Millar lecture in psychotherapy)*. Scottish Cultural Press.
- Beck, A. T. (1988). *Love is never enough*. Harper & Row.
- Beck, A. T., & Steer, R. A. (1989). *Manual for the Beck Hopelessness Scale*. The Psychological Corporation.
- Scott, J., Williams, J. M. G., & Beck, A. T. (1989). *Cognitive therapy in clinical practice*. Croom Helm.
- Beck, A. T., & Steer, R. A. (1990). *Beck Anxiety Inventory manual*. The Psychological Corporation.
- Beck, A. T., Freeman, A., & Associates. (1990). *Cognitive therapy of personality disorders*. Guilford Press.

- Beck, A. T., & Steer, R. A. (1991). *Manual for the Beck Scale for Suicide Ideation*. The Psychological Corporation.
- Beck, A. T., Wright, F. W., Newman, C. F., & Liese, B. (1993). *Cognitive therapy of substance abuse*. Guilford Press.
- Wright, J. H., Thase, M. E., Beck, A. T., & Ludgate, J. W. (Eds.). (1993). *Cognitive therapy with inpatients: Developing a cognitive milieu*. Guilford Press.
- Beck, A. T., & Clark, D. (1996). *Cognitive psychotherapy: Annotated guide to the psychiatric literature*. APA Press.
- Alford, B., & Beck, A. T. (1997). *The integrative power of cognitive therapy*. Guilford Press.
- Beck, A. T. (1999). *Prisoners of hate: The cognitive basis of anger, hostility and violence*. HarperCollins.
- Clark, D. A., Beck, A. T., & Alford, B. A. (1999). *Scientific foundations of cognitive theory and therapy of depression*. John Wiley & Sons, Ltd.
- Beck, A. T. (2000). *Cognitive therapy and the emotional disorders*. (A. Mustafa, Trans). Dar Annahda Alarabiya.
- Beck, A. T., Steer, R. A., & Brown, G. K. (2000). *BDI-Fast Screen for medical patient's manual*. Psychological Corporation.

Beck, J. S., & Beck, A. T. (2002). *Beck Youth Inventories of emotional and social impairment*. The Psychological Corporation.

Clark, D. A., & Beck, A. T. (2002). *Clark-Beck Obsessive-Compulsive Inventory manual*. The Psychological Corporation.

Newman, C., Leahy, R. L., Beck, A. T., Reilly-Harrington, N. A., Gyulai, L. (2002). *Bipolar disorder: A cognitive therapy approach*. American Psychological Association.

Winterowd, C., Beck, A. T., & Gruener, D. (2003). *Cognitive therapy with chronic pain patients*. Springer Publishing Company.

Wenzel, A., Brown, G. K., & Beck, A. T. (2008). *Cognitive therapy for suicidal patients: Scientific and clinical applications*. APA Books.

Beck, A. T., Rector, N., Stolar, N., & Grant, P. (2009). *Schizophrenia: Cognitive theory, research, and therapy*. Guilford Press.

Clark, D. A., & Beck, A. T. (2009). *Cognitive therapy of anxiety disorders: Science and practice*. Guilford Press.

Creed, T. A., Reisweber, J., and Beck, A. T. (2011). *Cognitive therapy with high school students: Techniques and materials to practice CT in the school setting*. Guilford Press.

Clark, D. A., & Beck, A. T. (2012). *The anxiety and worry workbook: The cognitive behavioral solution*. Guilford Press.

Wenzel, A., Liese, B., Beck, A. T., Friedman-Wheeler, D. (2012). *Group cognitive therapy for addictions*. Guilford Press.

Beck, A. T., Grant, P. M., Inverso, E., Brinen, A. P., & Perivoliotis, D. (2020). *Recovery oriented cognitive therapy for serious mental health conditions*. Guilford Press. In Press & Forthcoming.

Artigos selecionados

Beck, A. T. (1963). *Thinking and depression: I. Idiosyncratic content and cognitive distortions*. Archives of General Psychiatry, 9(4), 324–333.

Beck, A. T. (1967). *Depression: Causes and treatment*. University of Pennsylvania Press.

Beck, A. T. (1970). *Cognitive therapy: Nature and relation to behavior therapy*. Behavior Therapy, 1(2), 184–200.

Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F., & Emery, G. (1979). *Cognitive therapy of depression*. Guilford Press.

Beck, A. T., & Emery, G. (1985). *Anxiety disorders and phobias: A cognitive perspective*. Basic Books.

Beck, A. T. (2005). *The current state of cognitive therapy: A 40-year retrospective*. Archives of General Psychiatry, 62(9), 953–959.

Beck, A. T., & Haigh, E. A. P. (2014). *Advances in cognitive theory and therapy: The generic cognitive model*. Annual Review of Clinical Psychology, 10, 1–24.

Beck, A. T., & Bredemeier, K. (2016). "A Unified Model of Depression Integrating Clinical, Cognitive, Biological, and Evolutionary Perspectives". Clinical Psychological Science, 4(4), 596–619.

Beck, A. T. (2019). "A 60-Year Evolution of Cognitive Theory and Therapy". Perspectives on Psychological Science, 14(1), 16–20.

Referências

AARON T. Beck. **Beck Institute for Cognitive Behavior Therapy**. Disponível em: <https://beckinstitute.org/about/dr-aaron-t-beck/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BAHLS, Saint-Clair; NAVOLAR, **Ariana Bassetti Borba**. **Terapia cognitivo-comportamentais: conceitos e pressupostos teóricos**. 2010. Disponível em: <https://psicoterapiaepsicologia.webnode.com.br/news/terapia-cognitivo-comportamentais-conceitos-e-pressupostos-teoricos/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BROGNOLI, Maicol de Oliveira; SANTOS, Sônia Alves dos. **As psicologias: Uma abordagem denominada terapia cognitivo-comportamental.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 22, n. 11, p. 152-168, nov. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/as-psicologias>. Acesso em: 15 mai. 2025.

D'ASSUNÇÃO, Roberta Guimarães; OLIVEIRA, Juliana Sobral de. **Processos primário e secundário.** Isepol, Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana. Disponível em: http://www.isepol.com/laboratorio/disciplinas/laboratorio1/disc2_proc_primsec.html. Acesso em: 18 mai. 2025.

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva.** Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 30, supl. 2, p. S54-S64, out. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462008000600002>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MENDLOWICZ, M. V. et al. **The notable humanist and scientist Aaron Beck (1921-2021), the revolutionary founder of cognitive therapy.** Brazilian Journal of Psychiatry, v. 44, n. 3, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/m3CsgVYQxgGP9X4rpCM8Gyt/> Acesso em: 20 abr. 2025.

YOUNG, Jeffrey E.; KLOSKO, Janet S.; WEISHAAR, Marjorie E. **Schema therapy: conceptual model**. In: YOUNG, Jeffrey E.; KLOSKO, Janet S.; WEISHAAR, Marjorie E. *Schema therapy: a practitioner's guide*. New York: Guilford, 2003. p. 1-62.

O Experimento do Pequeno Albert

Bruna Airosa Aguiar

Kauany Marques Bento

Jéssika Christina de Oliveira Mello

Heitor Marques de Oliveira

Lídia Siqueira Coelho

Evellim do Nascimento Luz

O experimento do "Pequeno Albert", conduzido por Watson e Rayner na Johns Hopkins University em 1920, buscava provar que medos e fobias podem ser condicionados. O bebê Albert, de onze meses, foi condicionado a temer um rato branco (estímulo condicionado) após a associação repetida com um som alto (estímulo incondicionado). Os pesquisadores observaram que Albert demonstrou medo (resposta condicionada) ao ver o rato e generalizou essa resposta para outros objetos felpudos. A persistência da resposta foi verificada por 31 dias e o experimento concluiu que o medo foi condicionado com sucesso, além de transferido para outros objetos, o que na época comprovou para a sociedade a possibilidade de condicionamento. Hoje além de ser visto como antiético e não replicável para confirmação, há críticas metodológicas ao experimento que questionam a interpretação de seus resultados.

História

Os autores e seus objetivos

O denominado “Experimento do Pequeno Albert” foi um experimento controverso publicado em 1920 por John B. Watson, psicólogo estadunidense fundador do behaviorismo, e Rosalie Rayner, sua colaboradora e assistente de pesquisa. O experimento foi realizado na Johns Hopkins University, nos Estados Unidos, tinha como objetivo comprovar que medos e fobias poderiam ser condicionados pela experiência. Watson rejeitava o método de introspecção, afirmando que a consciência humana é inobservável. Por isso, propôs que a psicologia deveria ter como objeto de estudo o comportamento, pois ele é observável, fundando, assim, as bases do behaviorismo.

O pré-experimento

Em 1917, Watson identificou como emoções primárias humanas o medo, a raiva e o amor, entendendo que adultos possuem também emoções mais complexas desenvolvidas através da experiência. A escolha de um bebê se deve à presença das três emoções primárias, e a escolha de Albert se deu devido a sua falta de reação inicial perante objetos e animais apresentados. Os pesquisadores tiveram a permissão de sua mãe – possivelmente de forma antiética - para fazer testes e observações, com a finalidade de descobrir se conseguiriam condicionar uma resposta de medo a um objeto anteriormente neutro.

O experimento

O experimento foi realizado em uma sala da universidade Johns Hopkins e a gravação está disponível para acesso por diversos meios, incluindo on-line. Além dos autores Watson e Rayner, do bebê e dos animais, também estava presente a pessoa responsável pela gravação. O experimento consistia em apresentar um animal seguido de um som alto, buscando identificar se haveria resposta emocional de medo ao apresentar o animal sozinho, após a associação deste com o barulho inúmeras vezes. O animal apresentado era um rato branco, e o som alto era realizado atrás de Albert ao bater com um martelo em uma barra. Após sete associações entre animal e som alto, Watson e Rayner afirmaram que Albert demonstrava medo ao ver o rato. O experimento foi repetido, sendo realizado com intervalo de dias e nem sempre o bebê manifestava medo inicial quando apresentado ao rato. Outros animais foram colocados no experimento, como um macaco, um coelho e um cachorro, buscando entender se o medo inicial do rato era transferido para outros animais, o que por vezes não acontecia. Objetos também foram apresentados, e as reações aversivas foram mais comuns quando eram apresentados objetos felpudos, incluindo uma máscara de Papai Noel, um casaco de pelos e um saco com lã.

O pós-experimento

Não se sabe o que aconteceu com o bebê após o experimento e quais foram as reais consequências a longo prazo em sua saúde. A identidade do Pequeno Albert é alvo de

discussão, assim como o experimento em si, que ainda sofre duras críticas por sua ética e metodologia.

Uma investigação liderada pelo psicólogo Hall Beck indicou que Albert era Douglas Merrite, uma criança com hidrocefalia falecida aos 6 anos de idade. Outra equipe identificou o Pequeno Albert como William Albert Barger, que faleceu em 2007 aos 87 anos.

Variáveis analisadas

O experimento envolveu variáveis manipuladas (estímulos e procedimentos), variáveis de resposta observadas e variáveis críticas relacionadas ao próprio sujeito.

A. Variáveis Independentes (Estímulos e Procedimentos)

Estas foram as variáveis manipuladas para induzir e testar o medo:

Estímulo Incondicionado (EI) / Estímulo Aversivo: O som forte e repentino (ruído alto), produzido por um martelo batendo em uma barra de aço suspensa atrás da cabeça do bebê. Este estímulo eliciava medo incondicionalmente.

Estímulo Condicionado (EC) / Estímulo Neutro (EN): O rato branco. Inicialmente, Albert não demonstrava medo desse animal.

Procedimento de Condicionamento: O pareamento (sequência e número de vezes) entre o rato branco (EC) e o

som alto (EI). A contingência programada era apresentar o rato e, assim que Albert o tocava, o som era produzido. Críticas posteriores apontam que esse procedimento também envolveu punição positiva, já que o estímulo aversivo era contingente à resposta de Albert de tocar nos animais, além do pareamento de estímulos.

Variável Temporal (Persistência): Os efeitos do experimento foram testados após cinco dias e novamente após um mês (31 dias) do fim do experimento.

Estímulos para Teste de Transferência (Generalização): Uma série de outros animais e objetos foram apresentados sem o som para verificar a transferência da resposta:

- Animais: Coelho, cachorro e macaco.
- Objetos de pelo/superfícies macias: Casaco de pele de foca, lã de algodão e máscara de Papai Noel.
- Controles: Blocos de madeira, apresentados para verificar a reação habitual da criança.

Variável de Ambiente: A mudança de ambiente (de uma sala pequena e iluminada para uma sala grande e bem iluminada) para verificar se as reações se mantinham.

B. Variáveis Dependentes (Respostas Observadas)

A principal variável dependente era a reação emocional de medo (a Resposta Condicionada), que foi observada e registrada através de notas descritivas.

As manifestações incluíam:

Reações de Sobressalto e Fuga: Saltar violentamente, tombar para frente, desviar a cabeça, choramingar, afastar as mãos, tentar engatinhar rapidamente.

Comportamento de Aproximação (Manipulação): Albert tendia a pegar e manipular os objetos. A competição entre a tendência de se afastar (medo) e a tendência de manipular, um indicador de curiosidade), foi uma observação importante.

Mecanismo de Bloqueio: O chupar o polegar, que parecia atenuar ou bloquear o medo e exigia que os experimentadores o removessem para que a resposta condicionada fosse observada.

C. Variáveis do Sujeito (Críticas Metodológicas)

O estudo analisou um bebê chamado Albert, que, segundo Watson e Rayner (1920), foi escolhido por sua estabilidade emocional, sendo descrito como "saudável", "normal", "sólido e inemocional".

Entretanto, análises críticas posteriores identificaram variáveis cruciais sobre a condição de Albert, que provavelmente era Douglas Merritte, uma criança com hidrocefalia congênita, ou

William Albert Barger, faleceu após uma vida normal aos 87 anos.

Déficits Neurológicos/Saúde: Albert era, possivelmente, uma criança neurologicamente comprometida, sofrendo de hidrocefalia obstrutiva congênita e déficits neurológicos.

Comportamento Anômalo: Sua passividade e falta de responsividade podem ser atribuídas aos seus déficits, o que coloca em dúvida a adequação dele como participante e a força das conclusões do estudo.

Linha teórica ou teorias

O Experimento do Pequeno Albert tem como base teórica o behaviorismo metodológico – conforme nomenclatura atribuída por Skinner -, uma corrente que busca entender o comportamento humano por meio de associações aprendidas entre estímulos ambientais e respostas observáveis. Elaborada por John B. Watson, essa abordagem propôs, no manifesto de 1913, o modelo pavloviano de condicionamento. As leis gerais desse aprendizado foram, então, exemplificadas no experimento conduzido por Watson e Rosalie Rayner.

Essa formulação teórica surgiu historicamente no âmbito da psicologia experimental do final do século XIX, um período em que predominavam correntes positivistas que favoreciam métodos laboratoriais em vez de abordagens introspectivas. Desse modo, o behaviorismo surgiu como uma alternativa à psicanálise freudiana e outras abordagens consideradas como internalistas. Watson ajustou o modelo para o comportamento

humano, afirmando que emoções e fobias derivam de experiências anteriores, o que teve um impacto significativo na psicologia dos Estados Unidos.

Hipóteses centrais e resultados

O experimento de Watson e Rayner (1920) foi concebido para testar a aplicabilidade do condicionamento respondente (pavloviano) em humanos. As quatro questões/hipóteses principais eram:

Hipótese de Condicionamento

Verificar se a resposta de medo poderia ser condicionada em um bebê, pareando um estímulo neutro (animal) com um estímulo aversivo (som forte).

Resultado Original: Os experimentadores concluíram que a resposta de medo foi condicionada. Após sete pareamentos entre o rato e o som, Albert demonstrou uma reação emocional completa, chorando e se afastando do rato quando apresentado sozinho. Esse resultado, em tese, demonstrou vigorosamente como o medo poderia ser aprendido em humanos por condicionamento pavloviano.

Hipótese de Generalização

Testar se essa resposta emocional condicionada se transferiria para outros animais e objetos que nunca foram pareados com o estímulo aversivo.

Resultado Original: Os autores concluíram que a transferência da resposta emocional condicionada parece ter

ocorrido. A reação de medo foi transferida para outros objetos, como o coelho (que provocou reações negativas pronunciadas e foi considerado o teste mais convincente de transferência), o casaco de pele de foca, o cachorro, e a máscara de Papai Noel.

Hipótese de Persistência

Verificar o efeito do tempo sobre a intensidade da resposta condicionada.

Resultado Original: Os experimentos mostraram que as respostas emocionais condicionadas (direta e por transferência) persistiram por um período de mais de um mês (31 dias), embora com uma certa perda na intensidade da reação. Watson e Rayner afirmaram que, em sua visão, tais reações persistiram e modificaram a personalidade ao longo da vida.

Hipótese de Remoção (Planejada)

Desenvolver procedimentos para remover a resposta que foi condicionada.

Resultado Original: O objetivo de desenvolver procedimentos para remover a resposta emocional condicionada (medo) não pôde ser testado devido à saída de Albert do hospital, o que levou à interrupção de qualquer procedimento. Os autores lamentaram a situação, afirmando que as reações persistiriam no ambiente natural de Albert, a menos que ele fosse exposto acidentalmente a um procedimento de remoção.

Instituições, grupos e personagens importantes

John B. Watson

Nascido em 9 de janeiro de 1878, John Broadus Watson é apontado por muitos pesquisadores como fundador do behaviorismo, por publicar, em 1913, o “Manifesto Behaviorista”. Ao lado de sua assistente Rayner, Watson foi quem conduziu o experimento do pequeno Albert. O psicólogo faleceu em 1958, deixando inúmeras contribuições para a psicologia, ao defender uma abordagem mais objetiva e científica, o que ajudou a moldar o estudo do comportamento humano e animal.

Rosalie Rayner

Rosalie Rayner é conhecida como a assistente de pesquisa de John B. Watson no experimento “Pequeno Albert”. Como sua colaboradora, foi coautora dos artigos que descreveram o estudo. Nascida em 1899 no estado de Maryland, Estados Unidos, tornou-se um importante figura do movimento feminista. Sua colaboração com o fundador do behaviorismo a estabeleceu como figura relevante na área, com contribuições que, apesar de terem sido ofuscadas, foram fundamentais para o desenvolvimento da psicologia aplicada.

Albert Barger (Pequeno Albert)

Aos 11 meses de idade, Albert foi escolhido como objeto de estudo do pesquisador John B. Watson no que ficou conhecido como experimento do “Pequeno Albert”. O bebê foi escolhido

devido a sua estabilidade emocional, pois, antes da experiência, não demonstrava nenhuma reação de medo diante dos animais e objetos que seriam utilizados. As pessoas que conviviam com ele afirmaram que o pequeno raramente chorava e quase nunca demonstrava raiva ou medo, demonstrando ser uma criança curiosa e estável.

Existem duas teses principais sobre a identidade do Pequeno Albert: a investigação de Hall Beck aponta para Douglas Merritte, que sofria de hidrocefalia e morreu aos 6 anos; já outra vertente identifica a criança como William Albert Barger, que viveu até os 87 anos, falecendo em 2007.

Johns Hopkins University

O experimento do Pequeno Albert foi conduzido na Johns Hopkins University no ano de 1920. A universidade, localizada em Baltimore, Maryland, Estados Unidos, foi a primeira instituição de pesquisa do país, fundada em 1876. Seu corpo docente, pesquisadores e estudantes são conhecidos por terem sido pioneiros em descobertas históricas, sendo uma das principais universidades dos EUA.

Reproduções do experimento

O experimento do Pequeno Albert é considerado cruel e antiético por criar uma fobia intencional em um bebê indefeso, causando um trauma duradouro, sem tentativas de reversão por parte dos pesquisadores. Por essa violação de princípios éticos, o experimento não conta com reproduções diretas em seres humanos.

Recepção do experimento

A recepção do experimento do “Pequeno Albert” (1920) passou por inúmeros momentos de tensão ao longo dos anos. Inicialmente ele foi considerado um dos experimentos impulsionadores das pesquisas acerca das emoções humanas, um marco importante entre os behavioristas. Com esse estudo, Watson reforçou a ideia de que a psicologia deveria ser baseada em comportamentos observáveis. Entretanto, apesar da aclamada recepção no meio científico, o experimento não foi amplamente divulgado no meio popular. Para os estudiosos da psicologia, esse experimento é um clássico exemplo do condicionamento emocional humano.

Apesar de todos os impasses acerca do experimento, a ideia central de Watson de moldar o comportamento humano, acabou ganhando espaço no meio científico com a noção de poder conseguir moldar qualquer criança em qualquer tipo de pessoa devido ao controle do ambiente, o que influenciou diversas formas de abordagem de criação de filhos e práxis educacionais. Entretanto, com o tempo, o experimento passou a ser duramente criticado devido a erros metodológicos e éticos. Na atualidade esse experimento é visto como um marco importante para a psicologia, e usado como um exemplo negativo de má conduta científica.

Críticas

O Experimento do Pequeno Albert é alvo de duras críticas por falhas metodológicas significativas, inconsistências nos resultados e problemas éticos importantes.

Bem Harris (1979)

Harris é o autor da crítica conhecida como “Controvérsia da Fobia”. O autor questiona se o estudo realmente produziu uma fobia consistente, argumentando que a alternância entre tentativas de aquisição e extinção não sustenta a ideia de medo estável. Para Harris, há “pouca evidência de que Albert tenha desenvolvido uma fobia a ratos ou que os animais evoquem seu medo de forma consistente”. Com base nessas falhas metodológicas, ele classifica os resultados como “interessantes, mas não interpretáveis”. Harris também apontou distorções em relatos posteriores, observando que parte delas veio das próprias reformulações de Watson, que teriam alterado ou omitido informações importantes.

Franz Samelson (1980)

Samelson critica o método aplicado no caso Albert. O autor destaca que Albert frequentemente colocava o polegar na boca quando chorava, o que reduzia o impacto do estímulo aversivo. A necessidade de remover o polegar introduziu um evento aversivo não controlado, afetando diretamente a interpretação dos resultados. Samelson relembra que o próprio Watson, em 1921, descreveu o estudo como “incompleto” e uma “exposição preliminar de possibilidade”. Com isso, Samelson conclui que o experimento não ultrapassa o status de “interessante piloto”.

Cornwell Hobbs e Prytula (1980)

Esses autores investigaram esse fenômeno e observaram que parte das reações emocionais analisadas era produzida pela retirada do polegar da boca do participante, e não pelo estímulo condicionado.

Os autores também indicaram que, com o passar dos anos, ocorreram variações nos dados reportados, o que gerou diferenças entre versões publicadas e interpretações posteriores do experimento.

Fridlund, Goldie, Irons e Beck (2012)

Análises críticas posteriores (como a publicada em 2012) identificaram variáveis cruciais sobre a condição de Albert, que provavelmente era Douglas Merritte. Os pesquisadores concluíram que Albert era, provavelmente, uma criança neurologicamente debilitada, sofrendo de hidrocefalia obstrutiva congênita e déficits neurológicos. Sua passividade e falta de responsividade inicial podem ser atribuídas aos seus déficits, o que coloca em dúvida a adequação dele como participante e a força das conclusões do estudo.

Críticas Metodológicas

O medo que provocou a resposta não está completamente claro, pois o procedimento envolve elementos de punição positiva (o som era contingente ao toque).

Alguns críticos sugerem que há pouca evidência de que Albert tenha desenvolvido uma fobia ou que os animais evocaram seu medo de forma consistente. As respostas eram inconsistentes.

A inconsistência foi exacerbada porque Albert frequentemente usava o chupar o polegar como resposta de esquiva/bloqueio, o que exigia que os experimentadores o removessem para obter a resposta condicionada.

Polêmicas

O experimento do "Pequeno Albert" teve uma recepção inicial de grande tensão e debate. Para os behavioristas, representou um marco importante, reforçando a ideia de que a psicologia deveria se basear em comportamentos observáveis e que as emoções poderiam ser condicionadas. Por outro lado, pesquisas históricas indicam que o impacto do behaviorismo de Watson nos EUA não foi imediato e nem amplo como a historiografia sugeria.

Críticas metodológicas de pesquisadores como Harris, Samelson, Hobbs e Prytula, somadas às possíveis revelações sobre a saúde de Albert por Fridlund, Beck e seus colegas, alteraram a percepção atual do experimento.

Impacto das Críticas Éticas

Atualmente, o experimento é considerado cruel e antiético, uma vez que induziu intencionalmente uma fobia em um bebê indefeso, resultando em trauma duradouro e sem tentativas de reversão. A impossibilidade de desenvolver procedimentos de remoção da resposta (conforme lamentaram Watson e Rayner) e a subsequente possibilidade de identificação de Albert como uma criança neurologicamente debilitada (Fridlund et al.) intensificaram essa crítica ética. Em virtude dessa violação de

princípios, o experimento não foi replicado diretamente em seres humanos.

Impacto das Críticas Metodológicas

As críticas de Harris (1979), Samelson (1980), e Cornwell Hobbs e Prytula (1980) acerca da inconsistência das respostas, da contaminação do procedimento pela retirada do polegar e da superestimação da fobia, conduziram a uma reavaliação dos resultados. Isso transformou a percepção do estudo de um "exemplo clássico" para um "exemplo negativo de má conduta científica" e limitou seu *status* a um "interessante piloto" (Samelson).

Retratos na mídia

O Experimento do Pequeno Albert, um marco no campo do behaviorismo, ultrapassou o seu contexto científico original para se tornar um significativo cultural. A sua premissa central, de que respostas emocionais como o medo podem ser induzidas através do condicionamento, foi amplamente apropriada por diversas formas de mídia, de obras literárias distópicas a jogos. Nestes contextos, o experimento funciona como uma estrutura para explorar questões sobre a plasticidade do comportamento humano, as implicações éticas da experimentação psicológica e a natureza do trauma induzido. Adicionalmente, o interesse público evoluiu para além dos seus resultados científicos, focando-se na investigação histórica sobre a identidade do sujeito e o impacto biográfico do procedimento, refletindo um discurso mais amplo sobre a responsabilidade na prática científica.

Filmagens do Experimento do Pequeno Albert (1920)

Mostram a indução e generalização do medo por condicionamento clássico. Associando um rato a um som alto, o estudo fornece subsídios para a tese de que o comportamento e as reações emocionais são essencialmente produtos da aprendizagem e da manipulação ambiental.

Admirável Mundo Novo (1932)

No romance de Aldous Huxley, há referências diretas ao experimento. No mundo criado por Huxley, bebês da casta Delta são condicionados a odiar livros e flores através da associação desses itens a barulhos altos e choques elétricos, uma alusão aos métodos usados com o Pequeno Albert.

Laranja Mecânica (1971)

No filme de Stanley Kubrick, baseado no romance de Anthony Burgess de 1962, o protagonista, Alex, passa por um tratamento chamado "Técnica Ludovico". Ele é forçado a assistir a filmes violentos enquanto recebe uma droga que o faz sentir-se mal, o que o condiciona a sentir náuseas e dor só de pensar em violência. Essa técnica é uma versão ficcional e extrema dos princípios de condicionamento clássico vistos no experimento do Pequeno Albert.

The Brain: A Secret History (2010)

A série de documentários da BBC dedicou uma parte do episódio "*Finding Little Albert*" à busca pela verdadeira identidade da criança do experimento. A produção deu destaque

não só aos detalhes do estudo, mas também ao mistério e às questões éticas sobre o destino do menino, o que aumentou o interesse do público pela história por trás da ciência.

Control (2019)

No jogo, o *Federal Bureau of Control* (FBC) funciona como uma alegoria exacerbada do Experimento do Pequeno Albert. A agência estuda como a ressonância paranormal "Hiss", o equivalente ao som assustador do experimento, condiciona pessoas e objetos, transformando o que era neutro em um gatilho para o terror. Dessa forma, o jogo explora as consequências da ciência sem moral e do terror do condicionamento, aplicando esses conceitos não a um bebê, mas à estrutura da realidade.

Referências

ARDILA, Rubén. J. B. Watson, a psicologia experimental e o condutismo 100 anos depois. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 312-319, abr. 2013. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100019&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 out. 2025.

BISACCIONI, Paola; CARVALHO NETO, Marcus Bentes de. Algumas considerações sobre o "pequeno Albert". **Temas em psicologia**. Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 491-498, 2010 . Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14

13-389X2010000200 022&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 out. 2025.

CATANIA, A. Charles. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 460 p.

CONTROL. Desenvolvedora: Remedy Entertainment. Publicadora: 505 Games. Calabças: 505 Games, 2019. 1 Jogo digital (PlayStation 4).

DONOSO, Claudia Calquín; YÁÑEZ-URBINA, Christopher; VARGAS, Carlos Ramírez. Del pequeño Albert a la situación extraña: claves para repensar la ética en experimentación e investigación psicológica. **Prometeica**, Argentina, v. 29, ISSN-e 1852-9488, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9378004>. Acesso em 30 de out. 2025.

FINDING LITTLE ALBERT. In: **THE BRAIN: A Secret History**. Produção: BBC. Londres: BBC Four, 2010. 1 Documentário (aprox. 60 min). Disponível em: BBC iPlayer. Acesso em: 30 set. 2025.

FRIDLUND, Alan J.; GOLDIE, William D.; IRONS, Gary; BECK, Hall P. Little Albert: a neurologically impaired child. **History of Psychology**, Estados Unidos da América, v. 15, n. 4, DOI: 10.1037/a0026720, 2012. Disponível em:

https://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Beck_Hal_2012_little_albert_neurologically.pdf. Acesso em 30 out. 2025.

HARRIS, Ben. Rosalie Rayner, feminist?. **Revista de la historia de la psicología**, Espanha, v. 35, n. 1, ISSN: 02110040, 2014. Disponível em: https://journals.copmadrid.org/historia/archivos/fichero_salida2_0210910142339685000.pdf. Acesso em 30 out. 2025.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 10. ed. 2013. 400 p.

LARANJA MECÂNICA. Direção: Stanley Kubrick. Produção: Stanley Kubrick. [Burbank]: Warner Bros., 1971. 1 arquivo de vídeo (136 min). Disponível em: HBO Max. Acesso em: 1 out. 2025.

MCLEOD, Saul. Little Albert Experiment (Watson & Rayner). In: **Simply Psychology**, Reino Unido, 2025. Disponível em: <https://www.simplypsychology.org/little-albert.html>. Acesso em 30 out. 2025.

KÁRCIO OLIVEIRA. **O Pequeno Albert de Watson (legendado)**. Kárcio Oliveira: 31 out. 2010. 1 vídeo (4 min 39 seg). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Pf0KOWzoJ5o>. Acesso em: 3 nov. 2025.

RIPEHP. Rosalie Rayner: la historia invisibilizada del experimento del pequeño Albert. In: **Blog da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia**. 2020. Disponível em: <https://ripehp.com/2020/10/27/rosalie-rayner-la-historia-invisibilizada-del-experimento-del-pequeno-albert/>. Acesso em 30 out. 2025.

STRAPASSON, Bruno Angelo. John B. Watson, o cuidado psicológico do infante e da criança: possíveis consequências para o movimento behaviorista. **Fractal**, Brasil, v. 20, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000200023>. Acesso em 30 out. 2025.

GREEN, Christopher D. Conditioned emotional reactions (First published in *Journal of Experimental Psychology*, 1920). In: **Classics in the History of Psychology**, Canadá, 1920. Disponível em: <https://psychclassics.yorku.ca/Watson/emotion.htm>. Acesso em 30 out. 2025.

O Homem dos Ratos

Julia Ramalho de Sousa

Letícia Fabrício Ribeiro

Kauan De Assis Padua

Beatriz Ruegger Cortes Neves

Júlia de Souza Perrud

O caso clínico “Homem dos Ratos”, acompanhado e publicado pelo psicanalista Sigmund Freud, apresenta a análise do paciente Ernst Lanzer, um jovem advogado vienense que manifestava sintomas obsessivos e compulsivos, revelando o papel de conflitos familiares, repressão sexual e experiências traumáticas na constituição do que Freud denominou como “neurose obsessiva”. Ocorrido entre 1907 e 1908, o caso consolidou conceitos fundamentais da psicanálise, como transferência, ambivalência afetiva, culpa e repressão. No entanto, também gerou críticas e polêmicas, tanto por possíveis omissões por parte de Freud, quanto por questões éticas relacionadas à quebra de sigilo. Apesar dessas controvérsias, o estudo mantém sua grande relevância histórica e cultural, servindo de inspiração para adaptações teatrais e cinematográficas que reforçam o seu impacto na psicanálise e no imaginário social.

História

Contexto geral

No início do século XX, Sigmund Freud já era relativamente conhecido devido ao seu envolvimento central no movimento psicanalítico. Dentre os muitos casos atendidos pelo psicanalista, Ernst Lanzer teve a sua história conhecida sob o título de “Homem dos ratos”. Lanzer, nascido em 1878, em Viena, seguiu carreira militar após a morte de seu pai, período em que suas obsessões começaram a se intensificar. Foi neste cenário que, aos 29 anos, Lanzer chegou até Freud, em busca de ajuda profissional.

No início das sessões, Freud estabeleceu uma única condição essencial: que o paciente dissesse tudo o que lhe viesse à mente, mesmo que considerasse desagradável, irrelevante ou sem sentido, técnica conhecida como associação livre. Freud também explicava ao paciente alguns conceitos e procedimentos da psicanálise, além de levantar questões que, caso Ernst não soubesse responder, deveriam ser refletidas posteriormente ou discutidas com outras pessoas para então serem retomadas na sessão seguinte.

Sintomas do paciente

O paciente apresentava sintomas típicos de uma neurose obsessiva, como comportamentos repetitivos, criação de regras muito rígidas, dúvidas constantes, indecisão e mudanças frequentes de opinião. Ele tinha dificuldade em lidar até mesmo com situações simples do dia a dia e relatava pensamentos de

natureza suicida, como a ideia de cortar a própria garganta com uma navalha. Lanzer também afirmava que passou anos tentando lutar contra esses pensamentos, o que o deixou confuso e sem esperança. Apesar de ter buscado vários tipos de tratamento, não teve melhora significativa. Além disso, desde o primeiro contato, demonstrava uma forte preocupação com assuntos relacionados à sexualidade.

Família e relações sociais

Lanzer cresceu em um ambiente no qual as figuras parentais exerciam forte influência sobre seu comportamento e na maneira de lidar com os sentimentos. A relação de Ernst Lanzer com o pai era marcada por uma combinação de admiração, respeito e medo. O ambiente familiar no qual cresceu era rígido e autoritário já que o pai, ex-suboficial do exército, mantinha uma postura conservadora e impunha disciplina severa, especialmente em assuntos relacionados à sexualidade. Essa convivência baseada não só na repressão, como também no controle, contribuiu para o desenvolvimento de um medo obsessivo de castração e de uma ambivalência afetiva intensa, visto que o pai se tornava, ao mesmo tempo, uma figura de referência e de ameaça. Por outro lado, com a mãe, havia uma mistura de afeto e dependência emocional que gerava insegurança e necessidade constante de aprovação.

Desde a adolescência, Ernst Lanzer vivenciou um forte vínculo com Gisela Adler, jovem de origem modesta, por quem sentia um amor idealizado. O pai, no entanto, desaprovava o relacionamento e exigia que o filho se casasse com uma prima

rica para manter os interesses patrimoniais da família. A relação com Gisela, no entanto, terminou de forma definitiva após ela revelar não corresponder ao mesmo sentimento e ser submetida a uma cirurgia que a impediu de ter filhos. Outro vínculo importante foi com Camilla, sua irmã seis anos mais velha, que faleceu quando Ernest era criança.

Também enfrentou outros problemas em relação às amizades. Ernst teve vínculo com um estudante mais velho que, inicialmente, alimentou sua autoestima ao fazê-lo acreditar ser um gênio. Posteriormente, esse mesmo colega passou a tratá-lo com desprezo e isso desencadeou uma profunda crise emocional, fazendo com que se sentisse não apenas diminuído como também inseguro perante a outras relações sociais.

A expressão de desejos sexuais

De acordo com os relatos clínicos, o paciente Ernst justificava a ênfase em sua vida sexual por seu interesse nas ideias freudianas, as quais conhecia de forma indireta, especialmente por meio de textos sobre associações de palavras, que identificava como semelhantes ao seu próprio funcionamento mental. Desde a infância, Ernst apresentava experiências precoces relacionadas à observação do corpo feminino, associadas a intensos sentimentos de angústia e medo de consequências catastróficas, como a morte do pai. Tais vivências contribuíram para o desenvolvimento de um interesse sexual pelo corpo alheio e de ideias compulsivas, manifestadas em atos de masturbação que funcionavam como expressão de conflitos psíquicos e tentativas de lidar com sentimentos de culpa e ansiedade.

Desde cedo, o paciente relatava medos ligados a ereções e pensamentos eróticos, revelando uma estreita relação entre o desejo sexual infantil e preocupações obsessivas com possíveis punições ou consequências externas. Na vida adulta, suas experiências sexuais permaneceram escassas e irregulares. Ernst demonstrava aversão às prostitutas e relatava ter iniciado sua vida sexual apenas aos vinte e seis anos, afirmando ainda que a masturbação teve pouca relevância em sua adolescência.

Pseudônimo “Homem dos Ratos”

O pseudônimo “Homem dos Ratos” tem origem em um episódio ocorrido durante o treinamento militar de Ernst, quando um superior relatou um método de tortura empregado em guerras. Nesse procedimento, a vítima era imobilizada, com os membros presos e as nádegas expostas, enquanto um recipiente contendo ratos era colocado sobre a região. O fundo do recipiente era aquecido, levando os animais, em desespero, a tentar escapar penetrando o corpo da vítima pela via anal. O relato provocou intensa reação emocional em Ernst, despertando lembranças ligadas ao medo, à punição e à vergonha.

Os ratos também se tornaram símbolos de perseguição e impureza, conectando-se a temas de castigo e desejo reprimido. A associação linguística entre Raten (prestações) e Ratten (ratos) ampliou a carga simbólica, vinculando o animal a ideias de dívida e obrigação. A representação dos ratos foi ainda associada às imagens de crianças, em referência à impossibilidade de procriação da mulher amada, intensificando sentimentos de frustração e ambivalência afetiva. O episódio serviu como ponto

de convergência para seus temores e obsessões, culminando em um medo persistente de que ratos pudessem atacar pessoas queridas, episódio que se tornou o centro de sua neurose obsessiva.

Desdobramentos do caso

O caso merece destaque por ser considerado o mais bem-sucedido de Freud, devido à melhora expressiva de Lanzer no que diz respeito, pelo menos, sobre os sintomas iniciais relatados na análise. Após o fim das sessões, em julho de 1908, Ernst se casou com Gisela, a mulher por quem era apaixonado. Em 1914, com o estouro da primeira guerra, retornou ao exército e veio a falecer em combate, aos 34 anos. “Homem dos Ratos” foi publicado, primeiramente, como “Notas Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva”. Freud o apresentou em congressos da Sociedade Psicanalítica de Viena, em 1907 e 1908, e no primeiro congresso psicanalítico internacional de Salzburgo, em abril de 1908, o que ajudou a psicanálise no início do século XX.

Análise

No caso “Homem dos Ratos”, Freud assume um papel ativo no processo clínico, não se limitando a observar, mas conduzindo o paciente Ernst Lanzer por meio da escuta e da interpretação das formações obsessivas. A análise do caso evidencia a participação de Freud na dinâmica da transferência, mostrando que sua presença influencia diretamente o desenvolvimento do tratamento. Ao escrever sobre o caso, Freud inscreve sua própria presença no texto, transformando o relato clínico em um discurso

teórico, o qual o analista também atua como narrador e intérprete da experiência do paciente.

Segundo Freud, o caso apresenta características típicas da neurose obsessiva, marcada pelo conflito entre desejos inconscientes e a repressão moral. Os comportamentos compulsivos, regras rígidas e dúvidas constantes funcionam como mecanismos de defesa para conter impulsos reprimidos, especialmente de natureza sexual e agressiva. A presença de impulsos suicidas expressa a energia pulsional voltada contra o próprio eu, resultado da intensa culpa e censura interna.

Família e relações sociais

Na interpretação de Freud, os relacionamentos familiares e sociais foram fundamentais para compreender o surgimento e o funcionamento dos sintomas obsessivos de Ernst Lanzer. O psicanalista percebeu que a ambivalência em relação ao pai — sentimentos de amor e ódio coexistindo — era uma das principais fontes de conflito psíquico. Freud associou essa tensão à dificuldade de Ernst em lidar com impulsos agressivos e ao sentimento de culpa que acompanhava seus pensamentos.

Com relação à mãe, Freud observou um padrão semelhante: Ernst sentia um forte desejo de protegê-la ao mesmo tempo existiam impulsos inconscientes de feri-la, o que intensificava seu sofrimento emocional. Essa contradição entre amor e hostilidade refletia-se diretamente em seus comportamentos compulsivos usados como uma forma inconsciente de controlar os próprios desejos.

A história de Gisela simbolizava o confronto entre o desejo pessoal e a obediência às imposições familiares. O amor idealizado e impossível reforçava a tendência de Ernst à culpa e à repressão emocional. Essa repetição do destino do pai, visto como sacrifício do amor em nome da autoridade, contribuiu para o desenvolvimento de seus sintomas obsessivos, os quais o afeto e o sofrimento apareciam sempre ligados.

A figura da irmã Camilla também ganhou um papel importante na análise. Para Freud, ela representava o primeiro objeto de amor de Ernst, um amor idealizado, entretanto inatingível. A perda precoce da irmã junto com a experiência de traição na adolescência contribuiu para formar um padrão de desejo frustrado. Assim, o amor de Ernst era constantemente acompanhado por medo, dúvida e autossabotagem.

Quanto às amizades, Freud entendeu que as experiências de admiração e rejeição repetiam o mesmo padrão emocional vivido com a família: a busca por reconhecimento e a dor de ser desvalorizado. Esses episódios mostram como os conflitos afetivos de infância se repetiam nas relações adultas, reforçando o caráter obsessivo de sua personalidade.

Sintomas

O conjunto de sintomas foi denominado por Freud como “O grande medo obsessivo”, tendo como principal característica a preocupação persistente de que algo terrível pudesse ocorrer às pessoas de seu convívio afetivo, especialmente ao pai e à mulher amada, caso não realizasse determinados pensamentos ou ações repetitivas. Embora tivesse consciência da irracionalidade dessas

ideias, Ernst sentia-se pressionado a executá-las como forma de alívio da culpa e de prevenção do perigo. Esse medo expressava um conflito interno marcado pela existência de sentimentos opostos, tais como amor e hostilidade, obediência e revolta, desejo e repressão, direcionados às mesmas figuras significativas. A execução compulsiva de rituais e pensamentos protetores mantinha ativo o ciclo de culpa e ansiedade, configurando o padrão típico das neuroses obsessivas, as quais o afeto é deslocado e os impulsos contraditórios se transformam em sintomas de controle e sofrimento psíquico.

Experiências sexuais

Durante a análise, Freud observou que o paciente atribuía grande importância às questões sexuais, justificando esse foco por seu interesse teórico nas concepções freudianas, especialmente nas associações de palavras as quais considerava semelhantes ao funcionamento de sua própria mente.

A investigação clínica revelou, porém, que essa racionalização funcionava como um mecanismo de defesa, seria uma forma de intelectualizar seus conflitos inconscientes e distanciar-se do conteúdo afetivo ligado à sexualidade e à culpa. Freud notou também a escassez de referências à figura materna, descrita como emocionalmente fria, sugeria uma dificuldade em lidar com vínculos afetivos e possivelmente contribuía para a rigidez e o controle excessivo observados em seu comportamento. A fixação na sexualidade indica que o conteúdo reprimido tem origem em experiências infantis, cuja repressão gera angústia e sintomas obsessivos. Para Freud, apenas a interpretação

psicanalítica permitiria trazer esses conteúdos à consciência e aliviar o sofrimento psíquico.

Dessa forma, Freud interpretou que os sintomas obsessivos de Ernst derivaram da tentativa de dominar impulsos reprimidos e de transformar seus desejos inconscientes em processos de pensamento ordenados e racionais, expressando assim o conflito entre o desejo e a interdição moral internalizada.

Personagens

Ernst Lanzer

Ernst Lanzer nasceu em 22 de janeiro de 1878, em Viena, em uma família judaica de classe média alta. Formou-se em Direito aos 29 anos e trabalhou como advogado. Foi o protagonista do estudo clínico “Homem dos ratos”, sendo paciente de Freud. Durante a Primeira Guerra Mundial, Lanzer foi convocado para o exército austríaco, feito prisioneiro na Rússia e morreu poucos dias depois, em 1914.

Sigmund Freud

Sigmund Freud nasceu em 6 de maio de 1856, em Příbor, hoje Tchéquia. Foi médico neurologista e fundador da psicanálise. Sua importância para o caso do Homem dos Ratos está em ter sido o psicanalista responsável pelo estudo clínico, o qual acompanhou e utilizou como apoio para desenvolver conceitos fundamentais da psicanálise, como a associação livre e o inconsciente. Freud faleceu em 23 de setembro de 1939, em Londres, vítima de um câncer na mandíbula.

Críticas

A generalização de sintomas na compreensão psicanalítica da neurose obsessiva

O caso do Homem dos Ratos é frequentemente citado como um exemplo clássico de neurose obsessiva, mas ele combina elementos únicos do paciente com interpretações que tentam generalizar o transtorno. De acordo com a antropóloga Iracema Dulley, ele não deve ser visto como representativo de todas as manifestações desse tipo de neurose. Dulley ressalta que a análise depende da perspectiva do psicanalista e das experiências do paciente, o que torna arriscado aplicar essas conclusões a outros indivíduos com comportamentos obsessivos.

Possível influência de fatores externos na interpretação de Freud

A análise das notas originais do processo revela que a apresentação do caso por Freud pode ter passado por distorções significativas. John Barresi, professor do departamento de psicologia e neurociência da Universidade Dalhousie, sugere que Freud alterou o material não apenas para proteger a privacidade, mas também para "apoiar sua teoria preferida na época". Essa seletividade, de acordo com ele, pode ser percebida na ênfase desigual dada aos membros da família: "Freud deu ênfase excessiva ao pai, em detrimento de outros membros da família (como a mãe e as irmãs do paciente), que frequentemente apareciam nas notas do processo". Tais omissões ou

reordenamentos de dados levantam questões sobre a validade da construção histórica apresentada por Freud.

Simplificação da complexidade do caso

A análise crítica do caso “Homem dos Ratos” mostra que a história publicada por Freud simplifica a complexidade da experiência do paciente, organizando o material clínico em torno de uma explicação predominante centrada no conflito edipiano. Segundo Frederick J. Wertz, essa simplificação decorre das escolhas que Freud faz ao selecionar, ordenar e interpretar o material, deixando de fora nuances importantes encontradas nas notas clínicas originais. Essa filtragem produz uma narrativa mais coerente teoricamente, mas menos representativa da riqueza da experiência vivida de Ernst Lanzer.

Por essa perspectiva de simplificação da complexidade do caso, Wertz, membro do departamento de psicologia da Universidade Fordham, analisou o caso sob uma abordagem existencial e sócio-histórica. Ele argumenta que, embora a leitura freudiana identifique certos conflitos do paciente, ela deixa em segundo plano aspectos essenciais da forma de vida de Lanzer, como suas ambiguidades afetivas, tensões éticas, experiências de desvalorização do eu e modos próprios de dar sentido ao sofrimento. Wertz propõe que uma abordagem fenomenológica permitiria captar essas dimensões da subjetividade do paciente, oferecendo uma compreensão mais ampla e profunda do caso do que a narrativa publicada por Freud.

A omissão da mãe por Freud no estudo clínico

Freud deixou de lado, na apresentação do caso clínico, o papel da mãe do paciente, omitindo fatores importantes ligados à figura materna do paciente que apareciam originalmente nas transcrições do caso, o que influencia em grande escala o entendimento do caso. De acordo com as psicólogas Ligia Maria Durski e Priscila Frehse Pereira, o psicanalista baseou e construiu a análise do caso focando na relação paterna, reforçando uma visão do mundo centrada no masculino e na lógica do complexo do Édipo. As teorias freudianas sobre a mulher carregam ideias machistas e datadas, como a noção de que as mulheres teriam um “superego mais fraco”. Tudo isso reforça um modelo em que o feminino é visto como algo “menor” ou “derivado” do masculino.

A partir dessa análise, Durski e Pereira reconhecem que Freud, mesmo genial, foi um homem de seu tempo, limitado pelas ideias machistas e conservadoras da época. Questionar o Édipo não é negar Freud, mas expandir o campo da psicanálise para acolher diferentes formas de ser e viver.

Polêmicas

O caso do “Homem dos Ratos” foi alvo de amplas controvérsias no meio acadêmico devido a discrepâncias relevantes entre o relato publicado e as anotações originais do paciente, encontradas entre os papéis de Freud após sua morte. Pesquisas apontam que o autor teria apresentado fatos confusos e inconsistentes, além de omitir informações significativas, como a ênfase excessiva atribuída à figura paterna e a quase total ausência de menções à mãe de Ernst. Críticos também sugerem que Freud

pode ter superestimado o êxito terapêutico do caso ou alcançado apenas uma remissão temporária dos sintomas, priorizando o fortalecimento do vínculo com o paciente em detrimento da análise da transferência negativa.

A comparação entre as anotações originais e o texto publicado revela divergências que indicam possíveis distorções na reconstrução do caso. Em diversos trechos, Freud teria atribuído a Ernst afirmações que este negou ou jamais proferiu, como a hipótese de que o pai se casou por interesse financeiro ou que o paciente corria ao sol para “matar Dick”, um primo de quem sentia ciúmes. Há também indícios de que o analista tenha inserido personagens fictícios, como uma suposta empregada dos correios, e situações inventadas para sustentar suas interpretações teóricas.

Essas intervenções indicam que o relato do “Homem dos Ratos” ultrapassa os limites de uma descrição clínica estritamente objetiva, aproximando-se de uma elaboração teórica e narrativa construída a partir da perspectiva do analista. Por essa razão, o caso é frequentemente compreendido como uma construção interpretativa na qual as experiências do paciente são reorganizadas para colaborar com hipóteses psicanalíticas. A controvérsia evidencia a tensão entre o valor científico e o valor interpretativo do estudo, ao mesmo tempo que reconhece as contribuições de Freud para a compreensão da dinâmica e da estrutura das neuroses obsessivas.

Impactos e relevância do caso

O caso do “Homem dos Ratos” consolidou importantes conceitos psicanalíticos como a ambivalência afetiva entre amor e ódio, o papel da culpa e da repressão na formação dos sintomas e a importância do método psicanalítico como via de acesso ao inconsciente. Tais contribuições reforçam o valor clínico e teórico da psicanálise, o que sugere que os sintomas psicológicos estão profundamente ligados às vivências emocionais e aos conflitos internos do sujeito.

Assim, o caso do “Homem dos Ratos” permanece como um dos mais relevantes para a compreensão das neuroses obsessivas, quadro que contribuiu para os estudos do que atualmente é reconhecido como transtorno obsessivo-compulsivo (TOC). A análise conduzida por Sigmund Freud ajudou a revelar as causas emocionais e psíquicas do sofrimento de Ernst Lanzer e demonstrou como a escuta atenta e a interpretação do analista podem transformar o processo terapêutico, promovendo autoconhecimento e alívio do sofrimento psíquico.

Além disso, o estudo clínico merece ressalva por ser considerado como o único caso bem-sucedido de Freud, ou seja, o primeiro paciente atendido por Freud que realmente teve “êxito” na análise, “curando-se” pelo menos no que se refere aos sintomas iniciais que o trouxeram para a análise, ao ponto de receber alta dos atendimentos de Freud.

Retratos na mídia

O caso “Homem dos Ratos”, nome dado por Sigmund Freud ao estudo clínico do caso do paciente Ernst Lanzer, em 1909, é um dos mais conhecidos e estudados da psicanálise. Apesar de sua importância histórica, ele aparece pouco na mídia popular, sendo mais frequentemente abordado em contextos acadêmicos, literários e teatrais.

O Filme “The Rat Man”, retrata as sessões de Freud com seu paciente Ernst Lanzer, apresentando as técnicas psicanalíticas utilizadas e revelando as experiências pessoais e emocionais do paciente em sua neurose obsessiva.

O livro “Freud e o Homem dos Ratos”, de Patrick Mahony (1991) faz uma análise minuciosa do caso do “Homem dos Ratos”, mostrando como Freud desenvolveu sua teoria da neurose obsessiva a partir desse tratamento e revelando aspectos clínicos e teóricos centrais de sua obra.

O Livro “E se Freud atendesse no Brasil de hoje?”, de Claudio Bastidas (2020) reúne os principais casos clínicos de Freud em narrativas breves e acessíveis, com comentários que ajudam o leitor a compreender o pensamento psicanalítico e a atualidade de suas ideias.

O Livro “Introdução clínica à Freud: técnicas para a prática cotidiana”, de Bruce Fink (2024) explica as principais técnicas e conceitos de Freud, como recalçamento e transferência, analisando casos como o Homem dos Ratos e refletindo sobre a evolução da psicanálise desde então.

A Peça de teatro “Freud e o Homem dos Ratos em Cena”, da Cia. Inconsciente em Cena (2025), por meio da linguagem teatral, mostra a relação entre analista e paciente e o desvendamento dos sintomas. Assim, sugerindo como a psicanálise pode conduzir à compreensão dos sentimentos e o alívio do sofrimento. A peça além de ser encenada no Brasil, foi levada também para o Museu do Freud, em Londres.

Referências

ANDRADE, C.; ANDRADE, H. V. de. Os princípios da interpretação analítica freudiana no caso do Homem dos Ratos.

PePsic, 2019. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972019000200011. Acesso em: 21 out, 2025.

BARRESI, J. A transferência e o desejo do analista no caso do Homem dos Ratos. **SciELO Brasil**, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/agora/a/NPwhqtBs9yynjsMcTD33tYG/?lang=pt>. Acesso em: 22 out, 2025.

BARRESI, J. O “Homem dos Ratos” de Freud e o significado da tortura dos ratos. Tradução própria. **Research Gate**, set. 2019.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/335679443_Freud%27s_Rat_Man_and_the_Meaning_of_the_Rat_Torture. Acesso em: 22 out, 2025.

BORCH-JACOBSEN, M. **Os pacientes de Freud: destinos.** Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2012. Disponível em: <https://www.spfor.com.br/wp-content/uploads/2020/01/OS-PACIENTES.pdf>. Acesso em: 21 out, 2025.

DULLEY, I. O caso e o significante: generalização em “O Homem dos Ratos” de Freud. Tradução própria. In: HOLZHEY, Christoph F. E.; SCHILLINGER, Jakob (orgs.). *The Case for Reduction. Cultural Inquiry*, v. 25. Berlim: ICI Berlin Press, 2022. Disponível em: https://oa.ici-berlin.org/repository/doi/10.37050/ci-25_02. Acesso em: 21 out, 2025.

GAY, P. **Freud: uma vida para o nosso tempo: a biografia definitiva.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/87002.pdf?srsId=AfmBOoqG9TM_CNM5Wc0usupX9ZFPm66Bvt5k77ef7vNCqWKzj1YAV4bu. Acesso em: 21 out, 2025.

DUSCHINSKY, R.; LEIGH, R. **Reformulando a neurose obsessiva: os irmãos do Homem dos Ratos.** Tradução própria. In: DUSCHINSKY, R.; WALKER, S. (orgs.). *Juliet Mitchell and the Lateral Axis*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137367792_9. Acesso em: 25 out, 2025.

FREUD, S. Observações sobre um caso de neurose obsessiva (O Homem dos Ratos). In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 9. Tradução: Paulo C. S. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Disponível em:

<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13382.pdf?srsltid=AfmBOoo6ZsgItI6ECVNneAlTm2RNj35dS1NQF-UAfx7B1ENLmLDgVRM6> Acesso em: 23 out, 2025.

FREUD, S. **Obras completas. Volume 9**: Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["O Homem dos Ratos"], Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910). Tradução: Paulo C. S. São Paulo: Companhia das Letras, [s.d.]. Disponível em:

https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13382.pdf?srsltid=AfmBOop79cA5Y18k2uIaBiG_W_p-b8fR0ZfSpeAF3HpjeiLtNg8KtRlw Acesso em: 21 out, 2025.

LEAL, R. S. A neurose obsessiva na clínica psicanalítica através de fragmentos do caso “Homem dos Ratos”. 2019. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:

<https://bib.pucminas.br/pergamumweb/vinculos/00004b/00004b5d.pdf>. Acesso em: 22 out, 2025.

MARTINS, C. J.; POLI, M. C. Freud apresenta o Homem dos Ratos: imagens sob o prisma psicanalítico. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 6, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4799/4628>. Acesso em: 25 out, 2025.

MOURA, G. J. B. de. A transferência e o desejo do analista no caso do Homem dos Ratos. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufsj.edu.br/analytica/article/view/5003/3428>. Acesso em: 23 out, 2025.

SOUZA, P. C. de. O neurótico obsessivo e sua dificuldade subjetiva em ocupar o lugar de pai: um estudo de caso. 2015. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/2900/2336>. Acesso em: 22 out, 2025.

SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO RECIFE – SPRPE. Refletindo a Psicanálise. [s.l.]: SPRPE, [s.d.]. 2024. Disponível em: <https://spr-pe.org.br/refletindoapsi03.pdf#page=105>. Acesso em: 2 nov, 2025.

THAPALIYA, S. O caso do Homem dos Ratos: uma compreensão psicanalítica do transtorno obsessivo-compulsivo. Tradução própria. 2017. Disponível em: https://journals.lww.com/mhnb/fulltext/2017/22020/the_case_of_rat_man_a_pschoanalytic.12.aspx. Acesso em: 21 out, 2025.

WERTZ, F. O caso do Homem dos Ratos revisitado: uma análise existencial-fenomenológica e sócio-histórica. Tradução própria. *Journal of Phenomenological Psychology*, v. 34, n. 1, p. 47–78, abr. 2003. DOI: 10.1163/156916203322484824.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/233626232_Freud%27_s_Case_of_the_Rat_Man_Revisited_An_Existential-Phenomenological_and_Socio-Historical_Analysis. Acesso em: 23 out, 2025.

SPEILER, A. Teatro e Psicanálise: “O Homem dos Ratos” no Museu do Freud. Freud Museum London – Blog, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://www.freud.org.uk/2025/07/23/teatro-e-psicanalise-o-homem-dos-ratos-no-museu-do-freud/>. Acesso em: 23 out, 2025.

FREUD MUSEUM LONDON. Freud e o Homem dos Ratos: performance em português no Museu do Freud. Londres: Freud Museum, [s.d.]. Disponível em: <https://www.freud.org.uk/event/freud-e-homem-dos-ratos-perfomance-em-portugues-no-museu-do-freud/>. Acesso em: 23 out, 2025.

MENDES, Juliana – Psicanálise, Psicologia e Outras Leituras. Filme: Documentário “O Homem dos Ratos” – Famoso caso de Freud. Psicológica.live, 02 mar. 2015. Disponível em: <https://psicologa.live/2015/03/02/documentario-o-homem-dos-ratos/>. Acesso em: 23 out, 2025.

O Homem dos Ratos [por] Bruce Norman, 1973. 1 vídeo (50 min). **Filmow**. Disponível em: <https://filmow.com/o-homem-dos-ratos-t39719/ficha-tecnica/>. Acesso em: 23 out, 2025.

HART, F. Freud e o Homem dos Ratos, da Cia. Inconsciente em Cena, estreia em 27 de março no Teatro Vannucci. In: Felipe Hart. **Cia. Inconsciente em Cena**, 20 mar, 2025. Disponível em: <https://felipehart.blogspot.com/2025/03/freud-e-o-homem-dos-ratos-da-cia.html>. Acesso em: 23 out, 2025.

DURSKI, L. M.; PEREIRA, M. E. de S. Além-Édipo: uma revisão da lógica binária e heteronormativa a partir do caso clínico “O Homem dos Ratos”. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X. Disponível em: 1498920819_ARQUIVO_TRABALHOFINALPARAANAIS.pdf. Acesso em: 23 out, 2025.

Paul Ekman

Livia Marchi

Beatriz Moraes Azevedo

Samara Moreno Alexandre Monteiro

Maria Fernanda Caspary Freitas Bairral

Heitor Souza de Moura

Paul Ekman (Washington, 15 de fevereiro de 1934) é um psicólogo norte-americano, professor emérito da Universidade da Califórnia, em São Francisco, e pesquisador pioneiro no estudo das emoções e das expressões faciais. Tornou-se mundialmente conhecido por estudar a relação entre emoções universais e expressões faciais, sendo considerado um dos fundadores da moderna Psicologia das Emoções. Desenvolveu o Sistema de Codificação das Ações Faciais (FACS), voltado para a análise sistemática dos movimentos faciais. Nos últimos anos, tem atuado em projetos de divulgação científica, consultoria em treinamento emocional e desenvolvimento de ferramentas de educação socioemocional em parceria com instituições internacionais. Sua contribuição influenciou de forma decisiva nos campos como neurociência afetiva, ciências cognitivas e estudos sobre comunicação não verbal, consolidando-o como uma das figuras centrais na compreensão científica das emoções no século XX e XXI.

Biografia

Primeiros Anos

Paul Ekman nasceu em 15 de fevereiro de 1934 na cidade Washington, D.C., Estados Unidos. Oriundo de uma família judaica, conviveu com seu pai, um pediatra, e com sua mãe. Aos quatorze anos, sofreu a perda da mãe pelo suicídio devido ao transtorno bipolar. Em consequência, interessou-se por ajudar pessoas em situações semelhantes, fato este que proporcionou o interesse pela psicoterapia.

Atuação Universitária

Aos quinze anos resolveu inscrever-se na Universidade de Chicago, devido a suas experiências negativas com o Ensino Médio, a qual aceitava estudantes que tivessem completado o segundo ano, por meio de um teste de admissão. Após três anos, pediu transferência para a Universidade de Nova York, onde obteve seu diploma de graduação em 1954.

Em 1955, Paul Ekman se inscreveu para o Prêmio de Desenvolvimento de Carreira do Instituto Nacional de Saúde Mental (NIMH), o qual possibilitou o desenvolvimento de pesquisas transculturais sobre o comportamento não verbal e a publicação do seu primeiro artigo em 1957. Em 1958, Paul se torna “Dr. Ekman” e recebe seu Ph.D. em Psicologia Clínica na Universidade Adelphi. Além disso, foi convocado ao exército dos Estados Unidos, na mesma época, para exercer Psicologia. Tal fato o motivou a seguir a área de pesquisa, a fim de transformar as práticas do exército e torná-las mais humanas.

Ponto de Partida

Darwin é o ponto de partida no campo da expressão facial da emoção de Paul Ekman. Sua investigação começa nos anos 50 com enfoque no comportamento não verbal. A pergunta “O comportamento é inato ou adquirido?” serviu de incentivo para seu projeto acadêmico. Além disso, Paul Ekman utilizou a teoria darwinista para compreensão da universalidade das expressões faciais da emoção, servindo como base para sua teoria neurocultural e para sua teoria das emoções universais.

Surgimento do trabalho com as microexpressões faciais

Paul Ekman foi convocado a ajudar um grupo de estagiários psiquiátricos, a fim de identificar sobre o estado emocional dos pacientes hospitalizados. Assim, em 1967, Dr. Ekman, juntamente com o Dr. Friesen, examinaram vídeos dos pacientes em câmera lenta, os quais identificaram microexpressões faciais que revelavam sentimentos negativos intensos que os pacientes não exteriorizavam. Essa descoberta os levou a criar o Sistema de Codificação da Ação Facial (FACS), em 1978.

Trajatória à sua Teoria

Nos anos de 1967 a 1968, Dr. Ekman viajou para Papua-Nova Guiné para comprovar se os gestos e expressões faciais mudam de acordo com a cultura. Percebeu, nesse sentido, que o povo Fore demonstrava expressões identificáveis e semelhantes às outras culturas, mesmo apresentando uma cultura isolada das demais. Tal fato forneceu a evidência de que as expressões faciais

são universais e possibilitou o desenvolvimento da teoria neurocultural das emoções.

Cultivating Emotional Balance

Nos anos 2000, a pedido de Dalai Lama (líder do budismo tibetano), Dr. Ekman e outros profissionais desenvolveram o programa de treinamento “*Cultivating Emotional Balance*”, ministrado por sua filha Eve Ekman. Até os dias atuais, esse programa é utilizado para ajudar pessoas a gerenciarem emoções e a cultivarem uma maneira saudável de ser, através da integração de tradições de sabedoria, ciências contemplativas, psicologia moderna e pesquisa científica sobre as emoções.

Legado e Vida Profissional Atual:

No ano de 1985, Paul Ekman publicou o livro “*Telling Lies*”, sendo referência nas áreas de perícia criminal. Em 1992, foi reconhecido pela *American Psychological Association* (APA), recebendo o *Scientific Contribution Award* pelo seu trabalho empírico sobre a emoção humana. De 1971 até 2004, Dr. Ekman trabalhou como professor na Universidade da Califórnia, em San Francisco, e continuou a publicar livros e artigos influentes e best-sellers sobre expressões faciais e emoções. Em 2004, Paul Ekman criou o Grupo Paul Ekman, a fim de publicar suas pesquisas como recursos utilitários ao público.

Em 2012, participou da série *Developing Global Compassion*, onde trocou ideias sobre compaixão com Dalai Lama. Além desse reencontro, em 2016, Paul Ekman, a pedido de Dalai Lama, criou o *Atlas Of Emotion*, juntamente com a sua filha

Eve Ekman, a fim de representar o aprendizado dos pesquisadores com o estudo psicológico das emoções. Nos últimos anos, Ekman tem se dedicado à divulgação científica, à consultoria para projetos de treinamento emocional e ao desenvolvimento de ferramentas de alfabetização emocional em parceria com instituições internacionais, incluindo iniciativas de educação socioemocional apoiadas por organizações governamentais e não governamentais.

Teoria

Teoria das Emoções Universais

A teoria das emoções universais consiste na existência de emoções básicas cujas expressões faciais correspondentes são biologicamente determinadas, inatas e universalmente reconhecidas. Essas emoções são: Alegria, Tristeza, Medo, Raiva, Surpresa, Nojo e Desprezo.

As “provas transculturais” usadas para defender esta tese foram encontradas através das duas etapas principais do seu estudo sobre este tema. Em seus estudos iniciais, Ekman mostrou fotografias de expressões faciais para pessoas de diferentes países e descobriu que a maioria delas, independentemente de onde viviam, eram capazes de identificar as emoções nas faces com alta concordância. Para comprovar a teoria, Ekman resolveu fazer um teste definitivo: Uma pesquisa com a Tribo Fore na Papua Nova Guiné.

Este trabalho foi considerado um ponto de virada para a tese, pois comprovou o caráter inato e biológico das expressões faciais. No estudo, Ekman descreveu-lhes histórias que evocavam

uma emoção (ex: "O filho morreu") e pedia-lhes para escolherem a expressão facial correspondente entre várias fotos ou para eles próprios as expressarem. Os resultados mostraram que os membros da tribo Fore, mesmo vivendo de forma isolada e sem exposição à mídia ou à cultura ocidental, reconheciam e produziam as mesmas expressões faciais para as emoções básicas que os ocidentais.

Teoria Neurocultural

A Teoria Neurocultural foi criada por Ekman para conciliar o conceito de universalidade com a variação cultural das expressões. A teoria afirma que a ativação da emoção e o padrão muscular facial inicial são inatos e automáticos. O rosto se move da mesma forma quando uma emoção básica é sentida em qualquer lugar do mundo, o que é chamado de Universalidade. Além disso, a cultura impõe regras de exibição (*display rules*) que determinam como e quando uma emoção deve ser expressada em público. Essas regras são aprendidas e levam as pessoas à mascarar (rir quando está triste), intensificar (exagerar uma surpresa) ou neutralizar (manter o rosto inexpressivo) uma emoção. Ou seja, a emoção é universal, mas a gestão dela não.

Contribuições

O Sistema de Codificação da Ação Facial (FACS)

Uma das contribuições metodológicas mais significativas de Paul Ekman para a ciência foi a criação do *Facial Action Coding System* (FACS) [Sistema de Codificação da Ação Facial], desenvolvido em colaboração com Wallace V. Friesen e

publicado em 1978. Trata-se de um sistema de medição abrangente e anatomicamente baseado, projetado para catalogar objetivamente todos os movimentos faciais humanamente possíveis. O FACS funciona decompondo expressões faciais em "Unidades de Ação" (AUs), que correspondem a contrações de músculos específicos.

O sistema oferece a capacidade de fornecer um método padronizado para medir o comportamento facial, removendo a subjetividade da interpretação e permitindo a quantificação da pesquisa emocional. O sistema foi adotado como uma ferramenta metodológica padrão em algumas disciplinas. Na psicologia clínica e na psiquiatria, o FACS é utilizado para analisar objetivamente o comportamento facial de pacientes, auxiliando no diagnóstico e monitoramento de condições como depressão, esquizofrenia e distúrbios da dor, onde padrões específicos de expressão (ou a falta deles) podem ser clinicamente significativos.

Na ciência da computação e inteligência artificial, o FACS serve como a base anatômica para o desenvolvimento de algoritmos de reconhecimento facial afetivo, permitindo que sistemas computacionais analisem as expressões humanas. Além disso, o sistema é empregado em estudos de neurociência, comunicação, antropologia e etnologia, bem como em áreas aplicadas como pesquisa de mercado (para avaliar reações a produtos) e animação gráfica (para criar expressões faciais realistas). Uma extensão fundamentada no FACS, ocorreu nas áreas de segurança.

A pesquisa de Ekman sobre a dissimulação sugeriu que essas microexpressões poderiam servir como indicadores de engano ou emoções ocultas. Consequentemente, Ekman e seus associados desenvolveram programas de treinamento para agências governamentais, como o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), a *Transportation Security Administration* (TSA) e departamentos de polícia. Nesses contextos, os agentes são treinados para usar os princípios do FACS na observação de comportamentos não verbais, com o objetivo de identificar pistas que possam indicar dissimulação ou estresse emocional durante interrogatórios e avaliações de segurança.

Influência Acadêmica e a Universalidade das Emoções

O trabalho de Ekman trouxe um debate central da psicologia, fornecendo algumas evidências para a universalidade de um conjunto de emoções básicas (alegria, tristeza, raiva, medo, surpresa e nojo). Suas publicações seminais, baseadas em estudos transculturais, incluindo pesquisas com tribos isoladas na Papua Nova Guiné, sugerem que essas expressões não são constructos puramente culturais, havendo a possibilidade de serem, na verdade, inatas. A influência de Ekman na academia é atestada por seu reconhecimento como um dos psicólogos mais citados do século XX, contendo opiniões que concordam e outras que discordam de suas pesquisas.

Paul Ekman Group (PEG)

Visando a aplicação prática e a disseminação de suas pesquisas, Paul Ekman co-fundou o Paul Ekman Group (PEG). Esta organização funciona como um instituto dedicado a fornecer treinamento e recursos educacionais baseados em sua ciência. O PEG oferece certificações em metodologias como o FACS e workshops focados no desenvolvimento da inteligência emocional, reconhecimento de microexpressões e detecção de dissimulação, aplicando o conhecimento científico de Ekman em setores como segurança, saúde e desenvolvimento corporativo.

Influências

O trabalho de Paul Ekman sobre a universalidade das emoções faciais não surgiu isoladamente; foi uma intervenção direta em um debate acadêmico polarizado. Suas pesquisas foram construídas sobre as fundações teóricas de Charles Darwin e Silvan Tomkins, enquanto utilizavam uma metodologia empírica para refutar as alegações predominantes do relativismo cultural.

A Base Evolucionista: Charles Darwin

A referência primária e mais fundamental para a hipótese da universalidade de Ekman é o trabalho de Charles Darwin, especificamente seu livro "A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais". Darwin foi o primeiro a propor que as expressões faciais humanas não eram aprendidas, mas sim inatas, biológicas e produto da evolução, tendo valor adaptativo para a sobrevivência da espécie. Ekman viu em Darwin a base teórica para sua pesquisa. Ele buscou testar empiricamente as hipóteses

de Darwin, que, na época, haviam sido largamente descartadas pela antropologia e psicologia dominantes. O próprio Ekman editou uma publicação comemorativa intitulada "Darwin and facial expression", solidificando essa conexão intelectual.

O Contraponto: Relativismo Cultural

O contexto científico que Ekman precisou refutar foi o do relativismo cultural, que dominava as ciências sociais. Essa corrente, defendida por antropólogos influentes como Margaret Mead e Gregory Bateson, e mais veementemente pelo especialista em cinesia Ray Birdwhistell, sustentava que as expressões faciais eram inteiramente arbitrárias e aprendidas, variando de cultura para cultura como a linguagem. Birdwhistell, por exemplo, afirmava que "um sorriso em um lugar pode ser um sinal de raiva em outro". Portanto, as publicações de Birdwhistell e Mead serviram como a hipótese corrente que Ekman se propôs a testar e, em última análise, refutar com seus dados transculturais.

Referências Contemporâneas e Paralelas

Além de suas colaborações diretas com Friesen, Ekman também foi influenciado e teve seu trabalho corroborado por pesquisas paralelas. Notavelmente, Carroll Izard, outro pesquisador das emoções, estava conduzindo estudos transculturais independentes na mesma época e chegou a conclusões quase idênticas sobre a universalidade das emoções básicas. A convergência dos achados de Izard fortaleceu significativamente o argumento universalista que Ekman estava construindo contra a escola relativista.

Retratos na mídia

A presença de Paul Ekman na mídia se deve principalmente ao impacto de suas pesquisas sobre emoções básicas e microexpressões no imaginário popular. Sua figura ganhou visibilidade tanto em produções documentais quanto em obras de entretenimento, sendo representado de forma direta ou indireta como um cientista capaz de “ler rostos” e revelar verdades ocultas. Essa associação consolidou sua imagem junto ao público, ainda que muitas vezes de forma simplificada ou romantizada.

The Human Face (2001):

Documentário apresentado por John Cleese que explora as expressões faciais humanas, trazendo a contribuição de Ekman para explicar a universalidade das emoções.

Lie to Me (2009):

Série dramática inspirada diretamente em Ekman, com o personagem Dr. Cal Lightman baseado em sua carreira e pesquisas. Foi responsável por popularizar globalmente a noção de microexpressões como ferramenta de detecção de mentiras.

The Smile (2009):

Produção que investiga a importância cultural e psicológica do sorriso, destacando pesquisas de Ekman sobre como expressões faciais refletem emoções autênticas, dramática inspirada diretamente em Ekman.

The Human Face of Big Data (2014):

Documentário que faz referência ao papel das emoções e expressões faciais no contexto de dados e comportamento humano, utilizando ideias inspiradas em Ekman.

Inside Out (2015):

Filme de animação que se baseia nas pesquisas de Ekman sobre emoções universais para criar personagens que representam sentimentos humanos de forma acessível ao grande público.

Críticas

Judee K. Burgoon

Burgoon apresenta seis critérios que precisam ser atendidos para que as microexpressões faciais sejam consideradas uma teoria confiável: a mentira deve produzir uma experiência emocional negativa; a experiência emocional intensa deve ter expressões externas associadas; as microexpressões devem ser incontroláveis; elas devem ser indicadores confiáveis e válidos de mentira; as microexpressões faciais devem ocorrer com frequência suficiente para serem detectadas; e as microexpressões detectadas devem distinguir com sucesso a verdade da mentira. Burgoon sustenta que não há evidências de que esses critérios sejam atendidos na realidade, o que compromete a validade da teoria das microexpressões faciais.

Lisa Feldman

Em seu artigo "Percepções de emoção a partir de expressões faciais não são culturalmente universais: Evidências de uma

cultura remota", Feldman compara a percepção das emoções em dois grupos culturalmente distintos: americanos e Himba, uma tribo da Namíbia com pouca exposição à cultura ocidental. Segundo ela, é amplamente aceito na psicologia e neurociência que certas emoções básicas (como raiva, tristeza e medo) são expressas pela face e reconhecidas universalmente. No entanto, o estudo revelou que os Himba interpretam as expressões faciais como comportamentos sem relação direta com emoções, diferentemente dos americanos, que as veem como reflexos de emoções universais. Isso demonstra que a ocidentalização pode ter influenciado a forma como as pessoas interpretam as expressões faciais, levando-as a associar certas expressões a emoções específicas. Já a tribo Himba, com uma cultura mais isolada, não apresenta essa mesma associação, o que sugere que a percepção das emoções é culturalmente construída.

Sarah Jordan e Laure Brimbal

Um estudo notável de Sarah Jordan e Laure Brimbal "*A test of the micro-expressions training tool: Does it improve lie detection?*", avaliou a eficácia do FACS no treinamento de pessoas para detectar mentiras por meio de microexpressões e expressões faciais. Os resultados mostraram que os participantes treinados com o FACS erraram mais na detecção de mentiras do que aqueles sem treinamento. Além disso, os treinados se mostraram mais confiantes em suas avaliações, muitas vezes identificando mentiras onde não existiam.

Filipe Luis Souza

Filipe Luis Souza, psicólogo clínico e doutorando na *University of New South Wales*, criticou o artigo "*What scientists who study emotion agree about*" de Paul Ekman em um vídeo no YouTube intitulado "Refutando o Metaforando". Segundo Filipe, a pesquisa de Ekman, que se baseia em um questionário sobre a existência de aspectos universais das emoções, apresenta problemas metodológicos significativos.

Filipe argumenta que os critérios de seleção utilizados por Ekman restringiram o perfil dos pesquisadores que poderiam participar, introduzindo um viés significativo no artigo. Além disso, o número de cientistas que não responderam ao questionário poderia impactar diretamente o resultado, o que prejudica a confiabilidade da pesquisa. Essas críticas destacam a importância de considerar os aspectos metodológicos ao avaliar pesquisas científicas, especialmente quando envolvem temas complexos como as emoções humanas.

Polêmicas

Microexpressões na mídia

A mídia tem apresentado as microexpressões faciais de forma sensacionalista em programas de TV, filmes e reportagens, como em *Lie to Me* e *The Mentalist*, onde personagens detectam mentiras e resolvem crimes apenas observando expressões rápidas. Esse tipo de representação cria expectativas irreais sobre sua eficácia e reforça a crença de que as microexpressões

constituem um método preciso e infalível de identificação de mentiras, algo que não é sustentado pela literatura científica.

Com isso, as pessoas de fora da academia tendem a entender as microexpressões faciais como um método confiável para detectar mentiras e ler pensamentos, o que é problemático porque cria expectativas irreais e uma falsa sensação de segurança, leva à desconsideração de outros fatores importantes na comunicação não verbal e pode resultar em uso indevido em contextos como interrogatórios, entrevistas de emprego e relacionamentos pessoais.

Microexpressões em situação de segurança pública

O uso de microexpressões faciais em contextos policiais é um tema delicado, pois a detecção de mentiras é uma ferramenta importante para a investigação de crimes. No entanto, a utilização do FACS e de outras técnicas de detecção de mentiras pode levar a condenações injustas, e a confiança excessiva dos treinados em suas avaliações pode acarretar a uma maior probabilidade de erros e a uma menor consideração de outras evidências.

Cronologia Biográfica

1934: Nasceu em Washington D.C.

1954: Obteve seu diploma de graduação na Universidade de Nova York.

1955: Inscreveu-se para o Prêmio de Desenvolvimento de Carreira do Instituto Nacional de Saúde Mental (NIMH)

1957: Publicou seu primeiro artigo.

1958: Recebeu seu Ph.D em Psicologia Clínica na Universidade Adelphi.

1967: Descobriu a teoria das microexpressões faciais.

1971: Trabalhou como professor na Universidade da Califórnia. • 1978: Criou o Sistema de Anotação da Expressão Facial (FACS). • 1985: Publicou o livro “*Telling Lies*”.

2000: Criou o programa “*Cultivating Emotional Balance*”.

2004: Formou o “*Paul Ekman Group*”.

2007: Publicou o livro “*Emotions Revealed*”.

2016: Criou o “*Atlas Of Emotion*”.

Atualmente: Tem se dedicado à divulgação científica, à consultoria para projetos de treinamento emocional e ao desenvolvimento de ferramentas de alfabetização emocional.

Referências

BARTLETT, M. S. et al. Measuring facial expressions by computer image analysis. **Psychophysiology**, Hoboken, v. 36, n. 2, p. 253–263, 1999.

BIRDWHISTELL, R. L. **Kinesics and context**: Essays on body motion communication. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1970.

BURGOON, J. Microexpressions Are Not the Best Way to Catch a Liar. **National Library of Medicine**, 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6158306/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

DARWIN, C. **A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais** (*The Expression of the Emotions in Man and Animals*). [S.l.]: [s.n.], 1872.

EKMAN, P. A Life's Pursuit. In: SEBEOK, Thomas A.; UMIKER-SEBEOK, Jean (eds.). **The Semiotic Web 86 International Yearbook**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1987. Disponível em: <https://www.paulekman.com/wp-content/uploads/2013/07/A-Lifes-Pursuit.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

EKMAN, P. Cross-cultural studies of facial expression. In: EKMAN, P. (Ed.). **Darwin and facial expression: A century of research in review**. New York: Academic Press, 1973. p. 169-222.

EKMAN, P. (Ed.). **Darwin and facial expression: A century of research in review**. New York: Academic Press, 1973.

EKMAN, P. **Emotions revealed: Recognizing faces and feelings to improve communication and emotional life**. 2. ed. New York: Times Books, 2003.

EKMAN, P. **Telling lies**: Clues to deceit in the marketplace, politics, and marriage. New York: W. W. Norton, 1985.

EKMAN, P. What Scientists Who Study Emotion Agree About. **Paul Ekman Group**, 2015. Disponível em: <https://share.google/wVbfB1UwhhTA6GZRX>. Acesso em: 13 nov. 2025.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. Constants across cultures in the face and emotion. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, D.C., v. 17, n. 2, p. 124-129, 1971. Disponível em: http://www.communicationcache.com/uploads/1/0/8/8/10887248/constants_across_cultures_in_the_face_and_emotion.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. **Facial Action Coding System**: A technique for the measurement of facial movement. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1978.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. V.; SORENSON, E. R. Unmasking the face: a guide to recognizing emotions from facial clues. **Emotion: theory, research, and experience**, [S. l.], v. 1, p. 11-23, 1971. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=ADetnc0AAAAJ&citation_for_view=ADetnc0AAAAJ:tOudhMTPpwUC. Acesso em: 6 out. 2025.

FELDMAN, L. The perception of emotions from facial expressions is not universal in cultural terms: evidence from an ancient culture. **National Library of Medicine**, 2017.

Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4752367/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FORD, A. Don't Lie to Me. **The Core: College Magazine of the University of Chicago**, Chicago, Verão 2016. Disponível em:

<https://thecore.uchicago.edu/Summer2016/departments/dont-lie-to-me.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FREITAS-MAGALHÃES, A. **O Código de Ekman: O cérebro, a Face e a Emoção**. 60. ed. [S.l.]: Escrytos, 2020.

HAGGBLOOM, S. J. et al. The 100 most eminent psychologists of the 20th century. **Review of General Psychology**, Washington, D.C., v. 6, n. 2, p. 139–152, 2002. DOI: 10.1037/1089-2680.6.2.139.

IZARD, C. E. The basic emotion theory of Paul Ekman. **Psychological Review**, Washington, D.C., v. 119, n. 2, p. 380-387, 2012. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3402717/>. Acesso em: 10 nov. 2025. IZARD, C. E. **The face of emotion**. New York: Appleton-Century-Crofts, 971.

JORDAN, S. A test of the micro-expressions training tool: Does it improve lie detection?. **Williams College**, 2019. Disponível em:
[https://web.williams.edu/Psychology/Faculty/Kassin/files/Jordan%20et%20al%20\(2019\)%20-%20METT.pdf](https://web.williams.edu/Psychology/Faculty/Kassin/files/Jordan%20et%20al%20(2019)%20-%20METT.pdf). Acesso em: 13 nov. 2025.

PAUL EKMAN GROUP. About Paul Ekman Group. [S.l.]: Paul Ekman Group, 2025. Disponível em:
<https://www.paulekman.com/about/paul-ekman-group/>. Acesso em: 23 out. 2025.

PENN STATE UNIVERSITY. Facial Expressions: Basic Emotions Theory. **Penn State University**. [S.l.: s.n.]. Disponível em:
<https://psu.pb.unizin.org/psych425/chapter/facial-expressions-basic-emotions-theory/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ROSENBERG, E. L. The Facial Action Coding System (FACS). In: HARRIGAN, J. A.; ROSENTHAL, R.; SCHERER, K. R. (Eds.). **The new handbook of methods in nonverbal behavior research**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 97-136.

TOMKINS, S. S. **Affect imagery consciousness: Volume I, The positive affects**. New York: Springer, 1962.

O Neokantismo⁸¹ e o Surgimento da Psicologia Experimental: uma introdução didática

Gabriel Siqueira Alves

O longo passado da psicologia

Um breve panorama histórico-filosófico da psicologia e o projeto de Christian Wolff no século XVIII

Segundo a famosa máxima de Hermann Ebbinghaus (1850-1909), “a psicologia tem um longo passado, mas uma curta história”. Nesse sentido, a história da psicologia começa com aquilo que se denomina psicologia enquanto disciplina independente e de cunho experimental, segundo os manuais, cujo marco histórico é a criação do Laboratório de Psicologia Experimental por Wilhelm Wundt em 1879. A despeito do estabelecimento de pedras fundadoras, as condições de possibilidade desse surgimento e as primeiras elaborações de uma “psicologia” são muito anteriores. Se o termo for tomado de modo

⁸¹ O “Neokantismo” é entendido, neste texto, de acordo com a definição de Frederick C. Beiser, em seu livro “*The Genesis of Neokantianism*” (1796-1880), no qual afirma tratar-se de um movimento plural e historicamente amplo que buscou renovar e reconstruir a filosofia crítica de Kant no século XIX, promovendo reinterpretções desta filosofia após o declínio do idealismo alemão. Dessa forma, embora o termo possa ser tomado apenas como sinônimo das clássicas escolas neokantianas de Marburgo e do Sudoeste, o movimento é entendido aqui como mais amplo, na esteira da definição de Beiser.

amplo, ou seja, psicologia enquanto “ciência da alma”, pode-se considerar que a primeira psicologia teve lugar na Grécia Antiga, com a elaboração de Aristóteles do tratado “*De Anima*”, sobre a alma - em grego, “*Peris Psyché*” - no qual a alma era considerada como a forma do corpo, ou seja, aquilo que o concedia suas funções vitais e sua estrutura específica. Essa primeira construção culminará posteriormente em uma extensa tradição de elaborações de psicologias baseadas no sistema aristotélico, sendo parte delas voltada para a alma enquanto relacionada ao corpo - alma no sentido amplo utilizado por Aristóteles, enquanto algo presente em todos os seres vivos e relacionada às funções corporais - e outra parte, de uma tradição aristotélico-tomista, irá ocupar-se da alma enquanto espírito ou substância imaterial, devido à reinterpretação, por parte da filosofia medieval, do sistema aristotélico.

Contudo, uma psicologia que se ocupa especificamente da “alma” identificada com a “mente” relacionada nomeadamente aos seres humanos e suas operações mentais, só terá seu primeiro projeto no século XVIII. Era ainda uma psicologia preconizada por concepções mais antigas, como a separação estabelecida por René Descartes, ainda no século XVII, entre alma/mente e corpo. Nesta visão, o sujeito humano é considerado o único dotado da capacidade de pensar, e o pensar, por sua vez, era uma capacidade de ordem imaterial, uma faculdade da alma transcendente, de modo que não poderia existir em outros seres vivos, já que não seriam dotados de alma. Nos anos 1730, o filósofo Christian Wolff definirá sua psicologia como uma parte da filosofia dedicada à alma, que seria composta por funções como

pensamento, vontade e sentimentos. Para ele, a psicologia teria duas partes: a Psicologia Empírica (1732) e a Psicologia Racional (1734), sendo a primeira dedicada à observação dos eventos mentais via introspecção ou auto-observação, e a segunda seria dedicada a categorizar os dados coletados pela observação empírica, a fim de estabelecer verdades sobre os fenômenos mentais. É relevante apontar que, apesar do projeto de psicologia de Wolff não se tratar ainda de uma psicologia experimental e independente nos moldes do que se constituirá no século XIX, este é o primeiro a 1) propor uma psicologia *empírica* que, apesar de não experimental, baseia-se no modelo da física experimental de seu tempo, a newtoniana, 2) situar a psicologia como uma área de conhecimento específico, dando-a um lugar no rol das ciências, apesar de não independente da filosofia, mas sim tomada como base de um sistema filosófico.

Como o fundamento para o projeto de psicologia wolffiano se encontra na física de seu tempo, é a partir dela que o autor busca fundamentar a metodologia a qual a psicologia deveria se submeter. O método de observação que caracterizaria a psicologia empírica deveria apresentar a neutralidade do sujeito-observador que performasse o experimento que, por sua vez, deveria ser passível de repetições, a fim de garantir a objetividade necessária à ciência. Nessa lógica, as observações da Psicologia Empírica enquadradas nesse modelo, conjuntamente à categorização dos dados - tarefa da Psicologia Racional através de cadeias de raciocínio lógico e da indução - proporcionariam à psicologia o estatuto de um conhecimento científico nos moldes de Ciência dessa época, isto é, a de uma ciência caracterizada por um

conhecimento *universal, necessário e dedutivo*. Trata-se de uma ciência mais ocupada com a verdade das proposições lógicas do que com a própria empiria, que era utilizada mais como ferramenta para a produção de um conhecimento racional apriorístico do que um fim em si mesmo.

Porém, há uma problemática evidente nesse empreendimento: a diferença entre os objetos de estudo da física e o da psicologia. Isso porque, enquanto é possível para o físico manter-se, em alguma medida, neutro em relação à sua intervenção no experimento e garantir que este possa ser repetido nas mesmas condições, ele não se dá com o fenômeno psicológico. Para este, a observação é interna, a chamada introspecção, pois o sujeito-observador e o objeto-observado são o mesmo. Este problema será a base do conjunto de críticas que o filósofo Immanuel Kant dedicou ao projeto wolffiano de psicologia enquanto ciência. Será este mesmo Kant que, com uma revolução na história das ideias, tornará possível um empreendimento tal qual o da psicologia experimental do século XIX.

A “Revolução Copernicana” de Kant e as críticas à psicologia

A “Revolução Copernicana” de Kant: o sujeito do conhecimento como centro

Ao longo da história da filosofia, o problema do conhecimento viu-se às voltas com o objeto, aquilo que se deseja conhecer. Até a segunda metade do século XVIII, período no qual Kant publica sua “Crítica da razão pura”, as posições

predominantes frente à questão do conhecimento, isto é, o racionalismo e o empirismo, compartilhavam, apesar de suas marcantes diferenças, a ênfase no objeto a ser conhecido. Se o empirismo defendia a experiência como fonte do conhecimento, é porque entendia que o que esta proporciona é o acesso à realidade das coisas, o que já indica a abordagem do problema com o objeto ao centro, como aquele que possui certas propriedades em si mesmo e que são descobertas a partir da experiência. O racionalismo, por sua vez, apesar de sua defesa da razão como fonte do conhecimento, como aquela que permite ao sujeito o desvelamento de verdades universais e necessárias sobre a realidade, traz consigo a concepção de que as verdades desveladas são inerentes aos objetos. Nesse sentido, tanto a experiência defendida pelos empiristas, quanto a racionalidade defendida pelos racionalistas, visam acessar uma verdade intrínseca aos objetos. Com isso, independentemente de se considerar a razão ou a experiência como fonte do conhecimento, este era considerado uma descoberta, um desvelamento de propriedades existentes na realidade externa, de tal modo que o sujeito não participava ativamente do processo de conhecer. Não à toa, tanto René Descartes quanto Francis Bacon - o primeiro, expoente do racionalismo e o segundo do empirismo - acreditavam que o conhecimento representaria a realidade, tal como ela é.

O entendimento dessa tradição nos habilita a compreender a novidade empreendida por Immanuel Kant. Em sua “Crítica da Razão Pura”, de 1781, o filósofo inverte tal abordagem tradicional das teorias do conhecimento: ao invés do

conhecimento acessado pelo sujeito ser determinado pelo objeto, é o objeto que é determinado pelo sujeito. Isso significa dizer que o conhecimento é produzido ativamente pelo sujeito, ao invés de ser apenas recebido passivamente, seja pela via da razão ou dos sentidos. Em termos kantianos, o conhecimento é produzido pelas formas *a priori* do conhecimento existentes no sujeito transcendental, cujo processo de construção se dá via sensibilidade, a partir das formas espaço e tempo, pelo entendimento - a partir das categorias organizadoras, como a causalidade - e pela razão, com sua capacidade de ultrapassar a experiência. Nesse sentido, Kant inverte o modelo no qual o objeto se encontra no “centro” do conhecimento, com suas características pré-estabelecidas e prontas para serem desveladas, deslocando o sujeito para este centro, como dotado de formas específicas para conhecer, nas quais os objetos são enquadrados. Essa “Revolução Copernicana” na história das ideias, no fim do século XVIII, é o que abre margem para a psicologia que se desenvolverá somente no século seguinte, pois, ao trazer o sujeito à cena enquanto agente do conhecimento, é possibilitado o advento desse sujeito como objeto de estudo psicológico, o que permitirá que a psicologia se ocupe não mais da “alma” e suas faculdades - como no projeto de Christian Wolff e em toda a tradição aristotélica-tomista anterior - mas das formas do sujeito perceber e conhecer. Ainda nesse mesmo aspecto, a influência para a psicologia se estende à concepção de que tanto os objetos do mundo externo quanto os fenômenos internos do sujeito se encontram em um mesmo plano, isto é, a percepção dos fenômenos “externos” pelo sujeito se dá de modo “interno”, assim

como a percepção de seus fenômenos internos, uma vez que a percepção dos objetos externos se dá mediada pelas estruturas subjetivas. É por esse motivo que, na filosofia kantiana, considera-se que os seres humanos não possuem acesso às coisas em si - o *noûmeno* - mas apenas a como estas aparecem para ele - o fenômeno - o que estabelece uma limitação para o conhecimento humano: o que se conhece do objeto é o modo com que este aparece e não o que ele é independentemente de nós. Tal concepção kantiana visa, para além de estabelecer um limite para a razão humana, propor uma forma segura de se conhecer, pois uma vez tal limitação estabelecida, entende-se que a produção do conhecimento científico deve-se ater ao campo dos fenômenos, sem pretender ir além destes. Por esse motivo, para o autor, toda ciência deve se ancorar na experiência - composta pelo conjunto da sensibilidade e entendimento - isto é, ter um viés empírico, porém, em conjunto com uma elaboração racional. É essa constatação que possibilita que a “Revolução Copernicana” de Kant produza um duplo golpe na psicologia: ao mesmo tempo em que permite o seu novo objeto de conhecimento - o sujeito como agente do conhecimento - é também o que permite a argumentação kantiana contra a possibilidade de um projeto científico desta disciplina.

As críticas à psicologia enquanto ciência

Em sua obra “Crítica da Razão Pura”, berço da “Revolução Copernicana”, de 1781, Kant faz críticas à metafísica e ao uso da razão de modo indiscriminado como única fonte do conhecimento. Seu livro é, portanto, uma crítica ao racionalismo

e sua concepção da razão enquanto único caminho para o conhecimento. Nesse empreendimento, o autor defende que a psicologia racional - tal como elaborada por Wolff - é impossível, uma vez que conhecer a natureza da alma está para além da capacidade da razão humana. Além disso, Kant entende que, para qualquer tentativa de se estabelecer uma psicologia racional, é preciso partir da constatação do “Eu penso” cartesiano. O problema é que isto seria apenas uma constatação empírica do eu pensante, ou seja, ele garante a existência do “Eu penso”, mas não pode garantir nenhuma das outras características desse “eu” que pensa, como a substancialidade e a identidade, as quais não podem ser provadas apenas pela existência do pensamento. Por isso, para o filósofo, como a psicologia racional pressupõe a substancialidade de seu objeto - a “alma” ou o “Eu pensante” - e esta não pode ser garantida, tal proposta de psicologia simplesmente não seria possível. A conclusão, portanto, é que a psicologia só poderia ser empírica.

Em 1786, em seu livro “Princípios metafísicos da ciência da natureza”, o filósofo aborda a questão da psicologia enquanto uma disciplina empírica e conclui que esta não pode ser científica, pois, para esse empreendimento ser possível, é necessário que a disciplina não seja meramente empírica, mas possua uma elaboração racional que forneça leis necessárias e *a priori* da experiência. Contudo, tais leis só são possíveis a partir da matematização ou quantificação de um conhecimento, o que exige que o fenômeno estudado possua uma dimensão espacial e temporal, o que não é possível no caso da psicologia. Isso porque os eventos mentais possuem apenas a dimensão temporal, isto é,

não existem no espaço. Além disso, Kant defende que mesmo enquanto disciplina “meramente empírica” - baseada na experiência, mas não experimental - a psicologia enfrenta problemas, devido ao fato de não poder controlar seu fenômeno de estudo. O psicólogo só pode observar os seus próprios fenômenos mentais e, se buscar estudá-los de outro sujeito, não é possível submetê-lo exatamente de acordo com os seus objetivos. Ainda, persiste na crítica kantiana o problema primordial mais primitivo, já encontrado em Wolff: o ato da observação dos eventos mentais os distorce e os altera. Isto é apontado como o que impossibilita a neutralidade do sujeito-observador e a possibilidade de repetição do experimento, que são condições do conhecimento científico.

No entanto, não são somente as críticas kantianas que interessam ao desenvolvimento da psicologia moderna - isto é, a psicologia que irá nascer no século XIX - pois elas também traçam o rumo em que projetos de psicologia posteriores tomariam em relação à sua metodologia. Isto favoreceu a transição da psicologia filosófica para a psicologia experimental. Em relação a esse aspecto, uma análise do contexto intelectual na Alemanha do século XIX permite a constatação de como, em meio ao materialismo científico nascente, um projeto de “retorno a Kant” lançará as bases para que um empreendimento como o da psicologia experimental fosse possível.

O contexto histórico-filosófico da Alemanha no século XIX e o advento do neokantismo

O cenário intelectual da primeira metade do século XIX na Alemanha é marcado pela predominância do idealismo pós-kantiano, representado por figuras como Hegel, Fichte e Schelling. Tal corrente de pensamento, apesar de inspirada por Kant, apresenta divergências em relação a ele, já que defendiam que a realidade era essencialmente racional, espiritual e passível de ser explicada exclusivamente pelo intelecto. Para estes filósofos, toda a realidade é mediada pela consciência ou “espírito” e, por isso, não há um conceito tal como o de “coisa em si”, já que não poderia existir algo sem a mediação do intelecto. Devido à crença em uma realidade ordenada e no intelecto como capaz de traduzir tal ordem, os idealistas alemães pós-kantianos acreditavam ser possível a formulação de um conhecimento absoluto, o que se refletiu na criação de grandes sistemas filosóficos que objetivavam explicar a totalidade da realidade, a partir de um princípio racional unificado. Esses grandes sistemas metafísicos, que eram entendidos como *a ciência* primordial - isto é, a base de todas as outras ciências - são predominantes na filosofia alemã até aproximadamente a década de 1840, após a morte de Hegel.

A partir de 1840, contudo, a sociedade alemã assiste a avanços significativos das ciências naturais, tais quais a fisiologia e a química, o que pode ser exemplificado por publicações como o “Manual de Fisiologia Humana” de Johannes Muller, responsável pela “teoria das energias nervosas específicas”,

desenvolvida por ele em 1826 e de influência para autores de nosso interesse, como será retomado posteriormente. Nessa lógica, as décadas da segunda metade do século XIX na Alemanha foram palco de uma intensa divulgação e discussão das ciências naturais. Um exemplo disso pode ser observado no surgimento de jornais e revistas dedicados exclusivamente a essas ciências, sobretudo a partir da década de 1850, como foi o caso do jornal *Die Natur*, que proporcionava aos leitores uma espécie de glorificação dos triunfos das ciências naturais em ascensão. Esse período marca uma diferença fundamental em relação aos anteriores: desde o século XVIII, as *Naturwissenschaften* - as ciências naturais - eram tratadas pela cultura alemã com a mesma importância que as outras *Wissenschaften*, isto é, às outras formas de “ciência”, de conhecimento sistematizado. Já ocorria a divulgação de avanços científicos destas ciências, mas estes apareciam em jornais e revistas com temáticas mais amplas. A especificidade da divulgação científica em periódicos exclusivos e em grande escala demonstrou-se como marco de uma mudança na forma de se conceber este modo de produção de conhecimento. Este cenário abriu espaço para uma reavaliação das filosofias dominantes até aquele momento, as idealistas metafísicas, e resultou em uma série de críticas a elas direcionadas.

Um dos maiores críticos dessas filosofias, e que influenciou, em conjunto com o avanço das ciências naturais, o surgimento da corrente de pensamento materialista científica, foi Ludwig Feuerbach, filósofo que, apesar de não ser um materialista propriamente dito, teve suas conclusões radicais adotadas por nomes do materialismo, como Karl Vogt e Ludwig

Buchner. Em primeiro lugar, em sua obra sobre cristianismo e religião, Feuerbach aborda a noção de Deus como criada pelo homem, tendo este último criado uma concepção de divindade à sua própria imagem, e não o contrário. Essa perspectiva ataca diretamente os idealistas pós-kantianos, para os quais a ideia de Deus enquanto “O Absoluto” era central como fundamento da realidade, mesmo que não se tratasse do Deus personificado da religião. Outra crítica apresentada por ele é a “intelectualização da sensação”, defendida pelos idealistas, ideia segundo a qual a sensação nada mais seria do que a reflexão acerca dela, uma vez que o intelecto é, *a priori*, algo da experiência. O filósofo critica essa concepção, baseando-se na “teoria das energias nervosas” de Johannes Muller e afirma que os sentidos são tão apriorísticos quanto o intelecto, logo, a sensação é diferente da reflexão sobre ela. Essa perspectiva demonstra a influência exercida pelas descobertas da fisiologia, enquanto ciência natural, na visão de mundo dos intelectuais desta época, evidenciando a transição de um contexto intelectual marcado pelas filosofias idealistas para um marcado pelo surgimento e fortalecimento do materialismo, tendo como consequência direta uma substituição do prestígio dos filósofos idealistas pelo prestígio e respeito pelas ciências experimentais. Neste contexto, há uma associação entre filosofia e religião - já que a filosofia predominante no início do século era a idealista metafísica - e entre materialismo e ciência natural, entendendo-se que estes últimos trabalham com o “real” e “verdadeiro”, enquanto as primeiras lidavam com alegações não comprovadas. Assim, o desenvolvimento expressivo destas ciências, as críticas às filosofias idealistas - que passam a ser

chamadas de “especulativas” - principalmente por autores como Feuerbach, propulsiona a ascensão de um movimento de defesa do materialismo, exponenciado por nomes como Karl Vogt, Ludwig Buchner e Jacob Moleschott.

É neste mesmo cenário que se iniciam dois questionamentos que culminam no advento de um movimento de “retorno a Kant”, que será posteriormente chamado de “neokantismo”: a controvérsia materialista e a crise de identidade da filosofia. A chamada “controvérsia materialista” questiona se as ciências modernas, com uma autoridade inquestionável, necessariamente levam ao materialismo, isto é, se conduzem necessariamente a uma perspectiva materialista a respeito do ser humano e do mundo; enquanto a crise de identidade da filosofia refere-se à constatação de que, com o declínio dos grandes sistemas filosóficos, a filosofia não poderia mais ter um caráter fundacionista. Isso porque, como cada ciência se ocupava de um objeto específico, explicando uma parte da realidade, a filosofia não poderia mais tomar para si os objetos da ciência, o que colocou em xeque a necessidade e as condições da disciplina. Tais problemáticas propulsionaram uma série de tentativas de resposta, sendo uma delas a do neokantismo, que irá defender a filosofia como epistemologia, ou seja, como capaz de fundamentar a ciência a partir da crítica das formas de conhecimento.

Neste contexto, portanto, o movimento neokantiano, ou o “retorno a Kant”, surge como uma reação aos grandes sistemas idealistas metafísicos, tais como os de Hegel e Schelling, enfatizando a necessidade do conhecimento ser limitado pela

experiência - isto é, não ser desenvolvido a partir da pura razão, como Kant explora em sua “Crítica da razão pura” - mas também como reação ao materialismo científico, já que este, apesar de partir da experiência, não a considera enquanto “subjetiva” - no sentido kantiano do termo, ou seja, do sujeito transcendental - e parte de um realismo, ou seja, da ideia de que é possível conhecer os objetos tais como são. É neste sentido que o movimento neokantiano opera um retorno ao sujeito do conhecimento, previamente elaborado por Kant em sua teoria e esquecido tanto pela ênfase racionalista dos filósofos do idealismo metafísico quanto pelo realismo dos materialistas. Essa retomada do sujeito como centro do conhecimento, dotado de formas específicas que o permitem conhecer, é o que permitirá a este movimento impulsionar o desenvolvimento da psicologia experimental na Alemanha do século XIX, na medida em que traz à cena o estudo deste sujeito e da forma com que este conhece, com o objetivo de fundamentar qualquer conhecimento e, com isso, fundamentar a ciência.

A curta história

Após a passagem pelo longo passado da psicologia e pelo contexto intelectual alemão que concedeu as condições de possibilidade para a emergência do neokantismo, trata-se agora de apresentar de que modo este movimento filosófico impulsionou o desenvolvimento da psicologia enquanto disciplina experimental, isto é, de que forma possibilitou a transição de uma psicologia filosófica - cujo objeto de estudo era a alma e a metodologia a introspecção enquanto auto-observação

- para uma psicologia cujo objeto passará a ser o sujeito do conhecimento seguindo a metodologia das ciências naturais. Para isso, é preciso o contexto dos avanços fisiológicos do século XIX, sua mudança de paradigma acerca da percepção, sua influência para as novas formulações do fenômeno psicológico e do delineamento do novo objeto de estudo psicológico. Este passaria a ser a sensação, tomada enquanto entidade primária ou dado psíquico elementar, por estar na origem da percepção, e, conseqüentemente, das representações mentais.

A seguir, entenderemos, portanto, como o problema da percepção - isto é, da relação entre a representação do mundo e o próprio mundo, a relação entre as sensações e os estímulos externos - ganha novos contornos no século XIX a partir de avanços fisiológicos e, conseqüentemente, produz uma nova concepção acerca da sensação. Pretende-se apresentar, também, como o desenvolvimento do materialismo e das ciências naturais, já explicado no tópico anterior, propicia novas elaborações acerca da caracterização do fenômeno psicológico. E, por fim, abordar como este cenário possui uma relação de continuidade com a primeira “fase” do movimento de “retorno a Kant”, a qual se caracteriza, justamente, por ser a de maior influência para os rumos tomados pela psicologia em sua versão experimental. A partir disso, pode-se apresentar, finalmente, como as influências deste primeiro neokantismo se fazem sentir nas elaborações psicológicas - ou melhor, psicofisiológicas - dessa época. Isto posto, esta seção pretende mostrar como estes cenários se relacionam e culminam nas teorias psicológicas inseridas no paradigma experimental, concedendo a importância necessária ao

movimento neokantiano, particularmente em sua primeira versão, como central para que um empreendimento como o da psicologia científica fosse possível.

Os avanços fisiológicos e uma mudança de paradigma da percepção: Johannes Muller, a “teoria das energias nervosas específicas” e as transformações do objeto de estudo psicológico

Durante o século XVIII e início do século XIX, a teoria dominante acerca da percepção pode ser entendida como um “modelo simples”, pautada em uma teoria da sensação que é chamada por Figlio (1975) de uma “teoria da impressão da sensação”. Nessa época, o paradigma acerca da percepção é pautado sobretudo na física newtoniana e na filosofia empirista britânica, constituindo-se como um paradigma physicalista e representacional da percepção. Neste cenário, os estudos sobre a percepção começam a ser realizados a partir do referencial do sistema nervoso, tomado como um mediador entre a realidade externa e interna, mas também como um substrato fisiológico que promovia a união entre a mente e o corpo, capaz de levar as imagens do mundo externo dos órgãos dos sentidos à mente. Tal sistema era tomado, contudo, como um sistema homogêneo, como uma entidade indiferenciada, na qual os nervos não possuem especificidades, mas são tomados como idênticos. É nesse cenário que se encontra a “teoria da impressão da sensação”. Se os nervos são indiferenciados entre si, o que forneceria as qualidades específicas de cada sensação seriam os estímulos que as produzem. Ou seja, as qualidades da sensação

seriam qualidades do estímulo, do objeto externo que gerou a sensação, e não dos meios de percepção destes estímulos. Nesse sentido, a relação entre a mente e o mundo é dominada por uma concepção de passividade da mente, uma vez que esta é tomada como uma receptora das representações dos objetos da realidade externa. Isso ocorreria a partir da impressão, por parte dos objetos, de suas características no sistema nervoso, a partir do aparelho sensorial/órgãos dos sentidos, produzindo as sensações e dando origem ao ato perceptivo. As sensações, neste modelo, são entendidas enquanto essas “impressões” dos objetos no sistema nervoso, o qual, por sua vez, produzem as “ideias” - as representações mentais - a partir das impressões dos objetos, de forma que o objeto externo é a fonte da sensação e os órgãos sensoriais são receptores passivos dos estímulos físicos. Assim, sendo a mente composta por ideias e sendo essas geradas por sensações “impressas” pela realidade externa, a mente é considerada um substrato passivo, rendida ao “poder” dos objetos de lhe imprimirem sensações a partir do intermédio do sistema nervoso. Trata-se de um modelo pautado em uma metáfora óptica e mecânica: o sistema nervoso como um modelo de transmissão que é capaz de “carregar” o mundo exterior para o interior. Em um modelo como esse, a percepção é considerada um processo no qual a realidade externa é apresentada à mente por sua mera presença e suas qualidades - as qualidades dos objetos - são devidamente “capturadas” como são, de modo que as características apresentadas pelas sensações são idênticas às do estímulo que as produziu. Essa relação entre estímulo e sensação - em última instância, a relação entre o mundo externo e interno -

passa por uma mudança de preocupação primordial. Isso porque, se até o fim do século XVIII, o questionamento era como o objeto é capaz de “imprimir” qualidades no sujeito, na transição entre os séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento da fisiologia vitalista e a influência da filosofia kantiana torcem a concepção de que a sensação é uma cópia do estímulo. Por um lado, fisiólogos como Albrecht Von Haller e Bichat introduzem a ideia de uma atividade própria do organismo em sua relação com a realidade externa e, por outro, a influência da filosofia crítica de Kant traz à tona, conforme apresentado ao descrevermos a “Revolução Copernicana” por ele operada, o deslocamento do centro do problema do conhecimento, do objeto para o sujeito. Tais perspectivas abrem margem para que a relação entre estímulo e sensação possa ser tomada como ativamente mediada pelo sistema nervoso, enquanto um processo não de simples transmissão de características do objeto, mas como uma transformação mediada pelo sujeito. A partir disso, o problema da relação entre estímulo e sensação passa a ser uma questão primordial de investigação das ciências do século XIX.

É nesse contexto que surge a decisiva contribuição de Johannes Muller, que se torna um marco por transformar definitivamente o paradigma da percepção e, com isso, transformar toda uma concepção previamente instaurada acerca da sensação e influenciar o que viria a ser concebido como novo objeto da psicologia. Nessa esteira de pensamento, o autor apresenta, em seu Manual de Fisiologia Humana (1826), a sua “teoria das energias nervosas específicas”, a qual estabelece que cada nervo sensorial possui uma “qualidade” ou “energia”

específica, de tal forma que a qualidade percebida pelo sujeito não é pertencente ao estímulo físico, mas sim à sua estrutura sensorial. Sob essa lógica, os nervos referentes a cada órgão dos sentidos são qualitativamente distintos, diferente do que se acreditava no “modelo simples” do século XVIII e, por isso, as características presentes nas sensações são próprias do aparato sensorial humano, e não aspectos presentes nos objetos. Este entendimento vai na contramão do que a “teoria da impressão da sensação” supunha. Assim, considerando-se a qualidade da sensação originada no aparato sensorial do sujeito, entende-se que o mesmo estímulo pode produzir diferentes sensações, a depender de qual nervo sensorial for estimulado. Essa perspectiva, evidenciada pelo experimento de Muller, traz consigo uma mudança paradigmática por estabelecer o papel central do sujeito no processo de conhecimento, trazendo à tona a “Revolução Copernicana” kantiana por um viés fisiológico, o que vai influenciar a primeira geração de neokantianos a formular uma nova concepção acerca do sujeito do conhecimento. Emerge, assim, um enigma sobre o que existe *entre* o estímulo e a sensação, já que esta última não é mais uma simples cópia do primeiro o que serve de estopim para os estudos que visariam compreender justamente como o processo perceptivo é possível no sujeito.

Sob essa ótica, uma vez que a percepção é entendida como uma mediação entre o físico e o mental, na qual o sistema nervoso possui um papel ativo e não mais de mero receptor, a fisiologia do século XIX aprofunda a investigação acerca da relação entre estímulos e sensações, mais do que nunca interessada na

mediação entre esses dois domínios. Nesse cenário, o fisiologista Ernst Weber ocupa-se da diferença perceptível entre os estímulos, publicando em 1834 a “Lei de Weber”, que se ocupava de buscar explicar a relação entre a intensidade dos estímulos e a percepção destes, o que introduz a sensação como um fenômeno quantificável e prepara o terreno para que ela seja concebida como o dado psíquico elementar. Esse interesse pela sensação enquanto entidade primária e enquanto elemento fundamental do psíquico é corroborado, a partir da descoberta de Muller, pela preocupação de uma série de intelectuais acerca desta, especialmente influenciados pela “teoria das energias nervosas específicas”. Ao situarmos a teoria de Muller em um contexto inicial de desenvolvimento das ciências naturais na Alemanha, enquanto situada num momento de primórdios do advento do materialismo científico, é possível destacar uma série de discussões e embates entre os intelectuais alemães que, na esteira de Muller, trouxeram à tona elaborações sobre a sensação que possibilitaram seu estatuto de dado psíquico fundamental e possibilitaram que esta fosse tomada como novo objeto de estudo da psicologia. A noção de sensação como um objeto relevante para um estudo experimental aparece recorrentemente em obras dos materialistas científicos ou de autores que os influenciaram, como é o caso da crítica à intelectualização da sensação, realizada por Ludwig Feuerbach em sua obra de 1839, “Para a crítica da filosofia de Hegel”, na qual critica a ideia do intelecto *a priori* e propõe que os sentidos são tão apriorísticos quanto a razão, de modo que a sensação, em si mesma, não poderia ser tomada como idêntica à reflexão a respeito dela, conforme aparecia na obra de

Hegel e sim como um objeto relevantemente distinto. Mais ainda, posições como a de Heinrich Czolbe, que, em sua obra "*Neue Darstellung des Sensualismus*" ou "Nova Apresentação do Sensualismo" (1855), apresenta a experiência sensorial como o processo mental fundamental, demonstram o lugar que a sensação passou a ocupar, enquanto objeto privilegiado por ser a base de toda a percepção e, em última instância, do conhecimento. É por esse motivo que na análise de Czolbe defende a sensação como elemento primordial e a psicologia como a ciência fundamental que deveria se estabelecer a partir de bases fisiológicas, sendo, portanto, uma psicologia fisiológica.

De maneira geral, nesse contexto, marcado pelos avanços fisiológicos e por um materialismo iminente, novas perspectivas acerca do fenômeno psicológico ganham lugar, sobretudo aquelas que defendem que o pensamento e as funções mentais são caracterizados por serem processos materiais. Dentre estas, pode ser destacada, por exemplo, a posição de Karl Vogt a respeito da crença ou convicção, caracterizada por ele como apenas uma característica dos átomos do corpo, de forma que uma mudança na crença dependeria apenas da maneira e do tipo de substituição dos átomos no corpo. Outro exemplo a se destacar é a defesa de Czolbe de que seria possível reduzir a consciência em termos neurofisiológicos, o que é coerente com sua defesa de uma psicologia fisiológica, inspirado pela teoria das energias nervosas de Muller. A respeito de defesas de determinados projetos de psicologia, merece destaque, ainda, a acalorada discussão intelectual entre Rudolph Wagner e Karl Vogt, ocorrida na trigésima-primeira "Assembleia de cientistas naturais e médicos

alemães” (*Versammlung deutscher Naturforscher und Ärzte*), em 1854, na qual Wagner, ao defender a existência de uma alma imortal no ser humano, critica o fato da psicologia estar se aproximando cada vez mais das ciências naturais e de ser cada vez menos um domínio da filosofia e da teologia, o que é contraposto por Karl Vogt, o qual defendeu a mente como produto da atividade cerebral. Portanto, após a descoberta de Muller, o cenário dos avanços fisiológicos proporcionou um interesse crescente no aprofundamento da relação entre o estímulo e a sensação, sobretudo no papel predominante desta última, o que, em conjunto com uma nova perspectiva sobre o fenômeno psicológico, possibilitou os caminhos para que a psicologia experimental pudesse nascer, sobretudo a partir da concepção da sensação como dado psíquico elementar, o que dá origem à quantificação proposta por Weber e possibilitará, ainda, um outro marco fundamental nesta curta história.

Nesse contexto, destaca-se ainda o papel de Gustav Theodor Fechner, o qual ampliou as investigações sobre a relação entre os estímulos físicos e as sensações. Ocupando-se da relação entre o físico e o psíquico, ele ocupa-se, assim como Weber, da relação entre a intensidade do estímulo e da sensação, para a qual estabelece uma relação matemática a partir da Lei de Weber, que se torna Lei de Weber-Fechner. A partir disso, torna-se possível conceber a sensação como algo quantificável e sua relação com o mundo físico passa a ser passível de ser estudada por um método experimental. Ainda que Fechner estivesse inaugurando uma outra ciência, a psicofísica, e não a psicologia, seu desenvolvimento possibilitou, no contexto que estava inserido, a

mudança de um paradigma do psíquico: antes, como passível de ser estudado apenas no âmbito filosófico, para um psíquico que pode ser estudado quantitativamente a partir da sensação, que passa a ser, conforme havia sido gestado anos antes, o dado psíquico elementar. Contudo, é importante ressaltar que o projeto de Fechner não é, conforme desejavam alguns intelectuais supracitados, um projeto reducionista, no sentido de que não considerava o psíquico como redutível ao material. Na realidade, o que aparece em seu projeto é um paralelismo psicofísico, isto é, a ideia de que o âmbito psíquico e o material são duas partes de uma mesma realidade, sendo o mental irreduzível ao fisiológico.

A partir desse cenário, torna-se possível conceber o sujeito do conhecimento, especificamente naquilo que constitui sua percepção - isto é, a sensação - como um objeto de estudo referente não só a uma dimensão filosófica, como iniciado em Kant, mas como passível de ser estudado fisiologicamente. Trata-se agora de compreender de que forma estas formulações culminam em uma psicologia experimental ocupada de estudar o sujeito do conhecimento justamente sob os parâmetros psicofisiológicos, o que se relaciona com a proposta dos primeiros expoentes do movimento neokantiano.

O “retorno a Kant”: a reinterpretação das formas de conhecimento kantianas e a psicologia

É de conhecimento dos leitores dos manuais de história da psicologia que a primeira forma de psicologia considerada científica é a psicologia experimental e que esta surge na segunda metade do século XIX, especificamente em 1879 com o

Laboratório de Wilhem Wundt em Leipzig. Sabe-se também que a psicologia experimental elaborada por ele era uma psicologia psicofisiológica, ocupada da experiência consciente imediata, intimamente relacionada ao problema da percepção e aos eventos mentais dela derivados. Contudo, a herança intelectual que traz à tona as condições de possibilidade dessa psicologia é comumente associada às heranças fisiológicas anteriormente mencionadas, as quais certamente possuem um papel central nesta história, mas que deixam passar um outro elemento definidor: o neokantismo ou o “retorno a Kant”, especificamente em sua fase psicofisiológica. Ocorre que se as influências da “Revolução Copernicana” kantiana se faziam indiretamente presentes nos desenvolvimentos intelectuais do século XIX e são retomadas por Muller - dessa vez no campo da fisiologia, promovendo um novo paradigma da percepção - a junção entre as duas dimensões não havia ainda sido feita explicitamente, ao menos não até o surgimento da primeira fase do neokantismo.

O movimento neokantiano costuma ser associado, em especial, à duas escolas: a Escola de Marburg e a Escola do Sudoeste, sendo a primeira marcada por nomes como Hermann Cohen e Paul Natorp e a segunda por nomes como Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert. Contudo, apesar do movimento ser reconhecido sobretudo por essas duas escolas, seus representantes e suas teorias são preconizados e influenciados por um movimento mais amplo de “retorno a Kant” muito anterior. Esse “retorno” à teoria kantiana é entendido por autores como Frederick Beiser como presente desde a primeira metade do século XIX, com filósofos tais como Fries, Beneke e Herbart e,

sobretudo desde o início da segunda metade do século, Hermann Von Helmholtz, Friedrich Albert Lange e outros. Estes últimos, na segunda metade do século, são considerados como pertencentes a uma “primeira fase” do neokantismo. O fato é que somente depois dessa primeira “fase” do movimento é que os representantes das escolas de Marburg e do Sudoeste vêm à tona, tendo suas discussões muito influenciadas pelos proto-neokantianos que o antecederam. E é, justamente, na discussão teórica entre os dois grupos - os primeiros expoentes do movimento e os das Escolas - que se encontra a chave primordial para sua influência na psicologia experimental. Isso porque o primeiro grupo é caracterizado como defensor de um “psicologismo” no que se refere à teoria do conhecimento, isto é, reinterpretam o projeto crítico de Kant à luz de algum tipo de psicologia ou psicofisiologia, sendo defensores da noção de formas do conhecimento kantianas como estruturas psicológicas ou psicofisiológicas, o que gera uma concepção de teoria do conhecimento baseada no conhecimento psicológico, que não poderia ser ignorado na constituição e desenvolvimento de nenhuma ciência, já que todas são produzidas pelos sujeitos de conhecimento. Essa perspectiva será, contudo, criticada pela próxima geração de neokantianos, os das Escolas de Marburg e do Sudoeste, ao promoverem um “anti-psicologismo”, o que parte da defesa de que o sujeito do conhecimento possui uma natureza transcendental e não psicológica. Porém, é devido à influência da primeira geração de neokantianos, a partir de nomes como Helmholtz e F.A Lange, o primeiro tendo sido professor de Wilhem Wundt e o segundo uma de suas influências filosóficas,

que a primeira forma de psicologia experimental - uma psicologia psicofisiológica - será possível.

O neokantismo psicofisiológico de Hermann Von Helmholtz: uma reinterpretação psicofisiológica das formas de conhecimento kantianas

Um dos cientistas naturais mais famosos da Alemanha do século XIX, Hermann Von Helmholtz (1821-1894), médico, fisiologista e físico, foi aluno de Johannes Muller no Instituto Médico de Berlim, aproximando-o dos avanços científicos em fisiologia humana de sua época. Mesmo enquanto cientista natural, era profundamente interessado em filosofia, o que resulta em seu projeto de unir ambas. Tendo sido um leitor assíduo de Kant, seu principal trabalho no que se refere a esse projeto de união do campo filosófico com o científico foi o de buscar restituir a teoria do conhecimento kantiana a partir da fisiologia moderna, o que marca o início da primeira geração do neokantismo, o “neokantismo fisiológico” ou “neokantismo psicofisiológico”, predominante na década de 1860 e assumido, após Helmholtz, por F.A Lange, Otto Liebmann e Eduard Zeller.

Em 1855, em uma palestra intitulada “Sobre a visão humana”, Helmholtz argumenta que a teoria das energias nervosas específicas desenvolvida por Johannes Muller é análoga à teoria kantiana das condições de possibilidade da experiência, de forma que a afluência dos órgãos dos sentidos na percepção das sensações seria equivalente à noção kantiana de que as representações são derivadas de leis particulares do sujeito cognoscente. Em outras palavras, o que Kant apresenta como

formas *a priori* do conhecimento humano, Helmholtz defende serem nada mais do que características do aparato perceptivo humano, ou seja, seriam formas fisiológicas e não transcendentais. Essa tese surge em um contexto em que seu interesse era de “naturalizar”, isto é, abordar de acordo com o modelo das ciências naturais, a investigação da atividade mental, o que se torna possível com essa reinterpretação das formas kantianas do conhecimento. Isso é possível na medida em que, conforme defende em sua obra “Óptica Fisiológica” (1867) ou *Physiological Optics* (1867) seu objetivo é investigar a matéria da sensação, o que ocasiona na formação de representações derivadas do processo perceptivo. Ora, sendo a atividade mental composta por tais representações, o estudo experimental do elemento fundamental que as origina - a sensação - implicaria em um possível estudo experimental da atividade mental. O interesse no estudo experimental dos processos mentais se coloca, no entanto, não como uma mera curiosidade científica, mas devido a um interesse mais amplo: compreender como o conhecimento é possível. Uma vez que entre a realidade externa e as representações mentais existe um processo perceptivo operado pelas características *do sujeito*, como é possível que essas representações, de fato, *representem* os objetos aos quais se referem? Se as características que permitem o sujeito humano conhecer a realidade são responsáveis por moldar sua experiência, qualquer conhecimento dessa experiência necessita, antes de tudo, conhecer essas características que a moldam e as representações mentais formadas a partir dela. Essa é uma questão fundamental para Helmholtz, conforme ele indica explicitamente

ao afirmar que “Nossas intuições e representações são efeitos que os objetos intuídos e representados provocaram em nosso sistema nervoso e em nossa consciência. [...] Exigir uma representação que copiasse a natureza do representado, sendo assim verdadeira em um sentido absoluto, seria exigir um efeito que fosse inteiramente independente da natureza do objeto sobre o qual o efeito foi produzido, o que seria uma contradição palpável. Assim, todas as nossas representações humanas são representações de objetos cuja espécie depende essencialmente da natureza da consciência que os representa e é codeterminada por suas características”. Este trecho de sua *Physiological Optics* (1867) não deixa dúvidas acerca do novo paradigma que se estabelece neste contexto, a saber, o de que nossas representações da realidade são moldadas pelas características de nosso aparato psicofisiológico, conforme preconizado filosoficamente por Immanuel Kant, fisiologicamente por Johannes Muller e, então, abordado psicofisiologicamente por Helmholtz. É esta tese central que, também, sustenta este projeto de “naturalização” das formas do conhecimento kantianas, pois, ao assumirem um caráter empírico, tornam-se passíveis de um estudo experimental rigoroso que possa fundamentar todo o conhecimento e toda forma de se produzir ciência, já que toda ela depende, como visto, de se conhecer esses modos de conhecimento reguladores de nosso contato com a realidade.

O estudo do fenômeno psicológico é apresentado por Helmholtz a partir de uma divisão entre uma “psicologia fisiológica”, a ser defendida por ele, e uma “psicologia pura” ou “abstrata”. A primeira é vista como parte da fisiologia dos

sentidos, sendo responsável por investigar a sensação - a partir da qual são formadas representações mentais. A segunda possui a tarefa de estabelecer as leis e a natureza da mente. Porém, esta seria dependente de uma análise que parte da introspecção, técnica que ele considera “cientificamente imatura”. Ele trata a questão em sua obra sobre “psicologia fisiológica”, cujo berço se encontra justamente na associação entre a leitura kantiana da teoria do conhecimento e as descobertas fisiológicas de Muller. Ou seja, trata-se de uma psicologia nascente cuja origem encontra-se na sua inserção no movimento do neokantismo psicofisiológico. No desenvolvimento de sua teoria, Helmholtz relaciona as representações como originadas das sensações e as percepções como uma forma de representação. Por exemplo, se uma percepção é oriunda da visão, seria uma “representação visual” e, sendo as percepções atos de nossas operações mentais, elas só podem ocorrer em virtude dessas operações mentais e, portanto, o estudo da percepção seria de domínio da psicologia. Esse estudo deveria ser guiado, no entanto, pela observação e experimentação rigorosas do ponto de vista de um observador objetivo, uma vez que os métodos anteriores, como a introspecção ou auto-observação, são apontados pelo autor como limitados pela perspectiva em primeira pessoa, passível de perceber apenas o que ocorre na superfície de sua consciência. Por esse motivo, o sujeito do conhecimento deveria ser estudado a partir do laboratório e não dos registros de auto-observação. A partir de tais elaborações, se torna possível constatar a mudança de objeto da psicologia, da alma transcendental para o aparato perceptivo do sujeito do conhecimento. Observa-se também sua transição

metodológica, da introspecção para a experimentação, como situadas em um contexto marcado por um “retorno a Kant” ou à uma primeira forma de neokantismo que, ao retomar a “Revolução Copernicana” kantiana a partir dos avanços fisiológicos de seu tempo, torna possível a psicologia fisiológica. Essa elaboração se deve em grande parte à Helmholtz, tendo em vista seu próprio projeto de uma psicologia fisiológica e à influência que esta exerceu sobre Wilhelm Wundt. Contudo, este projeto é levado adiante, também, pela influência de um outro expoente do neokantismo psicofisiológico: Friedrich Albert Lange.

Friedrich Albert Lange: o neokantismo psicofisiológico e o projeto de uma “psicologia sem alma”

No que se refere à relação da história da psicologia experimental com o neokantismo, sobretudo em sua primeira fase, a do neokantismo psicofisiológico, o filósofo e sociólogo Friedrich Albert Lange (1828-1875), pode ser considerado, junto de Helmholtz, como um dos principais expoentes de tal relação. O filósofo, considerado um precursor da Escola neokantiana de Marburg - sobretudo ao exercer grande influência sobre Hermann Cohen, o fundador desta escola - integrou o grupo de neokantianos pioneiros que compõe a fase psicofisiológica do neokantismo, incluindo Helmholtz. Como parte desse grupo, cuja epistemologia baseava-se na interpretação psicofisiológica da teoria do conhecimento de Kant, ele vê no retorno a Kant a possibilidade de revigorar a filosofia, considerando-a não oposta à ciência, mas, na esteira de Helmholtz, como campo

complementar, desde que não se tratasse de filosofias idealistas metafísicas como as de Hegel e Schelling. Nesse sentido, Lange posiciona-se contra tanto o idealismo metafísico quanto ao materialismo reducionista, elaborando críticas a este último ao decorrer de sua obra. Em sua famosa obra “História do materialismo e crítica de sua importância atual” (1866), o autor apresenta a história do materialismo e elabora suas críticas a este enquanto posição filosófica, o que leva a apresentar a principal ideia retomada pelo movimento de “retorno a Kant”: a noção de que a mente humana não possui acesso às coisas em si mesmas, mas sim à um mundo de aparências ou “efeitos das coisas”, que nos aparecem de acordo com nossa organização mental, na esteira do que é defendido por Kant em sua “Revolução Copernicana”. Contudo, da mesma forma que Helmholtz, pelo qual é influenciado, Lange não defende um idealismo transcendental no qual tal organização mental é característica de um sujeito transcendente, mas característica de nossa fisiologia dos sentidos, de modo que cada qualidade das coisas às quais temos acesso nada mais são do que formas de nossa sensibilidade fisiológica.

Sob essa perspectiva, sua defesa é a de que o que temos acesso é a uma realidade de aparências baseada em nossa organização interna. Porém, isso não culmina em uma negação da realidade externa nem na convicção de que esta possua leis, mas sim que os seres humanos não conseguem ter acesso à essência dessa realidade. A partir disso, ele defende a possibilidade de estudar esses “efeitos das coisas” ou “aparências” a partir de uma metodologia rigorosa baseada nas ciências naturais, de modo que é possível a formulação de leis científicas baseadas nos

fenômenos, mesmo que eles não correspondam a uma realidade em si mesma.

Na esteira desse pensamento, Friedrich Albert Lange constituiu-se como um grande crítico das psicologias filosóficas, devido à metafísica nelas presente e por buscarem uma teoria sobre a natureza da alma, a qual a nada serve, segundo o autor, uma vez que há tão pouco conhecimento preciso sobre os fenômenos particulares. Em sua obra *The Foundation of Mathematical Psychology: Essay on the Fundamental Error of Herbart and Drobisch* (1865), ele critica o sistema de psicologia de Herbart que, ainda no início do século XIX promoveu uma tentativa de psicologia empírica e matemática, mas que culminou novamente em metafísica, segundo sua crítica. O autor traz, a partir de tais críticas aos sistemas de psicologia até então existentes, uma reflexão rigorosa acerca do objeto e da metodologia da psicologia, elaborando uma proposta alternativa. Em sua “História do Materialismo”(1866), ao elaborar o temado objeto da psicologia, ele trata a alma como um conceito que é, na verdade, vazio, como um antigo mito. De acordo com sua argumentação, o problema de a psicologia possuir, como objeto de estudo, a “alma” fazia com que princípios metafísicos fossem tomados como pressupostos, de modo que há um questionamento do autor acerca de como é possível uma ciência que deixa dúvidas quanto a seu objeto. Ele critica, ainda, os elementos tomados como constitutivos do psíquico, tais como as definições de pensamento, sentimentos e vontade, uma vez que se trata de nomenclaturas para definir um grupo de fenômenos, mas cujos nomes excedem o dado na realidade. É a partir disso que ele

propõe, ao invés de uma psicologia metafísica, uma “psicologia sem alma”, cujo objeto de estudo deveria ser não mais a alma transcendente, mas a sensação, a percepção e, ainda, uma investigação sobre a ação e o discurso humanos.

Em sua elaboração do que caracteriza um processo psicológico, Lange defende que os processos corpóreos estão, por lei, conectados ao psíquico, de forma que, para cada processo psicológico, haveria uma base fisiológica ou física, mas de tal modo que esta base não é considerada a realidade última do fenômeno, como ocorre no materialismo. Por esse motivo, ele sugere que os psicólogos identifiquem, para cada processo mental estudado, o seu correlato físico ou fisiológico, o que é chamado de “processo somático”. A partir disso, no que se refere à metodologia da psicologia, o autor critica a introspecção como uma metodologia privada/individual, além de possuir uma tendência a inferências metafísicas e sua impossibilidade de estudar as condições de experiência. O fato de a introspecção ser um método que exige a auto-observação, por parte de um indivíduo, de seus próprios estados internos, impossibilita que haja observadores externos, que a repetição seja possível e não há possibilidade de estabelecimento de leis gerais. Ainda, a observação dos fenômenos internos leva, segundo Lange, à substancialização da “alma” e produz apenas nomeações, isto é, descrições verbais dos eventos mentais, como afirmar que certos eventos são “pensamentos” e outros “vontades”. A argumentação do filósofo é que tais questões impossibilitam que o método introspectivo estabeleça leis funcionais e que possa estudar as condições de possibilidade da experiência.

Nesse sentido, sendo justamente essa a proposta de psicologia de F.A Lange, a saber, a de se ocupar das condições de possibilidade da experiência, a sua crítica da introspecção permite a elaboração de uma nova proposta para o saber psicológico, constituindo-o enquanto científico. Na medida em que, para o autor, a ciência psicológica deveria se constituir como voltada a essas condições da experiência, que possuem como base os processos sensoriais e perceptivos, esta ciência deveria se ocupar desses processos, tomando-os como seu objeto de estudo. Contudo, sendo tal objeto dependente de processos fisiológicos, entende-se que seu estudo necessita se basear no estudo da fisiologia que o constitui. Isso não de modo a confundir fisiologia e psicologia, mas de maneira a compreender os processos psíquicos de sensação e percepção como psicofisiológicos, ao invés de estritamente psicológicos ou transcendentais. Sob essa lógica, sendo a sensação considerada o dado psíquico primário, o projeto de psicologia científica defendido por Lange é uma psicofisiologia, pautada justamente em uma interpretação psicofisiológica das formas de conhecimento que compõem o ser humano - as quais remetem a um retorno a Kant e, por isso, é parte do “neokantismo psicofisiológico” - e no objetivo de conhecer essas formas a partir de suas bases materiais, possibilitando a descoberta de como a formação de representações da realidade “objetiva” é possível. Para isso, o método da introspecção revela-se falho, conforme suas críticas. Ao invés desta metodologia individual e instável, o autor baseia-se em Helmholtz e propõe os experimentos da fisiologia sensorial como base metodológica, em conjunto com a metodologia da mensuração entre estímulos e

sensações, oriunda da psicofísica de Fechner. Assim, uma psicologia experimental deveria ser constituída a partir do estudo de leis fisiológicas e seu papel na percepção, a exemplo de experimentos de medição da velocidade de condução nervosa, e da medição entre estímulos físicos e sensações, a exemplo da medição do tempo de resposta a um estímulo.

É este projeto de um “kantismo psicofisiológico” que fornece para a psicologia um novo modelo teórico no qual se apoiar para construção de seu lugar enquanto disciplina científica, na medida em que constitui o fundamento teórico para uma psicologia centrada nos processos que constituem a experiência e que são passíveis de estudo experimental, conforme influenciado por autores como Helmholtz e Fechner. A partir disso, é possível constatar a influência, mesmo que indireta e parcial, de Lange no projeto de psicologia experimental de Wilhelm Wundt, o qual não adota completamente suas ideias - a exemplo da discordância acerca da rejeição completa de Lange do método da introspecção, aceita por Wundt - mas parte de sua sistematização de que as condições da experiência são o objeto da ciência psicológica, o que irá servir de influência para sua psicologia da experiência imediata e desembocará na fundação do Laboratório de Psicologia Experimental em Leipzig, marco da fundação da psicologia enquanto ciência.

A partir da reconstituição histórica aqui apresentada, torna-se possível, portanto, resgatar a importância do movimento do neokantismo ou “retorno a Kant”, especialmente em suas primeiras formulações - a fase do “neokantismo psicofisiológico” - enquanto condições de possibilidade da psicologia experimental

desenvolvida no século XIX. A partir dos apontamentos do presente texto, é possível compreender como a transição de uma psicologia filosófica para experimental só foi possível a partir da junção entre os avanços das ciências naturais e de uma mudança de paradigma da percepção, a qual se inicia com a “Revolução Copernicana” kantiana e encontra seu auge no “retorno a Kant”, em especial nas elaborações de autores como Hermann von Helmholtz e F.A Lange.

É possível constatar que foi a partir da inversão kantiana entre sujeito e objeto do conhecimento - ao trazer o primeiro para o centro do problema do conhecimento - e de sua consequente constatação do papel ativo do sujeito na percepção que se inaugurou uma questão acerca da relação entre estímulo e sensação e o questionamento das condições de possibilidade da relação entre sujeito e realidade. Apenas a partir disso foi possível a elaboração de teorias que visavam unir as formas do conhecimento transcendentais às descobertas científicas da fisiologia, o que permitiu a reinterpretação psicofisiológica das formas de conhecimento kantianas e trouxe o problema da percepção para o campo experimental. Por sua vez, isto só foi possível pela influência da teoria de Johannes Muller, das elaborações de Weber e Fechner e das mudanças no contexto intelectual alemão da segunda metade do século XIX. Esse contexto mostra que foi a partir de tal reinterpretação da relação entre sujeito e realidade que as condições de possibilidade da experiência puderam tornar-se objeto de estudo da psicologia, concedendo o fundamento necessário para que pudesse se ocupar dos dados elementares do sujeito do conhecimento - a sensação e

a percepção - e possuir uma metodologia pautada na fisiologia e na psicofísica. Assim, é possível considerar o neokantismo, especificamente o neokantismo psicofisiológico, como decisivo para consolidação da psicologia enquanto disciplina científica, sendo a partir dele que se pode situar sua gênese em articulação com o contexto histórico-filosófico da Alemanha no século XIX.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, R. Lanier. Neo-Kantianism and the Roots of Anti-Psychologism. **British Journal for the History of Philosophy**, v. 13, n. 2, p. 287–323, 2005. DOI: 10.1080/09608780500069319.

BEISER, Frederick C. **After Hegel: German Philosophy, 1840–1900**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BEISER, Frederick C. **The Genesis of Neo-Kantianism, 1796–1880**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

EDGAR, Scott. The Physiology of the Sense Organs and Early Neo-Kantian Conceptions of Objectivity: Helmholtz, Lange, Liebmann. In: PADOVANI, Flavia; RICHARDSON, Alan; TSOU, Jonathan Y. (org.). **Objectivity in Science: New Perspectives From Science and Technology Studies**. Cham: Springer, 2015. p. 101–122.

FIGLIO, Karl M. Theories of Perception and the Physiology of Mind in the Late Eighteenth Century. **History of Science**, v. 13, n. 3, p. 177–212, 1975. Acesso em: 08 nov. 2025.

GOMES, Amândio. Uma ciência do psiquismo é possível? A psicologia empírica de Kant e a possibilidade de uma ciência do psiquismo. **Revista do Departamento de Psicologia**. UFF, v. 17, n. 1, p. 103–111, jan. 2005. Acesso em 15 nov. 2024.

GORI, Pietro. Psychology without a Soul, Philosophy without an I: Nietzsche and 19th Century Psychophysics (Fechner, Lange, Mach). In: CONSTÂNCIO, João; MAYOR BRANCO, Maria João; RYAN, Bartholomew (org.). **Nietzsche and the Problem of Subjectivity**. Berlin; München; Boston: De Gruyter, 2015. p. 166–195.

GORI, Pietro. Leaving the Soul Apart. An Introductory Study. **Philosophical Readings**, v. 7, n. 2, p. 3–13, 2015.

GREGORY, Frederick. **Scientific Materialism in Nineteenth Century Germany**. Dordrecht; Boston: D. Reidel Publishing Co., 1977.

HUSSAIN, Nadeem J. Z.; PATTON, Lydia. Friedrich Albert Lange. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/friedrich-lange/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

ISAAC, Alistair M. C. Realism without tears I: Müller's Doctrine of Specific Nerve Energies. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 78, p. 83–92, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S003936811830133X?fr=RR-2&ref=pdf_download&rr=9a5a21b51dd09ca2. Acesso em: 20 mar. 2025.

LEARY, David E. Immanuel Kant and the Development of Modern Psychology. In: WOODWARD, William Ray; ASH, Mitchell G. (org.). **The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought**. New York: Praeger, 1982. p. 17–42. Disponível em: <https://scholarship.richmond.edu/psychology-faculty-publications/22/b>. Acesso em: 10 out. 2024.

LEARY, David E. The philosophical development of the conception of psychology in Germany, 1780–1850. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 14, n. 2, p. 113–121, 1978. Acesso em 10 out. 2024.

PATTON, Lydia. Helmholtz's Physiological Psychology. In: LAPOINTE, Sandra (ed.). **Philosophy of Mind in the Nineteenth Century: The History of the Philosophy of Mind**, Volume 5. London; New York: Routledge, 2018.

PECERE, Paolo. Physiology of Mind and Autonomy of Reason: A Kantian Legacy. In: **Soul, Mind and Brain from Descartes to Cognitive Science**. Cham (Heidelberg): Springer, 2020. p. 69–90.

TEIXEIRA, Natalia Mendes. A psicologia experimenterende de Kierkegaard como resposta à psychologia empirica e à experimentelle psychologie. **Griot : Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 144–156, 2022. DOI: 10.31977/grirfi.v22i1.2605. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/2605>. Acesso em: 28 nov. 2024.

TEO, Thomas. Friedrich Albert Lange on neo-Kantianism, socialist Darwinism, and a psychology without a soul. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 38, n. 3, p. 285–301, Summer 2002.

Portal História da Psicologia

André Elias Morelli Ribeiro

Júlia Lombardi Carneiro

O Portal História da Psicologia é uma iniciativa e um ecossistema digital nascido no Departamento de Psicologia em Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense, com raízes na gestão 2017-2019 da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP). Criado por André Elias Morelli Ribeiro, o projeto visa modernizar e inserir o campo brasileiro da história da psicologia lusófona nos meios digitais. O Portal é composto por diversas plataformas e projetos interligados, cada um com uma função específica na divulgação e produção de conhecimento na área. Estas partes incluem o website, a Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP), o Canal História da Psicologia TV (HPTV), a Editora do Portal História da Psicologia e o Sistema de Referências em História da Psicologia (Sirehp). Além dos produtos digitais, o Portal publica anualmente, desde 2022, os livros da série do Boletim do Portal História da Psicologia. O Portal também mantém presença nas redes sociais (Facebook, Instagram, X) visando a divulgação de seus produtos e ações de divulgação científica nas redes.

História

Primórdios

As primeiras ideias que visavam a integração do ambiente digital com o mundo acadêmico no campo da história da psicologia, bem como o aproveitamento de tecnologias digitais para a criação de produtos específicos voltados para esse universo, começaram dentro da Sociedade Brasileira de História da Psicologia, durante a gestão de Arthur Arruda Leal Ferreira (2017-2019). O projeto inicial se limitava a listar todas as referências bibliográficas produzidas pelos principais membros da Sociedade em seu site, além de melhorias na produção da comunicação da gestão da SBHP com os seus afiliados.

Estas comunicações eram feitas principalmente por meio da Newsletter da SBHP, uma publicação em formato PDF enviada periodicamente por e-mail aos seus membros. A publicação ficava sob responsabilidade da secretaria da Sociedade, que coletava notícias relevantes do campo brasileiro da história da psicologia. Na época, a secretaria estava nas mãos de André Elias Morelli Ribeiro, que posteriormente seria o criador do Portal História da Psicologia.

Na época vinculado à Universidade Federal do Amapá, o professor André Morelli identificou a necessidade de aprimorar o modelo da Newsletter da SBHP. Ele entendia que as novas ferramentas digitais de informação e comunicação ofereciam maior dinamismo e agilidade na formulação de comunicados da Sociedade. Além disso, o secretário da Sociedade concebeu um novo formato de publicação, mais parecido com uma revista, ao

analisar o conteúdo de alguns textos enviados pelos membros para publicação na Newsletter e que se diferenciavam do seu perfil editorial. Essa nova publicação teria como objetivo acolher materiais opinativos, transcrições de palestras, relatos de pesquisa, relatos de viagens, entre outros tipos de texto que, apesar de serem de grande interesse para o grupo, não seriam tipicamente aceitos em periódicos científicos tradicionais nem caberiam no formato da Newsletter.

Em 2018, durante a reunião da SBHP em Belo Horizonte, foi aprovada uma proposta de reformulação do modelo de comunicação da Sociedade. O novo modelo previa a migração dos conteúdos informativos da Newsletter para as redes sociais e a criação do Boletim da SBHP, um novo veículo para a publicação de textos em diversos formatos. Com a colaboração de Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa, foram lançadas quatro edições do Boletim, e as redes sociais da Sociedade tiveram uma atuação bastante intensa. Contudo, a gestão subsequente optou por desfazer essas mudanças, retomando o formato de comunicação anterior, o que resultou na extinção do Boletim e na modificação da presença da SBHP nas redes sociais.

O início do Portal

Considerando o histórico da gestão Arthur Ferreira na SBHP, as sementes plantadas naquele período continuaram se desenvolvendo. Contudo, em uma nova conjuntura, passariam a ser geridas por um grupo menor e descolado da diretoria da Sociedade. A ideia de modernização e inserção do campo brasileiro da história da psicologia nos meios digitais inspirou-se

em três iniciativas. A primeira é o projeto *Advances in The History of Psychology* (AHP), criado por Christopher Green, da Universidade York, no Canadá. Nas primeiras formulações do Portal, a ideia era criar um projeto semelhante ao site do AHP, porém com foco no Brasil e, posteriormente, na América Latina. O prof. Green foi um dos primeiros a pensar a integração de recursos online com a história da psicologia, reunindo links, sites, produzindo podcasts, entre outros produtos, de modo que o site do Portal História da Psicologia, principalmente em sua primeira versão, é baseado na experiência do site principal do AHP.

Outra inspiração do Portal é o Dicionário Biográfico da Psicologia Brasileira: Pioneiros, cuja primeira edição está disponível online no site da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi). O Dicionário é uma criação de Regina Helena de Freitas Campos e se coloca como um dos grandes marcos do desenvolvimento do campo brasileiro da história da psicologia. É dele que veio a ideia de criar uma enciclopédia que fosse semelhante à Wikipédia em termos de dinamismo e capacidade de atualização e transformação, ao mesmo tempo que se estabelecem elementos de rigor técnico para manter a qualidade do material, assim como no caso do Dicionário. A WikiHP foi o segundo produto a ser incorporado pelo projeto, apesar de ter sido concebido ao mesmo tempo do próprio Portal.

A terceira fonte de inspiração para a criação do Portal advém do blog da rede de pesquisa *Historien.ne.s de La Santé*. Este blog se destaca pela sua atuação nas redes sociais e pela produção de conteúdo digital, estabelecendo uma conexão eficaz entre o mundo acadêmico e de pesquisa e o ambiente digital. Ele

utiliza essas ferramentas eletrônicas como caixas de ressonância para difundir publicações, eventos, entre outros. Nesse contexto, também merece menção a Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia, cujo blog realiza um trabalho semelhante, porém focado na América Latina e que também serviu como base para a criação do Portal.

Findo os projetos desenvolvidos junto à SBHP, as reflexões para a continuidade do que seria o Portal tiveram início em outubro de 2019, ocasião em que seu criador já imaginava a publicação de um site, de um sistema de publicação de biografias, um braço audiovisual voltado para a divulgação científica e a organização de uma base de referências. Considerando a organização das primeiras ideias e de como o Portal poderia funcionar, o domínio do site do projeto – que ainda não tinha nome – foi reservado no mês de dezembro de 2019 em um servidor nos EUA. Este é considerado o marco inicial do projeto. A construção do site iniciou-se no mesmo mês e, em quatro de janeiro de 2020, a enciclopédia eletrônica teve início.

A criação do site

O Portal História da Psicologia teve suas origens em um período de recesso acadêmico, mais precisamente em dezembro de 2019. Naquele momento, seu idealizador já havia consolidado sua posição como docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), lotado no *campus* de Rio das Ostras, no estado do Rio de Janeiro. Aproveitando a pausa das atividades regulares, o professor decidiu empreender um

processo de autoaprendizagem e aplicação prática sobre a arquitetura e a construção de *websites*.

Este projeto inicial foi concebido como um estudo-piloto para aquilo que seria o Portal História da Psicologia. A ideia central era criar uma plataforma digital que, em termos de conteúdo, guardava uma relação temática com o *Advances in the History of Psychology* (AHP), mas com uma abordagem significativamente mais direta e simplificada. A principal diferença e foco estratégico do novo empreendimento era o público-alvo: o conteúdo seria integralmente voltado para a comunidade lusófona, preenchendo uma lacuna percebida na oferta de material de qualidade sobre o tema em língua portuguesa e que, inicialmente, havia sido pensado para o site da Sociedade Brasileira de História da Psicologia - o que acabou não ocorrendo.

Apesar de ser um projeto nascido em um recesso, o desenvolvimento foi rápido. Já no final de dezembro de 2019, uma primeira versão do site estava no ar e acessível ao público. Contudo, essa versão inicial era notavelmente rudimentar e limitada em sua funcionalidade e abrangência. O site consistia essencialmente em páginas estáticas que organizavam alguns *links* relevantes. Embora já apresentasse uma organização sistemática dos temas propostos, essa estruturação era ainda incipiente e precária, refletindo o caráter embrionário do projeto e o seu uso como ferramenta de aprendizado na construção de plataformas digitais. Esse lançamento inicial, ainda que simples, marcou o nascimento oficial do Portal História da Psicologia, estabelecendo a base para o crescimento e expansão que se seguiriam.

A primeira grande reforma do site do Portal foi feita por Raquel Donegá de Oliveira, que publicou a nova versão em 2023 com várias atualizações e uma reforma visual completa. Em 2024 foi a vez de Lara Overney Magariños criar uma nova versão, utilizada atualmente, com outra reformulação e modernização, trazendo uma interface mais intuitiva e conexões diretas com os diferentes produtos e partes do Portal.

O surgimento da Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP)

Com a fundação do *site* principal do projeto, a atenção voltou-se para a elaboração de uma enciclopédia especializada. A principal fonte de inspiração para essa empreitada foi o notável Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros, uma obra de referência que já contava com uma versão digital acessível através da BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia).

Após uso regular desse material para estudos e pesquisas, que é amplamente reconhecido como uma referência fundamental na área da história da psicologia brasileira, tornou-se evidente que uma parcela significativa das informações contidas no Dicionário se encontrava desatualizada. Isso era um reflexo natural do constante avanço das pesquisas e estudos históricos na disciplina, que frequentemente trazem novas descobertas e reinterpretações.

Apesar da importância e qualidade inegável do Dicionário, sua natureza de publicação em formato impresso impunha uma limitação significativa, que é a lentidão no processo de atualização. Uma obra física não pode ser corrigida ou

complementada rapidamente, pois qualquer modificação exige a organização de todo um novo ciclo editorial, que abrange desde a revisão e a impressão até a distribuição. Esse processo é notoriamente dispendioso, tanto em termos de tempo quanto de recursos financeiros. Infelizmente, o mesmo ocorria com sua versão digital, que era tão estática quanto o original impresso.

A emergência e a consolidação da tecnologia da informação moderna ofereciam uma alternativa promissora a essa limitação secular. Com o advento da chamada *Web 2.0*, a era da internet interativa e participativa, a necessidade de esperar longos ciclos de publicação para incorporar atualizações parecia obsoleta. A tecnologia atual permite que qualquer informação seja revisada, corrigida ou expandida de maneira extremamente ágil e quase instantânea, com interação constante junto ao público. O paradigma dessa nova realidade é a Wikipédia, que demonstra a viabilidade e eficácia de um modelo de produção e disseminação de conhecimento em constante e rápida evolução, bem diferente da rigidez dos formatos tradicionais de publicação. Essa agilidade e acessibilidade tornaram-se o modelo a ser replicado na criação da nova enciclopédia digital.

Desta feita, decidiu-se pela utilização do mesmo sistema utilizado pela famosa enciclopédia, chamado Mediawiki, que conta com uma comunidade ativa de desenvolvedores e um suporte já muito bem estabelecido. Com a instalação do sistema na raiz do servidor do site e a criação do subdomínio, tudo em quatro de janeiro de 2020, foi criada a Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP), que traria verbetes sobre temas relativos à história da psicologia. A logomarca da WikiHP foi

criada ainda naquele mês, bem como a logomarca do próprio Portal.

O próximo passo foi iniciar a publicação de verbetes e, para isso, era necessário criar um que pudesse ser usado como exemplo pelos colaboradores da Enciclopédia. Assim, o prof. André Morelli escreveu e publicou o verbete Alfred Binet, aproveitando um conjunto de estudos que fazia à época e que se tornou o primeiro material publicado na WikiHP.

A eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020 impôs um cenário de profundas transformações no ambiente acadêmico. Notadamente na Universidade Federal Fluminense (UFF), adotou-se um regime de ensino remoto como medida de contingência e segurança sanitária. Foi neste contexto desafiador que se deu um passo crucial na trajetória da Wiki, qual seja, a sua integração direta e orgânica com as atividades de ensino e aprendizagem.

Este movimento de articulação foi catalisado, inicialmente, pela atuação proativa de Yuri Pereira Antunes Vieira, que era, na época, um aluno de graduação do curso de Psicologia da UFF. Yuri foi agraciado com a bolsa de Auxílio a Atividades Remotas, um suporte financeiro e institucional oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da UFF, visando exatamente aprimorar e apoiar as metodologias de ensino a distância.

Orientado para a disciplina de História da Psicologia, a iniciativa centralizou-se na estruturação de um projeto pedagógico inovador. A estratégia consistiu em organizar os estudantes da disciplina em grupos de trabalho. O objetivo primordial desses grupos era a pesquisa e elaboração de novos

verbetes para a enciclopédia WikiHP. Esse processo transformava os alunos de meros consumidores de conteúdo em ativos produtores de conhecimento. A qualidade e a relevância acadêmica dos verbetes produzidos eram fatores determinantes. Os melhores trabalhos, após uma criteriosa avaliação e revisão, seriam selecionados para publicação oficial na enciclopédia digital. Mais do que um mero reconhecimento, essa publicação inseria o trabalho dos estudantes em um contexto de divulgação científica aberta. Adicionalmente, dependendo da temática abordada e de sua adequação ao currículo, os verbetes mais robustos e didáticos tinham o potencial de serem formalmente incorporados como material didático complementar e permanente da própria disciplina de História da Psicologia, estabelecendo um ciclo virtuoso de produção, uso e refinamento do conhecimento. Esta iniciativa não só manteve o engajamento dos alunos durante o ensino remoto, como também enriqueceu de maneira significativa o acervo da WikiHP, solidificando seu papel como um recurso educacional aberto e colaborativo.

Yuri Vieira e André Morelli iniciaram a definição dos procedimentos para a redação dos verbetes e dos padrões de qualidade do Portal História da Psicologia (WikiHP). Para tal, basearam-se no verbete de Alfred Binet e na experiência direta de coleta e produção de conteúdo. Em 2021, o projeto se expandiu com a criação de um programa de monitoria, aprofundando a integração entre ensino e projeto. As monitoras envolvidas foram Mariana dos Santos dos Anjos (bolsista) e Isabela Coelho Marinho e Diana Disitzer Netto dos Reys (voluntárias).

Todo este trabalho, que envolveu um esforço contínuo de sistematização e organização do conhecimento na área, culminou na publicação da primeira obra de referência para a enciclopédia, o WikiHP: políticas, definições, orientações e estilo. Publicado no ano de 2022 pela Editora do Portal História da Psicologia, este volume inaugural teve a autoria de André Elias Morelli Ribeiro. A obra representou a consolidação de toda a experiência acumulada ao longo dos anos de desenvolvimento do projeto do Portal. Ela detalhou e formalizou aspectos cruciais para a consistência e qualidade do conteúdo enciclopédico, estabelecendo padrões para a inclusão de novas informações. Entre os elementos fundamentais abordados, o livro definiu o sistema de categorias temáticas, a estrutura e a organização das seções de cada verbete, o estilo de escrita acadêmica e informativa a ser seguido e, notavelmente, orientações metodológicas rigorosas para a pesquisa e referências bibliográficas. Em essência, o livro WikiHP de 2022 serviu como um manual de estilo abrangente e uma carta magna para a produção de conteúdo dentro do Portal.

Devido à evolução constante do projeto e à necessidade de incorporar novas diretrizes e aprendizados, o livro ganhou uma segunda edição revista e ampliada. Esta nova edição foi publicada em 2025, refletindo as atualizações necessárias para manter a obra alinhada com o estado atual da enciclopédia e as melhores práticas editoriais. Um marco significativo desta nova versão foi a expansão da equipe editorial, pois a edição de 2025 passou a ser uma coautoria entre André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi

Carneiro, integrando novas perspectivas e conhecimento ao documento fundamental da Enciclopédia.

A criação do Canal História da Psicologia TV (HPTV)

Durante o período desafiador da pandemia de Covid-19, o Portal História da Psicologia encontrou uma oportunidade única de crescimento e consolidação. A crise sanitária impulsionou uma busca generalizada por atividades e oportunidades de desenvolvimento de estudos e pesquisas que pudessem ser realizadas integralmente no formato digital.

Essa procura resultou em um fortalecimento significativo da equipe do Portal, com um aumento notável no número de pessoas interessadas em colaborar. Esse influxo de novos membros e entusiastas criou as condições ideais para viabilizar um projeto de longa data, já imaginado no período da gestão 2017-2019 da SBHP, a produção sistemática de conteúdo em vídeo.

Muitos dos novos colaboradores que se juntaram à iniciativa e demonstraram interesse na produção de vídeos eram, simultaneamente, membros ativos do *Varanda*, um proeminente grupo de pesquisa focado na história da psicologia, sob a liderança do professor Arthur Arruda Leal Ferreira. Essa sobreposição de participantes naturalmente levou ao estabelecimento de uma colaboração frutífera e estratégica entre o *Varanda* e o Portal. A conexão se estabeleceu de forma orgânica, permitindo que as discussões aprofundadas, os debates intelectuais e os *insights* gerados nas reuniões e seminários do grupo de estudos *Varanda* fossem sistematicamente transpostos e

refletidos no conteúdo audiovisual produzido para o Portal. Essa sinergia não só enriqueceu a qualidade e a profundidade dos vídeos, como também ampliou o alcance das discussões acadêmicas para um público mais vasto no ambiente digital.

A gênese do primeiro vídeo para o Canal História da Psicologia TV, um marco na sua trajetória, está intrinsecamente ligada à discussão aprofundada de um artigo seminal sobre o famoso teste de Rorschach, popularmente conhecido como o "teste das manchas". Este debate ocorreu no âmbito do grupo de estudos *Varanda*, durante a discussão do artigo *Image of Self*, de autoria de Peter Galison, que serviu como ponto de partida e inspiração crucial. O vídeo foi concebido com o objetivo de traçar a história deste instrumento de avaliação psicológica, que é frequentemente cercado de dúvidas e polêmicas por parte da população geral. Criado por Hermann Rorschach, o teste de Rorschach transcendeu o ambiente clínico e acadêmico, ganhando uma presença notável e fascinante na cultura popular, sendo frequentemente referenciado em filmes, séries e literatura.

A premissa central na idealização do projeto era manter um rigor acadêmico na apresentação dos acontecimentos e na análise histórica do teste. Simultaneamente, havia a preocupação em comunicar essa história de forma acessível e envolvente, permitindo um diálogo efetivo da academia com um público mais amplo e diversificado, que incluía estudantes, profissionais da área e leigos curiosos sobre a psicologia. O desafio, portanto, residia em equilibrar a profundidade da pesquisa histórica com a clareza e o apelo da narrativa audiovisual, garantindo que o primeiro vídeo estabelecesse o padrão de excelência e

abrangência que se tornaria a marca registrada do Canal História da Psicologia TV.

O roteiro deste primeiro vídeo foi criado por André Elias Morelli Ribeiro, com narração de Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos e edição de Letícia Gomes Canuto. Finalizado em abril de 2020, foi inicialmente publicado no perfil pessoal de André Morelli no YouTube, o que indicou a necessidade da criação de um canal na mesma plataforma destinado aos vídeos produzidos pela equipe do Portal. Assim, em 27 de maio de 2020, foi criado o Canal História da Psicologia TV, com a publicação do vídeo “Como surgiu o Teste de Rorschach”. O estilo do vídeo vale-se de uma narração suave de acontecimentos com a sucessiva exposição entre 3 e 6 segundos de imagens ilustrativas, algumas coletadas em repositórios de imagens e outras criadas pela própria equipe. A proposta era permitir a migração futura do vídeo também para o formato de podcast, o que ainda não aconteceu.

Seguindo a mesma lógica, o segundo vídeo do Canal foi desenvolvido para tratar do famoso experimento de obediência de Stanley Milgram. O roteiro foi baseado em um texto inicialmente publicado no Boletim da SBHP e traduzido por André Morelli. O objetivo principal era criar um recurso audiovisual com dupla função: servir como material didático auxiliar no ensino da história da psicologia e, ao mesmo tempo, oferecer uma visão mais precisa do experimento de Milgram. Isso se tornou necessário porque o experimento é frequentemente alvo de interpretações e generalizações que se afastam dos propósitos e escritos originais do psicólogo norte-americano. Além disso, o

vídeo visava fortalecer a integração entre os diversos produtos e iniciativas geradas pela própria equipe do Portal, conectando as diferentes vertentes do projeto. Este segundo vídeo teve roteiro, narração e edição de André Elias Morelli Ribeiro e a revisão de Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos e Letícia Gomes Canuto.

Em 2021 o projeto passou a receber o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, por meio da concessão de uma bolsa de extensão. O primeiro contemplado e quem ajudou a consolidar a linguagem e o estilo do canal foi Antonio Lucas Merêncio. Vitória Gomes Silva e Júlia Lombardi Carneiro também foram bolsistas do projeto. O Canal ultrapassou as 50 produções, entre transmissões de eventos ao vivo, videoaulas e produções originais, consolidando-se como um espaço importante de divulgação da história da psicologia na internet.

Cursos

O Canal História da Psicologia TV oferece dois cursos, incluindo videoaulas e indicações de leituras. O primeiro a ser criado foi o de História da Psicologia e Educação, que recebeu apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense por meio de um fomento direto em 2021. Isso permitiu a contratação de uma produtora profissional para criar vídeos de alta qualidade. Junto da playlist, uma página foi adicionada ao site, com uma lista dos vídeos, as recomendações de leitura e outras referências para cada episódio.

Em 2022 foi criado o curso de História da Psicologia no Brasil, uma série de quatro videoaulas e um vídeo complementar com temas relativos à história da psicologia no Brasil, com foco nas linhas e abordagens. Para este curso, existe também uma página no site do Portal, com links para os vídeos e as referências utilizadas.

Séries

O Canal História da Psicologia TV possui três séries de vídeos com temas específicos. O primeiro é o de História dos testes, instrumentos e avaliação psicológica. A série começou a ser construída em 2020, com o vídeo sobre a história dos testes Army Alpha e Army Beta e hoje conta com cinco vídeos.

Outra série importante do Canal é a de História dos Experimentos em Psicologia, que inclui o segundo vídeo mais antigo do canal, sobre o experimento de Milgram, e ainda outros dois vídeos.

Por fim, a série sobre O Destino dos Pacientes do Dr. Freud, certamente o mais polêmico e delicado do Canal e frequente alvo de críticas por parte do público. A série apresenta partes do trabalho do historiador Mikell Borch-Jacobsen e conta com quatro vídeos, todos apresentando uma posição crítica contra a historiografia psicanalítica hegemônica.

Integração com o ensino

Os vídeos do Canal História da Psicologia TV são utilizados como material complementar em contexto de ensino de graduação. Além de temas interessantes e vídeos ilustrativos,

alguns conteúdos são baseados principalmente em fontes primárias, o que pode ser utilizado para facilitar a compreensão de textos clássicos da psicologia.

A partir de 2024, foi incorporada uma nova estratégia de integração, o incentivo para os discentes criarem roteiros que possam ser aproveitados na produção de vídeos para o Canal. Para viabilizar essa possibilidade, foram criadas orientações sobre como criar roteiros, e os discentes passaram a ser orientados na reflexão da conexão entre o conhecimento acadêmico e as formas de sua comunicação com a sociedade. Vídeos como O Experimento de Aprisionamento de Stanford são resultado deste novo processo inovador de integração entre ensino e divulgação científica.

A criação da Editora do Portal História da Psicologia

Com o desenvolvimento da WikiHP e o fortalecimento do sistema do Portal, mostrou-se necessária a publicação de uma obra de referência para auxiliar os colaboradores da WikiHP na produção de verbetes. Visando agilidade na publicação desta obra, bem como o corte de custos e a possibilidade do desenvolvimento de projetos editoriais autônomos, iniciaram-se os movimentos para a criação da Editora do Portal História da Psicologia.

Após consultas à Câmara Brasileira do Livro (CBL) e à legislação sobre o mercado editorial, optou-se por uma estrutura inovadora, baseada em noções da nova economia digital. O selo editorial “Editora do Portal História da Psicologia” foi vinculado a uma empresa de marketing digital e cadastrado na CBL,

passando a figurar como uma editora comercial com comitê editorial. Características como o caráter voluntário de seus colaboradores, a ausência de interesse em lucro, o modo como as obras são editadas e as formas de registro das mesmas tornam os custos para publicação na Editora do Portal extremamente baixos. Os livros publicados pela Editora do Portal incluem um DOI, ISBN e ficha catalográfica feita por bibliotecário profissional, além da garantia de livre acesso por meio digital.

O primeiro livro publicado pela Editora do Portal foi o WikiHP: políticas, definições, orientações e estilo, de autoria de André Elias Morelli Ribeiro, que também construiu o projeto gráfico e a capa da obra. Atualmente, a Editora do Portal tem oito livros em seu portfólio e totaliza 53 lançamentos, entre livros e seus diferentes capítulos, que podem receber um DOI próprio quando se trata de coletânea.

O Boletim do Portal História da Psicologia

A Editora do Portal História da Psicologia, após a bem-sucedida experiência de publicar sua primeira obra, solidificou as bases para resgatar um projeto que estava em suspenso: o Boletim da SBHP. Este periódico havia sido interrompido após o lançamento de apenas quatro edições. Contudo, em 2022, a ideia de revitalizar o projeto foi trazida novamente à discussão entre os colaboradores ativos do Portal História da Psicologia, culminando no surgimento do projeto dos Boletins do Portal História da Psicologia.

A concepção fundamental por trás dos Boletins do Portal é notavelmente similar à do extinto Boletim da SBHP. O objetivo

central é criar um espaço editorial para a publicação de textos que, apesar de sua inegável relevância, não encontram canais de publicação nos veículos científicos tradicionais de maior circulação. O foco é dado a materiais que se revestem de significativa importância histórica, conceitual, memorialista ou que são cruciais para o debate e a reflexão no campo brasileiro da história da psicologia.

Uma alteração estratégica fundamental implementada no novo projeto foi a mudança na categoria editorial da publicação. Enquanto o Boletim da SBHP era formalmente classificado como uma revista periódica, o novo Boletim do Portal História da Psicologia passou a ser concebido e publicado na forma de livro. Esta reclassificação trouxe um aumento na atratividade e no prestígio percebido da publicação, inserindo-a em um nicho diferente do mercado editorial e acadêmico.

Além de herdar e acolher todos os tipos de contribuições que eram destinados ao antigo Boletim da SBHP, os Boletins do Portal introduziram uma nova e importante modalidade de conteúdo: a inclusão de versões estáveis dos melhores verbetes publicados na WikiHP. Estes verbetes, originários da enciclopédia colaborativa online do Portal, são transformados em capítulos de livro após passarem por um rigoroso processo de nova revisão e aperfeiçoamento. O objetivo desta revisão adicional é garantir a máxima qualidade textual e a confiabilidade acadêmica do conteúdo.

Esta estratégia de transposição de verbetes da plataforma online para o formato *e-book* confere diversos benefícios. Embora o verbete original na WikiHP continue a ser uma plataforma viva

e em constante edição, a sua versão publicada no Boletim marca um momento específico e consolidado de sua produção e desenvolvimento, servindo como um registro formal. Adicionalmente, a publicação em formato de livro, sob o selo da Editora do Portal, confere um prestígio e reconhecimento acadêmico muito maior aos autores e aos textos selecionados.

O projeto demonstrou ser altamente produtivo e relevante desde sua implementação. Entre os anos de 2022 e 2024, o Portal História da Psicologia conseguiu lançar três edições do seu novo Boletim. Estas edições se destacaram pela diversidade e riqueza do material publicado, abrangendo uma vasta gama de categorias textuais:

- artigos inéditos em português ou espanhol;
- traduções de textos contemporâneos de grande relevância para a área;
- traduções de clássicos da história, filosofia ou epistemologia da psicologia;
- reedição de textos clássicos originalmente publicados em português ou espanhol, acompanhados de comentários críticos e notas;
- relatos de pesquisa, incluindo relatos de viagens, experiências de grupos de pesquisa e cobertura de eventos científicos;
- ensaios teóricos e críticos;
- resenhas de livros e outras mídias e

- entrevistas com figuras proeminentes do campo.

A estruturação do Sistema de Referências em História da Psicologia (Sirehp)

O Sistema de Referências em História da Psicologia (Sirehp) é a retomada e reforma de dois projetos anteriores. O primeiro, vinculado à Sociedade Brasileira de História da Psicologia, organizava as principais publicações dos principais membros da Sociedade. Era uma lista com os destaques da produção bibliográfica, criada com o objetivo de divulgar o campo brasileiro de história da psicologia. Esta lista chegou a ficar pública por um curto período no ano de 2018, mas devido às suas limitações técnicas e sua pouca utilidade, acabou abandonada.

A segunda tentativa de organizar a produção acadêmica relevante foi uma lista simples, com referências organizadas em ordem alfabética e disponibilizada na forma de documento online. Estas listas ficaram disponíveis no site do Portal e recebeu algumas colaborações pontuais, mas seu formato mostrou-se rapidamente inviável e logo foi abandonado. Ficava evidente que era necessário utilizar novas tecnologias para a organização deste conjunto de referências, tanto devido à quantidade de dados quanto as possibilidades oferecidas por tecnologias mais novas.

A jornada para criar um sistema de gestão de informação bibliográfica dedicado ao campo brasileiro de história da psicologia começou em 2022 e visava centralizar e disponibilizar online e gratuitamente todas as referências relevantes sobre história, filosofia e epistemologia da psicologia - desde que

tivessem um viés histórico - facilitando a pesquisa na área. Assim, o Sirehp seria um sistema de fomento à pesquisa, tanto acadêmica quanto para formação profissional.

Os esforços iniciais envolveram a busca por parceiros, culminando em contatos com docentes do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. O objetivo era desenvolver um aplicativo online para organizar e curar referências bibliográficas de forma amigável e ágil. Contudo, a complexidade técnica do projeto levou ao seu adiamento.

Em abril de 2023, observou-se a possibilidade de utilizar a capacidade do Zotero, um sistema digital sincronizado em nuvem de gestão de referências, de coletar metadados de referências bibliográficas e, a partir deles, gerar uma visualização online com funcionalidades como busca e a criação de links permanentes.

A pesquisa nos fóruns do Zotero revelou a existência do Kerko, um sistema livre criado pelo desenvolvedor canadense David Lesieur. O Kerko permitia a publicação web de bibliografias geradas via Zotero, oferecendo busca fácil e, crucialmente, a capacidade de incorporar uma biblioteca compartilhada. Isso possibilitava a atribuição de papéis de curadoria, permitindo que colaboradores alimentassem e corrigissem a base do Sirehp (Sistema de Referências em História da Psicologia) através de uma pasta compartilhada do Zotero.

Os desafios técnicos foram superados com a colaboração do desenvolvedor de sistemas de informação Allan Denis Morelli Ribeiro, que instalou o Kerko em um subdomínio do Portal

História da Psicologia. O Sirehp foi oficialmente lançado em 26 de agosto de 2023.

No entanto, problemas com o provedor de computação em nuvem causaram a indisponibilidade do sistema dois meses após o lançamento. Esta interrupção, que exigiu um alto investimento financeiro para ser resolvida, perdurou até 6 de janeiro de 2024, quando um novo servidor foi localizado. Durante esse período, o programador voluntário Neil Angelo Santos integrou-se à equipe. Entre abril e outubro de 2024, o Sirehp contou com o suporte gratuito em nuvem do servidor PythonAnywhere.

Em outubro de 2024, o desenvolvedor Allan Denis Morelli Ribeiro implementou modificações significativas no Sirehp. Estas incluíram a melhoria da usabilidade, a adição de novas opções de busca e filtros mais eficientes. Além disso, ajustes na hospedagem garantiram maior estabilidade e robustez ao sistema. Atualmente, o projeto encontra-se suspenso por falta de fundos, recebendo poucas atualizações.

Redes sociais

O projeto possui atividades no Facebook, Instagram e X (antigo Twitter), com tipos de atividades diferentes. A princípio, desenhou-se uma estratégia, implementada a partir de 2020, de utilização das redes sociais visando à divulgação científica da história da psicologia. Com o tempo e o engajamento dos colaboradores do projeto em outras atividades, esta abordagem terminou por ser abandonada. Hoje, as redes sociais do Portal limitam-se a divulgar os produtos do Portal, como livros, novos verbetes, vídeos publicados, entre outros.

Podcast

A expansão das atividades do projeto História da Psicologia não se limitou ao formato audiovisual. A criação do Canal História da Psicologia TV, um marco inicial na divulgação de conteúdo sobre a história da disciplina, foi imediatamente acompanhada e complementada por um projeto de lançamento de um Podcast. A premissa central dessa iniciativa de áudio era a reutilização estratégica de parte do material já produzido para os vídeos, adaptando-o para o formato puramente sonoro. Essa decisão se fundamentava na observação de que o componente visual dos vídeos era, em grande medida, meramente ilustrativo, ou seja, a essência do conteúdo e a riqueza da informação residiam primariamente no áudio e na narrativa falada.

No entanto, a jornada para estabelecer uma linha de produção de podcast autônoma foi marcada por desafios significativos e tentativas frustradas. Buscando profissionalizar e dedicar recursos humanos específicos a esse formato, foram feitas duas tentativas formais de constituição de equipes de trabalho exclusivamente voltadas para o desenvolvimento, gravação e edição do podcast. A primeira tentativa ocorreu em 2022 e a segunda, no ano subsequente, em 2023. Ambas as iniciativas, apesar do entusiasmo inicial e do reconhecimento da importância do formato de áudio para o alcance de novas audiências e a otimização da experiência de consumo de conteúdo, infelizmente não prosperaram, resultando no adiamento da consolidação de um podcast com produção independente do canal de vídeos.

Patrocinadores

O Portal História da Psicologia, em suas diferentes partes, recebeu várias formas de suporte financeiro. As diferentes formas de apoio foram oferecidas por quatro agências ou órgãos diferentes de fomento: Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal Fluminense, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Fluminense e Agência de Inovação da Universidade Federal Fluminense. O apoio financeiro se concretizou tanto na forma de bolsa quanto em investimento direto.

Patrocinadores e fomentadores do Portal História da Psicologia:

Patrocinador	Projetos	Tipo	Ano
Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal Fluminense	Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia	Bolsa de atividades remotas Bolsa de monitoria	2021 2022, 2024 e 2025
Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense	Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia	Bolsa de extensão	2021, 2022, 2023 e 2024
	Canal História da Psicologia TV		2024 e 2025
	Fomento a atividades extensionistas	Financiamento	2021
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Fluminense	Sistema de Referências em História da Psicologia	Bolsa de desenvolvimento acadêmico	2024
Agência de Inovação da Universidade Federal Fluminense	Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia	Bolsa de iniciação tecnológica e inovação	2023

Bolsas de Extensão

Como projeto vinculado ao Departamento de Psicologia de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense, partes do Portal foram financiadas pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio da concessão de bolsas.

Bolsas de extensão concedidas para o Portal História da Psicologia:

Antonio Lucas da Silva Merêncio (Canal HPTV) (2021)

Vitória Melo da Silva (Canal HPTV) (2022 e 2023)

Gunther Mafra Guimarães (WikiHP) (2024)

Júlia Lombardi Carneiro (Canal HPTV) (2024)

Júlia Lombardi Carneiro (WikiHP) (2025)

Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação

As bolsas de iniciação tecnológica e inovação são oferecidas, no âmbito da UFF, pela Agência de Inovação da UFF (Agir). Seus editais são bastante concorridos e suas bolsas são prestigiosas.

Gunther Mafra Guimarães (WikiHP) (2023)

Bolsas de Ensino

Foram concedidos dois tipos de bolsa para o Portal na modalidade ensino. Uma para atividades remotas e outra para atividades de monitoria.

Bolsas de ensino concedidas para o Portal História da Psicologia:

Yuri Pereira Antunes Vieira (WikiHP) (Apoio a Atividades Remotas) (2021)

Mariana dos Santos dos Anjos (WikiHP) (Monitoria) (2022)

Peterson Manoel Fernandes Pereira (WikiHP) (Monitoria) (2024)

Izabella Simões da Cruz (WikiHP) (Monitoria) (2025)

Bolsas de Permanência

A UFF oferece aos seus alunos um conjunto de oportunidades de auxílio à permanência. Até 2024, os alunos contemplados com estas bolsas precisavam vincular-se aos projetos aprovados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e, dentre eles, estava o Sistema de Referências em História da Psicologia (Sirehp). Esta forma de fomento à permanência foi extinta em 2025.

Thaís Arci Menezes (Desenvolvimento Acadêmico) (Sirehp) (2024)

Fomento a atividades extensionistas

A Pró-Reitoria de Extensão ofereceu, por meio de um edital, recursos para o fomento a atividades extensionistas. Os recursos não poderiam ser usados na forma de bolsa nem remuneração direta, mas para compra de equipamentos e contratação de serviços de empresas. O Portal foi beneficiado com os recursos em 2021, utilizando os recursos para a compra de equipamentos para gravação de vídeos e contratando uma produtora profissional, que editou o curso História da Psicologia e Educação.

Objetivos

O Portal História da Psicologia, desde sua concepção, estabeleceu uma série de metas que visam modernizar e integrar o campo da história da psicologia lusófona ao ambiente digital, atuando como um ecossistema de produção e disseminação de conhecimento. A sua estrutura, composta por plataformas interligadas como a WikiHP, o HPTV, a Editora e o Sirehp, foi desenhada para dar suporte a um objetivo maior e a um conjunto de objetivos específicos que articulam as dimensões essenciais da vida acadêmica: o ensino, a pesquisa, a extensão e a divulgação científica.

Objetivo Geral

Modernizar e inserir o campo brasileiro de história da psicologia de língua portuguesa no ambiente digital, criando um ecossistema de plataformas e produtos que fomentem a pesquisa, apoiem o ensino, potencializem as atividades de extensão e ampliem a divulgação científica.

Objetivos Específicos

Fomento à Pesquisa:

Desenvolver e manter plataformas e ferramentas digitais (como o Sirehp) que centralizem, organizem e disponibilizem gratuitamente referências bibliográficas relevantes, facilitando a coleta de dados e a condução de pesquisas nas áreas de história da psicologia.

Estimular a produção de conteúdo original e a reflexão crítica na forma de publicações acadêmicas por meio da Editora do Portal e da publicação anual do Boletim do Portal História da Psicologia.

Apoio ao Ensino:

Criar e manter materiais que possam ser usados como complementares e didáticos para o ensino e estudo da história da psicologia.

Produzir cursos e videoaulas de alta qualidade que auxiliem na didática da história da psicologia.

Potencialização da Extensão e Divulgação Científica:

Traduzir o rigor técnico e acadêmico para uma linguagem acessível a um público amplo e diversificado.

Manter uma presença estratégica nas redes sociais para a divulgação constante dos produtos do Portal, maximizando o alcance do conhecimento produzido.

Integração das Atividades:

Assegurar que os projetos do Portal (Site Principal, WikiHP, HPTV, Editora, Sirehp) funcionem como um ecossistema interligado, onde a pesquisa alimenta o conteúdo do ensino e da extensão, e as atividades de extensão (divulgação e eventos) retroalimentam a pesquisa, com o aprimoramento contínuo das plataformas.

Eventos

A organização de eventos representa uma frente de atuação estratégica e relativamente recente na história do Portal História da Psicologia, consolidando o ecossistema digital com atividades presenciais e híbridas. Esta dimensão do projeto visa transcender a mera divulgação de conteúdo *online*, promovendo ativamente o debate acadêmico, a expansão de redes de pesquisa e a integração de estudantes e pesquisadores em discussões de ponta na área. O site do Portal oferece uma lista completa, com detalhes, dos eventos organizados pelo grupo.

Simpósios HP

Os Simpósios HP consistem em eventos de um único dia destinados a articular convidados externos com pesquisadores locais. O seu objetivo é expandir as redes internacionais de debate e integrar um campus interiorano, como o de Rio das Ostras, em discussões de maior alcance.

O I Simpósio de História da Psicologia de Rio das Ostras ocorreu em 10 de novembro de 2023 e contou com a presença de James Cresswell, da Ambrose University (Canadá) e Bruno Jaraba Barrios, da Universidad del Valle (Colômbia) e mediação de Arthur Arruda Leal Ferreira (UFRJ).

O II Simpósio de História da Psicologia de Rio das Ostras aconteceu em 15 de março de 2024 e teve como debatedor Athanasios Marvakis, da Universidade de Tessalônica (Grécia) e mediação de Arthur Arruda Leal Ferreira (UFRJ).

Simpósios de História da Psicologia de Rio das Ostras:

Edição	Data	Local	Convidados
I Simpósio de História da Psicologia de Rio das Ostras	10 de novembro de 2023	Instituto de Humanidades e Saúde, sala 1	James Cresswell (Ambrose University, Canadá), Bruno Jaraba Barrios, (Universidad del Valle, Colômbia), Arthur Arruda Leal Ferreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
II Simpósio de História da Psicologia de Rio das Ostras	15 de março de 2024	Instituto de Humanidades e Saúde, sala 6 do prédio novo	Athanasios Marvakis (Universidade de Tessalônica, Grécia), Arthur Arruda Leal Ferreira Arthur Arruda Leal Ferreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), tradução de Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Encontros HP

Os Encontros HP foram concebidos como atividades em resposta à paralisação dos docentes federais ocorrida em 2024. Estes consistiram em reuniões presenciais nas instalações do

Instituto de Humanidades e Saúde da Universidade Federal Fluminense, situado em Rio das Ostras, dedicadas à discussão coletiva de diversos temas pertinentes à história da psicologia que não são habitualmente contemplados nos programas curriculares regulares da área.

Encontros HP:

Edição	Assunto	Data	Local
1	Lavagem cerebral e controle mental na Guerra Fria: MK-Ultra: a teoria da conspiração da vida real	21 de maio de 2024	Instituto de Humanidades e Saúde, Sala do Portal
2	Usos da Inteligência Artificial na Psicologia: cognição, terapia e outros	28 de maio de 2024	Sala 5 do prédio novo
3	Experimentos em psicologia da manipulação	4 de junho de 2024	Instituto de Humanidades e Saúde, Sala do Portal
4	Estratégias e consequências por trás das seitas	11 de junho de 2024	Instituto de Humanidades e Saúde, Sala do Portal
5	Terraplanistas, reptilianos, caçadores de alienígenas: grupos de teorias da conspiração	18 de junho de 2024	Instituto de Humanidades e Saúde, Sala do Portal
6	Psicopatia, sociopatia e serial killers: o que realmente forma uma mente criminosa?	25 de junho de 2024	Instituto de Humanidades e Saúde, Sala do Portal

I Encontro do Trecho

Também no ano de 2024, o Portal História da Psicologia deu um passo significativo em sua atuação ao organizar e sediar o I Encontro do Trecho. Este evento de grande relevância configurou-se como um marco na consolidação de uma rede internacional de pesquisadores dedicados à história da psicologia, conhecida simplesmente como "Trecho".

A natureza do I Encontro do Trecho foi considerada híbrida, combinando a interação presencial com a participação remota, o que potencializou seu alcance e diversidade. A adesão ao evento superou as expectativas, contando com a notável participação de pesquisadores provenientes de nove países distintos. Esta representação multinacional sublinha o caráter verdadeiramente global da rede e o interesse convergente na área.

O Encontro teve como local o Instituto de Humanidades e Saúde (IHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). O evento proporcionou um espaço fértil para a discussão aprofundada de novas pesquisas, o intercâmbio de metodologias e a articulação de projetos colaborativos futuros entre os membros da rede "Trecho".

O site do Encontro possui todas as informações detalhadas, como programa, convidados, datas, links para a gravação das mesas, entre outros.

Lista de colaboradores do Portal

Fundadores

André Elias Morelli Ribeiro

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos (2020-)

Luiz Eduardo Prado da Fonseca (2020-)

Mariana dos Santos dos Anjos (2020-)

Letícia Gomes Canuto (2020-2024)

Yuri Pereira Antunes Vieira (2020-2024)

Gunther Mafra Guimarães (2020-2024)

Júlia Escrew (2020)

Diana Disitzer Netto Dos Reys (2020-2022)

Isabela Coelho Marinho (2020)

Antonio Lucas da Silva Merencio (2020-2021)

Maria Carolinna Monteiro (2020-2022)

Colaboradores atuais

Júlia Lombardi Carneiro (2020-)

Raquel Donega de Oliveira (2021-)

Izabella Simões da Cruz (2024-)

Lara Ouverney Magariños (2023-)

Alice Nascimento Moraes Fernandes (2024-)

Allan Denis Morelli Ribeiro (2023-)

Neil Angelo dos Santos (2023-)

Antigos colaboradores

Vitória Melo da Silva (2021-2022)

Laryssa Silva Gonçalves Reis (2020-2024)

Thais Nobre Manhaes Gomes (2022-2023)

Rafael Rodrigues Andrade (2024)

Peterson Manoel Fernandes Pereira (2024)

Cronologia

2018 (agosto) - publicação da primeira edição do Boletim da SBHP, precursor do Boletim do Portal História da Psicologia

2019 (outubro) - reformulação do projeto desenvolvido na SBHP visando a criação do Portal História da Psicologia

2019 (dezembro) - registro do domínio do site do Portal e criação do site

2020 (4 de janeiro) - criação da Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP)

2020 (12 de janeiro) - publicação do primeiro verbete da WikiHP, Alfred Binet

2020 (abril) - primeiro vídeo do Portal

2020 (27 de maio) - criação do Canal História da Psicologia TV

2022 (fevereiro) - fundação da Editora do Portal História da Psicologia

2022 (abril) - publicação do WikiHP: políticas, definições, orientações e estilo, primeiro livro da editora e obra de referência para a WikiHP

2022 (dezembro) - publicação do primeiro Boletim do Portal História da Psicologia

2023 (agosto) - criação do Sistema de Referências em História da Psicologia

2023 (novembro) - primeiro Simpósio de História da Psicologia de Rio das Ostras

2024 (maio) - início da série de Encontros HP

2024 (outubro) - publicação do Experiências de Ensino de História da Psicologia em Contexto Brasileiro, um marco para a Editora do Portal

2025 (agosto) - Portal História da Psicologia vence o Prêmio Manoel Bomfim de Divulgação Científica, oferecido pela Sociedade Interamericana de Psicologia

2025 (setembro) - publicação da segunda edição do livro de referência para a WikiHP

Prêmios

Em junho de 2024, o Portal História da Psicologia recebeu o Prêmio Manoel Bomfim de divulgação científica, oferecido pela Sociedade Interamericana de Psicologia, como reconhecimento por sua atuação no campo da extensão e divulgação científica. Na cerimônia, o coordenador do projeto foi representado por Júlia Lombardi Carneiro e Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos.

Referências

RIBEIRO, André Elias Morelli. **Manual de método clínico para contextos de ensino de psicologia**. Rio das Ostras, RJ: Editora do Portal História da Psicologia, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17573683>

RIBEIRO, André Elias Morelli; CARNEIRO, Júlia Lombardi. **WikiHP: definições, orientações e estilo**. Rio das Ostras, RJ: Editora do Portal História da Psicologia, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17019571>

RIBEIRO, André Elias Morelli; CARNEIRO, Júlia Lombardi; SANTOS, Marcus Vinícius do Amaral Gama; FERREIRA, Arthur Arruda Leal (Orgs.). **Boletim do Portal História da Psicologia 3**. Rio das Ostras, RJ: Editora do Portal História da Psicologia, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511624>

RIBEIRO, André Elias Morelli; VIEIRA, Yuri Pereira Antunes; GUIMARÃES, Gunther Mafra. Criação de verbetes no ensino de história da psicologia: o caso da WikiHP. **Revista Scientiarum História**, v.1, n.1, 2023. Disponível em: <<https://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/RevistaSH/article/view/393/305>>

RIBEIRO, André Elias Morelli; GUIMARÃES, Gunther Mafra; SANTOS, Marcus Vinícius do Amaral Gama; VIEIRA, Yuri Pereira Antunes; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FONSECA, Luiz Eduardo Prado da (Orgs.). **Boletim do Portal História da Psicologia 2**. Rio das Ostras, RJ: Editora do Portal História da Psicologia, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.8392598>>.

RIBEIRO, André Elias Morelli; VIEIRA, Yuri Pereira Antunes; GUIMARAES, Gunther Mafra. . Criação de verbetes no ensino de história da psicologia: o caso da WikiHP. In: Scientiatum Historia 15, 2022, Rio de Janeiro. **Livro de Anais do Scientiarum 15**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2022. v. 1. p. 863-874. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh15/anais_SH_15.pdf>

RIBEIRO, André Elias Morelli; SANTOS, Marcus Vinícius do Amaral Gama; VIEIRA, Yuri Pereira Antunes; GUIMARÃES, Gunther Mafra; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FONSECA, Luiz Eduardo Prado da (Orgs.). **Boletim do Portal História da**

Psicologia. Rio das Ostras, RJ: Editora do Portal História da Psicologia, 2022. Disponível em:

<<https://doi.org/10.5281/zenodo.7492882>>.

RIBEIRO, André Elias Morelli. **WikiHP**: políticas, definições, orientações e estilo. Rio das Ostras, RJ: Editora do Portal História da Psicologia, 2022. Disponível em:

<<https://doi.org/10.5281/zenodo.6337937>>.

RIBEIRO, A. E. M.; FONSECA, L. E. P. ; CANUTO, L. G. ; SANTOS, M. V. A. G. ; VIEIRA, Y. P. A. ; ANJOS, M. S. . Portal História da Psicologia: formando conexões inesperadas entre ensino, pesquisa e extensão. In: Scientiatum Historia 14, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do Scientiarum Historia XIV**, 2021. v. 1. p. 1-8. ISSN 2675-7559 (on-line). Disponível em: <http://doi.org/10.51919/Anais_SH14>

Sobre os Autores

Pesquisadores e autores clássicos

André Elias Morelli Ribeiro

Docente do Departamento de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Rio das Ostras e do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho e coordenador do projeto Portal História da Psicologia, além de editor-chefe da Editora do Portal História da Psicologia.

Andrew S. Winston

Andrew S. Winston (n. 1946) é um psicólogo e historiador da psicologia canadense, professor emérito da Universidade de Guelph. Formou-se pela Universidade de Illinois, onde concluiu seu doutorado em 1975. Winston tornou-se uma referência no estudo crítico da história da psicologia, especialmente no exame do racismo científico e das tradições eugênicas presentes na disciplina. Atuou como presidente da Society for the History of Psychology (APA, Divisão 26) em 2012 e foi Executive Officer da Cheiron entre 2002 e 2008. Sua obra destaca a importância de revisitar criticamente a história da psicologia para compreender seus impactos éticos e sociais.

Arthur Arruda Leal Ferreira

Docente titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFRJ) e doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É um dos principais nomes do campo da história da psicologia e dos estudos em Michel Foucault no Brasil e no mundo.

Carolina Silva Bandeira de Melo

Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em *Histoire des sciences et des techniques* pela *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS).

Émile Bréhier

Émile Bréhier (1876–1952) foi um filósofo e historiador da filosofia francês, amplamente reconhecido por sua contribuição monumental ao estudo da tradição filosófica ocidental. Nascido em Bar-le-Duc em 12 de abril de 1876, formou-se em filosofia e foi aprovado na agrégation em 1900. Iniciou sua carreira docente em diversos liceus antes de concluir, em 1908, seu doutorado com uma tese sobre Filon de Alexandria. Especialista em filosofia antiga, medieval e moderna, destacou-se por estudos sobre Plotino e por sua influente *Histoire de la philosophie* (1926–1932), obra de referência até hoje. Em 1944, sucedeu Henri Bergson na Sorbonne e dirigiu importantes revistas filosóficas.

Bréhier morreu em Paris em 3 de fevereiro de 1952, deixando um legado duradouro na historiografia filosófica.

Hugo Münsterberg

Hugo Münsterberg (1863–1916) foi um psicólogo germano-americano e um dos pioneiros da psicologia aplicada. Nascido em Danzig, estudou filosofia com Wilhelm Wundt em Leipzig, obtendo o doutorado em 1885, e concluiu medicina em Heidelberg em 1887. Inicialmente dirigiu um laboratório de psicologia na Alemanha, mas sua carreira ganhou projeção internacional quando William James o convidou, em 1892, para chefiar o laboratório de psicologia experimental de Harvard, onde se tornou professor e, em 1898, presidente da American Psychological Association.

Marcio Luiz Miotto

Psicólogo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), possui especialização em Psicologia do Trabalho, mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea e é doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor na Universidade Federal Tecnológica do Paraná e um destacado pesquisador no campo da psicologia e filosofia.

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Psicólogo e mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Estudante de filosofia e já atuou como docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Discentes de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Ana Carolina Carvalho dos Santos
Beatriz Moraes Azevedo
Beatriz Ruegger Cortes Neves
Bruna Airosa Aguiar
Evellim do Nascimento Luz
Gabriel Siqueira Alves
Heitor Marques de Oliveira
Heitor Souza de Moura
Jéssika Christina de Oliveira Mello
Júlia de Souza Perrud
Júlia Lombardi Carneiro
Julia Ramalho de Sousa
Kauan de Assis Padua
Kauany Marques Bento
Laís de Melo Santos
Lara Guimarães Santana
Leonam Ker dos Santos
Letícia Fabrício Ribeiro
Lídia Siqueira Coelho
Lívia dos Santos Martinelli
Lívia Marchi
Luiz Fernando Mendonça Carvalho
Maria Eduarda de Souza Sampaio
Maria Fernanda Caspary Freitas Bairral
Mariana Dumard Carracena Candido

Pietra Cardoso de Souza Sobrinho
Samara Moreno Alexandre Monteiro
Thamily Braz Lucena

Contribuições para o Boletim do Portal História da Psicologia

A submissão de propostas para futuras edições do Boletim do Portal História da Psicologia pode ser feita por meio do formulário eletrônico disponível na seção *Boletim do Portal* no *website* da Editora do Portal História da Psicologia.

Os editores do Boletim do Portal História da Psicologia aceitam as seguintes modalidades de texto para serem publicados em seus volumes:

Verbetes de enciclopédia

Estes devem ser publicados também na WikiHP (Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia), seguindo as diretrizes desta enciclopédia. Por gentileza, verifique as normas para identificação de autores e normas complementares na obra de referência da enciclopédia.

Traduções de textos clássicos

Estes devem conter comentários e explicações que auxiliem o leitor a compreender o conteúdo, seja na forma de notas de rodapé ou como uma seção à parte.

Traduções em geral

Estes devem estar acompanhados da devida autorização para tradução e publicação em língua portuguesa. A responsabilidade pelos direitos de publicação da tradução são total responsabilidade do proponente.

Reedição de textos clássicos

Estes devem conter comentários e explicações que auxiliem o leitor a compreender o conteúdo. Os textos clássicos reeditados podem ser em português ou espanhol, e não podem ser traduções de textos escritos originalmente em outros idiomas, exceto casos excepcionais.

Ensaio

Poderão ser publicados ensaios de qualquer natureza dentro do escopo das publicações da Editora do Portal História da Psicologia.

Resenhas

Resenhas de livros publicados a qualquer tempo também podem ser integrados ao Boletim. Resenhas de textos clássicos também poderão ser aceitos, bem como comentários sobre conjuntos de resenhas de obras de referência.

Relatos

São aceitos relatos de eventos, viagens de pesquisa, estágios de pesquisa, visitas a instituições relevantes entre outros relatos de acontecimentos importantes para a história da psicologia.

Entrevistas

Podem ser entrevistados ou atuarem na condição de entrevistadores quaisquer pessoas que apresentem condições de conduzir entrevistas ou de apresentar informações relevantes para a história da psicologia.

Comentários sobre manuscritos publicados em edições anteriores

Caso tenha objeções, questões ou deseja concordar, discordar ou dialogar com textos publicados em qualquer volume do Boletim do Portal, os manuscritos também podem ser enviados para os editores da Editora do Portal História da Psicologia.

Questões adicionais

A publicação de materiais nos volumes do Boletim pode envolver custos a serem cobrados dos autores e/ou proponentes. Todas as publicações precisam ser aprovadas pelo Conselho Editorial da Editora do Portal História da Psicologia.

A Editora do Portal História da Psicologia só publica materiais na área da história e filosofia das ciências humanas, e dá preferência para materiais da área da história da psicologia. Todas as propostas de publicação devem ser enviadas para

editora@historiadapsicologia.com.br

ou pelo *website* da Editora do Portal.

Proponentes deverão renunciar a todos os direitos financeiros e vantagens financeiras eventualmente obtidas pelas publicações produzidas na Editora do Portal História da Psicologia, que jamais, em nenhuma hipótese, remunerará qualquer autor, co-autor ou tradutor de qualquer texto publicado em seus volumes. Por seu lado, a Editora do Portal História da Psicologia sempre publicará volumes no formato digital (*e-book*) e os manterá disponíveis gratuitamente para os leitores, tanto em

seu próprio *website* quanto em repositórios parceiros. A simples submissão de manuscritos para a Editora do Portal História da Psicologia implica automaticamente na concordância com estes termos.